

MOISÉS ANTIQUEIRA



SAECVLVM NOVVM

TEMPORALIDADE E PODER NAS
MOEDAS DO MILENÁRIO DE ROMA (244-253)

MOISÉS ANTIQUEIRA

SAECVLVM NOVVM

TEMPORALIDADE E PODER NAS
MOEDAS DO MILENÁRIO DE ROMA (244-253)



PASSO FUNDO
2023

© Moisés Antikeira, 2023

O autor é integralmente responsável pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo do trabalho aqui publicado.

Editoração

Alex Antônio Vanin

Álison Wagner Gomes da Silva

Capa

Alex Antônio Vanin

Revisão

A revisão do texto foi de responsabilidade do autor.

Imagem da Capa

Silver Antoninianus of Philip the Arab,
Rome, AD 248. 1923.151.14. Mantis
Database, American Numismatic Society.
Disponível em: [http://numismatics.org/
collection/1923.151.14](http://numismatics.org/collection/1923.151.14).

Conselho Editorial da Acervus Editora

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)

Eduardo Knack (UFCG)

Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)

Federica Bertagna (Università di Verona)

Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Humberto da Rocha (UFFS)

João Vicente Ribas (UPF)

Roberto Georg Uebel (ESPM)

Vinicius Borges Fortes (IMED)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

A663s Antikeira, Moisés

Saeculum nouum [recurso eletrônico] : temporalidade e poder nas moedas do milenário de Roma (244-253) / Moisés Antikeira. – Passo Fundo: Acervus, 2023. 5 MB ; PDF.

Inclui referências bibliográficas.
ISBN: 978-65-81266-50-9.

1. Roma - História, 244-253 EC. 2. Moedas romanas.
3. Política monetária. 4. Cunhagem de moeda. I. Título.

CDU: 937

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99686-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

À Micheli,
*... Perche sei viva,
viva, cosi come sei*

Ao Leonardo,
saeculum nouum inaugurado
para minha família

À Holly e ao Indy,
carinho em quatro patas
por toda a vida

SUMÁRIO

EXPLICAÇÃO INICIAL	7
INTRODUÇÃO	
Sobre milênios e expectativas	11
I. O TEMPO DOS TEMPOS	
Uma cidade e os seus mil anos	29
II. O IMPERADOR DO MILÊNIO	
Filipe, Roma e a construção de uma nova dinastia, 244-248	75
III. NOVO IMPERADOR, NOVA ERA?	
Crise política e cunhagem imperial, 249-253	131
EPÍLOGO	
A “nova era” não passou de uma mensagem em uma moeda?	197
REFERÊNCIAS	203
SOBRE O AUTOR	225

EXPLICAÇÃO INICIAL

Uma premissa básica que move todo historiador é a de que o presente em que ele vive e sobre o qual age faz-se sentir por meio das perspectivas que ele lança sobre o passado. Qualquer pessoa que curse uma graduação em História em nosso país se familiariza com o pressuposto de que a investigação das experiências humanas no tempo e no espaço mantém íntima relação com as questões científicas, sociais e pessoais que dizem respeito ao sujeito que, no presente, busca compreender algo ocorrido no passado. Tamanha condição abrange desde a escolha do objeto a ser analisado até as conclusões que porventura possam ser tecidas.

O passado para o qual esse livro se volta é longínquo. O trabalho que desenvolvi se foca na conjuntura em que a cidade de Roma completou mil anos, contados a partir de sua mítica fundação. Trata-se de um decênio (244-253 EC) marcado por crises de diferentes matrizes, inclusive sanitárias, relacionadas com a eclosão de uma



pandemia cujo agente patológico desconhecemos, mas que atingiu várias regiões do Império Romano. Perante isso, não pude deixar de pensar em que medida um estudo que aborda crises que ocorreram em um passado tão remoto porventura reflete as contradições e o esgotamento do atual modelo de sociedade em que nos inserimos. Ou, dito de forma mais direta, pergunto-me quanto à maneira pela qual eu possivelmente me referi à crise civilizacional por nós vivenciada nos anos 2020, em seus aspectos ambientais, sociais e humanitários, ao problematizar determinadas experiências humanas que tiveram lugar no mundo romano há quase dezoito séculos.

No entanto, por mais salutar que tais exercícios autorreflexivos possam ser, não consigo oferecer resposta alguma a tais questionamentos. Por ora, encontro algum consolo no fato de não me furtar a interrogar-me sobre o meu ofício, tampouco a encarar os desafios que o estudo da Antiguidade romana impõe sobre nós, que vivemos no Brasil do século XXI. Esse é o combustível que, há quase dez anos, me impulsiona a investigar temas relativos à sociedade imperial romana entre as décadas de 240 e 280 EC e que me levaram, igualmente, a prestar atenção cada vez maior às fontes numismáticas. A emissão de moeda em grande número é uma característica saliente daquele período, resultado de um processo de depreciação monetária observado à época. Esse aumento quantitativo na cunhagem de moedas imperiais propicia ao estudioso contemporâneo um vasto *corpus* documental e múltiplas possibilidades de pesquisa. São vestígios que nos permitem inquirir sobre as realidades do poder imperial e as formas de comunicação que se podiam estabelecer entre governantes e governados, entre outros aspectos.

Isto posto, uma advertência se faz necessária. O livro não consiste em uma história política e social do Império Romano entre os



anos de 244 e 253. É evidente que abordarei, em maior ou menor medida, processos históricos que tiveram lugar no intervalo de tempo assinalado, em função, pois, do milénário da cidade de Roma concluído em 248. Contudo, não empreendo uma abordagem factual e cronológica, a abarcar de forma pormenorizada os diferentes acontecimentos ocorridos naquele período. Para tanto, o leitor poderá consultar outros trabalhos, muitos dos quais listados nas “Referências bibliográficas” por mim consultadas. Seja como for, cabe destacar alguns títulos. Um balanço recente e acessível em língua portuguesa, que encampa também os anos 244-253, se encontra no capítulo “A anarquia do século III”, de autoria de Cláudia Teixeira e que integra o volume II da importante coletânea *História de Roma Antiga*, publicada em Coimbra há dois anos. Um panorama político e social mais detalhado acerca do período pode ser lido em manuais como *The Roman Empire at bay AD 180–395*, de David Potter (2004), ou *The Roman Empire from Severus to Constantine*, lançado por Pat Southern em 2001. Igualmente, vale destacar o útil quadro cronológico que se vê ao final da obra de Clifford Ando, *Imperial Rome AD 193 to 284* (2012).

Por fim, não poderia encerrar essas palavras sem agradecer àqueles que contribuíram para que esse livro se tornasse realidade. Sou grato aos colegas da Linha de Pesquisa “Cultura e Identidades”, do Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE, bem como à Direção do Campus de Marechal Cândido Rondon, pelo aporte financeiro concedido para a publicação desse estudo. Registre-se também o meu muitíssimo obrigado aos colegas e discentes do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, Seção Espírito Santo (LEIR/UFES), que gentilmente me acolherem em Vitória, sobretudo ao Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva, supervisor



da pesquisa de pós-doutoramento que resultou na presente obra, e aos Profs. Drs. Belchior Monteiro Lima Neto e Érica Cristhyane Moraes da Silva.

Moisés Antikeira

Setembro de 2022,

Marechal Cândido Rondon/PR e Vitória/ES

INTRODUÇÃO

SOBRE MILÊNIOS E EXPECTATIVAS

O ano era 1999. Em reportagem da *Istoé*, datada de 04 de agosto daquele ano, lia-se:

Na próxima quarta-feira 11 – precisamente às 11h06 na Europa e 8h06 no Brasil –, a Lua cobrirá o Sol e projetará sobre a Terra um feixe de sombra que se estenderá do nordeste dos EUA à Baía de Bengala, na Índia. É o último eclipse solar do milênio. O dia vai virar noite na Inglaterra, França, Alemanha, Áustria, Luxemburgo, em toda a Europa Central, Turquia, Iraque, Irã e Paquistão. O fenômeno – que não será visível no Brasil – acontece dois dias antes de uma sexta-feira 13 e a 142 dias do ano 2000. Cristãos fanáticos acreditam que o eclipse é o indício do “fim dos tempos” pregado na *Bíblia*. Seguidores de Nostradamus vislumbram o sinal que deverá marcar a vinda do Grande Rei do Terror, anunciada nas famosas Centúrias. Dizem que os extraterrestres já



estariam preparando os terráqueos para uma “alteração vibracional do planeta”. Astrólogos e esotéricos falam em sérias transformações na Terra e no surgimento de uma nova consciência no homem. Tudo isso viria com o eclipse, também citado nas escrituras dos povos celtas e no Vishnu Purana, um dos textos sagrados do hinduísmo. Indiferente ao fato de que a contagem do ano 2000 só exista para o cristão – no calendário dos islâmicos, chineses e judeus não consta mudança de século nos próximos meses –, essa turma de supersticiosos, catastrofistas, milenaristas e fundamentalistas acendeu o pisca-alerta¹.

À época, eu tinha pouco mais de 16 anos. Me recorro de certa repercussão causada por esse fenômeno astronômico naquele momento. Embora os eclipses solares ou lunares não ocorram constantemente, estão longe de serem incomuns. No decorrer de nossas vidas, todos nós presenciamos ou temos ciência sobre a existência de um ou mais eclipses. Mas ao alinhamento entre esses corpos celestes em agosto de 1999 embutiam-se significados distintos. O fato de o evento ter acontecido a menos de cinco meses do início de 2000, se considerado o calendário gregoriano já tão naturalizado em nosso dia a dia, alimentava expectativas escatológicas em algumas pessoas ou grupos. Quer dizer, o eclipse consistiria em um sinal revelador de que o fim dos tempos estava próximo. Sob essa ótica, a chegada do Ano Dois Mil assinalaria o ponto final da aventura humana neste planeta.

Porém, o Ano Dois Mil como acontecimento escatológico fazia parte de minha vida muito antes do aparecimento desse eclipse. Passei toda a infância e a adolescência residindo na cidade em que nasci, no interior do estado de São Paulo e, mais precisamente, em um mesmo bairro de classe média baixa onde, nas décadas de 1980 e 1990, ainda era possível brincar pelas calçadas ou ficar até mais tarde a conversar ou a jogar baralho com os vizinhos. E, justamente dessa



vizinhança, me vem à mente uma pessoa em particular. Uma mulher, mãe de família, que devia contar com aproximadamente 35 anos na virada do milênio, mas que morava por ali há décadas e que, desde quando eu era criança, repetia a ladainha de que o “mundo terminaria no Ano Dois Mil”. Havia um detalhe adicional, afirmava ela, pois “da primeira vez havia acabado em água e em 2000 acabaria em fogo”², em uma clara alusão ao episódio do “Dilúvio”, como narrado no livro bíblico do *Gênesis*, no que tangia a essa suposta “primeira vez”.

Enquanto evento, o Ano Dois Mil foi pródigo em estimular expectativas apocalípticas, pelas mais diferentes razões. Pessoas na casa dos 40 anos ou mais hão de se lembrar também do “Bug do Milênio”, desafio tecnológico que assumia dimensões cataclísmicas em um mundo já marcado, embora de modo incipiente, por relações interpessoais mediadas pelo uso do computador e outros equipamentos eletrônicos. O “Bug do Milênio” era o resultado de uma prática comum entre os programadores nas décadas de 1950 e 1960, a de expressar os anos por meio de dois ao invés de quatro dígitos, como forma de poupar e otimizar o uso da unidade de memória dos computadores. Não obstante o desenvolvimento de softwares tivesse conhecido, em fins do século XX, um avanço descomunal em comparação com os primeiros tempos das ciências da computação, era frequente ainda a utilização de programas mais antigos baseados na representação dos anos a partir de somente dois dígitos³.

O alerta de crise soou entre os profissionais da área nos inícios dos anos 1990, mas ganhou maior destaque midiático apenas em 1999. Previa-se que, a partir de 1º de janeiro de 2000, esses softwares seriam incapazes de registrar a data correta, uma vez que o sistema de representação dos anos em dois dígitos faria com que as máquinas considerassem o “duplo zero” (00) como equivalente ao ano 1900, e não 2000. O efeito dominó decorrente provocaria seríssimos pro-



blemas infraestruturais nas mais diferentes áreas da vida em sociedade, sobretudo nas nações do Hemisfério Norte, largamente informatizadas e automatizadas⁴.

Com a vantagem retrospectiva que temos, bem sabemos que a previsão escatológica de minha vizinha de outrora não se concretizou (estou cá a narrar esse conto, inclusive!). Já o “Bug do Milênio” passou a ser rememorado como uma situação de exagerado medo coletivo diante de uma questão de informática que seria, na verdade, muito menos danosa. Fato é que não houve maiores consequências por conta de vultosos investimentos que organismos estatais e instituições privadas mundo afora dispenderam a fim de solucionar o imbróglío: por exemplo, só nos EUA foram gastos aproximadamente 100 bilhões de dólares para que o “Bug do Milênio” não se materializasse em algo catastrófico⁵. No entanto, se o problema computacional colocado à época era concreto, não posso nem mesmo supor em que medida a minha antiga vizinha acreditava piamente na perspectiva de que o Ano Dois Mil assinalaria um incendiário fim dos tempos. Os temores acalentados pela data eram, claro, de ordem distinta entre si.

Como historiador a escrever mais de duas décadas depois, pouco importa que eu não saiba discernir quanto aos limites da crença nutrida por aquela vizinha de outrora. Fragmentos concernentes ao imaginário social sobre o fim dos tempos permitem inquirir sobre os modos de agir e sentir de determinados grupos sociais circunscritos a dada época e lugar. Mas, para além disso, constituem vestígios acerca da forma como os sujeitos imprimem sentido ao mundo em que vivem, o que reverbera na maneira como conferem significados ao passado, ao presente e ao futuro.

Logo, um acontecimento como o Ano Dois Mil me desperta a atenção por causa dos sentimentos que esse *marco temporal* aflorou

em algumas pessoas. E tais emoções guardam maior ou menor relação com a própria concepção de tempo do cristianismo. À maneira de uma espiral, tal acepção abrange tanto uma perspectiva linear e irreversível, orientada rumo ao “Juízo Final” alardeado no *Apocalipse* de João, quanto certa circularidade, materializada pelos rituais e festas litúrgicas que imprimem um ritmo, repetitivo, às práticas de sociabilidade⁶. Afinal, quantos de nós não planejam ou ao menos desejam, ano após ano, desfrutar de algum descanso durante feriados religiosos/cristãos como a Páscoa ou o Natal do Senhor, que invariavelmente se integram ao calendário civil a guiar as nossas atividades cotidianas?

Porém, como o leitor já sabe de antemão desde o título desse livro, não abordo o Ano Dois Mil. Na verdade, nem mesmo me ocupo do sistema cronológico com o qual estamos tão familiarizados nos dias de hoje, isto é, a chamada “era cristã” (que estabelece como baliza de referência a Encarnação, o fenômeno pelo qual Javé teria assumido forma humana por meio de seu Filho, Jesus Cristo). Tenho outro milênio em vista: os mil anos de fundação da cidade de Roma, os quais, calculados a partir da tradicional datação formulada por Varrão no século I AEC, foram concluídos em 21 de abril de 248 EC⁷. A sociedade imperial romana teve, portanto, uma virada de milênio para chamar de sua!⁸ A partir desse ponto de vista, Roma figurava como elemento norteador da vida coletiva, assim como da dinâmica temporal entre passado, presente e futuro⁹, basilar para toda e qualquer forma de identificação cultural. Nesses termos, os sentimentos excitados pela passagem dos mil anos de Roma traziam à tona os diversos modos pelos quais a temporalidade poderia ser socialmente concebida entre os antigos romanos¹⁰.

Ademais, não faltaram festejos a comemorar esse aniversário de mil anos. A descrição mais vistosa sobre isso se encontra na *História Augusta*, como se segue:



Havia trinta e dois elefantes em Roma ao tempo de Gordiano III (dos quais ele próprio havia enviado doze e [Severo] Alexandre, dez), dez cervos, dez tigres, sessenta leões domados, trinta leopardos domados, dez *belbi* ou hienas, mil pares de gladiadores imperiais, seis hipopótamos, um rinoceronte, dez leões selvagens, dez girafas, vinte asnos selvagens, quarenta cavalos selvagens e vários outros animais dessa natureza não contabilizados. *Todos esses Filipe apresentou ou matou nos jogos seculares.* Todos esses animais, selvagens, domados e ferozes, Gordiano III pretendia utilizar para um triunfo persa; mas os seus votos oficiais não tiveram propósito algum, *pois Filipe apresentou todos eles nos jogos seculares*, consistindo tanto em espetáculos gladiatoriais quanto de corridas no Circo Máximo, *que foram celebrados por ocasião do milésimo aniversário de fundação da Cidade, quando ele e o filho dele [Filipe II] foram cônsules*¹¹.

Hipérboles à parte¹², o relato desnuda a importância atribuída às festividades organizadas em Roma a fim de se assinalar o milésimo aniversário da cidade. Muito embora, de acordo com a *História Augusta*, a vasta quantia de animais e gladiadores tivesse sido à princípio destinada para a celebração de um triunfo do imperador Gordiano III (238-244) – algo, aliás, que jamais ocorreu, na medida em que foram os persas, e não os romanos, que se saíram vitoriosos do confronto militar no qual Gordiano III ansiava lograr êxito –, resta o fato de que a administração central teve de dispendir uma quantidade considerável de recursos materiais e humanos para realizar os Jogos Seculares que caracterizaram o milênio¹³. Como destaca Paul Petit, tais celebrações foram suntuosas, tendo por objetivo reiterar a grandeza e a perenidade de Roma, bem como expressar o início de “uma nova era de prosperidade” a ser ofertada por Filipe (244-249) e sua família¹⁴.



Entretanto, apesar de as festividades e os jogos romanos serem objeto de um sem-número de publicações, o milenário de Roma é um tema pouco explorado pelos pesquisadores modernos. A explicação mais usual para tanto, que muitas vezes os historiadores tomam por óbvia, seria uma suposta escassez de fontes relativas ao século III, sobretudo em relação ao período entre 240 e 280. Tal argumento se torna pálido quando se constata que há, por exemplo, um volume impressionante de tipos monetários imperiais¹⁵, batido entre 247 e 253, cujo discurso iconográfico dialogava diretamente com os mil anos de Roma e os elementos de temporalidade decorrentes.

Mas a questão relativa ao estado da documentação toca, com o perdão do trocadilho, em apenas uma face da moeda. Embora as fontes constituam a matéria-prima de toda investigação acadêmica em História, é a capacidade de formular problemas a pedra angular do ofício do historiador. Tendo isso em mente, não pretendo analisar as celebrações referentes aos mil anos da *Vrbs* por si mesmos. Antes, problematizo o milésimo aniversário da cidade enquanto acontecimento de natureza político-religiosa a moldar a experiência temporal coletiva, a fim de avaliar em que medida as expectativas acerca da inauguração de uma “nova era” (*saeculum novum*), projetadas e/ou retrojetadas sobre tal evento, condicionaram as respostas adotadas pelos imperadores diante dos problemas políticos e militares que caracterizaram aquela conjuntura histórica em particular.

Para tanto, me volto para tipos monetários específicos, emitidos em Roma e Antioquia de Orontes entre os anos de 247 e 253, que continham em seus reversos a legenda SAECVLVM NOVVM. A disseminação da ideia de uma “nova era” por meio do discurso numismático envolvia diferentes categorias de temporalidade as quais, por seu turno, articulavam-se com os mecanismos de legitimação do poder exercido pelos governantes à época.



Por conta disso, alguma reflexão se faz necessária quanto ao recorte cronológico ora estabelecido. Ainda que o *corpus* documental selecionado seja composto por moedas cunhadas entre 247 e 253, recuarei ao ano de 244, quando da ascensão de Filipe (244-249) ao poder imperial, pois entendo que desde o início de seu governo ele promoveu ações orientadas em razão das comemorações dos mil anos de Roma. Assim sendo, compreendo o período entre 244 e 253 como uma *conjuntura* marcada pela perspectiva da “nova era”. Apoio-me sobre a proposta de “estrutura da conjuntura” que se vê em Marshall Sahlins para investigar em quais sentidos se deu “a realização prática das categorias culturais”, que se expressavam “nas ações motivadas dos agentes históricos, o que inclu[ía] a microsociologia de sua interação”, as quais floresceram em meio a “um conjunto histórico específico”¹⁶ (no caso, a década entre a ascensão de Filipe em janeiro/março de 244 e a morte de Treboniano Galo e Volusiano, em agosto de 253).

Significa dizer que abordo os mil anos de Roma como evento que ensejou reações distintas por parte dos indivíduos, as quais, todavia, se fundamentavam sobre elementos comuns ao contexto mais imediato em que o evento foi engendrado, mas que não deixavam de dialogar com as estruturas que o antecediam¹⁷. Tamanho acontecimento sintetizava, pois, mudança e permanência (da estrutura).

Dessa forma, se a análise conjuntural não pode prescindir do entendimento de que o milenário da cidade de Roma conectava-se com estruturas sociais prévias, é preciso enfatizar também que o acontecimento abria-se para o futuro. Sendo assim, os mil anos de Roma situaram-se enquanto evento em que se justapuseram passado, presente e futuro. Diante disso, os tipos monetários SAEVLVM NOVVM comportam indícios significativos quanto à importância que tal acontecimento *conjunturalmente* adquiriu no interior



da sociedade imperial romana (ou, ao menos, no que tangia às cortes imperiais e as formas de propaganda a elas ligadas entre os anos de 244 e 253)¹⁸. Isso explica por que a emissão de moedas do tipo SAE-CVLVM NOVVM foi mantida mesmo tendo se passado até cinco anos das festividades concernentes ao *millesimus annus*¹⁹.

Igualmente, vale destacar que os anos 244-253 podem ser pensados como um período dotado de certa homogeneidade, o que lhe conferia cores próprias. Trata-se de uma década marcada pela instabilidade política. O fim da dinastia dos Severos em março de 235 produziu um vácuo de poder que não pôde ser preenchido de forma duradoura por parte dos principais grupos do poder imperial. E, se por um lado a solução privilegiada pelos imperadores sêniores que se sucederam entre 244 e 253 foi a mesma – Filipe, Décio (249-251) e Treboniano Galo (251-253) buscaram construir dinastias que servissem de fundamento para que o *imperium* fosse exercido e transmitido de maneira estável –, a efemeridade dessas iniciativas dinásticas era fruto, por outro lado, da conjugação de fatores tanto internos quanto externos. Não por acaso, Filipe, Décio e Treboniano Galo foram aclamados por exércitos provinciais, sinalizando o processo que se enraizaria na segunda metade do século III e que ilustrava a falta de maior consenso entre as legiões que atuavam em várias regiões do Império. Ademais, a preponderância política dos militares que viviam nas províncias se relacionava com os ataques bélicos impetrados por povos externos, sobretudo aqueles levados a cabo por tribos transdanubianas no interior das áreas romanas localizadas no Baixo Danúbio²⁰.

Por fim, destaco as categorias analíticas sobre as quais me baseio nessa investigação. Pautando-me em Susan Dunning, sirvo-me da noção de *retórica imperial do tempo*, que se notava mediante enunciados vinculados aos agentes do poder e que guardavam re-



lação com a ideia de “tempo”. Caracterizada pelo emprego de palavras latinas como *saeculum*, *aeuum*, *aetas*, entre outras, essa retórica imperial do tempo se materializava a partir de diferentes tipos de fontes (literárias, numismáticas, epigráficas etc.), as quais atestavam como a busca por legitimação política, por parte dos imperadores romanos, envolvia aspectos comuns às formas de se vivenciar o tempo e a religião²¹.

Dentro desse arcabouço conceitual, meu foco recaí sobre o *discurso de secularidade* – do latim *saeculum*, “era” ou “geração” – que, como indiquei anteriormente, singulariza os tipos monetários a serem analisados. O discurso de secularidade, explorado por diferentes *principes* por intermédio de moedas e epígrafes e em associação (mas não restrito) aos chamados Jogos Seculares, fomentava a criação de um modo próprio de representação acerca do poder e expressava a autoridade dos governantes sobre o tempo²². Tendo isso em mente, as conexões entre religião, festa e temporalidade, como enfeixadas pelos Jogos Seculares celebrados em 248, serão por mim exploradas no Capítulo 1.

Nesses termos, a partir do principado de Augusto (27 AEC - 14 EC), o discurso de secularidade externava uma das dimensões próprias da “retórica imperial do tempo”, de maneira que

(...) o uso de *saeculum* em documentos e monumentos pertinentes à autoridade imperial (...) nos séculos II e III [veio a] constituir um tipo de retórica imperial que enfatizava a autoridade de um imperador individual, o estabelecimento de uma nova dinastia, e o poder de assegurar a prosperidade ao Império Romano²³.

Isso me leva, pois, à documentação numismática selecionada. Erika Manders divide os tipos monetários imperiais produzidos en-

tre 193 e 284 em treze categorias representacionais. Baseio-me na categoria “*saeculum aureum*”, na qual Manders enquadra as formas de representação relacionadas com a prosperidade que os imperadores anunciavam que trariam ou que teriam trazido aos seus cidadãos. No geral, os reversos das moedas que se encaixam nessa categoria comportam imagens de personificações que não se referem diretamente a bens materiais ou ações evergéticas, mas antes a noções abstratas²⁴, como era o caso de *dea Roma*, como veremos na sequência do livro. Dentre as legendas, constam, é claro, SAECVLM NOVVM e MILIARIVM SAECVLM²⁵, sobre as quais discutiremos no Capítulo 2.

Além disso, considerando a perspectiva do discurso de secularidade, incluo na categoria representacional definida por Manders o tipo monetário com a legenda ROMA E AETER[NAE] AN[NO] MILL[ESIMO] ET PRIMO, a ser analisado no Capítulo 3, visto que externava uma dialética da duração temporal em conexão com o milenário da cidade de Roma. Em suma, o repertório numismático é composto somente pelos tipos que ostentam as três inscrições ora citadas, diretamente ligados aos mil anos de Roma.

A partir disso, cabe ressaltar que não abordo imperadores como Jotapiano (início de 249? - setembro/outubro de 249?), Marco Silbano (que assumiu a púrpura em algum momento durante o governo de Filipe I)²⁶, Esponciano (que talvez tenha sido proclamado imperador, também no decorrer da época de Filipe I) ou Urânio Antonino (253-254?). O caráter fugaz do governo de todos eles não configura um problema nesse caso. A questão é que, embora haja moedas cunhadas em nomes deles²⁷, se trata de tipos que não se enquadram na categoria *saeculum aureum* e, por tabela, não são objeto de análise. Por sua vez, não houve produção de moedas em nome de Júlio Valente Liciniano (que reclamou o *imperium* na cidade de

Roma, nos primeiros meses de 251) e Tito Júlio Prisco (aclamado imperador na Trácia, também em algum momento do ano de 251), de modo que não me ocupo em investigá-los.

Restam, assim, as moedas imperiais batidas para Filipe, Filipe II, Otacília Severa, Pacaciano, Hostiliano, Herênia Etruscila, Trebo- niano Galo e Volusiano que apresentavam alguma das três legendas mencionadas anteriormente. E, ainda que não se verifique moedas dessa natureza emitidas em nome de Décio (e Herênio Etrusco), defendo que o sucessor de Filipe reagiu perante as expectativas em torno do milenário de Roma e da construção de uma “nova era” e, portanto, no Capítulo 3 tecerei reflexões acerca de Décio e de seu governo com base nesse ponto de vista.

Por conseguinte, efetuo uma análise de natureza iconográfi- ca, sem preocupar-me com questões relativas à metrologia²⁸. Nesse sentido, tomo as moedas como “instrumento de comunicação e ex- pressão”, a veicular diversos tipos de signos que portavam mensagens para outrem²⁹. No caso, me fundamento na noção de que o mundo romano, a partir do principado de Augusto, se caracterizou por uma linguagem de imagens do poder cuja função, entre outras, era a de integrar à comunidade formada por Roma os mais diferentes gru- pos, distintos tanto social quanto geograficamente³⁰. Nesse ensejo, as moedas imperiais romanas configuravam um desses canais físicos mediante os quais se dava, por exemplo, a transmissão de uma retó- rica imperial do tempo a partir de uma autoridade emissora (o impe- rador ou algum magistrado que agia em nome dele) e que se voltava para os mais variados grupos sociais³¹.

Dessa maneira, problematizo os tipos monetários como meios que estabeleciam um *link* entre os governantes e o corpo cívico ro- mano, tomado em sentido amplo. Tal processo se estruturava sobre uma linguagem de imagens que visava fomentar “mútuas expressões

de consenso”, e que resultava tanto daquilo que as cortes imperiais projetavam acerca dos soberanos quanto das percepções que os diversos segmentos sociais nutriam, mais ou menos de forma espontânea, a respeito dos imperadores³².

Assim sendo, o discurso de secularidade, dadas as dimensões reduzidas dos discos metálicos, é encarado como algo que se desdobra em unidades mínimas, “um repertório de pequenas imagens” as quais, embora por si sós dotadas de determinados sentidos, precisam ser interpretadas como um todo, “pois se analisadas em separado, cada uma dessas unidades pode nos dar informações imprecisas sobre a imagem analisada”³³. Logo, ainda que os tipos monetários tenham sido escolhidos por causa das legendas presentes nos reversos, todos os elementos imagéticos (símbolos, imagens, inscrições e letras ou iniciais isoladas) são considerados, a fim de se demonstrar em que medida foram concebidos e/ou ressignificados para os sucessivos (e, por vezes, simultâneos) imperadores no decorrer da conjuntura do milenário de Roma, com vistas à aceitação do poder que exerciam ou que almejavam obter.



NOTAS DA INTRODUÇÃO

¹ PROPATO, Valéria. O fim do mundo. *Istoé*, São Paulo, edição 1557, 04 agosto 1999. Disponível em: https://istoe.com.br/32891_O+FIM+DO+MUNDO/. Acesso em: 29 jan. 2022.

² Atitudes como essa podiam ser presenciadas em diferentes partes do Brasil. Por exemplo, Kalliany Menezes reproduz uma fala proferida em agosto de 1999 pelo líder do grupo religioso Penitentes do Rosário da Mãe de Deus, do município cearense de Juazeiro do Norte, na qual se afirmava que “o mundo pode não se acabar hoje, amanhã, ou depois. Não tem data certa. O que eu posso dizer é que não passará do ano 2000. Está nas escrituras sagradas que o mundo vai se acabar com fogo na passagem do milênio”. Para tanto, ver MENEZES, Kalliany M. “*Até mil e tantos, a dois mil não chegarás!*”: o ano 2000 no imaginário escatológico católico em Fortaleza (1998-2012). 250 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História e Culturas, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012, p. 77.

³ Ver ROPOLYI, László. Social and ethical aspects of the Y2K problem. *The ETHICOMP E-Journal*, v. 1, p. 1-9, 2001.

⁴ *Ibid.*, p. 2.

⁵ UENUMA, Francine. 20 years later, the Y2K Bug seems like a joke – because those behind the scenes took it seriously. *Time*, New York, 30 dezembro 2019. Disponível em: <https://time.com/5752129/y2k-bug-history/>. Acesso em: 06 fev. 2022.

⁶ Me pauto aqui em FRANCO JUNIOR, Hilário. *O ano 1000*. Tempo de medo ou de esperança? São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 8-9.

⁷ Todas as datas expostas no livro se referem à era cristã, salvo quando indicado em contrário.

⁸ Apesar disso, por questões de conveniência, adotarei a cronologia cristã a fim de referir-me aos eventos que analiso no livro. Tenhamos sempre em mente que o ano 1000 *ab urbe condita* (“desde a fundação da cidade de Roma”) foi completado em data equivalente a 21 de abril de 248.

⁹ No interior dessa unidade política supramediterrânica que denominamos por “Império Romano”, havia marcos referenciais concorrentes, o que implicava a existência de outras modalidades a orientar as aceções sobre a temporalidade. Isso não quer dizer que eu partilhe de um lugar-comum que há muito persiste entre os estudiosos do mundo antigo, qual seja, o de que gregos e romanos “pagãos” concebiam o tempo como um ciclo, em oposição à visão judaico-cristã que o tomava por linear e progressivo. Há quase seis décadas Arnaldo Momigliano demonstrou que tal diferenciação não se sustenta. Interpretações cíclicas acerca do tempo, por exemplo, eram observadas nas experiências religiosas vivenciadas fossem por gregos ou judeus. Para tanto, consultar MOMIGLIANO, Arnaldo. El tiempo em la historiografía antigua. In: MOMIGLIANO, Arnaldo. *Ensayos de historiografía antigua y moderna*. México/DF: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 158-161. Na seção 1.3. do Capítulo 1, assinalo de que maneira a relação dos antigos romanos com a temporalidade poderia assumir diversas formas.

¹⁰ Charles Guittard afirma que “Os antigos (...) não conheciam a noção de milênio para [designar] um período de mil anos. Somente levavam em conta as noções de século, fundadas sobre a ideia de geração”. Ver GUITTARD, Charles. *Le temps dans l'Antiquité: le millénarisme étrusque*. In: DAVID, Sylvie; GENY, Évelyne (éds.). *Troika. Parcours antiques. Mélanges offerts à Michel Woronoff*. Bésançon: Institut des Sciences et Techniques de l'Antiquité, vol. 1, 2007, p. 19, tradução minha. No entanto, se trata de um ponto de vista equivocado. O argumento formulado por Guittard é invalidado por legendas como MILIARIVM SAECVLVM e ROMAE AETER[NAE] AN[NO] MILL[ESIMO] ET PRIMO, presentes em reversos de moedas cunhadas no contexto do milenário de Roma em 248 (como detalharei nos Capítulos 2 e 3, seções 2.3. e 3.1., respectivamente).

¹¹ *HISTÓRIA AUGUSTA, Vida dos Três Gordianos*, 33.1-3 (tradução/edição Magie, grifos meus).

¹² É mais do que improvável que dois mil gladiadores treinados tenham perdido a vida em uma ocasião como essa. Impossível negar que se tratasse de uma atividade violenta e, com frequência, fatal. Mas a noção de que os jogos gladiatoriais sempre redundavam na morte de um dos lutadores é antes uma representação moderna acerca das realidades do mundo romano do que algo exatamente factível. Como ensina Norberto Guarinello, “a maioria dos gladiadores não morria em combate (...), a maioria morria honradamente, cercada pelos cuidados de seus parentes e amigos, ao menos durante o Império”. Para tanto, ver GUARINELLO, Norberto. *A violência como espetáculo: o pão, o sangue e o circo. História (São Paulo)*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 130, 2007.

¹³ Chris Epplett compara essas cifras com a de vários espetáculos que ocorreram nos dois séculos anteriores a fim de concluir que os animais reunidos por Gordiano III e utilizados por Filipe não formavam uma coleção muito extensa. Para ele, isso evidenciava “um declínio na disponibilidade de animais exóticos” causada pela “crise do século III”, na medida em que os imperadores do período já não contavam mais com os mesmos recursos financeiros e infraestruturais para custear as celebrações de modo semelhante ao que se via no passado. Ver EPPLETT, Chris. *Roman beast hunts*. In: CHRISTESEN, Paul; KYLE, Donald G. (eds.) *A companion to sport and spectacle in Greek and Roman antiquity*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2014, p. 511. No entanto, há muito mais vestígios acerca de festividades que remontam ao tempo dos Flávios ou dos Antoninos do que daquelas ocorridas nos meados do século III, o que torna a comparação um tanto quanto escorregadia. À guisa de ilustração, o próprio Epplett destaca uma informação presente em Dião Cássio (*História Romana*, 66.25.1) de que os jogos inaugurais do Anfiteatro Flaviano (ou Coliseu) no ano de 80 duraram mais de cem dias, quando nove mil animais teriam sido exterminados. Sobre isso, consultar EPPLETT, op. cit., p. 510. Independentemente da exatidão ou não dos números reportados por Dião Cássio, fato é que não possuímos dados similares em relação aos jogos de 248: a duração deles e até mesmo o momento exato em que foram realizados (ver Capítulo 1, seção 1.2) nos escapa por inteiro – para não mencionar que o critério da “disponibilidade de animais exóticos” é para lá de vago.

¹⁴ PETIT, Paul. *Histoire générale de l'Empire romain*. Paris: Éditions du Seuil, vol. 2 (La crise de l'Empire (des derniers Antonins à Diocletien)), 1974, p. 171.

¹⁵ Por “tipo monetário”, entenda-se “o conjunto das representações mais as inscrições do anverso [“cara”] e reverso [“coroa”] da moeda”. A definição se encontra em FLORENZANO, Maria B. B. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANTIGA, 1., 1984, João



Pessoa. *Anais* [...] João Pessoa: Forense Universitário, p. 50.

¹⁶ SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 15.

¹⁷ Como afirma Sahlins, a estrutura da conjuntura refere-se a “um conjunto de relações históricas que, enquanto reproduzem as categorias culturais, lhes dão novos valores retirados do contexto pragmático”. Ver *Ibid.*, p. 160.

¹⁸ A aplicação do conceito de *propaganda* para se problematizar as fontes numismáticas romanas é objeto de debate entre os estudiosos. Um balanço historiográfico útil sobre o tema pode ser lido em CARMINATI, Luis H. *As moedas da década de 80 a.C. na República romana*: monumentalização, memória, comunicação e poder. 307 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021, p. 64-67. O autor conclui que o ato de bater moeda em Roma englobava a comunicação ou difusão de mensagens, sem que houvesse, contudo, um grau de articulação e disseminação de diferentes signos a partir de um aparato estatal centralizado, como se observa nos Estados totalitários do século XX, por exemplo. Isso faria com que o emprego da noção de propaganda para a análise das moedas romanas fosse, no mínimo, contraproducente. Ver CARMINATI, op. cit., p. 65-66. É mais do que necessário que se tome todo tipo de precaução ao se operacionalizar conceitos cujo uso consagrado remete às realidades do mundo contemporâneo. Entendo, porém, que é possível estabelecermos um meio termo, a partir de uma acepção que seja condizente com as práticas políticas que se notam durante o período imperial romano. Em estudo dedicado aos governos de Septímio Severo (193-211) e Caracala (211-217), Ana Teresa Gonçalves aponta para a existência de imagens construídas e difundidas de forma sistemática, mediante variados suportes e destinadas aos mais diversos grupos que compunham a sociedade imperial de então. Esse conjunto de imagens visava a divulgação de mensagens positivas a respeito dos citados imperadores, a fim de estimular que os habitantes do Império adotassem certos comportamentos que fomentassem um vínculo entre eles e seus governantes. A isso Gonçalves dá o nome de “propaganda”, que “tenciona formar uma coesão social mínima”, sem que, como é de se esperar, bastasse para “uniformizar a cultura de um Império (...) tão diverso quanto o romano”. Para tanto, ver GONÇALVES, Ana T. M. Poder e propaganda no período severiano: a construção da imagem imperial. *Phoenix*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 62; 65, 2001. Portanto, me fio na definição de Gonçalves ao utilizar a noção de propaganda no presente livro.

¹⁹ Ponto já assinalado por MANDERS, Erika. *Coining images of power*. Patterns in the representation of Roman emperors on imperial coinage, A.D. 193-284. Leiden; Boston: Brill, 2012, p. 22. Cabe alertar que a inscrição SAEVLVM NOVVM jamais voltou a figurar nas moedas imperiais romanas depois do governo de Treboniano Galo. A princípio, até se poderia considerar a existência de uma exceção pontual, verificada em cunhagens produzidas em Lyon e em Arles cujos reversos traziam a legenda GLORIA NOVI SAEVLVI por ocasião da elevação de Graciano (367-383) ao trono imperial. Porém, Gavin Kelly esclarece que o emprego de *saeculum*, nesse caso, dispunha de uma acepção mais próxima da ideia de se qualificar o governo de Graciano como algo “distinto”, em linha com aquilo que se encontrava em alguns textos produzidos por Quinto Aurélio Simaco nos anos 370 e que portavam referências ao citado imperador. Ver KELLY, Gavin. Pliny and Symmachus. *Arcthusa*, Baltimore, v. 46, n. 2, p. 277, 2013. Logo, não se tratava da perspectiva de “nova era” que se observa nos tipos monetários a serem por mim analisados, como indicado na sequência do livro.

²⁰ Esse caráter diferenciado do recorte temporal (de 244 a 253) é ressaltado por SANCHO

GÓMEZ, Miguel P. El prefecto del pretorio: una figura dominante de la política romana en el siglo III (192-284). *POTESTAS*, Valencia, n. 4, p. 81, 2011, e por GROZDANOVA, Lily. *The Roman emperors against the Goths of Cniva: political mythology, historical documents, and retrievable reality*. Sofia: ProVias, 2019, p. 164. Kevin Butcher destaca também que “a complexidade e a ubiquidade dos ataques germanos” (leia-se das confederações de povos que incluíam os germanos, mas também os godos, os alamanos, os francos, entre outros) consistiram no fator crucial para a crise militar enfrentada desde Severo Alexandre (222-235) até Galieno (253-268). Por mais que a emergência dos sassânidas na política persa em 226 seja um elemento que não deve, de modo algum, ser ignorado no tocante à história militar romana, Butcher não o considera como um aspecto decisivo a explicar os problemas enfrentados pelos governantes romanos à época. Para tanto, ver BUTCHER, Kevin E. T. *Imagined emperors: personalities and failure in the third century*. *Journal of Roman Archaeology*, Ann Arbor, v. 9, p. 526, 1996.

²¹ DUNNING, Susan C. B. *Roman Ludi Saeculares from the Republic to Empire*. 201 f. Thesis (Doctor of Philosophy) – Department of Classics, University of Toronto, Toronto, 2016, p. 144.

²² *Ibid.*, p. ii; 1.

²³ *Ibid.*, p. 4.

²⁴ MANDERS, op. cit., p. 43.

²⁵ *Ibid.*, p. 44.

²⁶ Pelo contrário, Sylviane Estiot defende a tese de que Silbanaco assumiu o poder imperial entre o verão e o outono do ano de 253 e mantinha algum tipo de relação com a cidade de Roma. Para tanto, ver ESTIOT, Sylviane. *L'empereur Silbannacus: un second antoninien*. *Revue Numismatique*⁶, Paris, v. 151, p. 113-114, 1996. Em que pese isso, há algum consenso entre os estudiosos modernos em situar a obscura figura de Silbanaco ao tempo de Filipe, ou seja, entre 244 e 249.

²⁷ No caso envolvendo o desconhecido Esponsiano, temos apenas um tipo monetário, que talvez seja fruto de uma falsificação moderna, inclusive.

²⁸ Ao focar-me na iconografia dos tipos monetários, questões metroológicas (relativas ao peso, ao diâmetro e ao eixo das moedas) se tornam dispensáveis.

²⁹ JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Lisboa: Edições 70, 2007, p. 61.

³⁰ HEDLUND, Ragnar. “... *achieved nothing worthy of memory*”. *Coinage and authority in the Roman empire c. AD 260-295*. Uppsala: Uppsala Universitet, 2008, p. 22.

³¹ Muito embora o tema da recepção seja bastante complexo nesse caso, parto do princípio defendido por Christopher Howgego, a saber, o de que a sociedade imperial romana era caracterizada por expressiva circulação monetária, de tal maneira que todos, em maior ou menor grau, utilizavam moedas em alguma atividade. Ainda que a circulação dos discos metálicos fosse geograficamente circunscrita e fragmentada, os símbolos e ícones presentes nas moedas estavam disponíveis para todos. Quanto a isso, consultar HOWGEGO, Christopher. *Coinage and identity in the Roman provinces*. In: HOWGEGO, Christopher; HEUCHERT, Volker; BURNETT, Andrew (eds.). *Coinage and identity in the Roman provinces*. Oxford; New York: OUP, 2005, p. 17.



³² HEDLUND, op. cit., p. 24.

³³ PORTO, Vagner C. *Imagens monetárias na Judéia/Palestina sob dominação romana*. Tomo I: A moeda na Judéia/Palestina entre os séculos II a.C. e II d.C. 261 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 97.

CAPÍTULO I

O TEMPO DOS TEMPOS

UMA CIDADE E OS SEUS MIL ANOS

A anedota é pueril. Mas é daquelas espirituosas, que nos arranca um sorriso do rosto, mesmo que de leve. Temos um personagem que, embora abobado, conota uma simplicidade que abriga uma fina perspicácia, como nas velhas piadas de matuto da roça que, por que não admitir, me divertem até hoje:

Enquanto *assistia aos jogos em honra do milênio de Roma*, um papalvo, ao ver um atleta derrotado em lágrimas: “Não te atormentes”, consolou, “tu vais ganhar os próximos jogos do milênio!”¹.

Essa historieta jocosa faz parte de uma obra elaborada no período tardo-antigo, conhecida como *Philogelos* (ou *O gracejador*). O livro reúne várias outras semelhantes a essa; na verdade, 265 piadas curtas integram essa compilação, cuja dupla autoria é atribuída a Hiérocles e Filágrío, figuras para lá de nebulosas². Condiçionados



a imaginar o mundo greco-romano a partir da ótica de perfeição e harmonia das formas que o Renascimento europeu dos séculos XV e XVI nos legou, a zombaria contida no *Philogelos* talvez cause estranheza em um primeiro momento. Mas os textos contidos na obra nos ajudam a compreender que a experiência social do passado mais longínquo também era dada a galhofas e que o humor é, afinal de contas, uma dimensão da vida humana tão concreta quanto a dor pela perda de um ente querido ou a estupidez que move a recusa em vacinar-se.

Entretanto, meu interesse com a anedota é outro. O inominado protagonista, “papalvo” como o Zé Boné do *Pirlimpisiquice* de Guimarães Rosa, faz troça inadvertidamente por conta do absurdo. O atleta jamais poderia, é mais do que evidente, competir nos “próximos jogos do milênio”. Mas a estória, em sua extrema brevidade, toca em elementos que pretendo debater nesse capítulo. Para além do fato de atestar que o milenário de Roma em 248 era rememorado de modo bem-humorado em séculos posteriores, a piada salienta dois aspectos relacionados às percepções de tempo que se notavam entre os antigos romanos: por um lado, a projeção de que novos jogos seriam realizados mil anos mais tarde remete ao ritmo cíclico, repetitivo, próprio do calendário cívico-religioso desde a época republicana. Por outro, reiterava-se um lugar-comum associado à cidade de Roma, em particular no decorrer da era imperial, a saber, a noção de “eternidade” (*aeternitas*). O avoadado protagonista, o desafortunado competidor e, claro, os eventuais leitores/ouvintes que tivessem acesso ao *Philogelus* nos séculos V ou VI pereceriam, ao contrário de Roma, que haveria de completar milênios, *eterna* que se queria.

Porém, a evocação que a anedota faz aos mil anos de Roma se enraíza sobre um comportamento que não se limitava ao mundo romano. A “comemoração social das ‘origens’”, como lembra Eviatar Zerubavel, é comum a países, comunidades religiosas, cidades, gru-

pos empresariais etc. que visam celebrar determinados momentos históricos considerados fundacionais³. Nossa vida cotidiana é marcada, por exemplo, por festejos ou eventos de sociabilidade coletiva que tem por objetivo rememorar o ato de fundação da cidade em que vivemos, ano após ano. Diante disso, é até curioso constatar que nasci em uma cidade cujo aniversário não é comemorado por meio de um feriado: em Piracicaba/SP, o dia 1º de agosto, que remete ao ato de fundação da freguesia de mesmo nome ocorrido em 1767, deixou de ser feriado desde a década de 1950⁴.

Em compensação, resido atualmente em um município cuja data de emancipação político-administrativa não somente é celebrada mediante um feriado como também abriga um conjunto de eventos que domina a exígua cena artística e cultural local. Em Marechal Cândido Rondon, no extremo Oeste paranaense, os dias que antecedem ou sucedem o 25 de julho⁵ são marcados anualmente pela realização de uma feira de exposições de caráter sobretudo agropecuário, chamada de Expo Rondon. Uma das atrações que a compõem é a Festa Nacional do Boi no Rolete, levada a cabo pela quadragésima primeira vez em 2022, quando nada menos do que 48 bois inteiros foram assados!⁶

A, digamos, extravagância gastronômica em terras rondonenses⁷ me remeteu aos animais selvagens que teriam sido exibidos, feridos ou abatidos nas *uenationes* que tiveram lugar nos jogos realizados em Roma no ano de 248⁸. Deixo claro, porém, que não desejo construir paralelo algum entre a paranaense Marechal Cândido Rondon do século XXI e a Roma imperial do século III. Mas tomo minha vivência pessoal e hodierna a fim de salientar que, tanto no passado mais remoto quanto no presente mais imediato, as experiências coletivamente compartilhadas são permeadas por atos de rememoração que conferem às “origens de algo” uma importância desproporcional



se cotejada com outros processos (e, logo, com outros grupos sociais) que também dizem respeito à história de uma cidade, por exemplo. Do que resulta o peso expressivo dos “mitos de origem” como elementos definidores de comunidades sociais, como articuladores de formas de identificação coletiva e, não menos relevante, de suporte às práticas de legitimação política⁹. Portanto, a fundação de Roma e os significados conferidos àquela cidade são aspectos essenciais para compreendermos a relação entre política, religião e temporalidade no que tangia aos eventos ocorridos em 248.

OS “JOGOS DO MILÊNIO” E O SAEVLVM ROMANO

Retornando ao *Philogelus*, a autoria lançou mão de certa liberdade poética. A rigor, não existiu uma festividade específica para que os mil anos de fundação de Roma (*agon millesimi Urbis anni*) fossem celebrados em 248. Estritamente falando, não houve “jogos do milênio”, mas antes a realização dos *Jogos Seculares* (*Ludi Saeculares*) que já haviam sido associados, em épocas anteriores, ao *dies natalis urbis Romae*, ou seja, ao “aniversário natalício” da cidade. Trocando em miúdos, o milenário de Roma foi comemorado mediante a organização de jogos tradicionalmente ofertados.

Contudo, não se tratava de uma celebração a acontecer ano após ano. Muito pelo contrário. A partir de Cláudio (41-54), os Jogos Seculares foram conectados ao encerramento de um *saeculum*, de uma centena de anos, contados desde a fundação de Roma. É o que Aurélio Vítor registrava em suas *Histórias abreviadas* escritas entre os anos de 360-361. Diz ele que, “durante o sexto dos quatorze anos em que [Cláudio] havia reinado, o octingentésimo aniversário da cidade foi maravilhosamente celebrado”¹⁰. Cláudio assumiu o *imperium* em janeiro de 41. Deste modo, o sexto ano de seu governo estendia-se de



janeiro de 47 a janeiro de 48 – o que implica o fato de os 800 anos de Roma terem sido comemorados no decorrer do ano de 47.

Continua ainda Aurélio Vítor ao relatar que, sob Antonino Pio (138-161), “o nongentésimo aniversário da cidade foi celebrado de maneira magnífica”¹¹, ao passo que, ao tempo de Filipe, “se celebrou, com jogos de todos os tipos, o milésimo aniversário da cidade”¹². Embora a informação sobre as comemorações dos mil anos faça parte de um discurso por meio do qual se apontava indiretamente o afastamento da dinastia constantiniana em relação às tradições imemorais (leia-se “pagãs”) romanas, importa destacar que as *Histórias abreviadas* sublinhavam um movimento cíclico, repetitivo, a desenrolar-se durante o período imperial: Roma era palco de festividades quando se completavam centésimos aniversários da cidade, o que levou um escritor pagão como Aurélio Vítor a lamentar que tal prática tivesse sido abandonada pelos sucessores de Constantino (306-337) entre 347 e 348¹³.

Todavia, aquilo que Aurélio Vítor definia como um “costume” remetia, na realidade, a uma inovação promovida por Cláudio, que acabou por redundar em práticas concorrentes no tocante à duração e mesmo aos sentidos atribuídos à noção de *saeculum*. Donde a necessidade de se esclarecer os significados do termo entre os romanos. Em primeiro lugar, ainda que em português falemos em “jogos *seculares*”, é preciso ficar claro que o “secular” em questão não guarda relação alguma com as noções contemporâneas de secularidade ou secularismo, que implicam uma separação entre as esferas pública e religiosa. Por isso, ao referir-me à categoria de “século” comum aos romanos, opto pela grafia latina *saeculum*, para evitar qualquer tipo de confusão.

Sendo assim, reporto-me a uma doutrina antiquíssima, de raiz etrusca, que estabelecia um ordenamento para a experiência humana

no tempo ao periodizá-lo. Um *saeculum* equivalia a um recorte temporal que, a princípio, não possuía uma duração definida. Tãmanha irregularidade dos *saecula* era própria das incertezas que cercavam os momentos de transição: sem ser previamente determinado, o fim de um *saeculum* e o início de outro seria assinalado por prodígios, o que demandava interpretação por parte de sacerdotes como os arúspices¹⁴. Apesar disso, os etruscos concebiam que cada um dos sucessivos *saecula* tendiam a ser cada vez mais breves, até que fosse alcançado o décimo e derradeiro *saeculum*, cujo término marcaria o desaparecimento do povo etrusco. Em síntese, passados dez períodos “seculares”, a história da Etrúria chegaria ao seu fim¹⁵.

Ora, essa maneira de se conceber a passagem do tempo se apoiava sobre uma perspectiva que fazia das sociedades uma espécie de organismo biológico. À maneira de todo ser vivo, um povo como o etrusco, enquanto coletividade, passaria por diferentes fases (nascimento, crescimento, amadurecimento, velhice) cujo final haveria de corresponder, pois, à “morte”¹⁶. Se tratava de uma metaforização do ciclo vital humano, a imprimir um sentido à temporalidade (e ao devir, sobretudo), tornando-a inteligível.

Tal compreensão biologizante acerca do tempo e da vida em sociedade exerceu grande influência sobre os romanos. De acordo com Guittard, foi nos meados do século I AEC, sob o impacto das crises políticas vivenciadas nas décadas finais do período republicano, que se delineou mais claramente uma aproximação entre a cronologia “etrusca” e a “romana”. Nesse processo, ao que parece o fatalismo inerente à doutrina etrusca cedia passo a uma concepção mais estritamente cíclica, quiçá uma consequência da perspectiva romana que fundamentava a sucessão dos *saecula* sobre a ideia de renovação dos tempos¹⁷. Daí que os romanos tivessem de delimitar a duração desses *saecula*, entendidos como um intervalo de tempo de cem ou

cento e dez anos, em alusão àquilo que se entendia como a máxima extensão pela qual a vida de um ser humano poderia se prolongar¹⁸.

Logo, o vocábulo latino *saeculum* se assentava sobre uma concepção de origem etrusca que dizia respeito à experiência humana no tempo, a qual lançava uma projeção escatológica sobre os mil anos de Roma a serem completados em 248. Isto é, o milênio corresponderia ao décimo e derradeiro período da história romana¹⁹ – perspectiva que, inclusive, se coadunava com um ponto de vista muito difundido entre gregos e romanos, segundo o qual tudo o que havia no mundo já teria sido feito ou inventado, de modo que não restava as coisas senão entrar em declínio e, por conseguinte, em algum momento desaparecer²⁰.

Diante do exposto, a celebração dos Jogos Seculares em associação com o milésimo aniversário da cidade de Roma cumpria com uma função primordial: ao que parece, desde o século III AEC tais jogos dispunham de uma faceta expiatória, “a purgar a *Urbe* das impurezas a fim de recuperar o favor dos deuses e, logo, a ‘boa sorte’ nos acontecimentos terrenos (...)”²¹. Mas os Jogos Seculares durante a era imperial adquiriram novos contornos. Monika Kubiacyk argumenta que tal cerimônia a partir de Augusto, enquanto manifestação da noção de “idade de ouro”, abarcava práticas que se assentavam sobre os ideais de harmonia, de poder da maternidade e de força militar. A reiteração do bem-estar e da prosperidade do povo romano se conectava ao nascimento das futuras gerações, simbolicamente anunciado pelo relevante papel que *matronae* (matronas) romanas performavam em vários rituais em honra de deusas como Juno e Diana²², bem como por um coro formado por 27 meninas e 27 meninos reunidos no último dia das festividades²³.

Daí que se perceba por qual razão os Jogos Seculares assumiram papel de relevo dentre as ações empreendidas durante o governo



de Filipe, as quais, como era de se esperar, foram bastante exploradas por meio do discurso iconográfico que se vê nas moedas batidas para a família imperial no contexto dos mil anos de Roma.

RELIGIÃO E FESTA NO MUNDO ROMANO: O CASO DOS JOGOS SECULARES

Uma sucinta definição tecida por Fritz Graf propicia, de imediato, que compreendamos o peso dos festivais religiosos na Antiguidade romana: tratava-se de “períodos de tempo durante os quais um grupo interrompe a vida diária a fim de focar-se nas atividades comunais que mais frequentemente são pensadas enquanto forma de comunicação com o mundo sobre-humano dos deuses e ancestrais”²⁴. Dois fatores me interessam em particular. O primeiro deles diz respeito ao caráter comunitário e *extraordinário* dessas práticas religiosas²⁵. Por *extraordinário*, entenda-se aquilo que escapa às tarefas comezinhas do dia a dia, mas que, por isso mesmo, ocupa um espaço crucial em meio às formas de organização sociopolítica, na medida em que tais celebrações abrangiam ações “destinadas a algo maior do que a vida”, pois que voltadas aos deuses²⁶. O segundo concerne à capacidade de os festivais se situarem como balizas a partir das quais se estabelecia uma ordem ao fluxo do tempo, dada a natureza recorrente com que eram realizados, ponto para o qual voltarei na continuidade desse capítulo.

Os festivais romanos eram basicamente formados por procissões e sacrifícios (que contavam com banquetes coletivos) e encenações teatrais (*ludi scaenici*), bem como espetáculos diversos, caso das corridas no circo (*circenses*) e dos combates de gladiadores (*munera*) e/ou caçadas a animais (*uenationes*). Assim, a presença de elementos agonísticos os transformava em ocasiões para o entretenimento da comunidade. Embora as características e objetivos desses eventos va-

riassem no tempo e no espaço, é possível afirmar que os festivais greco-romanos equivaliam a “manifestações cívicas” (e, pois, “eventos sociais”) tanto quanto a “atos religiosos”²⁷: a imolação de animais, a performance teatral e a competição entre gladiadores eram ofertadas aos deuses, configurando mecanismos pelos quais os seres humanos buscavam comunicar-se com suas divindades²⁸.

Em linhas gerais, Jon Iddeng propõe que os festivais greco-romanos podem ser pensados a partir de cinco aspectos, a saber: i) tratava-se de celebrações de natureza cíclica e, portanto, recorrente; ii) ocorriam em um lugar específico, centrados em um santuário, altar etc.; iii) eram de caráter público, voltando-se para todos os membros de dada comunidade (ainda que parte dos rituais pudesse ser levada a cabo somente por poucos oficiantes); iv) pautavam-se sobre um conjunto programático de rituais, desde a cerimônia sacrificial até atividades de caráter agonístico (jogos, corridas, entre outros); v) e, finalmente, envolviam atos cultuais dedicados a uma ou várias divindades, com vistas à manutenção ou ao reforço dos laços entre a coletividade humana e a esfera divina²⁹.

Dessa maneira, ao contrário daquilo que hoje em dia associamos com a ideia de “festa”, como momento de relaxamento das convenções, de inversão de papéis sociais e mesmo de “carnavalização” das relações entre os indivíduos, as ocasiões festivas no decorrer da Antiguidade romana concerniam a uma ação coletiva na qual sagrado e profano se misturavam a fim de se enfatizar a manutenção da ordem vigente, refletindo as posições previamente ocupadas pelos indivíduos e grupos no interior da sociedade³⁰. Do que resultava que as festividades romanas definissem “várias formas de interação e de relacionamento social, criando-se hierarquias e estruturando (...) formas de poder”³¹.

De maneira similar, Gilvan Ventura da Silva ensina que

As festas constituem uma forma bastante peculiar de o homem lidar com a experiência temporal, pois favorecem todo um processo de elaboração e reelaboração da memória coletiva ao término do qual os princípios fundamentais da sociedade, suas crenças e valores são atualizados e ratificados. De fato, as sensações de regozijo, de liberação e de extravasamento que as festas com frequência propiciam são sempre acompanhadas, ao fim e ao cabo, de um retorno ao tempo comum, o que ratifica ou consolida as normas vigentes³².

Igualmente, a relevância da cidade de Roma como *locus* em que se desenrolavam inúmeros e rotineiros festivais carece ser salientada. Para os imperadores, tais ocasiões forneciam uma oportunidade para que interagissem com variados segmentos sociais, dos senadores à plebe urbana, passando por grupos advindos das províncias e mesmo, em alguns casos, de áreas exteriores ao território imperial. O mais importante, para os efeitos desse estudo, era o fato de os *principes* tomarem parte em rituais mais ou menos antigos, performados em espaços de memória que evocavam a grandeza que se atribuía ao passado e que, ao mesmo tempo, configuravam um enquadramento normativo para a emergência de novas manifestações de apego, por parte de cada governante, aos valores e práticas comuns à “romanidade”³³. Significa dizer que, tanto material quanto simbolicamente, Roma consistia em um dos principais fundamentos do poder exercido pelos imperadores³⁴. Se tratava de um local sacralizado, do solo consagrado aos deuses protetores da cidade e, sendo assim, insubstituível³⁵.

Contudo, a partir da era dos Severos, o absentéismo imperial impôs-se como um fator com que os habitantes de Roma tiveram de lidar. No meio século entre 200 e 250, por exemplo, os imperadores mantiveram-se na cidade em 21 daqueles 50 anos. Sobretudo a par-

tir da década de 230, o contato da população da cidade com os *principes* tornou-se intermitente³⁶. As exigências militares, na forma de invasões perpetradas por povos externos e/ou guerras civis, faziam com que os soberanos permanecessem cada vez menos em Roma quando da realização das festividades cívico-religiosas.

Os Jogos Seculares organizados sob Filipe devem ser pensados tendo em vista tal cenário. No entanto, ao investigá-los, um problema se coloca: a ausência de informações sobre os rituais e processos que os teriam caracterizado, ou seja, quanto ao programa e à dinâmica das celebrações em si. Os Jogos Seculares realizados em 17 AEC e, em menor medida, aqueles datados dos anos de 88 e 204 são os mais bem documentados. Entretanto, mesmo que as premissas mais gerais do festival não tenham sido modificadas ao tempo de Cláudio, a vinculação com o *dies natalis urbis Romae* conferia uma carga semântica distinta das comemorações que tiveram lugar nos anos de 17 AEC, 88 e 204.

O mesmo pode ser dito acerca das mudanças fomentadas à época Adriano (117-138) no que tangia à *Parília*, o festival realizado em 21 de abril, que passou em definitivo a constituir-se como celebração do aniversário de Roma. Os sentidos originários da festividade, em honra à Pales, deusa antiquíssima ligada à atividade pastoril, foram eclipsados em favor de uma concepção mais “política”, que dava vazão à ideia de coesão de Roma e de seu império. Dito de outra forma, a Parília, enquanto expressão político-religiosa do aniversário de Roma, também foi adaptada e comemorada em outras partes do Império, inclusive em muitas cidades situadas nas províncias de língua grega³⁷.

Portanto, sob o governo de Adriano nota-se uma alteração relevante, qual seja, uma conexão explícita entre o aniversário da cidade e o discurso de secularidade, de anúncio de um “novo tempo”.



Destaque-se que moedas emitidas em nome dele em 121 – isto é, antes das longas viagens que o imperador empreendeu por boa parte das províncias –, continham em seus reversos a inscrição SAEC[VL-VM] AVR[EVM] no exergo e, entre outros, a imagem de uma fênix sobre um globo:



Figura 01. Áureo, Roma © Numismatica Ars Classica NAC AG, Lot 553.
Disponível em: <https://www.numisbids.com/n.php?p=lot&sid=1512&lot=553>.
Referência: RIC 2.3. (Hadrian) no. 136.

Foi justamente a partir do ano de 121, por conta das festividades relativas à Parília, então transformadas em comemoração pelo *dies natalis urbis Romae*, que se construiu uma ligação ainda mais profunda entre a religião cívica, “romana” no sentido mais estrito da palavra, e os temas seculares, de enaltecimento de um suposto novo *saeculum* que se queria salutar para todos. A presença da fênix no reverso dessas peças reforçava todo esse quadro: afinal, se tratava de um símbolo associado à emergência de um novo governante (ou dinastia, quando fosse o caso) desde a época helenística³⁸. A fênix se situava sobre um globo o qual, por sua vez, era empunhado por uma representação antropomórfica do *genius* da “era de ouro” (SAEC[VLVM] AVR[EVM]) a personificar tamanha abstração. Tais ícones dissemi-

navam a perspectiva de que o governo de Adriano representava um período benéfico a todos os que vivessem no território imperial.

Por conseguinte, as celebrações promovidas por Filipe em 248 eram fruto de tradições que se justapunham. Apesar disso, não é possível apresentar senão uma descrição aproximada sobre o evento ocorrido em 248. Por isso, me fiarei aqui na perspectiva de que o programa do festival se assemelhava àquilo que já se praticava ao tempo de Augusto, de Domiciano e de Septímio Severo (com a vantagem, nesse último caso, de se tratar de algo cronologicamente mais próximo da época de Filipe). Seja como for, o que mais importa é problematizar os Jogos Seculares de 248 tendo em mente as transformações políticas e sociais que o ensejaram, partindo-se da premissa de que, no mundo greco-romano, os festivais eram parte constituinte dos sistemas políticos e, pois, das mudanças aos quais aqueles eram submetidos³⁹.

Sendo assim, em termos diacrônicos, o principado de Augusto se situava como ponto de virada no que se referia aos Jogos Seculares. As raízes republicanas dessas celebrações são difíceis de serem rastreadas. Dunning argumenta que as origens remontavam a um culto relacionado com a *gens* Valéria. Parte da tradição historiográfica analítica, comum aos séculos finais do período republicano, asseverava que o primeiro cônsul romano (Valério Públicola) havia instituído certos sacrifícios em fins do século VI AEC. Essa tradição religiosa gentílica, familiar a princípio, acabou por ser apropriada pela *res publica*, tornando-se, logo, um ritual destinado para toda a coletividade. Os atos sacrificiais atribuídos a Valério Públicola teriam sido performados em um altar situado em uma área do Campo de Marte conhecida como *Tarento*. No ano de 249 AEC, teriam sido organizados jogos e sacrifícios no Tarento, os *Ludi Tarentini* (“Jogos Tarentinos”), assinalando a efetiva transformação de uma prática familiar em culto cívico⁴⁰.



Por sua vez, embora descarte a ideia de uma origem gentílica, “valeriana”, para os Jogos Seculares, Pierre Brind’Amour enfatiza o traço já apontado na seção anterior desse capítulo, qual seja, o de que as celebrações seculares, quer obedecessem ao ciclo de cem ou de cento e dez anos, tinham por preocupação primária assegurar a sobrevivência da *Urbs* até o *saeculum* seguinte. Para tanto, era necessário agir para que os deuses poupassem a população da cidade das doenças e catástrofes de toda sorte. Os cultos eram a saída para que tal pudesse se concretizar⁴¹.

Quer dizer, independente dos vínculos que se possam ou não firmar entre os sacrifícios promovidos no Tarento e os Jogos Seculares de 17 AEC⁴², a partir de Augusto tais festividades fundamentaram-se sobre três elementos⁴³. O primeiro deles concernia à definição do *saeculum* como um intervalo temporal de 110 anos⁴⁴. Apesar disso, naquilo que me interessa diretamente, os Jogos Seculares de 248 seguiram a trilha aberta por Cláudio no ano de 47, quando, conforme já indicado, o *saeculum* foi computado como um período de 100 anos e calculado em função dos centenários de fundação da cidade de Roma.

Na verdade, ao final da República já havia se consolidado entre os romanos a compreensão de que um *saeculum* equivalia a 100 anos – tal qual a noção moderna de “século” tão corriqueira entre nós. Gary Forsythe esclarece que a versão alternativa de que o *saeculum* correspondia a 110 anos surgiu somente durante a época de Augusto, de maneira a justificar o anseio do imperador em promover os Jogos Seculares no ano de 17 AEC como forma de assinalar o estabelecimento de seu principado⁴⁵. Não à toa, o colégio sacerdotal dos “quindecênviros das coisas sagradas” (*quindecimviri sacris faciundis*), a quem competia a administração dos jogos, adotou uma cronologia por meio da qual se retrojetava sobre o passado esse in-

tervalo de 110 anos, registrando em seus *commentarii* uma espúria ocorrência de Jogos Seculares em 456, 346, 236 e 126 AEC⁴⁶.

A despeito disso, a partir do primeiro *princeps* os Jogos Seculares passaram a dispor de regularidade, em contraste com as incertezas quanto ao momento da realização dessas celebrações nos períodos médio e tardo-republicano. Isso me leva ao segundo ponto. Os processos de purificação inerentes aos jogos assumiram caráter igualmente regular, inscrevendo-se nos ritmos de vida comuns à Roma e, por tabela, ao Império como um todo. Por último, os Jogos Seculares consistiram em mais uma das ocasiões mediante as quais a figura de Augusto pôde ser exaltada e, nesse sentido, serviram para estimular uma maior identificação entre o *populus Romanus* e o governante responsável por organizar tais festejos⁴⁷.

Todavia, é impossível descrever em que medida as celebrações ao tempo de Cláudio diferenciaram-se, ou não, do programa que caracterizou os Jogos Seculares sob Augusto, pautados nos ciclos de 110 anos. Apesar da significativa modificação no que concernia aos propósitos dos jogos, com Roma e a divindade homônima, *dea Roma*, como principal objeto de culto (para não mencionar a retomada da periodização de 100 anos em relação aos *saecula*), ao que tudo indica as comemorações ocorridas em 47 se encaixaram nos parâmetros definidos ao tempo de Augusto, ao menos do ponto de vista ritual⁴⁸.

Nesse caso, se os Jogos Seculares de 248 se basearam efetivamente sobre tais procedimentos, eles abarcaram cerimônias religiosas que duraram três noites e três dias⁴⁹, seguidas de competições agonísticas cuja duração não é possível estimar. De acordo com Christian Körner, os Jogos Seculares sob Filipe tiveram por função principal a exaltação da cidade de Roma e do milênio que então se completava. Disso teria resultado que os aspectos expiatórios co-



muns aos ritos seculares haviam perdido importância em 248, o que explicaria o fato de os *quindecimviri sacris faciundis* não figurarem em fonte alguma como parte envolvida nas celebrações durante o governo de Filipe⁵⁰.

Entretanto, Claudia Santi sugere que Filipe organizou os Jogos Seculares em conformidade com as prescrições contidas nos antiquíssimos Livros Sibílicos, ainda que prescindindo de consultá-los, ao contrário do que Gordiano III, por exemplo, teria feito pouco antes (em 241) para a execução de rituais de purificação devido a um forte terremoto que havia atingido algumas regiões do Império⁵¹. Os Livros Sibílicos consistiam em uma coleção de oráculos de caráter oficial que, de acordo com a tradição, teria sido recolhida durante o reinado de Tarquínio Prisco (616-579 AEC). Sob a guarda, justamente, dos citados *quindecimviri sacris faciundis*, os Livros Sibílicos eram consultados em momentos de crise e somente se o Senado assim o autorizasse. Porém, um incêndio que atingiu o Templo de Júpiter Capitolino em 83 AEC os destruiu; por conta disso, os Livros Sibílicos vieram a ser reconstituídos a partir de portentos e prodígios coletados junto a tradicionais centros sibílicos no mundo greco-romano. Dentre o material contido nesses textos sagrados, se encontravam os rituais preceituados para a criação dos Jogos Seculares⁵².

Além disso, a própria realização dos jogos em 248 escapa a uma datação mais precisa. Tendo em vista a conexão com o *dies natalis urbis Romae*, parece seguro supor que os Jogos Seculares tiveram lugar em simultâneo ou em momento imediatamente posterior ao dia 21 de abril de 248 (ou seja, quando da conclusão do milésimo aniversário da cidade). No entanto, é possível que as comemorações pelos mil anos de Roma não tenham se confundido estritamente com a realização dos Jogos Seculares, os quais, nesse caso, teriam ocorrido da noite de 31 de maio até o dia 03 de junho, tal como havia sido o

caso no ano de 204⁵³. Não obstante, dada a relevância conferida ao milênio, penso que seja improvável que os jogos tenham sido celebrados somente algumas semanas depois.

Por fim, as fontes relativas aos jogos de 248 – as numismáticas⁵⁴, mas, em particular, as literárias⁵⁵ – ressaltam a exuberância dos combates de gladiadores e das caçadas a animais, que se estenderam por 14 dias consecutivos, caso tenham sido seguidas as disposições aplicadas em Jogos Seculares anteriores. Quiçá tal documentação refletisse o fato de a dimensão religiosa/sacralizante do festival ter cedido maior passo aos elementos agonísticos. Isso, porém, não significa que os rituais religiosos tivessem sido negligenciados, pois que a comunicação com os deuses consistia em ponto essencial para todo e qualquer festival greco-romano. O componente ritual não pode ser perdido de vista, mesmo que o caráter purificador dos jogos tenha sido matizado em 248⁵⁶ – condição que, aliás, já se notava nos jogos de outrora, pois que a liturgia da purificação, relacionada com rituais ctônicos performados no altar subterrâneo dedicado a *Dis Pater* e Proserpina, foi desprovida de maior significado no decurso do Principado⁵⁷.

Seja como for, vale reiterar que os Jogos Seculares no decorrer da era imperial configuravam mais um dos mecanismos de exaltação da imagem pública dos *principes*. As alterações promovidas por Cláudio, ao vincular diretamente os jogos aos aniversários (centenários) de Roma, fizeram com que se consolidassem ainda mais os laços entre os Jogos Seculares, a cidade de Roma e os imperadores que os haviam organizado⁵⁸.

Portanto, os diferentes sentidos conferidos aos Jogos Seculares ilustram a plasticidade dos rituais religiosos romanos, pois que práticas tradicionais e tidas por invariáveis acabavam por serem reinterpretadas e ressignificadas à luz de transformações sociais ocorridas



ao longo do tempo⁵⁹. Eventos essencialmente coletivos, celebrações como os Jogos Seculares serviam, entre outros, para regular tensões internas. Donde a relação íntima entre “ritual”, de um lado, e “poder”, de outro, de forma tal que os governantes romanos buscaram explorar várias festividades (e os rituais a elas vinculados) com vistas à manutenção do poder que exerciam⁶⁰.

Nesses termos, o milenário de Roma permitiu a Filipe reconfigurar os Jogos Seculares, os quais, ao assinalarem o encerramento de um milênio e o início de outro, possibilitaram que um discurso de secularidade fosse explorado em articulação com tais festejos⁶¹. É essa ligação entre os Jogos Seculares e as formas de se pensar a temporalidade que exploro na seção a seguir.

A MULTIPLICIDADE DOS TEMPOS NA ANTIGUIDADE ROMANA

Como ficou claro até aqui, há uma dimensão explicitamente cíclica referente aos festivais cívico-religiosos romanos. Aliás, não se trata de algo exclusivo do mundo antigo, mas antes de traço tão corriqueiro em nossas vidas que raramente paramos para refletir sobre. O sistema oficial de medida que empregamos, convencionalmente assentado sobre os fenômenos astronômicos da rotação e da translação da Terra, implica uma divisão do tempo vivido em dias, meses e anos. O movimento de nosso planeta sobre o próprio eixo (ou seja, o tempo necessário para que a Terra cumpra com uma volta completa sobre si) leva mais ou menos 24 horas. Por sua vez, a órbita elíptica que a Terra realiza em torno do Sol dura 365 dias e quase seis horas, aproximadamente. Em que pese a extrema relevância desses processos astronômicos para a presença humana no globo terrestre,

soaria cômico se ouvíssemos alguém afirmar, digamos, que já viveu 42 translações do planeta ou que aguarda por uma consulta médica a realizar-se daqui a 23 rotações da Terra!

Os calendários exercem essa função de ordenamento do tempo, pautando-se em convenções cultural e historicamente constituídas. O calendário (cristão) gregoriano com o qual estamos habituados permite que situemos no tempo determinados eventos, sejam eles quais forem⁶². Tomemos um exemplo banal, porém significativo para cada um de nós: a data em que comemoramos nossos aniversários. É uma convenção social que tem por fundamento o dia em que nascemos, evento singular que somente pode ocorrer em um momento específico e irreproduzível. À medida que envelhecemos, temos uma sensação cumulativa quanto ao tempo vivido por nós – ou, dito de outra maneira, o esquema a partir do qual organizamos a memória sobre nossa própria vida pressupõe uma linearidade, como se nos movêssemos para frente, desde o primeiro dia de nossa existência.

Entretanto, a data correspondente ao dia em que nascemos repete-se anualmente. Se alguém vive, digamos, 15, 59 ou 98 anos completos, terá experienciado a repetição de sua data de nascimento por 15, 59 e 98 vezes, respectivamente. Embora cada uma dessas datas em si corresponda a uma ocorrência única e ontologicamente irrepetível, a recorrência (anual) com que são comemoradas redundante em uma forma cíclica de organizarmos nossa história pessoal e, portanto, o tempo de nossa experiência terrena⁶³.

Contudo, não há “história pessoal” em uma dimensão puramente individual – quer dizer, uma trajetória de vida cuja duração diga respeito ou baste por si mesma. Por exemplo, se afirmamos que fazemos aniversário em 05 de dezembro ou que a seleção brasileira conquistou, no ano de 2002, a Copa do Mundo de futebol masculino em uma partida que aconteceu em um domingo, lidamos com



marcadores temporais aos quais conferimos algum sentido, pois que pertencemos “(...) a um universo onde existe uma profusão de outros seres humanos, ou seja, uma realidade social, e múltiplos processos físicos, ou seja, um mundo natural”⁶⁴. Mediada pelo uso de calendários, a regularidade com a qual certos eventos ocorrem permite que estabeleçamos a duração de quaisquer acontecimentos ou processos sociais e históricos, quer ocorram em simultâneo ou sucessivamente, quer mantenham ou não relação entre si. Logo, o nascer e o pôr do Sol a cada dia, o aniversário de uma pessoa a cada 365 dias ou a realização de uma Copa do Mundo de futebol masculino de quatro em quatro anos constituem marcos que tornam viável que os seres humanos se orientem melhor no mundo em que se inserem⁶⁵.

Em outras palavras, se trata de algo que dota de significado a experiência humana em sociedade. Sendo assim, é próprio dos seres humanos a sensação de “vivenciar o tempo”, que se dá a partir da percepção de que os acontecimentos se sucedem (no tempo cronológico). Igualmente, isso resulta de nossa capacidade mnemônica de identificar que outros eventos ocorreram no passado e de conectá-los mentalmente com acontecimentos mais recentes ou com aqueles em curso⁶⁶.

Damos justamente o nome de temporalidade a essa sensação de que, seres humanos que somos, “vivenciamos” ou “experimentamos o tempo”. Assim, concebo a temporalidade tendo em vista que,

“(...) em primeiro lugar, só o presente é real, mas também que qualquer tempo por nós vivido só tem sentido se comparado com o tempo que ainda não é, ou não mais existe – o que consiste no processo fundamental de consciência humana e, num plano mais restrito (...), da apreensão da história”⁶⁷.

Nesses termos, retornemos à Antiguidade romana. Como destacado no parágrafo que abre essa seção, o calendário cívico-religioso em Roma pressupunha a recorrência anual (e, portanto, cíclica) de várias festividades religiosas que eram realizadas no interior da cidade, em diferentes estruturas urbanas que serviam de cenário para tanto⁶⁸. À primeira vista, isso parece reforçar o lugar-comum de que o pensamento greco-romano (“pagão”) se caracterizava por concepções cíclicas quanto ao tempo/temporalidade, algo que teria sido suplantado pelos cristãos em sua abordagem linear de tempo⁶⁹. Mas, pelo contrário, minha intenção é a de salientar como os jogos celebrados em 248 conotavam uma multiplicidade de intuições sobre o tempo, em relação as quais as percepções cíclicas configuravam uma das possíveis.

É evidente que os Jogos Seculares de 248 possuíam uma natureza cíclica. A despeito disso, porém, a raridade com que tal festividade era celebrada é o aspecto a ser aqui enfatizado: afinal de contas, ocorria a cada cem ou cento e dez anos apenas⁷⁰, cumprindo com uma função primordial, isto é, a de assegurar que a cidade sobrevivesse até o século seguinte⁷¹.

Isso toca em um elemento crucial. A sucessão de *saecula* derivava de uma abstração que implicava uma forma de organizar a passagem do tempo. O íntimo vínculo construído a partir do ano de 47 entre um *saeculum*, enquanto unidade de medida do tempo, e os centenários de Roma, faziam com que, a cada centena de anos (800, 900, 1000...), os aniversários da cidade imprimissem uma marca de descontinuidade naquilo que podia ser enxergado como um continuum histórico. Ou seja, as celebrações encabeçadas por Cláudio em 47, Antonino Pio em 147 e, finalmente, Filipe em 248 funcionavam como marcadores mediante os quais era possível mapear o passado, o presente e, igualmente, o futuro. Igualmente, cumpriam com

a função de orientar e regular socialmente o tempo, contribuindo para ditar o comportamento de uns e de outros em relação a processos que escapavam à vontade e ação individuais⁷².

Todavia, o milésimo aniversário se situava, a meu ver, como um marcador dotado de excepcionalidade ainda maior⁷³. Se o ponto de partida se mostrava claro – a fundação de Roma em 753 AEC, conforme a datação varroniana –, o caráter fatalista da doutrina dos *saecula* projetava sobre o devir uma expectativa de finitude. Nesse caso, o ano mil *ab urbe condita* se posicionava como um ponto de chegada. Mas, à medida que o *millesimus annus* se aproximava, as possíveis expectativas criadas em torno de um eventual fim já não se confundiam com o porvir inespecífico, mas antes tornavam-se uma condição a caracterizar o presente vivido ou, se se quiser, o contexto mais imediato (nada menos do que o governo do próprio Filipe, iniciado no começo do ano de 244). É por conta disso que se pode pressupor que o milenário da cidade, enquanto “ponto de virada”, suscitava um *frenesi* milenarista em parte dos habitantes do mundo imperial romano.

Por conseguinte, estou de acordo com David Potter ao defender a perspectiva de que o milênio de Roma suscitava “especulações quanto à chegada de uma mudança radical”⁷⁴. Potter traz uma observação instigante nesse sentido, concernente a alguns versos que se encontram no *Décimo Terceiro Oráculo Sibilino*, texto redigido em grego e contemporâneo ao período do qual me ocupo⁷⁵. Apoiando-se em esquemas numerológicos comuns às narrativas proféticas, o *Décimo Terceiro Oráculo Sibilino* parece referir-se veladamente às celebrações do milenário ao tempo de Filipe. Desse modo, aquilo que se apresentava como uma “predição” acerca de algo, calcada na simbologia atribuída a dado número, servia para contextualizar e conferir sentido a eventos coetâneos à ação de se “profetizar”⁷⁶, como se vê no trecho a seguir:

assim também os persas estão longe da vitória
 nesse dia, enquanto a querida provedora dos itálicos,
 que repousa na planície do Nilo junto às águas por-
 tentosas,
 despacha o tributo da colheita para a Roma das sete
 colinas.
 Essas coisas estão fadadas. Pois, Roma, que em seu
 nome contém em números o tempo decorrido,
 durante esses muitos anos em que a maravilhosa
 grande cidade
 do príncipe macedônico de bom grado fornecerá
 trigo⁷⁷.

A linguagem tortuosa tão usual à literatura oracular não precisa nos assustar. Se somadas, as letras que formavam o nome “Roma”, em grego, alcançavam 948 como resultado – cifra não muito corriqueira, ao contrário do número 900 que costumava figurar em diferentes profecias no mundo antigo⁷⁸. Mas o que me interessa é o uso que se fazia da numerologia no relato do *Décimo Terceiro Oráculo Sibilino* justamente na conjuntura do milenário da cidade. O aspecto escatológico é saliente: Roma conhecerá o seu fim. Porém, isso estava condicionado à dominação exercida pelos romanos sobre os egípcios, metaforicamente postulada por meio da menção que se fazia à Alexandria, “a grande cidade do príncipe macedônico” (que não poderia ser outro senão o próprio Alexandre, o Grande), e ao sistema anonário pelo qual a cidade de Roma era abastecida em grande parte pelos cereais cultivados na província do Egito.

Dito de outra forma, o domínio de “Roma” sobre o “Egito” perduraria pelo tempo correspondente à somatória das letras gregas com que se grafava o nome da primeira: 948 anos. Ora, à época das comemorações encabeçadas por Filipe em 248, qualquer escritor que vivesse no mundo imperial saberia que o Egito não era, nem de



longe, governado pelos romanos há mais de nove séculos. Trocando em miúdos, a mensagem oracular era a de que o colapso de Roma não era iminente naquele contexto⁷⁹. Mas a análise pode ser aprofundada. Hei de salientar, pois, que o(s) autor(es) do *Décimo Terceiro Oráculo Sibilino* transpareciam o fato de que havia algum tipo de inquietação corrente, nos meados do século III, ao negarem “profeticamente” que Roma pereceria no presente (ou seja, na conjuntura do milenário da cidade), posto que o controle romano sobre o Egito haveria de perdurar por muito tempo ainda. Esses versos que integram o *Décimo Terceiro Oráculo Sibilino* apontavam, assim, para a existência de uma crença escatológica a circular entre os habitantes do território imperial naquele período. Em suma, havia alguma expectativa de que o milênio marcaria o fim de Roma e de seu império.

Por outro lado, a cifra redonda do milenário podia se revestir de uma natureza excepcional aos olhos de certos grupos intelectuais greco-romanos. À guisa de ilustração, os círculos órfico-pitagóricos concebiam o número 1000 como expressão da realização plena da chamada “década pitagórica” (os dígitos do número 10 continham e descreviam o “mundo”, os “céus” e o “Todo”, material e metafísico). Nesse caso, à “cidade-mundo” que completava mil anos competia dominar o universo por inteiro⁸⁰. Nada de fim dos tempos, portanto.

Contudo, cabe alertar para uma condição que distinguiu os antigos romanos de nós, habituados que estamos a fixar a ocorrência de eventos dentro de um quadro cronológico, datando-os como “anteriores à era cristã” (AEC) ou como inseridos na “era cristã” (EC). Por exemplo, aquilo que nós chamaríamos por “datação” equivalia, entre os historiadores romanos, a um ato mediante o qual se estabelecia, pura e simplesmente, uma correlação entre diversos acontecimentos⁸¹. Com isso, quero dizer que o milenário de Roma configurava um *evento* e não exatamente uma *data*, no sentido de que homens

e mulheres na Antiguidade greco-romana não lidavam com datas (isto é, com números no interior de uma série cronológica), mas antes conectavam eventos e personagens significativas entre si. Como ensina Denis Feeney, não se tratava de dispor de um quadro temporal/cronológico preexistente dentro do qual os acontecimentos eram localizados e sim de construir um enquadramento em meio ao qual tais eventos adquiriam significado⁸².

Sendo, antes do mais, um evento e não propriamente uma data, o milésimo aniversário da cidade seria pensado em função de algo que haveria de ocorrer sincronicamente. A doutrina etrusca dos *saecula*, conforme visto, fazia com que o milenário caminhasse a passo igual com a expectativa pelo fim da própria sociedade romana⁸³. Esquemas como esse dos dez *saecula* sinalizavam que “Eras significativas eram frequentemente utilizadas em conexão com números significativos a fim de contar o tempo da chegada de eventos espetaculares”⁸⁴. Talvez os distúrbios violentos que eclodiram na cidade de Alexandria, justamente no ano de 248, guardassem relação com essa inquietude milenarista⁸⁵ que teria desabrochado naquele momento⁸⁶. Porém, como apontarei no capítulo seguinte, o governo de Filipe se caracterizaria pela produção de sentidos diametralmente opostos no que concernia aos mil anos de Roma, os quais se observam por intermédio da noção de *saeculum nouum* presente nas moedas a serem analisadas nesse livro⁸⁷.

Por conta disso, a concepção de “secularidade” vigente entre os romanos é fundamental para se entender as maneiras de se experienciar o tempo vivido no contexto do milésimo aniversário da cidade de Roma. Antes, porém, uma nota de advertência. Como já adiantei na Introdução, temos de ignorar as acepções de “secularismo/laicidade” comuns à contemporaneidade. Craig Calhoun explica que no âmago da perspectiva romana quanto ao

“secular” encontrava-se um contraste não com a religião, mas sim com a ideia de eternidade⁸⁸. Nesse sentido, o *saeculum* inscrevia-se no tempo: se tratava de uma característica comum à experiência de cada indivíduo ou sociedade e, logo, dotada de finitude. Sem a pretensão de discorrer sobre o conceito de eternidade em toda a sua ambiguidade, destaco que o termo denota a “atemporalidade de existências”. Com isso, quero dizer que aquilo que é “eterno” não apenas existe por um tempo sem fim, mas também transcende o próprio tempo, sem que *esteja* no tempo absolutamente⁸⁹.

Entretanto, como representar a “eternidade” para nós mesmos, essa realidade atemporal, uma vez que ela se situa fora da própria sucessão temporal? John McTaggart sugere que “A realidade do Eterno só pode dar conforto para nós (...) se a concebermos como futura, pois é para o futuro que o otimismo deve olhar”⁹⁰. Isso permite compreender por que a conjuntura do milenário da cidade também foi marcada pela emissão de moedas que exortavam a eternidade de Roma, como se verifica na sequência:



Figura 02. Antoniniano, Roma © American Numismatic Society, Mantis Database. Disponível em: <http://numismatics.org/collection/1924.102.16>. Referência: RIC 4.3. (Philip I) no. 44B.

Moedas como essa foram batidas na cidade de Roma no ano de 247 (talvez até mesmo desde o início do governo de Filipe, em 244). O anverso apresenta a efigie de Filipe, voltada à direita, conforme padrões de representação comuns (barba e cabelos curtos, coroa radiada) a outros antoninianos emitidos em nome do imperador naquele momento. Desejo sublinhar os elementos que se veem no reverso, a começar pela inscrição ROMAE AETERNAE. Voltada à esquerda, há uma imagem da deusa Roma que, por sua vez, portava na mão direita uma estatueta alada que remetia a outra figura divina, qual seja, a *Vitória*. A associação entre ambas as divindades, *Roma* e *Vitória*, veiculava a ideia de que os atributos pertencentes à segunda (isto é, o êxito, a conquista, em especial no campo de batalha) eram conferidos à primeira, de modo que a deusa Roma carregava, pois, em uma de suas mãos a outra deidade.

Ao mesmo tempo, a dedicação à Roma *eterna* amplificava os vínculos entre as duas deusas. Martin Charlesworth afirmava que, na Antiguidade, “todo membro da comunidade ansiava por ter a garantia da perenidade do todo do qual ele era uma parte; se tratava de um anseio profundamente arraigado e natural”⁹¹. Em que pese a generalização, Charlesworth ressaltava a importância política e simbólica que a ideia da “eternidade de Roma” assumiu no decorrer da história imperial romana. Ela pode ser pensada nos termos, diria eu, de um suporte psicológico coletivo: eterna, a cidade de Roma (e o império que lhe emprestava o nome) se colocava acima da temporalidade histórica, na medida em que não seria finita, limitada pelo tempo. Mas, por outro lado, o discurso da eternidade fazia com que os rituais e práticas que materializavam a perspectiva da *aeternitas* tivessem de ser periodicamente levados a cabo, o que inseria o mito da Roma eterna *dentro da história* e, por conseguinte, da sucessão temporal.

Para tanto, imperadores como Filipe teriam de assegurar que tamanha condição se estenderia indefinidamente no decorrer do

tempo⁹². Daí que a legenda que se vê no reverso da Figura 02, ao denotar que algo era “oferecido ou dedicado à Roma eterna” (*Romae aeternae*, no caso gramatical dativo do latim), mantivesse relação com os mil anos da cidade, que haviam se iniciado justamente a partir de 21 de abril de 247 – ou seja, quando tais peças haviam sido produzidas e encontravam-se em circulação. Dessa forma, proponho que os elementos iconográficos exibidos nesse reverso remetessem

(...) às celebrações que viriam a ter lugar em 248, o que reforça a noção de que os mil anos da cidade davam prova do caráter eterno da *Vrbs* (...), assim como fornece[m] evidência indireta quanto ao fato de que a organização dos *ludi* [isto é, dos Jogos Seculares] integrava a agenda político-religiosa do reinado de Filipe em um sentido mais amplo⁹³.

Nesses termos, é preciso trazer o milésimo aniversário de Roma novamente para o centro do debate. Enquanto evento ou acontecimento histórico, distinguia-se por uma tripla dimensão: primeiramente, se tratava de algo *singular*, cuja imediateidade tornava-o único e, pois, concreto. Em segundo lugar, foi algo *irreversível*, uma vez que, considerada a sua materialidade, não poderia repetir-se nem voltar atrás (isto é, embora a cada ano a cidade de Roma repetidamente completasse um ano mais a contar desde a sua mítica origem, os mil anos não correspondiam ao 999º ano, tampouco ao 1001º ano). Por fim, também se caracterizou como algo *efêmero*, “posto que em sua unicidade os acontecimentos são acidentes” – no sentido da palavra latina *accidens*, quer dizer, daquilo que ocorre ou diz respeito a um ser – e, por tabela, tinha por marca a fugacidade e a transitoriedade⁹⁴.

A singularidade, a irreversibilidade e a efemeridade do acontecimento assinalam outra questão, qual seja, a de que as experiências



temporais não se restringem ao tempo cronológico. Decerto todo evento tem lugar em determinado intervalo de tempo; isto é, em dado instante em meio a um continuum de instantes sucessivos. Tal é a acepção de tempo a que nomeamos a partir do vocábulo *chronos* e que torna possível mensurá-lo⁹⁵. Todavia, o tempo é heterogêneo. Os mil anos da cidade de Roma correspondem a um evento cuja ocorrência se deu em seu *próprio tempo*, ou seja, em uma ocasião apropriada para tanto. Se trata, pois, do tempo como *kairos*, como momento especial ou oportuno, o que faz com que a maneira de se aperceber o tempo não se desvincule da experiência vivida, das ações adotadas pelos indivíduos diante da emergência do evento, tampouco possa ser plenamente compreendida somente em função de um enquadramento cronológico⁹⁶.

Sendo assim, ao afirmarmos em nossa vida cotidiana que um acontecimento era “ímpar” ou “único”, lançamos mão de um pleonasmos. A despeito da redundância, é uma figura de linguagem comum, utilizada quando pretendemos enfatizar a importância de certo evento ou experiência por nós vivenciada. Para o historiador, porém, a tarefa de lidar com o acontecimento não é das mais simples. A unicidade do evento liga-se ao modo como as sociedades humanas se relacionam com o tempo. Desnecessário asseverar que a forma mais usual de apreendermos o tempo se dá por meio da sucessão de instantes, em uma dimensão basicamente cronológica (tempo-*chronos*). No entanto, dado o caráter de “presenticidade” do acontecimento, ele se situa como um ponto de ruptura na linha temporal (tempo-*kairos*). Do que temos que os acontecimentos sejam multifacetados em suas singularidades, as quais não se reduzem a um contexto, mas antes devem ser problematizados em função das temporalidades específicas que o envolvem⁹⁷.

Significa dizer que, para interpretarmos certos eventos, temos de ultrapassar os liames referentes ao contexto mais imediato dentro

do qual ele se circunscreve, do ponto de vista cronológico. Como afirma Pierre Nora, o acontecimento “tem como virtude unir, num feixe, significações esparsas. Ao historiador cabe desuni-los para voltar da evidência do acontecimento à colocação em evidência do sistema”⁹⁸. Isso nos ajuda a compreender por que houve a emissão de moedas do tipo SAECVLVM NOVVM sob a autoridade de *principes* diferentes, no seio de uma conjuntura caracterizada por expectativas em torno de uma “nova era” a ser inaugurada a partir do milésimo aniversário de Roma.

Logo, problematizo os mil anos da cidade não enquanto acontecimento encerrado em sua imediateidade, mas antes em função da conjuntura na qual floresceram determinados significados⁹⁹. Tendo isso em mente, se uma análise conjuntural não pode ignorar que tal evento articulava-se com as estruturas que o precediam e o tornavam possível, não perco de vista que o “acontecimental” se voltava também para o futuro, conforme argumenta Martin Jay¹⁰⁰.

Porém, no caso específico da sociedade romana, a qual concepção de “futuro” me refiro? O sistema de datação *ab urbe condita* era linear, o que estimulava a percepção de uma “continuidade substancial” rumo ao porvir (e que, igualmente, era passível de ser recuada na direção do passado)¹⁰¹. No entanto, é difícil mensurar aquilo que, para os romanos, correspondia a esse tempo projetado à frente que, contudo, ainda não existia no presente. Brent Shaw aclara que as concepções mais usuais acerca do “futuro” na Antiguidade romana eram mais fragmentadas e de curta duração, derivadas das ações cotidianas a partir das quais se forjava a experiência, individual e coletiva. Conseqüentemente, a capacidade de se planejar aquilo que ainda estava por ocorrer era restrita, de alcance limitado. Nesse sentido, a ideia de futuro entre os romanos se confundiria com as atividades a serem executadas em um intervalo de tempo imediatamente posterior ao presente vivido ou no ano vindouro, no máximo¹⁰².

Devido a isso, Shaw argumenta também que o sistema de datação ancorado na fundação da cidade chamava a atenção de uns poucos antiquários, de forma que, nas tarefas comeczinhas do dia a dia (transações comerciais, registro de atos governamentais etc.), a passagem do tempo era calculada em razão da sucessão anual dos cônsules, por exemplo¹⁰³.

Embora eu não discorde exatamente de Shaw, é possível agregar outros aspectos a essa discussão¹⁰⁴. É oportuno ressaltar a lenda SAECVLVM NOVVM presente nos tipos monetários que analisarei nos próximos capítulos. Mensagens de secularidade como essa, que manifestavam a perspectiva de que benefícios imateriais haveriam de ser conferidos aos habitantes do Império por parte da família reinante, deram o tom ao período entre 193 e 284. Quer dizer, o imperador (e, cada vez mais comum no século III, também os seus filhos, vinculados ao poder imperial mediante títulos e honorárias variadas) era representado como aquele a assegurar uma era de prosperidade e bem-aventurança aos seus concidadãos. Ou seja, um *saeculum aureum*, que se exprimia na iconografia monetária por meio de imagens referentes a noções como *abundantia* (“abundância”), *felicitas* (“felicidade”), *laetitia* (“alegria”), *salus* (“bem-estar”, “segurança”), entre outras¹⁰⁵.

Não que esse discurso de uma “era de ouro” fosse específico do século III. Na verdade, ele remontava à própria construção do sistema político do Principado, ainda sob Augusto. Talvez mais próprio ao século III seja o fato de que esse discurso de prosperidade correspondesse, antes do mais, a promessas e expectativas emanadas a partir das cortes imperiais justamente diante dos problemas crescentes em matéria militar, política e fiscal¹⁰⁶ – do que a década que se estendeu entre 244 e 253 bem ilustra.

Nesse ensejo, as cortes imperiais encabeçadas por Filipe, Décio e Treboniano Galo, respectivamente, poderiam ter optado por

transmitir a promessa quanto à inauguração de uma “era de ouro” restringindo-se apenas a outras ideias abstratas, comuns que eram à numismática imperial. O emprego de uma expressão tão rara como “nova era” (*saeculum nouum*) somente se esclarece se levarmos em conta os aspectos contingentes à conjuntura do milésimo aniversário de Roma. Por mais que as famílias reinantes naquele contexto promovessem uma imagem positiva acerca de si mesmas enquanto responsáveis por garantir o bem-estar da sociedade romana, colocando-se como os artífices de uma nova, e benfazeja, era, os mil anos da cidade consistiam em um acontecimento que escapava a uma interpretação monolítica, o que redundava em distintas possibilidades de se enquadrar o futuro.

Cabe lembrar que a doutrina dos *saecula*, associada aos centenários de Roma, redundava em uma forma específica de se moldar o futuro. O sentido a ser atribuído aos mil anos da cidade não era homogêneo e, portanto, estava aberto à interpretação por parte de diferentes sujeitos e grupos sociais. Os tipos monetários que carregavam a legenda SAEVLVM NOVVM disseminavam a ideia de que qualquer tendência a uma eventual destruição de Roma seria suplantada, sob a autoridade das dinastias a partir das quais tal mensagem era emanada. Mas, por outro lado, uma “nova era” implicava, de algum modo, uma ruptura com aquilo que era tomado por habitual. A maneira corriqueira de se orientar diante do futuro, como indicada por Shaw, não parece se aplicar comodamente à ideia de futuro inerente à perspectiva de “nova era”, veiculada em função do milênario de Roma. A “nova era” se abria ao devir na medida em que os mil anos davam mostras, no presente, de que a crença quanto à eternidade de Roma possuía materialidade: logo, o encerramento de um milênio se desdobrava como o início de outro milênio. Portanto, o futuro não era moldado apenas nos termos apontados por Shaw¹⁰⁷.

Diante disso, as celebrações do milenário de Roma nos alertam quanto ao fato de que os romanos poderiam invocar sistemas de datação distintos entre si, que adquiriam maior ou menor peso em razão dos contextos em que eram operacionalizados. Igualmente, o *millesimus annus*, na conjuntura de sua emergência, fazia-se sentir nos ritmos da vida cotidiana (em maior medida, talvez, dentro da própria cidade de Roma), caso a experiência diária fosse afetada pela expectativa, positiva ou negativa, fomentada em relação ao final de uma era e ao começo de outra.

Portanto, os mil anos de Roma se situavam enquanto evento em que se justapuseram passado, presente e futuro, de maneira tal que os tipos monetários SAECVLVM NOVVM consistem em um dos mais significativos indícios acerca da importância que tal acontecimento *conjunturalmente* assumiu no interior da sociedade imperial romana (ou, pelo menos, no que se referia às cortes imperiais e aos mecanismos de propaganda a elas ligados, entre os anos de 244 e 253).

À GUIA DE CONCLUSÃO:

OS MIL ANOS DE ROMA, ENTRE TEMPO E POLÍTICA

Assinalei anteriormente que o *saeculum* equivalia a uma unidade temporal, ainda que variável, cuja sucessão ao longo do tempo passou a ser demarcada por intermédio dos Jogos Seculares. Com efeito, a passagem dos sucessivos *saecula* implicava uma forma de se ordenar o tempo entre os antigos romanos. Ao estimular essa percepção acerca da temporalidade, esse discurso de secularidade impulsionava algum grau de consciência histórica, mediante a qual determinados grupos sociais conferiam inteligibilidade e coerência aos eventos do passado, do presente e do futuro. Ou, dito de outra maneira, essa



unidade temporal equivalente a 100 ou 110 anos servia para unificar sequencialmente os acontecimentos¹⁰⁸.

É por isso que Paul Hay afirma que a “secularidade” romana, enquanto “método de periodização”,

(...) é um modo discursivo; é uma maneira de falar sobre história que, por meio de sua própria linguagem, constitui uma estrutura narrativa para essa história, mesmo que não seja explicitamente colocada como tal. Portanto, a secularidade também é inevitavelmente uma forma de se pensar sobre a história, ou mesmo de perceber a história em si; é uma peça do “software cognitivo” que emerge no mundo intelectual romano durante o século I AEC¹⁰⁹.

No entanto, o *millesimus annus* não pode ser apreendido tão somente por conta do tempo-*chronos*. A partir da acepção de tempo-*kairos*, sustento que os mil anos de Roma (e os Jogos Seculares que os celebravam) acalentavam a construção de narrativas que buscavam ordenar a experiência humana relativa ao vivenciar o tempo. Como “ponto de virada”, tal acontecimento demandava que ações fossem tomadas, cujos efeitos não resultavam meramente de uma sucessão temporal¹¹⁰. Por sua vez, essa “experiência humana” deve ser apreendida em um sentido universalizante, referente à sociedade romana como um todo, dentro da qual o discurso de secularidade assumiu contornos específicos no contexto do milésimo aniversário da cidade de Roma, assinalando ritualmente o início de um novo *saeculum* para a cidade e seu império. É isso que explorarei no capítulo seguinte, mediante a análise dos tipos monetários SAECLVM NOVVM emitidos para Filipe e sua família.

NOTAS DO CAPÍTULO

- ¹ HIÉROCLES; FILÁGRIO. *Philogelos*, 62 (tradução/edição Pereira, grifos meus).
- ² Hiérocles teria sido um filósofo neoplatônico que viveu em Alexandria na metade do século V. Já Filágrio provavelmente foi um autor de mimos do período de Augusto, e que serviu de fonte para o *Philogelos* (sendo inclusive o responsável pela composição de uma pequena parte dos textos que foram adicionados ao *Philogelos* e que se leem na versão supérstite da obra). Para tanto, ver PEREIRA, Reina M. T. Introdução. In: HIÉROCLES; FILÁGRIO. *Philogelos (O gracejador)*. Tradução do grego, introdução e notas de Reina Marisol Troca Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 11-12. À título de informação, vale destacar que os mimos correspondiam a um gênero teatral/literário que ganhou força durante a era helenística, caracterizado por diálogos ou monólogos de pequena extensão cuja ênfase recaía sobre temas do cotidiano e aspectos comuns à “literatura regional e popular”. Sobre isso, consultar DEZOTTI, Maria C. C. O mimo grego: uma apresentação. *Revista Itinerários*, Araraquara, n. 6, p. 38, 1993. Por fim, chamo a atenção para o fato de que, embora as anedotas que integram o *Philogelos* tenham sido compiladas/agrupadas em momento posterior, talvez a passagem com que abro o Capítulo 1 tenha se originado justamente no contexto do milésimo aniversário da cidade.
- ³ ZERUBAVEL, Eviatar. *Time maps*. Collective memory and the social shape of the past. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2003, p. 102.
- ⁴ COMISSÃO cívica debate retomada de feriado em aniversário de Piracicaba. *G1 Piracicaba*, Datado de 01/08/2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2013/08/comissao-civica-debate-retomada-de-feriado-em-aniversario-de-piracicaba.html>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- ⁵ Em alusão à data de promulgação da Lei Estadual N° 4245, pela qual o Poder Executivo do Paraná criou, em 1960, 59 novos municípios de uma batelada só, dentre os quais Marechal Cândido Rondon.
- ⁶ O caráter “nacional” do festival gastronômico não passa de hipérbole, porém. As informações a respeito da atividade foram extraídas da seguinte reportagem: 48 BOIS serão servidos na Festa Nacional do Boi no Roletê. *O Presente*, Datado de 24/07/2022. Disponível em: <https://www.opresente.com.br/marechal-candido-rondon/48-bois-serao-servidos-na-festa-nacional-do-boi-no-rolete/>. Acesso em: 02 set. 2022.
- ⁷ Em um misto de relato memorialístico e narrativa (quase) apologética, Claídes Schneider aponta que a Festa do Boi no Roletê em Marechal Cândido Rondon originou-se a partir de um desafio promovido em 1978 por um vereador rondonense. A intenção era a de superar aquilo que acontecia no município vizinho de Toledo, que à época era o palco, havia quatro anos, da “Festa do Porco Assado no Roletê”. Movido pela rivalidade regional, tal vereador se imbuíu da tarefa de assar um boi inteiro, cuja cavidade interna foi recheada, pasmem, com um porco completo! Para tanto, ver SCHNEIDER, Claídes R. “Do cru ao assado”: a Festa do Boi no Roletê de Marechal Cândido Rondon. 132 f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002, p. 31.
- ⁸ Ver Introdução.
- ⁹ ZERUBAVEL, op. cit., p. 101.



- ¹⁰ AURÉLIO VÍTOR, *Histórias abreviadas*, 4.14 (tradução Antiqueira).
- ¹¹ AURÉLIO VÍTOR, *Histórias abreviadas*, 15.4.
- ¹² AURÉLIO VÍTOR, *Histórias abreviadas*, 28.1.
- ¹³ AURÉLIO VÍTOR, *Histórias abreviadas*, 28.2: “E visto que o nome [do imperador Filipe] me fez recordar, igualmente, de minha época, sob o cônsul Filipe o milésimo centésimo aniversário da cidade [em 348] passou sem que ninguém tivesse celebrado, como de costume, com alguma cerimônia solene: a ponto de diminuir, dia a dia, o interesse pela cidade de Roma”. A postura de Aurélio Vítor antecipava em grande medida a de Zósimo, que na virada do século V para o VI sentenciava que o abandono dos Jogos Seculares, depois da abdicação de Diocleciano (284-305), era uma das causas da decadência romana (ver ZÓSIMO, *História nova*, 2.7.1, tradução/edição Ridley).
- ¹⁴ Ver COARELLI, Filippo. Note sui *ludi Saeculares*. In: ÉCOLE FRANÇAISE DE ROME. *Spectacles sportifs et scéniques dans le monde étrusco-italique*. Actes de la Table Ronde de Rome (3-4 mai 1991). Rome: École Française de Rome, 1993, p. 219.
- ¹⁵ Ver, entre outros, DOPICO CAÍNZOS, Maria D. ¿“Aeternitas” o desaparición de Roma? Dos visiones de la sociedad romana. *Quaderni Urbinati di Cultura Classica*, Pisa, v. 63, n. 3, p. 154, 1999.
- ¹⁶ Uma forma corriqueira de se compreender a passagem do tempo entre gregos e romanos (ou ao menos a partir do que se observa na produção intelectual greco-latina, desde Hesíodo até Agostinho) envolvia os paralelos que se estabeleciam entre a trajetória de vida de um indivíduo e a do “mundo”. Quer dizer, aceitava-se a ideia de que era possível dividir a história de determinada sociedade ou povo em períodos distintos, à maneira do que se fazia com o tempo vivido por uma pessoa, do nascimento até a morte. É o que afirma ARCHAMBAULT, Paul. The ages of man and the ages of the world. A study of two traditions. *Revue d'Études Augustiniennes et Patristiques*, Paris, v. 12, n. 3-4, p. 194, 1966. A noção etrusca de *saeculum* se escorava sobre esse arcabouço biologizante acerca da temporalidade, ao mesmo tempo em que se nutria daquilo que Santo Mazzarino denominou por “mito da decadência progressiva”, que no caso assumia a forma de ciclos que “nasciam” e “morriam”. Ver MAZZARINO, Santo. *The end of the ancient world*. New York: Alfred A. Knopf, 1966, p. 31.
- ¹⁷ GUITTARD, Charles. Le temps dans l'Antiquité: le millénarisme étrusque. In: DAVID, Sylvie; GENY, Évelyne (éds.). *Troika*. Parcours antiques. Mélanges offerts à Michel Woronoff. Bésançon: Institut des Sciences et Techniques de l'Antiquité, vol. 1, 2007, p. 24; 26.
- ¹⁸ ZECCHINI, Giuseppe. Feste e identità: dai ludi saeculares ai natali di Roma. In: BARZANÒ, Alberto et alli (a cura di). *Identità e valori: fattori di aggregazione e fattori di crisi nell'esperienza politica antica*. Roma: “L'Erma” di Bretschneider, 2001, p. 195. Ver também PAVIS D'ESCURAC, Henriette. Siècle et Jeux séculaires. *Ktèma*, Strasbourg, n. 18, p. 80, 1993 e CALHOUN, Craig. Time, world, and secularism. In: GORSKI, Philip S. et al (eds.). *The post-secular in question*. Religion in contemporary society. New York: New York University Press, 2021, p. 340. Em teoria uma pessoa poderia testemunhar a celebração dos Jogos Seculares apenas uma vez em sua vida, levando-se em conta o intervalo de tempo que se observava para a realização do festival. Mas a concorrência entre os ciclos estabelecidos por Augusto (seguidos por Domiciano (81-96) e Septímio Severo) e por Cláudio (observados por Antonino Pio e Filipe) tornou possível que, no século III, houvesse uma diferença de apenas 44 anos entre os dois jogos ocorridos na primeira metade daquele século (em 204 e, pois, 248).



¹⁹ DOPICO CAÍNZOS, op. cit., p. 154. Isabel Moreno Ferrero ressalta os problemas que o emprego dessa metáfora continha do ponto de vista histórico, pois, considerando-se o seu caráter escatológico, toda sociedade estaria pré-determinada a desaparecer: depois da velhice, não haveria como se escapar da “morte”. É por conta disso que autores como Floro, historiador e retórico das primeiras décadas do século II, solucionavam tal questão ao fazerem com que a fase derradeira da “vida” de uma cidade fosse seguida por um “renascimento” espetacular. A solução de compromisso favorecida por Floro permitia que esses modelos biologizantes fossem aplicados sobre a história (e, por conseguinte, sobre o tempo), fazendo com que uma narrativa histórica não se encerrasse ao se alcançar um ponto de chegada “organicamente” pré-estabelecido, mas antes fosse marcada por “renovações”. Para tanto, ver MORENO FERRERO, Isabel. El tiempo como categoría histórica: la periodización y las edades de Roma. *Minerva*, Valladolid, v. 15, p. 179, 2001. Como veremos na continuidade desse livro, a noção de *saeculum nouum* anunciada em moedas cunhadas para Filipe e sua família se fundamentava sobre uma ótica similar.

²⁰ VEYNE, Paul. *Acreditavam os gregos em seus mitos?* São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 39. Igualmente, Marta Sordi afirma que a percepção difusa de um fim iminente de Roma e do Império havia angustiado os romanos em diferentes momentos da história imperial. Consultar SORDI, Marta. L’idea di crisi e di rinnovamento nella concezione romano-etrusca della storia. In: TEMPORINI, Hildegard (Hrg.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Berlin; New York: Walter de Gruyter, Band I.2., 1972, p. 781. Por fim, cabe ressaltar que essas percepções “orgânicas” a respeito da história (ver a nota anterior), ainda que fatalistas, não implicavam uma relação com teorias de “eternos retornos”, fossem quais fossem. Atingir o “ponto final” de um ciclo não redundava no retorno ao seu exato “ponto de partida”. Sobre isso, ver MOMIGLIANO, Arnaldo. El tiempo em la historiografía antigua. In: MOMIGLIANO, Arnaldo. *Ensayos de historiografía antigua y moderna*. México/DF: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 167, em análise sobre a metáfora biológica como vista na obra de Floro.

²¹ ZECCHINI, op. cit., p. 195.

²² Tratava-se do selistério, ritual de purificação dedicado às deusas Juno e Diana, e executado no decorrer dos Jogos Seculares por parte de 110 matronas. Vale ressaltar que ambas as divindades eram comumente associadas ao nascimento de crianças. Tais informações podem ser lidas em RANTALA, Jussi. *Maintaining loyalty, declaring continuity, legitimizing power. Ludi Saeculares* of Septimius Severus as a manifestation of the Golden Age. Tampere: Tampere University Press, 2013, p. 64-65. O *sellisternium*, portanto, exprimia essa fusão entre os significados conferidos aos Jogos Seculares na longa duração: um ato expiatório *pro populo*, em benefício da coletividade romana, ao qual se adicionava o componente materno (e, logo, de reprodução física dos romanos) representado pela cifra de 110 mulheres que, por seu turno, remetia ao ciclo de 110 anos estabelecido em 17 AEC como intervalo temporal equivalente a um *saeculum*.

²³ Em 2015, a autora defendeu tese de doutorado na polonesa Universidade de Poznań cujo título é *Idea złotego wieku a ludi saeculares w starożytnym Rzymie* (“A ideia de idade de ouro e os *ludi saeculares* na Roma Antiga”, em tradução livre). A barreira idiomática infelizmente impediu-me de consultar tal estudo. Em contrapartida, há um resumo expandido da tese, a partir do qual me baseei. Para tanto, ver KUBIACZYK, Monika A. The idea of the golden age and *Ludi Saeculares* in ancient Rome. *Studia Europaea Gnesnensia*, Gniezno, n. 13, p. 397, 2016.



- ²⁴ GRAF, Fritz. Festivals in ancient Greece and Rome. In: *Oxford research encyclopedias*. Publicado online em 09 mai. 2016. Disponível em: <https://oxfordre.com/religion/view/10.1093/acrefore/9780199340378.001.0001/acrefore-9780199340378-e-58>. Acesso em: 02 fev. 2022.
- ²⁵ Na Antiguidade, os festivais consistiam em ocasiões que geralmente mobilizavam toda a comunidade cívica. Ver SILVA, Gilvan V. Espaço, memória e festa no Império Romano: o festival das Calendas de Janeiro em Antioquia (séc. IV). In: SILVA, Gilvan V.; SILVA, Érica C. M.; LIMA NETO, Belchior M. (orgs.). *Usos do espaço no mundo antigo*. Vitória, ES: GM Editora, 2018, p. 267.
- ²⁶ BRANDT, Johann R.; IDDENG, Jon W. Introduction. Some concepts of ancient festivals. In: BRANDT, Johann R.; IDDENG, Jon W. *Greek & Roman festivals*. Content, meaning, and practice. Oxford: OUP, 2012, p. 5, tradução minha.
- ²⁷ IDDENG, Jon W. What is a Graeco-Roman festival? A polythetic approach. In: BRANDT, Johann R.; IDDENG, Jon W. *Greek & Roman festivals*. Content, meaning, and practice. Oxford: OUP, 2012, p. 30.
- ²⁸ Consultar RÜPKE, Jörg. *Pantheon*. A new history of Roman religion. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2018, p. 19.
- ²⁹ IDDENG, op. cit., p. 30.
- ³⁰ GONÇALVES, Ana T. M. As festas romanas. *Revista de Estudos do Norte Goiano*, Uruaçu, v. 1, n. 1, p. 27; 30, 2008.
- ³¹ *Ibid.*, p. 26.
- ³² SILVA, op. cit., p. 267-268. O que não significa dizer que as festas, em particular em seus aspectos lúdicos, impulsionassem exatamente a dinâmica consensual. Pelo contrário, as corridas no Circo Máximo favoreciam “uma cultura de competição”, que opunha diferentes sujeitos a compor o público que as assistia, em razão da preferência por esse ou aquele condutor dos carros em disputa. Similarmente, a encenação de peças teatrais, cujo conteúdo político poderia aludir a temas contemporâneos a ecoar na memória coletiva, traziam em seu âmago fatores disruptivos. Quanto a isso, ver ESTIENNE, Sylvie. De la création des *Ludi Apollinares* à la célébration sévérienne des *Ludi saeculares*: aspects religieux et politiques de la célébration des jeux à Rome. *Pallas. Revue d'Études Antiques*, v. 111, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pallas/18481>. Acesso em: 11 set. 2022.
- ³³ “Romanidade”, no caso, pode ser pensada como sinônimo de “cultura romana”, enquanto compartilhamento de significados socialmente construídos. Isto é, a romanidade concernia a experiências e ideias partilhadas por determinados indivíduos, materializadas por meio de práticas e representações sobre as quais se assentava a construção de uma identidade mutual. Para tanto, ver HUSKINSON, Janet. Looking for culture, identity and power. In: HUSKINSON, Janet (ed.). *Experiencing Rome: culture, identity and power in the Roman Empire*. New York: Routledge, 2000, p. 5.
- ³⁴ DE BLOIS, Lukas. *Image and reality of Roman imperial power in the third century AD*. The impact of war. London; New York: Routledge, 2019, p. 230.
- ³⁵ Quanto a isso, consultar GRIMAL, Pierre. *As cidades romanas*. Lisboa: Edições 70, 2003, p. 11. Ademais, desde o final da era republicana a cidade de Roma passou a ser repre-

sentada na literatura greco-latina como o espaço que sumarizava, que “encapsulava” o mundo conhecido (que se confundia, nesse caso, com o território imperial, quer dizer, com a unidade política sob a autoridade dos imperadores que governavam a partir da cidade de Roma). Para tanto, ver EDWARDS, Catherine; WOOLF, Greg. *Cosmopolis: Rome as world city*. In: EDWARDS, Catherine; WOOLF, Greg (eds.). *Rome the cosmopolis*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 3.

³⁶ DE BLOIS, op. cit., p. 231.

³⁷ GRAF, op. cit. Igualmente, registre-se que foi justamente durante o governo de Adriano que a datação *ab urbe condita* passou a figurar em tipos monetários. Para tanto, ver PAVIS D'ESCURAC, op. cit., p. 88.

³⁸ CHRISTOL, Michel. L'image du phénix sur les revers monétaires au milieu du III^e siècle: une référence à la crise de l'Empire? *Revue Numismatique*⁶, Paris, v. 18, p. 84-85, 1976.

³⁹ BRANDT; IDDENG, op. cit., p. 3.

⁴⁰ Uma síntese acerca dessa proposta se lê em DUNNING, Susan C. B. *Roman Ludi Seculares from the Republic to Empire*. 201 f. Thesis (Doctor of Philosophy) – Department of Classics, University of Toronto, Toronto, 2016, p. 3.

⁴¹ BRIND'AMOUR, Pierre. L'origine des Jeux Séculaires. In: HAASE, Wolfgang (Hrg.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Berlin; Boston: Walter de Gruyter, Band II.16.2, 2016 [1978], p. 1355. A lenda relativa à instituição dos jogos por parte dos Valérios comportava essa faceta expiatória: diz-se que um certo Valésio, antepassado da *gens* Valéria, teria curado seus três filhos ao fazê-los beber a água do rio Tibre que ele havia fervido sobre o fogo que crepitava em um altar no Tarento, erigido a *Dis Pater* e à Proserpina. No entender de Brind'Amour, porém, os cultos seculares surgiram em Roma por conta, justamente, da conclusão de um centenário: em 453 AEC, quando do 300^o aniversário, a cidade vivia um cenário marcado pela eclosão de uma epidemia inespecífica, que custou a vida de um dos cônsules daquele ano, assim como por tensões sociais que culminaram nas mudanças políticas e religiosas chanceladas por meio da Lei das XII Tábuas (451-450 AEC). Os Jogos Seculares teriam se originado nesse contexto. Ver BRIND'AMOUR, op. cit., p. 1360; 1368. Brind'Amour procura fornecer historicidade à definição do *saeculum* como um ciclo de 110 anos, mas ignora, pois, que se tratava de uma contagem de tempo que surgiu apenas durante o governo de Augusto (para tanto, ver abaixo, nota 46).

⁴² As deidades associadas ao festival e celebradas em datas anteriores (em 249 e 146 AEC, como atestadas pelas poucas evidências literárias acerca dos jogos no período republicano) eram *Dis Pater* e Proserpina (ver nota anterior). Contudo, os rituais noturnos performados durante os jogos sob Augusto foram destinados aos *Fates* e à Mãe Terra, ao passo que os diurnos foram ofertados a Júpiter, Juno, Apolo e Diana. Deixavam-se de lado, assim, as divindades do submundo, das profundezas da terra (*Dis Pater* e Proserpina) e se louvavam outras como forma de se sinalizar a passagem de uma era, a fim de que os Jogos Seculares registrassem o começo de uma “era de ouro”. Acerca disso, ver PAVIS D'ESCURAC, op. cit., p. 82 e BEARD, Mary; NORTH, John; PRICE, Simon. *Religions of Rome*. A history. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 203. O peso simbólico que a noção de maternidade adquiriu nos Jogos Seculares organizados durante o período imperial, como expressão do nascimento de um *saeculum aureum*, era reiterado pelos sacrifícios destinados a deusas ligadas ao parto, ao florescimento ou ao matrimônio, como o eram a Mãe Terra, Juno



Regina e Diana. Sobre isso, ver KUBIACZYK, op. cit., 400.

⁴³ Os Jogos Seculares de 17 AEC eram fruto de um processo de “normalização” augustana. Quer dizer, ao mesmo tempo em que consistiam em uma inovação, atendendo aos preceitos ideológicos de um principado em construção, retomavam elementos do passado, delimitados a um novo contexto. Consistia, pois, em um movimento inerente ao discurso e às ações norteadas pela “restauração da *res publica*” sob Augusto e que, no caso dos Jogos Seculares, não se explicam simplesmente como uma continuação das estruturas e das características das celebrações ocorridas na época médio-republicana, menos ainda como uma “falsificação” histórica promovida pelo *princeps*. Ver COARELLI, op. cit., p. 213.

⁴⁴ DUNNING, op. cit., p. 3-4; ver também RANTALA, op. cit., p. 12.

⁴⁵ Os Jogos Seculares, ressalta Jörg Rüpke, implicavam “não a participação em um sacrifício na forma de uma refeição de carne [de um animal sacrificado], mas a colocação em cena de uma era completamente nova pelo *medium* da comunicação religiosa”. Ver RÜPKE, op. cit., p. 194, tradução minha.

⁴⁶ FORSYTHE, Gary. *Time in Roman religion*. One thousand years of religious history. New York; London: Routledge, 2012, p. 54. Tomado como “autêntico”, o ciclo de 110 anos, conforme inscrito também no calendário cívico exibido no Fórum Romano depois de 17 AEC, foi vinculado a uma “tradição” inventada naquele contexto que ditava que os Jogos Seculares remetiam originalmente ao ano de 456 AEC (ou 453, na proposição de Brind’Amour, como apontada na nota 41 acima). Ver também COARELLI, op. cit., p. 213; 215. Entretanto, dessa forma as celebrações deveriam ter tido lugar em 16 AEC, e não no ano anterior. Não há explicação que dê conta dessa diferença. Sobre isso, consultar BEARD; NORTH, PRICE, op. cit., p. 205.

⁴⁷ ZECCHINI, op. cit., p. 199.

⁴⁸ DUNNING, op. cit., p. 74; igualmente, consultar RANTALA, op. cit., p. 12.

⁴⁹ Uma descrição sucinta e acessível acerca dos rituais que tiveram lugar durante os Jogos Seculares de 204 se encontra em RANTALA, op. cit., p. 192.

⁵⁰ KÖRNER, Christian. *Philippus Arabs*. Ein Soldatenkaiser in der Tradition des antoninisch-severischen Prinzipats. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 2002, p. 251; 253.

⁵¹ Para tanto, ver SANTI, Claudia. *Fata ac remedia Romana*. I libri Sibyllini nella tarda Antichità. *Chaos e Kosmos*, Roma, v. 14, p. 5, 2013.

⁵² COLLINS, John J. SYBILLINE ORACLES (second century B.C.–seventh century A.D.). A new translation and introduction by J. J. Collins. In: CHARLESWORTH, James H. (ed.). *The Old Testament pseudepigraphia*. Apocalyptic literature & testaments. Garden City, NY: Doubleday & Company, vol. 1, 1983, p. 319-320.

⁵³ KÖRNER, op. cit., p. 252. A sugestão feita por Körner leva em conta o fato de os jogos organizados em conformidade com ciclo de 110 anos (sob Augusto, Domiciano e Septímio Severo) abrangerem as noites dos dias 31 de maio, 1º e 02 de junho, bem como o período diurno de 1º, 02 e 03 de junho. A decisão dos sacerdotes romanos no sentido de realizar os jogos durante três noites e três dias não era fortuita: o número 3 estava conectado com as noções de plenitude e felicidade, algo que se amplificaria a partir dos ritos religiosos a serem performados. Além disso, o mês de junho era dedicado à deusa Juno, que em tempos

mais recuados era associada ao vigor e a força próprios da juventude. Junho era também o mês em que os cultivos agrícolas atingiam a maturação. Mais ainda, o dia 1º de junho era particularmente significativo, porque no calendário romano todo primeiro dia de um mês era consagrado à Juno (o que tornava o primeiro dia do *mês de Juno* ainda mais expressivo), ao mesmo tempo em que a data também abrigava os rituais destinados à *Carna*, deidade ligada à proteção do bem-estar e da vitalidade dos seres humanos. Em resumo, se tratava de um dia perfeito para começar uma festividade religiosa relacionada à purificação, a resguardar todos os romanos de doenças que pudessem se abater sobre eles. Para tanto, consultar FORSYTHE, op. cit., p. 58.

⁵⁴ Os tipos monetários com a inscrição SAECVLARES AVGG (“os Jogos Seculares promovidos pelos *Augustos*”), batidos pela casa da moeda de Roma em 248 para Filipe, sua esposa (Otacília Severa) e seu filho (Filipe II), se caracterizavam pela presença de representações imagéticas referentes a diversos animais selvagens (como o veado, o hipopótamo, o leão, o alce e alguma forma de caprino – quem sabe um antílope ou um íbex dos alpes). Esses tipos guardavam relação direta com os Jogos Seculares que tiveram lugar no ano de 248, transmitindo a ideia de que os jogos organizados pela família reinante eram exuberantes e atestando, por tabela, a gama variada de animais que havia sido exibida durante as *venationes* (as veações, ou seja, os espetáculos públicos de caça a animais) que devem ter feito parte da programação desses Jogos Seculares. Para uma análise sobre as moedas de tipo SAECVLARES AVGG, consultar estudo de minha autoria que se vê em ANTIQUEIRA, Moisés. Mecanismos dinásticos e a *aeternitas* de Roma nas amoedações de Filipe, o Árabe. In: SILVA, Semíramis C.; ANTIQUEIRA, Moisés (orgs.). *O Império romano no século III: crises, transformações e mutações*. São João de Meriti: Desalinho, 2021, p. 131-133.

⁵⁵ Na década de 360, tanto Aurélio Vitor (*Histórias abreviadas*, 28.1) quanto Eutrópio (*Breviário de história romana*, 9.3.1, tradução/edição Falque) viriam a enfatizar que os mil anos desde a fundação da cidade foram comemorados por Filipe por meio dos mais variados jogos e espetáculos. Algo semelhante se nota em um escritor cristão como Orósio (c. 417-418), que salientava que o milésimo aniversário, “o mais majestoso de todos os passados, foi celebrado mediante jogos magníficos (...)” (ORÓSIO, *Histórias*, 7.20.2, tradução/edição Sánchez Salor). A *História Augusta*, na virada do século IV para o V, destacava que o milênio de Roma foi marcado pelos Jogos Seculares, nos quais Filipe e seu filho promoveram lutas de gladiadores e corridas no Circo Máximo, bem como foram exterminados inúmeros animais selvagens (*HISTÓRIA AUGUSTA, Vida dos Três Gordianos*, 33.1-3), como apontei no passo que se lê na Introdução. Em outros documentos, há menção pontual aos jogos, mas sem referência alguma aos mil anos de Roma. É o que se vê no *Cronógrafo de 354* (mistura de calendário ilustrado e compilação de listas com informações diversas), denominado por Richard Burgess como *Breviário Vindobonense*, em que se indica que Filipe e seu filho ofereceram “os verdadeiros jogos seculares no Circo Máximo” (*Cronógrafo de 354*, § 66). Já a *Epítome de Caesaribus* assinala a realização dos Jogos Seculares por conta de uma anedota bastante inusitada (*EPITOME DE CAESARIBVS*, 28.3, tradução Paraschiv/edição Zugravu), para a qual retornarei na seção 2.1. do Capítulo 2. Finalmente, em comunicação proferida por Xavier Lorient e Pierre Cordier, aventa-se a possibilidade de que os jogos relacionados ao milênio tenham sido aludidos, metaforicamente, no tratado *Avodah Zarah* (“Sobre a idolatria”) que integra o *Talmude babilônico*. O texto do *Avodah Zarah* foi redigido por Rabi Samuel, morto por volta de 254-255, e faz menção a um festival romano que só poderia ser presenciado uma vez na vida. Para tanto, ver LORIENT, Xavier; CORDIER,



Pierre. Un passage du Talmud de Babylone évoquant le Millénaire de Rome. *Bulletin de la Société Nationale des Antiquaires de France*, Paris, s.v., p. 149, 2006 [2001].

⁵⁶ Robert Turcan argumenta que os Jogos Seculares sob Filipe não deixaram de lado os rituais comuns às celebrações do ciclo de 110 anos, caso das apresentações teatrais e, provavelmente, dos sacrifícios no Campo de Marte oficiados por três noites e três dias. Ver TURCAN, Robert. Le millénaire de Rome au Grand Cirque: un cas de condensé symbolique. *Journal des Savants*, Paris, n. 2, 2014, p. 157. Mas, seja como for, o espaço destinado às atividades agnósticas nas festividades religiosas romanas variava bastante, podendo constituir o elemento fulcral do ritual ou tão-somente um apêndice aos festivais. Isto é, a obrigação ritual em meio à religião cívica romana caminhava lado a lado com a flexibilidade na execução dos ritos. Na longa duração, porém, verifica-se que o número de dias destinados aos *ludi circenses* ou aos *munera* só fez aumentar a partir do século III AEC. Sobre isso, ver ESTIENNE, op. cit.,

⁵⁷ PAVIS D'ESCURAC, op. cit., p. 88.

⁵⁸ ZECCHINI, op. cit., p. 202.

⁵⁹ BEARD; NORTH; PRICE, op. cit., p. 7.

⁶⁰ GONÇALVES, Ana T. M. As festas imperiais na Roma Antiga: os *decennalia* e os Jogos Seculares de Septímio Severo. *Mneme. Revista de Humanidades*, Caicó, v. 3, n. 6, p. 17, 2002. Não obstante, dada a complexidade dessas formas de comunicação religiosa, não é demais lembrar que os jogos romanos não se restringiam ao papel dos governantes. Em um primeiro momento, surgiram para aplacar a cólera dos deuses, evitando que a comunidade romana fosse alvo de catástrofes ou epidemias. Para tanto, bastava que rituais como sacrifícios fossem realizados por membros da elite social; o restante da coletividade assistia passivamente a tais atos. Porém, a existência das competições redundou em transformações profundas, trazendo outros atores sociais para o primeiro plano. Por exemplo, ainda no período republicano se observa um processo de “profissionalização” dos condutores de carros a competir no Circo, que se tornaram alvo tanto de aplausos quanto de vaias por parte do público. Vale lembrar que, no decorrer da era imperial, as corridas conheceram popularidade tamanha que jamais pode ser igualada por qualquer outro rito a integrar ocasiões como os Jogos Seculares. Logo, davam ensejo para que as camadas populares pudessem manifestar as suas preferências e expor suas divergências perante os grupos dominantes, justamente por conta dessa modalidade de contato com o divino. Ver RÜPKE, Jörg. Rationalité grecque et société romaine: contextes politiques et intellectuels de la religion de la République tardive. In: PRESCENDI, Francesca; VOLOKHINE, Youri (eds.). *Dans le laboratoire de l'historien des religions*. Mélanges offerts à Philippe Borgeaud. Genève: Labor et Fides, 2011, p. 397-398.

⁶¹ Quanto à “retórica imperial do tempo”, ver Introdução.

⁶² Edvino Rabuske sublinha que todo calendário possui três características. A primeira delas concerne ao fato de que há um “momento axial”, um acontecimento fundador tomado como ponto de partida em razão do qual se pode datar um evento – ou seja, “posicioná-lo” no tempo. A segunda envolve a possibilidade de se percorrer o tempo em mais de uma direção (do presente para o passado e vice-versa). Já a terceira diz respeito ao estabelecimento de unidades de medida, de duração diversa (ano, mês, semana, dia, hora etc.). Consultar RABUSKE, Edvino A. O tempo e a eternidade. *Veritas*, Porto Alegre, v. 41, n. 161, p. 14, 1996.

⁶³ Como exposto por Norbert Elias, a existência de um dia específico em um calendário, seja qual for “a era de referência” (cristã, islâmica, judaica, entre outras) consiste em “um

motivo temporal cuja repetição marca, simbolicamente, o retorno de nosso aniversário (...). Ver ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 26. Jurandir Malerba assevera, além disso, que “Como lembra Mozaré (1970), quando cada momento do ano faz surgir uma lembrança, a necessidade de comemorar é tão imperativa quanto a particularidade do que se comemora”. Para tanto, consultar MALERBA, Jurandir. Pensar o acontecimento. *História Revista*, Goiânia, v. 7, n. 1-2, p. 139, 2002.

⁶⁴ ELIAS, op. cit., p. 26.

⁶⁵ Ibid., p. 26.

⁶⁶ Ibid., p. 33.

⁶⁷ MARQUES, Juliana B. O conceito de temporalidade e sua aplicação na historiografia antiga. *Revista de História (USP)*, São Paulo, n. 158, p. 45, 2008.

⁶⁸ Quer dizer, tal como todas as sociedades humanas, a romana também registrava a passagem do tempo ao empregar um calendário, que constituía uma ferramenta mediante a qual se estruturavam as atividades, fossem “públicas” ou “privadas”. Portanto, a experiência religiosa coletiva entre os romanos caminhava de mãos dadas com a maneira pela qual imprimiam sentidos ao tempo vivido: enquadrá-lo por meio de um calendário, ou de algum outro mecanismo a dar conta de eventos cuja ocorrência era regular, trazia implicações quanto ao modo como a sociedade romana forjava traços autoidentitários. Ver FORSYTHE, op. cit., p. xii.

⁶⁹ “No mundo clássico”, afirma Jean-Michel Carrié, “onde a concepção de tempo era fundamentalmente cíclica, a ideia de um declínio sucedendo a um período de apogeu era tão naturalmente presente nos espíritos que podemos imaginar muitos pagãos do século III a se perguntar, com um sentimento misto de inquietude e de resignação, se a hora do declínio não tinha também chegado para Roma”. Ver CARRIÉ, Jean-Michel. La “crise” du III^e siècle. In: CARRIÉ, Jean-Michel; ROUSSELLE, Aline. *L’Empire romain en mutation des Sévères à Constantin*, 192-337. Paris: Éditions du Seuil, 1999, p. 107, tradução e grifos meus. Trago o trecho redigido por Carrié como exemplo, dentre uma infinidade de outros possíveis, na medida em que se ocupa do século III.

⁷⁰ RANTALA, op. cit., p. 11. As interpretações diferentes quanto à duração de um *saeculum* (se 100 ou 110 anos) foram alimentadas pelos imperadores na medida em que permitiam a alguns deles conferir a si mesmos a honra de celebrar a mais rara das festas romanas. Ver FORSYTHE, op. cit., p. 54.

⁷¹ GONÇALVES, 2002, p. 28.

⁷² Me apoio aqui em ELIAS, op. cit., p. 8.

⁷³ Meu argumento baseia-se em ZERUBAVEL, op. cit., p. 96, que discorre sobre o fato de os seres humanos se distinguirem como “mnemonicamente socializados”, com vistas a conferirem peso maior a determinados eventos históricos a ponto de caracterizá-los como “pontos de virada” (*turning points*).

⁷⁴ POTTER, David S. *The Roman Empire at bay AD 180–395*. London; New York: Routledge, 2004, p. 240, tradução minha. Jean Gagé propunha que, no século III, as celebrações relacionadas com o aniversário da cidade de Roma davam vazão às aspirações de um “pagamento militante”. Para tanto, ver GAGÉ, Jean. Apollon impérial, garant des “Fata Romana”.



In: HAASE, Wolfgang (Hrg.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Berlin: Walter de Gruyter, Band II.17.2, 2014 [1981], p. 611. A despeito daquilo que Gagé quis dizer ao mencionar a existência de um “paganismo militante”, entendo que o milésimo ano suscitava a mobilização de grupos sociais no interior do mundo romano, estimulados pela expectativa de que grandes mudanças ocorreriam em relação à cidade de Roma e, por conseguinte, ao Império.

⁷⁵ Ver Capítulo III, seção 3.3.

⁷⁶ POTTER, David S. *Prophets and emperors*. Human and divine authority from Augustus to Theodosius. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 1994, p. 101.

⁷⁷ *Décimo Terceiro Oráculo Sibilino, 42-49* (tradução Collins/edição Charlesworth).

⁷⁸ Ver MATTHEWS, John (ed.). *Empire of the Romans*. From Julius Caesar to Justinian: six hundred years of peace and war. Hoboken: Wiley-Blackwell, vol. II (Selected anthology), 2021. (E-book). Por exemplo, em 19 AEC circulava em Roma uma mensagem oracular que ligava o destino da cidade a um ciclo de 900 anos. Para tanto, ver GUITTARD, Charles. Le temps dans l'Antiquité: le millénarisme étrusque. In: DAVID, Sylvie; GENY, Évelyne (éds.). *Troika*. Parcours antiques. Mélanges offerts à Michel Woronoff. Bézançon: Institut des Sciences et Techniques de l'Antiquité, vol. 1, 2007, p. 22.

⁷⁹ POTTER, 1994, p. 101; do mesmo autor, ver também POTTER, 2004, p. 240.

⁸⁰ TURCAN, op. cit., p. 157.

⁸¹ FEENEY, Denis. Time. In: FELDHERR, Andrew (ed.). *The Cambridge companion to the Roman historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 141.

⁸² *Ibid.*, p. 142.

⁸³ Por isso, discordo da afirmativa feita por Giuseppe Zecchini de que, a partir de Augusto até o final do século IV, “os romanos” (leia-se, pois, “os pagãos”) não teriam se questionado a respeito do fim dos tempos, uma vez que, ainda de acordo com ele, a justaposição entre a *aeternitas imperii* e a noção de *imperium sine fine* era algo dado, que não se colocava em cheque. Ver ZECCHINI, Giuseppe. Fine dell'impero romano ed escatologia. *Erga-Logoi*, Milano, v. 2, n. 1, p. 8, 2014.

⁸⁴ POTTER, 1994, p. 105, tradução minha.

⁸⁵ Ao utilizar tal expressão, refiro-me especificamente a significados socialmente atribuídos pelos coetâneos ao milésimo aniversário de Roma. Não confundir, portanto, com as noções de “milenarismo” que ganharam força, por exemplo, a partir da era medieval, relacionadas que estavam com as profecias apocalípticas de João e com a expectativa pelo retorno de Cristo, o que inauguraria um período de mil anos no qual os tormentos da vida terrena viriam a ser aplacados e superados. Um panorama acerca desse debate pode ser encontrado em WEBER, Eugen. *Apocalypses and millenarianisms*. In: WEBER, Eugen. *Apocalypses*. Prophecies, cults and millennial beliefs through the ages. Toronto: Vintage Canada, 1999 [E-book].

⁸⁶ Quanto a isso, cabe mencionar a narrativa de Eusebio de Cesareia a respeito dos “mártires alexandrinos” de 248, baseado em uma carta que Dionísio, bispo da metrópole egípcia, teria enviado a Fábio, bispo de Antioquia: “Entre nós a perseguição não começou pelo edito imperial [de Décio], mas antecipou-se um ano inteiro. Tomando a dianteira nesta cidade o adivinho e autor de males, quem quer que este fosse, agitou e excitou contra nós as turbas de



pagãos (...)” (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História eclesiástica*, 6.41.1, tradução Fischer, grifos meus). A perspectiva de que houve uma agitação provocada por “quem quer que fosse” permite conjecturar que houvesse um clima de inquietação à época que não se restringia à cidade de Roma.

⁸⁷ Ademais, como destaca Sergio Roda, “A escolha por celebrar um aniversário mais do que outro, de propor uma comemoração com maior ou menor ênfase, de direcionar uma evocação segundo esquemas ideológicos e preordenados ou, ao contrário, de diminuir a importância e o significado, identificam um sentir individual e coletivo que a memória alimenta e satisfazem a urgência de uma contemporaneidade que se aproveita do evento evocado para fins contingentes e instrumentais”. RODA, Sergio. Augusto e Constantino o dell’uso politico degli anniversari. In: CONVEGNO DI STUDIO COLLOQUIUM AUGUSTEUM, 1., 2014, Torino. *Atti* [...]. Disponível em: https://www.academia.edu/27622355/Augusto_e_Costantino_o_dell_uso_politico_degli_anniversari_in_Atti_del_Convegno_di_Studio_Colloquium_Augusteum_Il_perfetto_inganno_Augusto_e_la_sua_politica_nel_bimillenario_della_morte_Torino_27_febbraio_2014_Torinoi_Loescher_2014_pp_39_67. Acesso em: 24 jun. 2022, tradução minha.

⁸⁸ CALHOUN, op. cit., p. 340.

⁸⁹ MCTAGGART, John E. A relação do tempo e da eternidade. *Problemata – Revista Internacional de Filosofia*, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 317; 320, 2020.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 335.

⁹¹ CHARLESWORTH, Martin P. *Providentia and aeternitas. The Harvard Theological Review*, Cambridge, MA, v. 29, n. 2, p. 122, 1936, tradução minha.

⁹² ANTIQUEIRA, op. cit., p. 129.

⁹³ *Ibid.*, p. 130.

⁹⁴ Me pauto aqui nas características genéricas de um acontecimento histórico conforme definição que se encontra em DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama. Reflexões sobre o Tempo e a História*. São Paulo: Iluminuras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995, p. 102.

⁹⁵ RAMALHO, Walderez. Reinterpreting the “times of crisis” based on the asymmetry between *chronos* and *kairos*. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 14, n. 35, p. 119, 2021.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 119-120.

⁹⁷ PEREIRA, Matheus H. F. A história entre os inimigos do evento e os advogados da estrutura. *Ler História*, Lisboa, n. 57, p. 66, 2009. O autor expõe no trecho uma reflexão a partir da leitura de Gilles Deleuze.

⁹⁸ NORA, Pierre. O retorno do fato. In: NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques (orgs.). *História: novos problemas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 191. Como argumenta Sahlins, por mais contingentes que sejam os eventos, eles se abrem em função de estruturas que são recorrentes. Ver SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 14.

⁹⁹ Sobre o uso do conceito de conjuntura nesse trabalho, ver Introdução.

¹⁰⁰ JAY, Martin. Historical explanation and the event: reflections on the limits of contextualization. *New Literary History*, Baltimore, v. 42, n. 4, p. 566, 2011. Vale registrar que, ao

rotularmos um acontecimento como “memorável”, o inserimos na intersecção entre as possibilidades de abertura para o futuro e das lembranças carregadas a partir do passado. Logo, “iniciativa” e “memória” se complementam. Quanto a isso, ver MALERBA, op. cit., p. 137.

¹⁰¹ SHAW, Brent D. Did the Romans have a future? *The Journal of Roman Studies*, London, v. 109, p. 2, 2019.

¹⁰² Ibid., p. 22.

¹⁰³ Ibid., p. 2-3. Não devemos nos esquecer, contudo, de que os marcos cronológicos entre os antigos quase sempre se pautavam em registros escritos tais como listas de sacerdotes, de magistrados epônimos etc. Ver MOMIGLIANO, op. cit., p. 169. Com isso, quero dizer que as tarefas do dia a dia com as quais a maioria esmagadora da população se envolvia não estavam sujeitas a serem anotadas por escrito, tampouco diziam respeito à coletividade em um sentido mais amplo (o exercício do consulado em determinado ano, por parte de certo cidadão romano, estabelecia-se como um ponto de referência coletiva que o trabalho na vindima ou no porto de Óstia, por parte de um indivíduo em específico, jamais poderia fazê-lo).

¹⁰⁴ Essa concepção de futuro como algo de curto prazo nos ajuda a compreender os motivos pelos quais os tipos monetários SAECLVVM NOVVM foram batidos apenas nessa conjuntura do milésimo aniversário de Roma, muito embora o discurso de secularidade tivesse sido explorado por diferentes imperadores (e de diversas maneiras) no decurso da era imperial. Igualmente, ver Introdução.

¹⁰⁵ MANDERS, Erika. *Coining images of power*. Patterns in the representation of Roman emperors on imperial coinage, A.D. 193-284. Leiden; Boston: Brill, 2012, p. 187-188.

¹⁰⁶ Ibid., p. 187.

¹⁰⁷ O argumento é inspirado pela leitura de PRICE, Jonathan J.; BERTHELOT, Katell. Introduction. In: PRICE, Jonathan J.; BERTHELOT, Katell. *The future of Rome*. Roman, Greek, Jewish and Christian visions. Cambridge: Cambridge University Press, 2020, p. 4.

¹⁰⁸ HAY, Paul J. Time, saecularity, and the first century BCE Roman world. 246 f. Thesis (PhD in Philosophy) – Graduate School, University of Texas at Austin, Austin, 2017, p. 1; 4.

¹⁰⁹ Ibid., p. 5, tradução minha.

¹¹⁰ Me sirvo aqui dos apontamentos feitos por RAMALHO, op. cit., p. 120.



CAPÍTULO II

O IMPERADOR DO MILÊNIO

FILIFE, ROMA E A CONSTRUÇÃO DE
UMA NOVA DINASTIA, 244-248

A *Saudi Arabian Oil Company* (conhecida globalmente como *Saudi Aramco*) é a companhia estatal saudita de petróleo e gás natural. Na primeira semana de fevereiro de 2022, a Saudi Aramco possuía um valor total de mercado estimado em 1.965 trilhão de dólares, o que fazia da empresa, naquele momento, a terceira mais valiosa do mundo em termos de “capitalização de mercado”¹. O gigantismo da companhia caminha de mãos dadas com algo inglório e altamente condenável: de modo ininterrupto desde 1965, a Saudi Aramco lidera o ranking global das empresas que, consideradas individualmente, mais emitem partículas de carbono na atmosfera terrestre². Uma poluidora nata, portanto.

Em novembro de 1949, a empresa lançou a *Aramco World*, uma revista bimestral de circulação interna cujo objetivo era o de divulgar aspectos culturais, geográficos e históricos da Arábia Saudita aos empregados estadunidenses – a época, a sede administrativa do con-



glomerado localizava-se nos EUA (em Houston, Texas). A partir da década de 1960, a revista passou a visar um público leitor para além do interno³. No primeiro número publicado depois de 2000, datado de janeiro/fevereiro daquele ano, a nota editorial expressava que a razão de ser da revista seria a de “aumentar o entendimento transcultural”, assim como “ampliar o conhecimento sobre a cultura dos mundos árabe e muçulmano e da história, geografia e economia da Arábia Saudita”⁴.

O artigo que fecha esse número me chama muito a atenção: de autoria do pesquisador Frank Holt, intitulava-se “*O milênio romano*” (*The Roman millennium*)⁵. É evidente o motivo pelo qual os editores responsáveis pela revista julgaram oportuno que ele constasse no exemplar a circular nas primeiras semanas do ano 2000. Mas, questões editoriais à parte, o interesse de um veículo de comunicação pertencente à Saudi Aramco em publicar algo desse gênero reside menos na pretensa ou superficial semelhança entre os mil anos de Roma e o ano 2000 da era cristã e sim no fato de que o “milênio romano” foi celebrado durante o governo do imperador Filipe, dito “o Árabe”.

Portanto, a empresa mais importante da economia saudita fazia de uma parcela do passado imperial romano o *seu* passado, ao fomentar uma conexão entre o Reino da Arábia Saudita, cuja formação definitiva se deu somente em 1932, e uma experiência histórica pretérita que, de maneira quanto muito incidental, poderia ser vista como pertinente aos modernos sauditas. Se quisermos tomar um exemplo óbvio, a relevância incomensurável do islamismo para Estado nacional saudita não é algo que remonta ao Império Romano do século III. A remissão à figura de Filipe, “o Árabe” e o seu papel quando do milésimo aniversário de Roma nas páginas da *Aramco World* ilustra como o passado antigo pode ser mobilizado e/ou reutilizado no presente a fim de sustentar determinado propósito – no

caso, a construção de uma narrativa étnico-racial (“árabe”) e nacional (“saudita”), conotando como processos referentes à história imperial romana podem ser utilizados de uma maneira pragmática e instrumental nos dias de hoje⁶.

O fato de Marco Júlio Filipe ser identificado por algumas fontes tardo-antigas como “árabe”⁷ não faz dele um antepassado daqueles que hoje nasceram na Arábia Saudita (assim como Vercingetórix não pode ser pensado como predecessor dos que atualmente dispõem de nacionalidade francesa)⁸. A fronteira provincial da Arábia (Arábia Pétria) foi criada ao tempo de Trajano (98-117), a partir da anexação formal do Reino dos Nabateus, para a qual somaram-se algumas cidades (como Gerasa e Filadélfia) que, até aquele momento, integravam a província romana da Síria. Sob Septímio Severo, a Síria foi subdividida em duas partes, a Celessíria e a Síria Fenícia, e a província da Arábia acabou por incorporar a Traconítida, uma porção territorial que integrava a Síria antes dessa divisão. Foi justamente nessa região ao sul de Damasco e a leste do Mar da Galileia, recém-incorporada à Arábia romana, que Filipe nasceu no ano de 204⁹. A Traconítida caracterizava-se por um relevo acidentado, recoberto por montanhas e depressões. Nos dois séculos anteriores à era cristã, a área era habitada por populações nômades dedicadas à pilhagem de caravanas e ao pastoreio, ao mesmo tempo em que mantinham intenso contato com os nabateus ao sul e os itureus a noroeste, ou seja, com outros povos originários da Península Arábica¹⁰.

No começo do século III, porém, tanto os habitantes da Traconítida quanto aqueles de regiões adjacentes já se mostravam largamente sedentarizados, inseridos em um território composto por várias cidades (incluindo Shahba, local de nascimento de Filipe) conectadas ao sistema viário romano por intermédio de uma estrada que atravessava toda a Traconítida, no sentido sudeste ao noroeste, rumo à Síria Fenícia¹¹.

Tendo isso em vista, opto por não empregar o aposto “o Árabe” como forma de se referir ao imperador Filipe. Não havia um elemento etnicamente distintivo a caracterizar o seu governo, menos ainda a justificar a ascensão dele ao poder imperial após a morte de Gordiano III. Por causa disso, discordo do posicionamento assumido por estudiosos como Irfan Shahîd e Warwick Ball, que o representam como um *princeps* “inteiramente árabe”, um *outsider* advindo do Oriente árabe-semítico que acabaria por capitanear as celebrações dos mil anos de fundação da cidade de Roma¹². A meu ver não se tratava, pois, de um “árabe”, de um “outro” a governar o Império dos romanos. A elevação de Filipe, indivíduo pertencente às elites locais, ilustrava o aprofundamento do processo de integração política entre centro (Roma e Itália) e as províncias, o qual remontava ao período dos Júlio-Cláudios e que, a partir de Septímio Severo, foi caracterizado pela ascensão política de vários indivíduos e famílias ligadas ao Oriente romano¹³.

O governo de Filipe, ademais, foi marcado por alguns processos que anteciparam, de certa forma, as crises políticas, institucionais e militares que se notam na história imperial romana durante as décadas de 250 e 260¹⁴. Entre 244 e 247, observam-se invasões em diferentes pontos do território imperial. Nas regiões do Reno, os germanos (ou alamanos) se fizeram sentir em 244 e novamente em 246. Já na Dácia, houve confrontos contra os quados e os carpos entre 245 e 246. Por seu turno, sucessivas batalhas foram travadas contra os godos nas áreas balcânicas ao longo dos anos 245-247 – e, possivelmente, também em 249. No *limes* da Tripolitânia, ou seja, no norte de África, há registros de movimentações de tribos nômades no interior das províncias romanas ali situadas; por fim, durante o biênio 245-246 (e, quem sabe, arrastando-se até 249), o *rektor Orientis* (“comandante do Oriente”) Júlio Prisco, irmão de

Filipe, forneceu contingentes militares romanos aos armênios em luta contra os persas¹⁵.

Em síntese, tratava-se de guerras defensivas que eclodiam simultaneamente em vários locais. É bem verdade que as legiões romanas se mostraram então vitoriosas. Mas os custos crescentes na esfera militar eram fruto, portanto, da necessidade de manter a integridade territorial do Império. A conquista de novas terras não se colocava mais na ordem do dia, de modo que se tornava diminuta a possibilidade de se ter acesso a novas vias de fornecimento de metal precioso com vistas a assegurar a estabilidade monetária¹⁶. Como veremos, a resposta da corte imperial em face dos problemas de natureza fiscal contribuiu para agravar tensões sociais e políticas. O milésimo aniversário de Roma veio, pois, a ser comemorado dentro de uma conjuntura na qual a expansão militar e territorial romana era algo que pertencia ao passado. Aprofundemos essa questão na seção que se segue.

O GOVERNO DE FILIPE, A REFORMA FISCAL E A CIDADE DE ROMA

Como ensina Christian Körner, o governo de Filipe pode ser definido pela busca por se manter operantes várias práticas político-institucionais comumente observadas durante a época dos Severos¹⁷. Quer dizer, o fim da dinastia severiana em 235 não correspondeu ao término das linhas de força política que se cristalizaram nas três primeiras décadas do século III. Isso envolvia, entre outros, uma maior participação de membros da ordem equestre nos assuntos públicos, em especial em matéria administrativa e militar. O cargo de prefeito do pretório é ilustrativo nesse caso: em conexão com a importância que os *equites* passaram a adquirir ainda nas décadas finais do século

II, em diversas ocasiões na primeira metade do século III os prefeitos do pretório usufruíram de uma situação inferior somente àquela do próprio imperador¹⁸.

Outro fator de continuidade residia no peso que indivíduos ligados às províncias orientais, em particular as regiões siríacas, dispunham no seio da corte imperial. A expedição militar contra os persas sassânidas, liderada por Gordiano III em 242, assinalava esses elementos. Em meio aquele processo, a figura dominante era Caio Fúrio Sabino Áquila Timesiteu, sogro do imperador e um dos prefeitos do pretório. Pertencente à ordem equestre, ele se cercou basicamente de um grupo formado por oficiais e burocratas experientes, advindos em grande medida das áreas orientais do Império. Tal era o caso do outro prefeito do pretório, Júlio Prisco, e daquele que viria a substituir o próprio Timesiteu na prefeitura do pretório em 243, ninguém menos do que o futuro imperador Filipe. A proeminente posição então assumida pelos irmãos Prisco e Filipe exprimia a presença significativa de famílias originárias da “grande Síria” no centro do poder imperial romano, à maneira do que se notava ao tempo da dinastia dos Severos¹⁹.

Em algum momento entre janeiro e março de 244, Gordiano III faleceu no contexto da Batalha de Mísiche vencida pelos persas. As circunstâncias que envolvem tanto o conflito em si quanto a morte do imperador são obscuras²⁰. Seja como for, um acordo de paz foi selado com os persas, prevendo o pagamento de um tributo por parte dos romanos, o que permitiu que Filipe se concentrasse na retirada do exército imperial do território controlado pelos persas e em questões administrativas relacionadas com as províncias orientais. O passo seguinte foi o de deslocar-se para Roma a fim de que a posição dele fosse reconhecida por parte do Senado (dado que, naquele ensejo, a ratificação dos senadores ainda consistia em fator relevante no que tangia à legitimação do poder)²¹.

Já o valor acordado com o rei persa Sapor I (242-270/272) demanda algum comentário. Considerando-se a soma de 500.000 áureos como resgate pago aos persas para que o exército romano deixasse a Mesopotâmia, Roger Bland calcula que teria sido necessário fabricar 17 cunhos a fim de atender a quantia estabelecida, a uma média de 30.000 moedas produzidas por cunho. Era uma proporção significativa quando se avalia o volume de moedas de ouro batido durante o governo de Filipe: os 17 cunhos equivaleriam a 8.41% do montante que se estima ter sido utilizado para a cunhagem de moedas em nome de Filipe e de sua família durante os mais de cinco anos em que Filipe esteve à frente do Império²².

Todavia, Bland alega que, como se tratava de um evento que ocorreu pouco depois da ascensão de Filipe ao poder imperial, é provável que Sapor I tenha recebido áureos fabricados, sobretudo, ao tempo de Gordiano III²³. Isto é, embora correspondesse a uma quantia significativa, o pagamento destinado aos persas estava dentro dos limites do tesouro imperial, utilizando-se, para tanto, de riqueza metálica que já havia sido monetizada²⁴.

Em que pese isso, entendo que seja preciso ampliar o quadro de análise. A partir de 235, os custos relativos às guerras, internas e externas, se tornaram cada vez maiores. Não raro, os conflitos bélicos se davam de maneira simultânea, fosse a Oriente (Mesopotâmia e Síria) no enfrentamento aos persas, fosse nos *limites* renodanubianos, em combate contra os godos, carpos, alamanos etc. Do ponto de vista monetário e fiscal, o receituário adotado pelos diferentes imperadores era basicamente o mesmo: a fim de atender às demandas financeiras resultantes de campanhas militares cada vez mais frequentes, depreciava-se o meio circulante em prata e/ou aumentavam-se os tributos a serem cobrados dos habitantes das províncias e outras taxações²⁵.



Quer dizer, não havia uma perspectiva de longo prazo que pudesse reverberar na aplicação daquilo que hoje em dia, em termos macroeconômicos, denominamos por controle dos gastos públicos ou meta de inflação. Tal como sinalizado no Capítulo 1, isto parece derivar de uma noção de futuro mais fragmentada, na qual o porvir era geralmente concebido como uma projeção das experiências do presente na direção de um intervalo cronológico mais imediato, menos apartado desse próprio presente. A expectativa pela vitória no campo de batalha, a produzir efeitos econômicos prementes (pela via da obtenção de espólios, por exemplo), chocava-se com uma realidade mais dura para os romanos, concretizada nas derrotas que se tornaram mais usuais, como no caso dos acontecimentos em Misi-che nos inícios de 244²⁶.

Além disso, a pressão exercida por povos externos nas fronteiras orientais e setentrionais do Império Romano provocou outras modificações no campo monetário. As trocas mercantis de longa distância sofreram interrupções intermitentes, de modo que, por exemplo, o ouro extraído no leste da África e comercializado pelo Reino de Axum²⁷ deixou de ser transferido aos romanos durante vários momentos depois de 235²⁸.

Ou seja, os preparativos para as celebrações do milenário de Roma e os Jogos Seculares decorrentes, cuja previsão era a de que ocorressem em 247²⁹, exerciam uma pressão extra sobre as finanças imperiais. Além do ouro entregue aos persas em 244 e da dificuldade de obtenção de metal precioso junto a fontes exteriores ao Império, adicionava-se também o quase esgotamento das minas localizadas em províncias como as Hispânicas e a Dácia. Igualmente, o governo de Filipe se via às voltas com a concessão de subsídios a uma parte das tribos formadas pelos godos. Não se sabe ao certo a origem disso. Ainda sob Gordiano III, o prefeito do pretório Timesiteu havia

estabelecido um acordo com tribos góticas mediante o qual os romanos pagariam a elas um tributo, muito provavelmente como parte de uma estratégia que visava manter a paz nas fronteiras reno-danubianas enquanto a grande maioria do exército romano era mobilizada para uma guerra de larga escala contra os persas no Oriente. Também é possível que Filipe tenha pagado tributo aos godos a partir de 245, após o cerco gótico sobre a localidade de Marcianópolis, na Mésia Inferior. Em ambos os casos, não temos informações precisas sobre as cifras envolvidas.

Apesar disso, ao regressar a Roma em algum momento do ano de 247, depois de encabeçar as atividades de defesa no Danúbio, Filipe colocou um ponto final nesses subsídios. Afastado da cidade desde 245, o imperador liderou campanhas militares nas fronteiras danubianas, nas quais os romanos venceram os godos. Essa demonstração de força perante as populações góticas fez com que Filipe ordenasse a interrupção dos tributos a elas destinados³⁰.

A despeito disso, penso que o rompimento do tratado firmado com os godos ecoava uma política adotada por Filipe, no sentido de promover práticas e valores comumente associados à romanidade. O pagamento de tributos a povos externos chocava-se com as virtudes marciais da cidade que se queria fundada por Rômulo, filho de Marte, o deus da guerra. Tratava-se, assim, de uma manifestação de apego aos *mores maiorum*, que tinham na cidade de Roma e suas instituições ancestrais o fundamento básico. Os mil anos da *Vrbs* e os Jogos Seculares celebrados em 248 consistiram na expressão máxima dessa política favorecida pelo imperador. Como aponta Caillan Davenport, Filipe portou-se em conformidade com o modelo do *ciuilis princeps*³¹, participando das festividades relativas ao milésimo aniversário e sinalizando que se importava com as demandas da cidade e, logo, do Senado e do povo romano (isto é, dos “romanos de Roma”)³².

Por conseguinte, os problemas de ordem militar e fiscal que se impunham à corte de Filipe teriam de ser contornados de alguma maneira, para que o governante não se afastasse demasiadamente da cidade de Roma e, assim, mantivesse essa “política de *Romanitas*” baseada no aprofundamento dos laços com os grupos sociais (senadores e plebe urbana de Roma) a partir dos quais o *imperium* teoricamente emanava³³.

Essa “política de *Romanitas*”, de apreço por aquilo que seria “romano” no sentido mais estrito da palavra, foi rememorada pelos epitomadores latinos da segunda metade do século IV. Aurélio Vítor informa que Filipe ordenou a construção de um reservatório no Trastevere a fim de mitigar a escassez d’água que assolava a área³⁴. Ainda mais importante, a meu ver, é a informação de que o imperador teria “estabelecido ações honestíssimas para eliminar a prostituição de varões”. Isso se deve não tanto por conta da ideia de que atos homossexuais seriam vistos como contrários aos *mores* romanos, mas sim pelo fato de Aurélio Vítor afirmar que Filipe decidiu proibir a prostituição masculina depois de passear *pela cidade de Roma* e se deparar com um jovem que se prostituía e que se assemelhava ao seu filho³⁵. Ou seja, a adoção de uma medida condizente com os “costumes dos ancestrais” teria se dado em função daquilo que o soberano presenciou no interior da própria *Vrbs*, como se correspondesse a uma “questão local” a ser solucionada.

Já na *Epitome de Caesaribus* se encontra uma anedota mais curiosa ainda, que também envolve Filipe e seu filho:

E o filho dele, Caio Júlio Saturnino, a quem ele [Filipe] tinha associado ao poder, foi morto em Roma ao décimo segundo ano de vida; tinha um tal caráter severo e triste que, desde a idade de cinco anos, ninguém nunca mais conseguiu fazê-lo rir e, embora



ainda fosse uma criança, ele repreendeu o seu pai, que ria desaforadamente durante os Jogos Seculares, virando o rosto para longe³⁶.

Deixando de lado a confusão acerca do nome de Filipe II³⁷ e, mais ainda, a discussão sobre a facticidade dessa passagem, me interessa o fato de um texto redigido durante a era teodosiana veicular a ideia de que Filipe, o pai, divertia-se sem pudores por ocasião dos espetáculos lúdicos que integravam o programa dos Jogos Seculares (à maneira, é de se presumir, de parcela do povo de Roma que compunha o público presente aos *ludi circenses* ou aos combates de gladiadores naquela ocasião). Na metade do século III, Roma ainda configurava “uma parte vital dos ritmos da vida imperial”, de forma que Filipe almejava cumprir com as expectativas que pesavam sobre os imperadores *romanos/dos romanos de Roma* que, tal como os magistrados do passado republicano, deveriam estar e se fazerem ver na cidade durante as mais variadas cerimônias cívico-religiosas que fossem lá realizadas³⁸.

Diante disso, defendendo que as comemorações referentes ao milênio não podem ser desconsideradas quando avaliamos os problemas fiscais e monetários vivenciados pela sociedade imperial no decorrer dos anos 240 (por menor que talvez tenha sido o impacto que os Jogos Seculares causaram nesse caso). Evidências papirológicas relativas à província do Egito permitem identificar aquilo que os estudiosos modernos costumam rotular por “reforma de Filipe”, voltada para a questão fiscal, mas que, para tanto, promovia também alterações de natureza administrativa. Além disso, das 79 leis promulgadas por Filipe, como preservadas no *Código de Justiniano* (c. 529-534), a maior parcela diz respeito à prática da jurisprudência e ao cumprimento dos *munera/litourgiai* nas cidades imperiais – ou

seja, das obrigações que a camada decurional tinha de assumir quanto à manutenção e embelezamento dos espaços públicos nas diversas localidades urbanas espalhadas pelo Império. O fato de essas leis datarem, em grande parte, dos dois primeiros anos do governo de Filipe quiçá se explique pela relevância que as ações militares adquiriram a partir de 246, impactando a atividade legislativa emanada pela corte imperial. De qualquer modo, cabe ressaltar que a dita “reforma de Filipe” no Egito se inseria nesse contexto em que as atividades litúrgicas estavam sob o foco do imperador, o que redundava em mudanças nas relações envolvendo o poder central e as elites cidadinas³⁹.

É muito difícil afirmar em que medida a “reforma de Filipe” restringiu-se, ou não, ao Egito. Do ponto de vista monetário ao menos, tal província se encontrava formal e efetivamente isolada do restante do Império Romano, tendo por moeda corrente o tetradracma de prata, ao invés do denário utilizado em boa parte do território imperial, sobretudo nas áreas ocidentais⁴⁰. Apesar disso, Bernhard Palme alega que se tratava de um programa de reforma fiscal e administrativa de amplo alcance, voltado para as regiões orientais como um todo. De acordo com ele, a “reforma de Filipe” foi possível graças ao processo de universalização da cidadania romana a partir de 212, que resultou em modificações nos estratos administrativos mais locais. Nesse sentido, fomentavam-se alterações nas estruturas políticas cidadinas as quais, nas províncias do Oriente, ainda se mostravam muito próximas daquelas que remontavam à era helenística⁴¹.

Todavia, embora se tratasse de uma medida que partia de cima para baixo, da corte imperial em direção aos níveis locais de exercício de poder em uma província como o Egito, a dita “reforma de Filipe” revelava que, no que tangia à arrecadação fiscal, o Império Romano manteve-se como uma “confederação de cidades” mesmo durante a Antiguidade Tardia. Significa dizer que os membros dos conselhos

locais (*curiae* ou *boulai*) eram os encarregados pela coleta de tributos que incidiam sobre o território de determinada *ciuitas* ou *polis*. Por sua vez, ações como a de Filipe evidenciam que as cúrias passaram a sofrer uma pressão cada vez maior para levantar os recursos financeiros necessários para a manutenção de um aparato estatal cujas estruturas “burocráticas” e militares seguiam em curva ascendente. Essa foi, inclusive, a tônica da história político-administrativa imperial no decorrer do século III.

Dessa maneira, ao tempo de Filipe os encargos (*munera* ou *litourgiai*) sob responsabilidade dos *curiales/bouleutai* começaram a ser atribuídos conforme procedimentos aplicados pelos governadores de província ou por agentes ligados diretamente às cortes imperiais, o que limitava a autonomia administrativa que as cúrias haviam conhecido durante os dois primeiros séculos da era cristã⁴². O envio de altos funcionários como Cláudio Marcelo, *a rationibus* e Márcio Salutaris, *procurator summarum rationum*⁴³, para a implementação de medidas administrativas extraordinárias no Egito ilustra a via por meio do qual a política estabelecida por Filipe afetava a vida cotidiana em âmbito local.

Por conseguinte, a “reforma de Filipe” fundamentou-se sobre três elementos⁴⁴. O primeiro deles concernia a uma revisão dos arquivos fundiários e fiscais. A possibilidade de os *bouleutai* cumprirem de modo adequado com os encargos devidos por cada um deles, individualmente, dependia de registros e cálculos confiáveis quanto à base material da riqueza possuíam (isto é, a propriedade fundiária). O segundo envolvia mudanças no sistema anonário. Angelo Bianchi diz que, diante de uma grave crise agrária enfrentada pelos romano-egípcios durante dois anos (244-246), o abastecimento de cereais da cidade de Roma viu-se comprometido⁴⁵. Sendo assim, a *annona* teve de ser reorganizada, a fim de assegurar que a população de Roma

puddesse ser devidamente suprida – sem mencionar que as comemorações do milenário, então previstas para 247 (ou seja, para um futuro muito próximo), faziam com que a demanda por cereais aumentasse, tornando imperativo que Filipe garantisse que a *Vrbs* contaria com o fornecimento regular proveniente das terras do Egito⁴⁶.

Por fim, o sistema litúrgico teve as suas bases ampliadas, de modo que a execução das *litourgiai* passou a recair também sobre cidadãos que até então não pertenciam às cúrias, o que conduziu, ao mesmo tempo, ao alargamento ou mesmo à criação de novos desses conselhos locais. É de se presumir, como o faz Ilkka Syväne, que a reestruturação promovida por Filipe se deparasse com resistência por parte das elites locais, alimentando tendências centrífugas inclusive⁴⁷. Quer dizer, a “reforma de Filipe” foi a solução empregada para amplificar as receitas obtidas pelo tesouro imperial, gerando um “aumento substancial de impostos”, no entender de Syväne. Os violentos tumultos em Alexandria entre 248 e 249 e a aclamação de Jotapiano na Síria/Capadócia podem ser entendidos, em alguma medida, como reação a essas transformações, sobretudo se a dita “reforma” não tiver se circunscrito a uma província como o Egito⁴⁸.

Em simultâneo a isso, a moeda corrente de prata, o antoniniano⁴⁹, perdia gradativamente o seu efetivo valor intrínseco. Entre fins do governo de Gordiano III (isto é, no período entre 242 e 244) e a aclamação de Valeriano em setembro de 253, o antoniniano foi reduzido a uma liga metálica formada por cobre e recoberta por uma fina camada de prata, ao que damos o nome de bilhão – não confundir com o número natural 1.000.000.000! As legiões estacionadas no Danúbio e comandadas por Filipe em 245-247 eram remuneradas, em grande medida, a partir desses novos antoninianos cada vez mais depreciados em seu conteúdo de prata. Igualmente, por volta de 246-247 (quer dizer, no momento imediatamente posterior à “reforma” verificada no Egito), começaram a ser batidas moedas de

ouro mais leves do que aquelas produzidas em anos anteriores. Isso se somava, pois, aos antoninianos depreciados: ao tempo de Gordiano III, o conteúdo máximo de prata presente nos antoninianos variava entre 47 e 37% do volume de uma peça; sob Filipe, os percentuais caíram para um gradiente entre 44 e 31%⁵⁰.

Portanto, as crescentes necessidades militares demandavam um aumento proporcional na emissão de novas moedas a fim de pagar os soldados⁵¹. Para tanto, denários batidos na era dos Antoninos e dos Severos, que continham maior quantidade de metal precioso, foram retirados de circulação e passaram a ser reutilizados como matéria-prima para a produção dos antoninianos⁵².

Com isso, oponho-me às análises que apregoam que fenômenos inflacionários somente foram significativos no Império Romano a partir de 274, no bojo da reforma monetária formulada por Aureliano (270-275)⁵³. É ilógico pensar que, nas décadas de 240 e 250, os habitantes do Império que utilizavam moedas para transações variadas não estivessem atentos ao fato de que a qualidade dos novos discos metálicos postos em circulação havia diminuído. Concordo com Walter Scheidel ao apontar que, no sistema monetário imperial romano, o “poder de compra” de uma moeda (isto é, o seu valor real) não estava dissociado da qualidade e da quantidade de moedas que circulavam em dado período⁵⁴. A partir da escalada na depreciação da moeda de prata – algo que, aliás, já se notava na época de Caracala –, os padrões oficiais de troca, mediante os quais 25 denários equivaliam a 01 áureo, deixaram de ser levados em conta pelos próprios usuários das moedas. Criou-se um descompasso entre o real valor relativo das diferentes denominações em circulação e os padrões de troca que remontavam ainda à época de Augusto, os quais definiam as equivalências entre os três metais (ouro, prata e bronze) que serviam de base para a fabricação de moedas e, pois, para o sistema monetário⁵⁵.



A arqueologia nos fornece prova de tal situação. Pouco a pouco, as moedas de ouro desapareceram dos tesouros e de achados aleatórios que remontam ao século III, o que sugere que aqueles que usavam moedas começaram a retirá-las do meio circulante ou mesmo as desmonetizaram, uma vez que convertê-las em moedas de prata em crescente depreciação implicaria em perda de valor real⁵⁶. É preciso, porém, salientar que a época de Filipe não presenciou a agudização desse processo; entretanto, as medidas que indiquei anteriormente demonstram que, na segunda metade da década de 240, tal problema já se fazia sentir.

Nesse ensejo, o milenário da cidade de Roma deve ser pensado como “um acontecimento cuja potencial grandiosidade condicionava, ao menos em parte, a política econômico-fiscal adotada por Filipe nos anos que antecederam (...)” à realização das festividades ocorridas em 248⁵⁷. Daí a relevância do evento, que “adquiria sentido dentro de um “horizonte de expectativa” que se projetava a partir dos anos que o precediam de imediato”⁵⁸.

A (DIFÍCIL) ARTE DE SE CONSTRUIR UMA DINASTIA: O CASO DE FILIPE

No Capítulo 1, vimos como o milenário de Roma tornava possível a articulação de diferentes experiências de tempo mediante as quais a sociedade imperial romana imprimia significados aos acontecimentos vivenciados e, portanto, aos ordenamentos temporais (passado, presente e futuro) que organizavam os ritmos de vida em sua dimensão coletiva.

Em que pesem as evidências literárias que remetem àquela época serem escassas, há indícios sobre a existência de diversa produção intelectual relacionada, em maior ou menor medida, com o evento. No entender de Leandro Polverini, o milenário celebrado por Filipe cons-

tituiu a ocasião mais clara em que se pode identificar uma “percepção da crise” no seio da literatura produzida no decurso do século III⁵⁹.

Para ele, existe um conjunto razoável de textos cuja elaboração se deu em 247-248 (ou ligeiramente depois), algo que não pode ser visto como mera coincidência. Polverini refere-se a obras como a *História do Império Romano após Marco Aurélio*, escrita por Herodiano; a *História dos mil anos (Chilieteris)*, de autoria de Asínio Quadrado, cujo sugestivo título não deixa margem para muitas dúvidas quanto à vinculação com o evento comemorado sob Filipe⁶⁰; ou ao discurso intitulado *Eis basileia*, de autoria hoje desconhecida e outrora erroneamente atribuído ao orador Élio Aristides, que havia vivido no século anterior. *Eis basileia* encontrava correspondência na oração que o retórico Nicágoras, à frente de uma delegação enviada de Atenas a Roma, teria proferido na presença de Filipe⁶¹.

Por fim, em Alexandria Orígenes compôs o *Contra Celso* e, à semelhança de alguns escritos redigidos por Cipriano de Cartago pouco tempo depois, a intenção subjacente a tais textos era análoga àquela que moveu autores posteriores como Agostinho e Orósio após o saque que os visigodos promoveram em Roma, em agosto de 410: ou seja, os conflitos políticos e militares e as tensões sociais que eclodiram por volta da mesma época em que ocorreram as celebrações dos mil anos da cidade serviram de base para que os pagãos lançassem acusações contra os cristãos, algo em relação ao qual Orígenes e Cipriano, cada qual a seu modo, esforçaram-se por refutar⁶².

Perante esse cenário, Polverini argumenta que essas obras continuam

(...) a reflexão dos contemporâneos em torno do problema do próprio tempo [em que viviam], demanda da pelo milenário de Roma em sua dupla polaridade rumo ao passado glorioso, de uma parte, e a dramá-



tica incerteza acerca do futuro, de outra. Em um caso como esse, a “percepção da crise” não somente é certa, a meu ver, mas também específica e unívoca, de forma tal a caracterizar uma opinião pública em escala, de certo modo, imperial⁶³.

Admito que a ideia de “percepção da crise” não me convence por completo⁶⁴. Mais promissor é o fato de o milenário ter inspirado respostas no campo intelectual. Similarmente, foram emitidas séries monetárias relativas ao milésimo aniversário de Roma, as quais se enumeravam entre as mais extensas e as de maior custo do governo de Filipe. Lançadas em todas as denominações e metais, essas séries reforçam a ideia de que o milésimo aniversário de Roma havia sido celebrado em 248 com pompa e ao estilo tradicional⁶⁵.

Some-se a isso outro dado. Em meio ao discurso numismático, o milenário e os Jogos Seculares foram associados não apenas a Filipe, mas também à esposa e ao filho do imperador. Desde a sua aclamação no começo de 244, Filipe promoveu medidas a fim de vincular diferentes membros de sua família ao poder imperial⁶⁶. Em outras palavras, ações de caráter dinástico com o objetivo de consolidar a própria posição de Filipe em um sentido mais imediato e, por seu turno, assegurar a continuidade no exercício do poder (condição fundamental para a estabilidade política, ao menos em termos conjunturais).

Isso explica por que, provavelmente ainda em 244, Filipe fundou uma cidade que carregava seu próprio nome, Filipópolis, no lugar onde ele havia nascido (Shahba). Filipópolis foi agraciada com o estatuto de colônia romana. Na parte sul do fórum da cidade então (re)construída, Filipe ordenou que se erigisse uma tumba monumental que abrigava os restos mortais de seu pai, Júlio Marino, a quem o Senado decretou a apoteose. Assim, o soberano tornava-se também *diui filius*, e o monumento funerário em Filipópolis servia

como um panteão familiar⁶⁷. A divinização do pai de Filipe, que jamais havia mantido qualquer relação com o poder imperial, recobria de importância os antepassados do governante, engrandecendo a dinastia que se almejava instituir⁶⁸.

Por sua vez, a fundação de Filipópolis reiterava esses intentos dinásticos em curso, que envolviam transformações toponímicas a perpetuar a memória do soberano (e de sua família). Mas os resquícios arqueológicos referentes às intervenções arquitetônicas e urbanísticas no espaço do antigo aldeamento de Shahba desvelam os limites concretos com os quais o estabelecimento de uma dinastia poderia se deparar. À guisa de ilustração, uma das portas que davam acesso ao interior da cidade (a Porta Sul), embora sólida, apresentava uma decoração escassa. Arthur Segal esclarece que ela havia sido erigida de forma apressada; a própria estrutura foi abandonada antes mesmo de ter sido finalizada⁶⁹. Quer dizer, a eliminação de Filipe em setembro de 249 redundou na interrupção do evergetismo imperial em favor da cidade: afinal, Filipópolis era a *cidade de Filipe*, como o nome indicava. O sucessor dele, Décio, não nutria o mínimo interesse em dar sequência a um empreendimento dinástico como esse.

Ademais, a existência de um filho consanguíneo, Filipe II, se revelava oportuna para os propósitos dinásticos de Filipe. Embora criança, Filipe II recebeu vários títulos honoríficos e, ainda em 244, quando contava com apenas oito anos de idade, já era retratado em moedas como *nobilissimus Caesar* (“nobilíssimo César”)⁷⁰. Entre 247 e 248, ele foi elevado à condição de *Augusto*. Ao menos do ponto de vista teórico, isso conferia a ele a senioridade enquanto governante do Império Romano, nos mesmos termos que seu pai. Em estudo anterior, tive a oportunidade de demonstrar que as honras destinadas a Filipe II serviam para que ele despontasse publicamente como aquele a assegurar que a dinastia iniciada por Filipe iria perdurar por

mais uma geração. O milenário da cidade de Roma, nesses termos, consistia na ocasião ideal para que a corte imperial disseminasse a mensagem de que a continuidade da *res publica* competia não apenas a Filipe, mas também à sua esposa e ao seu filho⁷¹.

Em outras palavras, enquanto acontecimento mediante o qual se interconectavam passado, presente e futuro, o milésimo aniversário foi representado como um marco a sinalizar que a chegada de um novo (e benéfico) tempo passava pela manutenção da dinastia reinante. Não por acaso, Filipe e seu filho exerceram dois consulados sucessivos justamente entre os anos de 247 e 248, quando da conclusão do milésimo aniversário da cidade.

Todavia, entendo que a vinculação de Filipe II ao poder imperial também atendia a uma dimensão mais pragmática, a qual não pode ser ignorada. Entre 245 e 247, os godos e os carpos se movimentaram ativamente ao longo das fronteiras imperiais no Baixo Danúbio. Lily Grozdanova propõe que a existência de moedas locais cunhadas para Filipe II em cidades da costa do Mar Negro, como Tomis e Marcianópolis, talvez resultasse do fato de o jovem imperador ter acompanhado seu pai naquela região e lá permanecido por algum tempo. Isso fomentaria uma ligação mais próxima da corte com as legiões que atuavam naquela parte do Império, uma área sensível sob a ótica militar⁷². Embora não haja evidências que possam confirmar tal hipótese, a avalio como plausível se levarmos em conta que a multiplicação das figuras de poder, ligadas filialmente aos *Augustos*, foi um traço marcante da política imperial a partir do ano de 235⁷³.

Significa dizer que os laços dinásticos se situavam como elemento a conferir estabilidade ao exercício do poder imperial e, por tabela, a solidificar a aceitação de determinado governante por parte de certos grupos sociais. Cabe pontuar, assim, a questão da legitimação do *princeps*, frente a um cenário em que jamais foram instituciona-

lizados quaisquer regramentos acerca da transmissão do *imperium*. Egon Flaig sustenta que a monarquia imperial romana consistiu em um “sistema de aceitação”⁷⁴, que se assentava sobre quatro premissas. A primeira delas dizia respeito ao fato de que o estabelecimento do Principado a partir de 27 AEC nunca foi colocado efetivamente em xeque. Ou seja, a forma de governo era legítima. Porém, a ausência de um órgão ou de mecanismos dotados da “função incontestável de instituir e de destituir um imperador” fazia com que um soberano não pudesse ser considerado “legítimo”, na acepção estrita do termo.

Ainda que eu discorde desse último aspecto ressaltado por Flaig, estou de acordo com a perspectiva de que um imperador exercia o poder na medida em que fosse aceito enquanto tal. À perda da aceitação perante um ou mais grupos sociais se seguia a ascensão de algum pretendente a reivindicar o *imperium* para si⁷⁵. A legitimação do poder de um governante envolvia um processo a ser constantemente reiterado, uma vez que poderia ser colocado à prova a todo e qualquer momento.

Em segundo lugar, a “aceitação” traduzia-se mediante o “consentimento de grupos decisivos de direito”. Ou seja, aquele que exercesse o poder imperial era aceito enquanto se mostrasse capaz de manter uma relação com tais grupos, em meio às relações de força que caracterizavam as disputas intrasocietárias. Para Flaig, nos séculos I e II a comunidade política abrangia três grandes grupos, a saber, os senadores, a plebe urbana e os soldados/“cidadãos em armas” (representados pelas legiões e pela Guarda Pretoriana)⁷⁶.

O terceiro ponto concernia à impossibilidade de qualquer um desses três “grupos decisivos” se sobrepor aos demais, de maneira a posicionar-se socialmente como o ator político dotado da capacidade incontestada “de atribuir o direito de governar a um candidato” (isto é, a cristalizar-se como a instituição a transformar um indivíduo em



monarca legítimo, ao abrigo de contestação). Disso decorre o quarto e último elemento: jamais se observou um procedimento que pudessem *per se* legitimar um pretendente ao poder imperial. A aclamação por parte das legiões nas províncias ou dos pretorianos em Roma, o *senatus consultum* ou a *lex de imperio* teoricamente conferida pela assembleia popular expressavam o reconhecimento atribuído ao imperador, mas não bastavam para assegurar que tal governante seria incontestavelmente aceito por um longo intervalo de tempo⁷⁷.

Por conta disso, a criação de (efêmeras) dinastias constituem uma das marcas mais notáveis dos anos 244-253. Se tratava, logo, de um dos mecanismos principais sobre os quais se fundamentava a legitimidade do detentor do poder⁷⁸. Assim, tanto para a população que vivia na cidade de Roma, quanto para aquela que residia nas províncias, a segurança do Império dependia da situação da família do soberano. No entanto, um imperador sem filhos somente garantiria a estabilidade do mundo romano durante o período de sua existência. Devido a isso, pesava sobre o imperador reinante a obrigação de fornecer descendência masculina ou, na impossibilidade de fazê-lo, de costurar uma solução política que redundasse em uma suave transição do poder⁷⁹, em favor de um homem que, para usarmos os termos de Flaig, contasse com a aceitação dos principais grupos de poder.

No entanto, ainda que a sucessão de pai para filho tenha sido rara no período anterior ao ano de 235, a transmissão do poder em sentido dinástico ou hereditário – quer dizer, no âmbito de uma mesma família – caracterizava o modelo de *princeps* romano estabelecido a partir de Augusto em fins do século I AEC. Vale lembrar que a concepção nutrida pelos romanos acerca da *familia* ultrapassava, e muito, os limites daquilo com o qual estamos habituados (a família nuclear em sentido mais estrito). A única exceção a isso se verifica na ascensão ao poder por parte de Trajano em janeiro de 98,

visto que ele não dispunha de qualquer tipo de relação familiar com o seu antecessor, Nerva (96-98)⁸⁰.

O período para o qual me volto foi marcado pelas tentativas em se construir dinastias nas quais os filhos consanguíneos dos imperadores seniores assumiam lugar de destaque em meio às formas de propaganda emanadas ou estimuladas pelas cortes imperiais, como se nota nas fontes numismáticas que apresentarei na sequência. Assim, crianças (Filipe II) e jovens rapazes (Herênio Etrusco, Hostiliano e Volusiano) foram associados ao poder imperial mediante diversos títulos e honrarias, o que exprimia um anseio, por parte dos *Augustos* reinantes (Filipe, Décio e Treboniano Galo), em consolidar o poder que exerciam e, ao mesmo tempo, manter tal poder no âmbito da família a qual pertenciam, o que poderia conferir ordem e estabilidade quando do eventual processo sucessório.

Logo, a construção de dinastias respondia aos imperativos de um sistema que, embora não se assumisse enquanto monárquico, o era de maneira efetiva. Como ensina Aloys Winterling, o papel do *princeps* escapava à ordem sociopolítica tradicional (leia-se “republicana”). A partir de Augusto, os mecanismos de distribuição de poder e das honras iam de encontro com a posição dominante do imperador, de forma que a noção de *res publica* passou a confundir-se com a *domus* imperial. Ao mesmo tempo, não era possível que se rompesse completamente com as antigas práticas e rituais políticos. Do contrário, teríamos a eliminação das próprias hierarquias sociais sobre as quais se fundamentava a proeminência da aristocracia senatorial. Donde a necessidade de se manterem vigentes as instituições republicanas a fim de legitimar a posição do imperador, o que implicava, pois, que não se reconhecesse *de iure* a sucessão hereditária como elemento a assentar a transmissão do poder. Isto produzia a situação paradoxal de o *princeps*, ao reafirmar as tradições de outrora, ao mesmo tempo



acabar por esvaziá-las de real significado, uma vez que sua posição monárquica se sobrepunha a todas as instituições da *res publica*⁸¹.

Por isso, a inexistência de arcabouço jurídico claro fazia com que a transmissão do *imperium* de um governante para outro correspondesse a um ato potencialmente instável. Deste modo, as estratégias dinásticas abarcavam tanto um aspecto *futuro* (filhos como Filipe II, Herênio Etrusco, Hostiliano e Volusiano foram apresentados publicamente, de diferentes formas, como sucessores em potencial) quanto um elemento *presente* (o imperador reinante, como nos casos de Filipe, Décio e Treboniano Galo, deveria revelar-se como detentor das virtudes necessárias para conduzir a *res publica*, o que incluía a escolha de um sucessor apropriado)⁸².

Diante do exposto, resta analisar em quais sentidos o discurso de secularidade foi explorado nas moedas lançadas para a família de Filipe por ocasião do milésimo aniversário da *Vrbs*.

MONUMENTOS EM MINIATURA: OS MIL ANOS DE ROMA E OS TIPOS MONETÁRIOS SAECLVLM NOVVM

Os tipos monetários imperiais cujos reversos ostentavam a legenda SAECLVLM NOVVM⁸³ foram produzidos em nome de Filipe, Otacília Severa e Filipe II nos anos de 247 e (em especial) 248, na casa da moeda de Roma. Em menor medida, também o foram em Antioquia, entre 248 e 249. Com base no volume 4.3 do *Roman Imperial Coinage* (RIC), é possível identificar que esses tipos monetários foram batidos em todos os metais e nas seguintes denominações: áureos (de ouro, portanto), antoninianos (de prata) e sestércios e asses de bronze⁸⁴. No caso de Filipe e de seus familiares, ao final dessa seção também irei enfatizar os asses que dispunham em

seus reversos da inscrição MILIARIVM SAECVLVM (ou seja, “a era do milênio”)⁸⁵, os quais, como se percebe, se relacionavam diretamente com a questão do *saeculum nouum*.

Todos esses tipos monetários podem ser pensados enquanto *monumentos em miniatura*. O discurso iconográfico difundido por intermédio de peças de dimensões tão reduzidas visava transmitir e perpetuar mensagens acerca dos governantes romanos e de seus feitos. Nesse sentido, esses monumentos em miniatura exprimiam uma linguagem visual referente às autoridades imperiais de maneira semelhante ao que se observava a partir da arte monumental, como representada nos espaços públicos de uma cidade como Roma mediante os arcos de triunfo, colunas ou estátuas equestres dos imperadores⁸⁶. Nesses termos, as moedas configuravam

(...) um meio bem apropriado para a expressão de uma linguagem de poder. As moedas representavam um meio ideal para a criação de imagens *simples e abstratas*. Em moedas romanas, há lugar suficiente para imagens *ambíguas e universais*; um número limitado de imagens é *combinado* de maneira igualmente limitada, e na medida em que essas moedas eram batidas em quantidade inumerável, tais imagens eram *repetidas*. Finalmente, pode-se afirmar que essas [imagens] eram *visíveis*, ao menos suficientemente visíveis a fim de se fazerem notar. Tudo isso contribuía para tornar a moeda um dos mais poderosos meios de comunicação entre imperador e súditos⁸⁷.

Logo, tais características faziam das moedas um monumento utilizado pelo poder instituído com vistas a perenizar, voluntária ou involuntariamente, determinada memória acerca de algo⁸⁸. Entretanto, cabe enfatizar que a análise do processo de perpetuação de memórias acerca dos governantes não pode ignorar o fato de que

O poder e a representação do poder não são idênticos. Os imperadores necessitavam de poder econômico e fiscal, boas estruturas de governo, uma posição sólida em meio às redes e ascendência política baseada em sucessos reais para manter os soldados satisfeitos e impressionar potenciais inimigos e competidores, mas eles necessitavam [também] de uma engenhosa representação do poder a fim de tornar a mensagem mais explícita aos exércitos, inimigos e competidores. A representação do poder imperial contribuía bastante para o poder real [exercido] pelos imperadores na medida em que refletisse a realidade e não propagasse coisas que não existiam⁸⁹.

Tendo isso em mente, vejamos a seguinte imagem:



Figura 03. Antoniniano, Roma © American Numismatic Society, Mantis Database. Disponível em: <http://numismatics.org/collection/1948.19.640>
Referência: RIC 4.3. (Philip I) no. 25B.

O anverso que se vê na Figura 03 se baseia em convenções que se notam nas demais moedas do período. O busto de Filipe, voltado à direita, drapeado e com couraça, o representa com uma barba

curta⁹⁰, em estilo militar. A coroa radiada era traço distintivo dos antoninianos introduzidos a partir de Caracala. A legenda é simples (sem a titulatura completa), na qual se lê IMP[ERATOR] PHILIPPVS AVG[VSTVS] (“*Imperator Filipe Augusto*”). Ademais, conforme já indicado, os tipos SAECVLVM NOVVM foram batidos também para a esposa de Filipe. Como se vê na Figura 04 abaixo, as efígies de Otacília Severa foram caracterizadas pela presença do diadema a adorná-las⁹¹:



Figura 04. Anverso de um antoniniano, Roma – With permission of wildwinds.com (RCV 2000 Edition, Number 9160). Disponível em: https://www.wildwinds.com/coins/sear5/s9160.html#RIC_0116b. Referência: RIC 4.3. (Philip I) no. 116b.

Antiquíssimo símbolo de autoridade monárquica (e, em certos casos, também ligado às divindades), o diadema tornou-se um atributo comumente associado às imperatrizes a partir da era dos Antoninos⁹², momento em que a emissão de moedas em nome das *Augustas* começou a ganhar força.

Tamanho processo foi aprofundado sob Septímio Severo. Assim, à maneira das mulheres pertencentes à dinastia dos Severos, a esposa de Filipe desfrutava de uma posição elevada no seio da corte imperial, como testemunhavam as inúmeras honrarias ostentadas por ela. Logo após a elevação de Filipe ao poder, Otacília Severa tornou-se *Augusta* e recebeu o título de *mater castrorum et senatus et patriae* (“mãe dos acampamentos militares, do Senado e da pátria”), ao que se seguiu, depois de julho ou agosto de 244, o de *mater Caesaris* (“mãe do César”) e o de *mater exercitus* (“mãe dos exércitos”)⁹³. Filipe procedeu de forma semelhante àquela vista nos primeiros anos do reinado de Septímio Severo, quando a esposa do imperador, Júlia Domna, foi objeto das mesmas honras, fartamente veiculadas mediante suportes numismáticos e epigráficos. Se tratava de assegurar às *Augustae*, como Júlia Domna e Otacília Severa, uma posição de destaque que, ao mesmo tempo, contribuía para o fortalecimento do poder exercido por seus esposos e filhos⁹⁴.

Dos títulos listados no parágrafo anterior, saliente-se por ora o de *mater Caesaris*. Temos, pois, mais um elemento de caráter dinástico: Otacília Severa era a mãe do *César* Filipe II, que havia ascendido ao cesarado justamente em 244, aos sete anos de idade apenas. As moedas relacionadas com os mil anos de Roma – dentre as quais se incluíam igualmente os tipos monetários com a legenda *SAECLVLARES AVGG*⁹⁵ –, ao terem sido produzidas para os imperadores (Filipe e Filipe II), mas também em nome de Otacília Severa, reiteravam uma ligação entre a família imperial como um todo e a população da cidade e suas tradições imemoriais⁹⁶. A concretização dos intentos dinásticos da corte de Filipe passava, pois, pela figura de Otacília Severa e dos papéis a ela atribuídos.

Körner assinala o quão difícil é identificar qual seria o efetivo grau de influência exercido por Otacília Severa em relação às ações

políticas estabelecidas pela corte de Filipe⁹⁷. Apesar disso, o que me interessa é salientar em que sentido a imagem de Otacília Severa foi explorada para fins dinásticos, fomentando uma conexão entre a *domus Augusta* e a cidade de Roma mediante a qual os governantes eram apresentados como essenciais para a manutenção da estabilidade do Império no presente e no futuro (pois que Otacília Severa era a mãe do potencial sucessor de seu marido).

Posto isto, centremos a análise sobre o reverso da moeda cuja imagem reproduzi por meio da Figura 03⁹⁸. Há vários aspectos a serem salientados. Em primeiro lugar, Gagé defende que o campo monetário era dominado por uma representação acerca do Templo de Vênus e Roma⁹⁹. Construído sobre o cume do monte Vélia durante o governo de Adriano (mas finalizado somente por seu sucessor, Antonino Pio), era o maior de todos os edifícios religiosos da cidade, lugar onde o antigo festival da Parília passou, então, a ser celebrado. Tal festividade destinava-se, como já apontado, a rememorar os aniversários “natalícios” de Roma. A relação com o passado mais remoto da cidade fazia-se sentir, igualmente, no papel exercido pelo Senado nos rituais dedicados à deusa Roma. O colégio sacerdotal responsável pelo culto à divindade, os *duodecimviri urbis Romae*, era exclusivamente formado por senadores. Não por acaso, Elizabeth Marlowe afirma que “o Templo [de Vênus e Roma] parece ter sido o centro das suntuosas celebrações fomentadas pelo imperador Filipe, o Árabe, em 248 em honra ao milésimo aniversário de Roma”¹⁰⁰.

Ademais, tal santuário exprimia, em meio à paisagem urbana de Roma, a deificação da própria eternidade da *Vrbs* (do que a conclusão do milenário acabava também por reiterar). A partir do Monte Vélia, o templo se elevava sobre o eixo da Via Sacra e, por tabela, do Monte Capitolino, expressando arquitetonicamente a ligação sa-

grada que existiria entre os romanos, seus antepassados (na condição de mãe de Eneias, Vênus era a deusa ancestral do *populus Romanus*) e a divindade que personificava a própria cidade¹⁰¹.

Mas a presença do Templo de Vênus e Roma no discurso numismático não consistia em uma novidade à época do milenário. No entanto, vale frisar que tampouco era algo corriqueiro. Duas décadas antes, Severo Alexandre (222-235) possivelmente explorou a imagem do edifício e de uma estátua associada à *dea Roma* nos reversos de emissões que continham a legenda ROMAE AETERNAE. Noëlle Gérardet sugere que isso se deu por conta de celebrações referentes ao centenário de dedicação do templo em 228, ainda que não haja fontes que explicitamente o atestem. Para ela, a ocasião permitiu a Severo Alexandre enaltecer a cidade de Roma, situando-a como o ponto fundamental de sua ação política a fim de superar a experiência religiosa orientalizante promovida por Heliogábalo (218-222)¹⁰².

O conjunto iconográfico batido nesses reversos de Severo Alexandre se repete nos tipos monetários SAEVLVM NOVVM produzidos para Filipe e sua família em 248, como se vê na Figuras 03 (acima) e 05 (abaixo). A “nova era”, proclamada pela *domus Augusta* a partir das comemorações dos mil anos de Roma em 21 de abril de 248, somente se efetivaria desde que enraizada sobre a própria cidade. Não posso senão concordar com Gérardet ao afirmar que a mensagem da “nova era” transmitia “o sentido de uma nova fundação, de uma renovação da cidade”¹⁰³. Portanto, a dinastia reinante se apresentava publicamente como a “fundadora” de um novo tempo¹⁰⁴. Todavia, é preciso enfatizar que isso não se restringia a uma superação do “antigo” pelo “novo”. A prosperidade anunciada pela dinastia no poder não estava dissociada daquilo que havia de mais tradicional, qual seja, a própria Roma, que figurava nos reversos sob a forma da deidade (*dea Roma*) que representava, pois, a cidade em si.

Porém, os ícones retratados nas moedas eram mostrados em um nível mais abstrato e impreciso, como era a regra no que respeitava a esses “monumentos em miniatura”. Por isso, não há indicação a atestar que a colunata e o frontão da fachada se referissem precisamente ao Templo de Vênus e Roma – aliás, a edificação erigida sob Adriano e Antonino Pio possuía 10 colunas, ao contrário do formato hexastilo (ou seja, dotado de 06 colunas) que se nota nas moedas cunhadas em 248. O mesmo pode ser dito da figura central situada entre as colunas, demasiado inespecífica.

Contudo, penso que o anúncio do advento de uma “nova era”, cuja razão de ser não era outra senão um evento tão específico como os mil anos de Roma, estimulava o observador a tomar os elementos iconográficos dos reversos como expressão do culto devotado à *dea Roma*: quer dizer, embora tais moedas representassem o Templo de Vênus e Roma de forma simplificada e inexata, o faziam de tal maneira que o santuário era evocado de modo suficiente a permitir que o público tivesse ciência daquilo que se tratava¹⁰⁵. Daí que, apesar da extrema simplificação, pode-se afirmar que a imagem antropomórfica delineada entre as colunas era a da deusa Roma, com símbolos usualmente vinculados a ela. Na mão esquerda, a divindade carregava uma lança ou um cetro, expressão de autoridade e de conquista; por sua vez, a mão direita portava algo que se parece com o *palladium* (paládio), signo da eternidade da cidade. O *palladium* carece ser sublinhado. Correspondia a uma estatueta de *Palas Atena/Minerva*, a qual estava vinculado o destino de Troia, de acordo com os relatos míticos. Após a queda da cidade dos troianos, o herói Eneias teria trasladado a imagem para a Península Itálica. Tradicionalmente, acreditava-se que o objeto teria sido depositado no interior do Templo de Vesta, no Fórum Romano. A preservação física do paládio implicava,

simbolicamente, a manutenção da cidade e de seu Império: enquanto o paládio existisse, o mesmo ocorreria com Roma¹⁰⁶.

Em resumo, a “nova era”, a inserir-se no tempo, se apoiava assim sobre aquilo que transcendia o próprio tempo: a Roma eterna, materializada pelo local de culto (o templo) e hipostizada mediante a divindade a qual se rendia tal culto (*dea Roma*)¹⁰⁷.

Portanto, voltamos a nos deparar com as categorias de tempo. Diante disso, é necessário compreender Filipe e seu governo menos pela ótica de seu suposto – eu diria altamente improvável – cristianismo¹⁰⁸ e mais pelas práticas de afirmação dos valores da romanidade pagã, como exemplificadas pelas comemorações referentes ao milênio. A remissão ao culto à deusa Roma nos tipos monetários SAEVLVM NOVVM servia para enaltecer aquilo que conferia substância à própria divindade, nada mais, nada menos do que a cidade de Roma em si. Projetava-se a imagem de Filipe (e de sua família) como os responsáveis por fazer com que os pontos de ancoragem da *Romanitas* continuassem a subsistir, tal como havia acontecido durante mil anos. Nesse sentido, foi importantíssimo que a corte imperial tivesse celebrado o início de uma “nova era” por meio dos Jogos Seculares, como apontei no Capítulo 1: isto é, observando os atos religiosos que sacralizavam o começo de uma “era” que se proclamava afortunada para o Império e seus habitantes¹⁰⁹.

Dessa maneira, defendo que o milenário também tenha sido encarado pela corte imperial como a oportunidade mais efetiva para Filipe e seus familiares se apresentarem, diante dos senadores romanos, como os melhores intérpretes da romanidade¹¹⁰, superando os condicionantes relacionados às origens e às condições sociais do imperador quando de sua aclamação no início de 244 (a qual, cabe lembrar, não havia contado com a participação do Senado). Como

conclui Körner, se tratava do cenário ideal para que a família reinante, ao celebrar os ritos devidos, desse mostras de sua *pietas* em face dos costumes do passado, inserindo-se assim dentro da tradição romana, algo crucial para que uma dinastia sem conexões prévias com a cidade de Roma pudesse legitimar-se¹¹¹.

Igualmente, ressalte-se a cunhagem dos tipos monetários SAE-CVLVM NOVVM em Antioquia. É da metrópole siríaca que temos exemplares batidos em nome de Filipe II, como se vê na Figura 05 na seqüência. De Blois afirma que a fabricação de moedas em Antioquia passou por drástica reorganização entre os anos de 246-248, o que permitiu que a casa da moeda lá instalada dobrasse sua capacidade produtiva. Se tratava de um processo de mudança mais amplo, relacionado com o aumento das demandas militares e, talvez, com medidas de arrecadação fiscal mais rígidas que o *rector Orientis* Júlio Prisco, irmão de Filipe, parece ter adotado em relação aos cidadãos que habitavam as províncias orientais, dado os poderes supra-provinciais que foram a ele concedidos¹¹².

Ressalte-se também que a casa da moeda de Roma se viu asseverada pelo enorme volume de peças a ser recunhado a partir de 238. Foi preciso pluralizar os centros de emissão monetária. Sendo assim, algumas oficinas que faziam parte da casa da moeda na *Vrbs* foram realocadas para cidades provinciais, com vistas a converter as moedas locais, arrecadadas sob a forma de tributos e taxas, em antoninianos destinados ao pagamento das legiões. O ponto de partida se deu ainda sob Gordiano III no ano de 240, quando, justamente, a casa da moeda de Antioquia passou a bater moedas imperiais de forma praticamente ininterrupta até o final do século V¹¹³.

Isto posto, compete analisar a seguinte imagem:



Figura 05. Antoniniano, Antioquia de Orontes – With permission of wildwinds.com (RCV 2000 Edition, Number 9276). Disponível em: https://www.wildwinds.com/coins/sear5/s9276.html#RIC_0244. Referência: RIC 4.3. (Philip I) no. 244.

Ao contrário do que se nota na Figura 03, a titulatura de Filipe II inserida no anverso é um pouco mais extensa: IMP[ERATOR] M[ARCVS] IVL[IVS] PHILIPPVS AVG[VSTVS] (“*Imperator* Marco Júlio Filipe *Augusto*”). No mais, os elementos são os mesmos observados para Filipe na Figura 03, com exceção da ausência de barba: a efigie de um *puer* como Filipe II haveria de ser representada imberbe. Chamo a atenção para o reverso, caracterizado por aquilo que Katarzyna Balbuza define como “iconografia monótona”¹¹⁴: as peças emitidas para Filipe II limitavam-se também a expor a fachada de edifício hexastilo com a estátua da deusa Roma ao centro. Mas a repetição exata do discurso iconográfico servia para projetar a mesma mensagem de caráter dinástico, já assinalada por conta das Figuras 03 e 04. Quer dizer, a construção da “nova era” abarcava todos os membros da família imperial. Na condição de “sucessor designado”, o jovem Filipe II permitia que as expectativas por uma benfeiteira época fossem lançadas também para o futuro, enquanto continuador da dinastia a qual coube inaugurar a “nova era”, conforme o discurso de secularidade disseminado por intermédio das moedas em questão.

Portanto, esse tipo de “recorrência iconográfica” exprime, como conclui Gladys Sales, “estruturas de poder” que se materializam por intermédio de redes que

(...) abrange[m] também as estruturas simbólicas, em uma relação multidirecionada, em que o ‘centro’ e a ‘periferia’ relacionam-se mutuamente e em cooperação, as quais ultrapassam os conceitos delimitadores de ‘dominador’ e ‘dominado’, na promoção constante de negociações que permeavam as relações socioculturais, históricas, geográficas e econômicas do Império com as províncias orientais¹¹⁵.

Ou seja, as mensagens que associavam a casa imperial com a noção de *saeculum nouum* não se restringiam ao centro do Império, mas circulavam também entre os habitantes das áreas provinciais¹¹⁶. Quanto a isso, é preciso explicitar alguns pontos. No que tangia à circulação monetária, a parte oriental do Império Romano se dividia em grandes zonas, notadamente a Grécia, a Ásia Menor e a Síria. Não havia, logo, maior integração do ponto de vista numismático. Dito de outra maneira, a despeito das interações de caráter econômico que existiam em nível interprovincial, jamais houve políticas monetárias comuns que abrangessem uniformemente a produção, a distribuição e a circulação de moedas por todo o território imperial¹¹⁷.

Além disso, a situação da Síria se mostrava ainda mais excepcional, pois que os tetradracmas do tipo “bilhão”, cujas origens remontavam ao período helenístico, continuaram a ser produzidos em Antioquia e ocasionalmente em outras cidades da província quase que de forma exclusiva durante os dois primeiros séculos e meio da era imperial romana. Ao que parece, aos mercadores que se dirigiam à região restavam duas alternativas: ou efetuavam o câmbio da moeda que traziam consigo para que realizassem trocas mercantis ao aden-

trar a Síria ou contentavam-se em comercializar produtos junto às áreas limítrofes da província. Por seu turno, a população local também preferia utilizar as moedas provinciais, em detrimento das moedas de prata imperiais (sob a forma do denário), que foram batidas em Antioquia de maneira pontual durante a época dos Flávios (69-96) e, depois, sob Pescênio Nigro (193-194) e Septímio Severo¹¹⁸.

O exemplo da Síria ressalta que os padrões de circulação monetária eram caracterizados pela fragmentação, em particular no que se referia às denominações de menor valor intrínseco (prata e bronze). Quer dizer, os tetradracmas cunhados em Antioquia circulavam de forma restrita. A razão para tanto era muito simples: não se tratava de uma moeda corrente aceita em outras províncias romanas¹¹⁹. Contudo, apesar do abandono definitivo das moedas provinciais em Antioquia nos primeiros anos da década de 250 (em favor dos antoninianos “imperiais”)¹²⁰, no geral mesmo o alcance desses antoninianos permaneceu geograficamente limitado. Como resume Sitta von Reden, há certo consenso de que, no interior dos circuitos econômicos estabelecidos sob domínio romano, “o padrão predominante de circulação das moedas de bronze e prata era regional ao invés de intrarregional”¹²¹.

Ora, é mais do que salutar que não se perca de vista tal condição ao lidarmos com moedas como a reproduzida por meio da Figura 05. Os tesouros monetários escavados em diferentes lugares que correspondem à área da “grande Síria” antiga sugerem que as moedas fabricadas em Antioquia, entre os governos de Augusto e de Treboniano Galo, eram mais recorrentes no norte síriaco. Entretanto, embora se fizessem presentes na Mesopotâmia e mesmo mais ao sul (Fenícia/Palestina/Arábia), nessas regiões circunvizinhas a maior parcela do meio circulante era advinda de outros locais de produção¹²².

Porém, não estamos diante de um imperativo incontornável: basta pensar na hipótese de que os soldados a combater os persas no

limes oriental, ao receberem moedas de prata imperiais (antoninianos) batidas em Antioquia, se sobrevivessem às batalhas (ou à captura por parte dos inimigos) poderiam ser deslocados para campanhas militares em outros pontos do território imperial. Nessas localidades, tais legionários realizariam transações comerciais lançando mão dos discos metálicos emitidos pela casa da moeda de Antioquia, já que se tratava de moeda corrente por praticamente todo o Império Romano.

Finalmente, compete avaliar mais um tipo monetário. Refiro-me a moedas com a inscrição MILIARIVM SAECVLVM, produzidas em Roma para os membros da família de Filipe durante o ano de 248. À guisa de ilustração, apresento imagem referente a um desses tipos, em nome de Otacília Severa:



Figura 06. Asse, Roma © American Numismatic Society, Mantis Database. Disponível em: <http://numismatics.org/collection/1944.100.18447>. Referência: RIC 4.3. (Philip I) no. 199B.

No anverso, existe uma diferença em comparação com a legenda que se lê, por exemplo, na Figura 04. No caso, temos a inclusão do prenome da esposa de Filipe (MARCIA), ao qual se segue o restante da inscrição (OTACIL[IA] SEVERA AVG[VSTA]). No tocante

ao reverso, a presença da abreviatura S C não surpreende. Afinal de contas, desde o governo de Augusto, o Senado manteve-se como autoridade emissora das denominações de menor valor intrínseco (ou seja, as moedas de bronze, caso do asse exibido na Figura 06). Sendo assim, até as décadas finais do século III as peças cunhadas em bronze quase que invariavelmente ostentavam a marca S C nos reversos, denotando que haviam sido produzidas “por decreto do Senado” (S[ENATVS] C[ONSVLTO]).

Já a coluna que domina o campo monetário, inserida entre as letras S e C, tem significado menos preciso. No entender de Balbuza, poderia se tratar de uma alusão ao fato de que as festividades de celebração do milênio haviam sido registradas por escrito em algum lugar¹²³. A meu ver, a imagem do *cippus* (“pedestal” ou “coluna baixa”) nos reversos desses tipos monetários dispunha até mesmo de uma dimensão metalinguística. Como monumentos em miniatura, as moedas equivaliam a objetos que visavam perpetuar determinadas mensagens ao longo do tempo. Os *cippi* eram encontrados por todo o território imperial, na forma, por exemplo, de marcos miliários que informavam aos transeuntes sobre as distâncias percorridas nas estradas. Isto é, na Figura 06 temos o reverso de um *monumento em miniatura* o qual, por sua vez, remetia a outro *monumento*, inespecífico (um *cippus*, no caso). Ao contrário do que sugere Balbuza, não penso que seja necessário tomá-lo como uma referência indireta ao ato concreto de se registrar a passagem do milênio em algum suporte físico; antes, o que importava era sinalizar que a “era do milênio” e os jogos a ela vinculados eram dignos de serem rememorados e, portanto, preservados pelas moedas e metaforicamente por intermédio dos *cippi* representados, justamente, nessas moedas¹²⁴.

À GUIA DE CONCLUSÃO:

FILIPE E AS TRANSFORMAÇÕES NO MODELO IMPERIAL ROMANO

O discurso iconográfico presente nas cunhagens de Filipe e de sua família evidenciam transformações sutis no que diz respeito ao exercício do poder imperial romano. De novo, as categorias representacionais de tempo fornecem um bom vestígio. No decorrer do século III, se nota a profusão de discursos que enfatizavam ainda mais a pessoa do imperador: diante dos vários problemas que atingiram diferentes províncias, as populações que viviam no interior do mundo romano passaram a depositar cada vez mais as suas esperanças de melhora nas “virtudes providenciais” dos soberanos¹²⁵.

Ao mesmo tempo, a personalização da “nova era” resultava do aprofundamento do caráter sacralizante atribuído ao governante desde o início do Principado. Ora, vista como eterna, Roma se inscrevia na ordem divina – a qual não sofreria com a ação do tempo, portanto¹²⁶. O caráter sagrado do título de *Augusto* fazia com que imperadores como Filipe compartilhassem, em algum grau, desses aspectos comuns às divindades. No século III, o tema da “eternidade do governante” (*aeternitas Augusti*) passou a ser explorado com força a partir de Gordiano III. Quer dizer, embora se tratasse de uma mensagem cuja utilização havia se dado originalmente ao tempo dos Flávios, as celebrações do milenário de Roma configuraram uma ocasião para que Filipe o explorasse¹²⁷, de modo tal que, de “abstração personificada”, a *aeternitas Augusti* passou a ser encarnada pela pessoa do *princeps* em si¹²⁸.

Por fim, não posso deixar de sublinhar o contexto numismático no qual os tipos SAECVLVM NOVVM tomaram parte. Daniel Nony também reforça a perspectiva de que as peças cunhadas em nome de Filipe refletem “um programa monetário bastante preciso que exaltava [as] qualidades pessoais do imperador”. Embora, é evi-

dente, não se tratasse de algo exclusivo do governo de Filipe, o que se destaca nesse caso é a existência de uma linha mestra que se revelava desde a ascensão dele ao poder imperial, marcada pela insistência na ideia de estabilidade e harmonia que ele e sua família haveriam de ofertar ao mundo romano. Donde a existência de legendas como PAX FVNDATA CVM PERSIS (“a paz estabelecida com os persas”) na primeira série monetária emitida ainda em 244, passando pela ênfase sobre a *tranquillitas* associada a um deus como Marte Pacífico, até a exaltação de uma “nova era” a ser iniciada a partir das celebrações dos mil anos¹²⁹. Em suma, visava-se transmitir a mensagem de que Filipe “governava em paz”, o que correspondia “a uma esperança milenarista” afeita aos anseios daquele momento¹³⁰.

Portanto, como esclarece Carrié, a alusão a uma “idade de ouro”, proclamada por certos imperadores do século III, não se limitava a um simples recurso retórico, mas antes dialogava com inquietudes escatológicas comuns aos antigos. Nesse caso, se a regeneração periódica da *res publica* era algo esperado por parcela dos habitantes do território imperial, isso se operava de mãos dadas com a crença na eternidade de Roma. Perante isso, a “nova era” divulgada nas moedas batidas para Filipe, sua esposa e seu filho expressava a ótica de que a perenidade de Roma e de seu império abarcava ciclos periódicos de “renovação”¹³¹. Mas o milênio equivalia a um “intervalo de tempo” excepcional, cuja grandeza reiterava a ótica da *aeternitas* romana e, talvez, servisse também para solapar (ou, no mínimo, concorrer com) a doutrina etrusca que fazia do término do décimo *saeculum* o fim da história de qualquer sociedade que fosse.

É por isso que, de acordo com Ramsey MacMullen, o poder imperial alterou a forma de lidar com visões milenaristas ao longo do século III. Se, até as últimas décadas do século anterior, havia medidas de caráter repressivo direcionadas a indivíduos ou grupos que defendessem publicamente pontos de vista milenaristas, as celebra-

ções no ano de 248 manifestavam o oposto, fazendo do “milénarismo romano” uma expressão da expectativa de que “dias melhores viriam”¹³². Daí que as dinastias efêmeras encabeçadas por Filipe e seus sucessores mais imediatos (Décio e Treboniano Galo, mesmo Pacaciano) viessem a rivalizar, no plano retórico, pela primazia de inaugurar um *saeculum nouum*. Contudo, se a disputa pela “nova era” estava em aberto, não houve dinastia que pôde se consolidar e concretizar as expectativas positivas conferidas aos mil anos da cidade que se queria eterna, como veremos no próximo capítulo.



NOTAS DO CAPÍTULO

¹ O “*market cap*”, capitalização ou valor total de mercado, se refere à quantia integral necessária para se adquirir cada uma das ações ofertadas por uma empresa da capital aberto, levando-se em conta o preço a partir do qual tais ações são negociadas em uma Bolsa de Valores no momento da eventual compra. Os dados sobre a Saudi Aramco foram consultados junto ao site *CompaniesMarketCap.com*. Disponível em <https://companiesmarketcap.com/saudi-aramco/marketcap/>. Acesso em: 06 fev. 2022.

² A situação assim se apresentava, pelo menos, até o final de 2019. Ver SAFI, Michael. How real is Saudi Arabia's interest in renewable energy? *The Guardian*, 12 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2019/oct/12/how-real-saudi-arabia-interest-renewable-energy>. Acesso em: 06 fev. 2022.

³ Conforme as informações extraídas de *AramcoWorld.com*. Disponível em <https://www.aramcoworld.com/About/History>. Acesso em: 06 fev. 2022.

⁴ *ARAMCO WORLD*, Houston, v. 51, n. 1, n.p, jan./fev. 2000.

⁵ HOLT, Frank L. The Roman millennium. *Aramco World*, Houston, v. 51, n. 1, p. 26-29, 2000.

⁶ Me baseio na definição de “usos do passado” como uma das modalidades de recepção da Antiguidade que podem ser empreendidas no presente, como se lê em SILVA, Glaydson J.; FUNARI, Pedro P. A.; GARRAFFONI, Renata S. Recepções da Antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 40, n. 84, p. 45, 2020.

⁷ Em autores tardo-antigos de língua latina, Filipe é definido como “árabe da Traconítida” (*Philippus Arabs Thraconites*), como diz Aurélio Vítor (*Histórias abreviadas*, 28.1), ou simplesmente como “árabe” (*Philippus Arabs*, no caso da *HISTÓRIA AUGUSTA, Vida dos Três Gordianos*, 29.1). A *Epítome de Caesaribus* não informa o lugar de nascimento do imperador, mas o cita como “um local humilíssimo” (além de, ironicamente, descrever o pai de Filipe como “nobilíssimo comandante de ladrões”) (*EPITOME DE CAESARIBVS*, 28.4). No universo das letras gregas, Zósimo seguiu linha semelhante à da *Epítome de Caesaribus*, ao escrever que “Filipe era um nativo da Arábia, povo de má reputação” (ZÓSIMO, *História nova*, 1.18.3). Nesse caso, uma suposta baixa extração social de Filipe era associada com a terra natal dele, classificada como um lugar inferior. Um debate sobre o estado das fontes acerca das origens de Filipe se encontra em KÖRNER, Christian. *Philippus Arabs*. Ein Soldatenkaiser in der Tradition des antoninisch-severischen Prinzipats. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 2002, p. 30-33.

⁸ “As origens árabes de Filipe influenciaram o governo dele?”, pergunta Christian Körner, que responde que não se comprova qualquer tipo de “tendência orientalizante” por parte do imperador. O que temos, continua Körner, são evidências que mostram o contrário, isto é, que “a política dele foi baseada nas tradições do Principado romano” (ponto que enfatizo na seção 2.1. desse Capítulo). Ver KÖRNER, Christian. *Philippus Arabs – ein Araber auf dem römischen Kaiserthron?* *Antike Welt*, Darmstadt, v. 40, n. 3, p. 77-78, 2009, tradução minha.

⁹ A fragmentação e divisão administrativa da Síria antiga remonta ao processo de dissolução do Reino Selêucida nas décadas finais do século II AEC, algo que teve sequência após as campanhas de Pompeu em 64 AEC que resultaram na anexação direta, por parte dos romanos, de grande parcela das terras localizadas ao norte da Síria. Autores como John

Grainger fazem de Filipe um “nativo da Síria”, na medida em que a Traconítida era uma área que historicamente se integrava ao território síriaco. Filipe, nesse caso, é listado dentre os imperadores originários da Síria, ao lado de Heliogábalo e Severo Alexandre. Todavia, Filipe não dispunha dos laços familiares monárquicos – tanto no que se referia à corte imperial romana quanto às pequenas realidades locais na Síria – que marcaram a ascensão dos seus antecessores ora mencionados e até mesmo a carreira da maioria daqueles que, nascidos na Síria, ingressaram na ordem senatorial durante o século III. Para tanto, ver GRAINGER, John D. *Syrian influences in the Roman Empire to AD 300*. London; New York: Routledge, 2018, p. 25; 34-35.

¹⁰ GAUBE, Heinz. Ladjá. In: BOSWORTH, Clifford E. et al (eds.). *The encyclopaedia of Islam*. New edition. Leiden: Brill, vol. V, 1982, p. 593.

¹¹ *Ibid.*, p. 593.

¹² Ver, respectivamente, SHAHÍD, Irfan. *Rome and the Arabs*. Washington, DC: Dumbarton Oaks Collection, 1984, p. 37 e BALL, Warwick. *Rome in the east. The transformation of an empire*. London; New York: Routledge, 2002 [2000], p. 417.

¹³ Estou de acordo com a sugestão feita por James Casey de que o pai de Filipe, Júlio Marino, “talvez tenha sido de nível equestre e suficientemente “romanizado” a ponto de permitir que o filho dele alcançasse os postos de comando militar mais elevados”. Ver CASEY, James D. *Ill gotten gains: the mysterious rise and fall of Philip the Arab*. *The Celator*, Lancaster, PA, v. 9, n. 2, p. 32, 1995, tradução e aspas minhas. O mesmo se verifica em PETIT, Paul. *Histoire générale de l'Empire romain*. Paris: Éditions du Seuil, vol. 2 (La crise de l'Empire (des derniers Antonins à Diocletien)), 1974, p. 170. Entretanto, Körner argumenta que, embora Júlio Marino fosse cidadão romano já ao final do século II e pertencesse à elite local na Arábia, a região ainda era “pouco romanizada” se cotejada com outras áreas do Oriente imperial ou mesmo com a própria Síria como um todo. Ver KÖRNER, 2002, p. 323. Seja como for, os filhos de Júlio Marino, Filipe e Júlio Prisco, percorreram uma significativa carreira de honras e cargos no decurso da era severiana, tal como tantos outros integrantes da ordem equestre.

¹⁴ Para tanto, consultar os argumentos por mim expostos em ANTIQUEIRA, Moisés. Era uma vez a crise do Império romano no século III: percursos de um recente itinerário historiográfico. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, Curitiba, n. 9, p. 152-168, 2015.

¹⁵ Um panorama aprofundado quanto às campanhas militares ao tempo de Filipe é traçado por SYVÄNNE, Ilkka. *Gordian III and Philip the Arab*. *The Roman Empire at a crossroads*. Barnsley; Philadelphia: Pen & Sword Military, 2021 [E-book].

¹⁶ Por exemplo, a exploração das minas de ouro da Dácia foi um dos fatores basilares para a bem-sucedida política de integração e estabilidade sustentada pelos Antoninos no decorrer do século II. Para tanto, ver GAIA, Deivid V. O século de Ouro e a “adoção do melhor”: considerações sobre a sucessão imperial durante o século II d.C. *História (São Paulo)*, São Paulo, v. 39, e2020043, 2020.

¹⁷ A maior referência quanto a isso é KÖRNER, 2002, p. 3; 36; 66, entre outras.

¹⁸ Para uma síntese de fácil consulta sobre a questão, ver SOUTHERN, Pat. *The Roman Empire from Severus to Constantine*. London; New York: Routledge, 2004 [2001], p. 257. Macrino (217-218) e, posteriormente, o próprio Filipe tornaram-se imperadores quando do exercício do cargo de prefeito do pretório.

¹⁹ DE BLOIS, Lukas. The reign of the emperor Philip the Arab. *Talanta*, Amsterdam, v. 10-11, p. 11-12, 1978-1979.

²⁰ Liesbeth Claes revisita as fontes referentes ao episódio, sobretudo a inscrição trilingue conhecida por Ka'ba-ye Zardošt (*ŠKZ*), que exaltava os feitos militares do rei persa Sapor I, a fim de reiterar a versão de que Filipe agiu, de alguma maneira, com vistas a instigar as legiões romanas a se rebelarem contra Gordiano III, do que resultou, pois, a morte do jovem imperador. Para tanto, ver CLAES, Liesbeth. Exit Gordianus, but how? Shapur's trilingual inscription revisited. *Syria. Archéologie, art et histoire*, Beyrouth, v. 95, p. 366, 2018.

²¹ Ainda que, pouco tempo antes, Maximino (235-238) tivesse sido aclamado pelo exército imperial no Reno e se recusado a dirigir-se à Roma para que o Senado endossasse o *imperium* conferido a ele. Mas o precedente aberto por Maximino tornou-se regra, de fato, somente a partir da década de 280, quando os senadores não dispunham mais de prerrogativa alguma no tocante à nomeação dos imperadores. Cabe ressaltar que, embora a partir de Septímio Severo as prerrogativas políticas e jurídicas dos senadores tivessem sido diminuídas em favor dos membros da ordem equestre, a influência e o prestígio dos senadores, enquanto grupo social, e a autoridade do Senado, como instituição, permaneciam sólidos na década de 240 e no começo do decênio seguinte. O que se verifica na primeira metade do século III era certo movimento pendular que oscilava entre etapas em que o Senado se viu eclipsado de uma maior capacidade decisória e outras nas quais as cortes imperiais promoviam uma efetiva política de colaboração e delegação de tarefas administrativas aos membros da ordem senatorial. Quanto a isso, ver RÉMONDON, Roger. *La crise de l'Empire romain*. De Marc-Aurèle à Anastase. Paris: PUF, 1964, p. 100 e CARRIÉ, Jean-Michel. Évolutions sociologiques et emprise du pouvoir. In: CARRIÉ, Jean-Michel; ROUSSELLE, Aline. *L'Empire romain en mutation des Sévères à Constantin, 192-337*. Paris: Éditions du Seuil, 1999b, p. 652.

²² BLAND, Roger. The gold coinage of Philip I and family. *Revue Numismatique*, Paris, v. 171, p. 114, 2014.

²³ Ao tempo de Filipe, o áureo pesava em torno de 4.5g, o que faria com que o pagamento aos persas totalizasse aproximadamente 2.250 toneladas de ouro. Porém, é de se esperar que o montante tenha sido composto a partir de áureos cunhados em períodos anteriores – Filipe mal havia assumido a púrpura –, de modo que o volume total em metal precioso deve ter sido maior, visto que os áureos cunhados em momento prévio à ascensão dele possuíam peso ligeiramente superior. A transferência desses áureos para a Pérsia, embora relevante, não deve ter causado impacto decisivo à economia imperial romana. Para tanto, ver BUTCHER, Kevin E. T. Imagined emperors: personalities and failure in the third century. *Journal of Roman Archaeology*, Ann Arbor, v. 9, p. 521, 1996. Posição similar se encontra em SYVÄNNE, op. cit., [E-book], que destaca que, para além do fato de não se tratar de uma quantia tão gigantesca, a possibilidade de deixar o território persa sem maiores baixas agradaria aos soldados romanos, o que contribuía para reforçar os laços entre o imperador recém-aclamado e os militares.

²⁴ BLAND, op. cit., p. 114.

²⁵ HARL, Kenneth W. *Coinage in the Roman economy, 300 B.C. to 700 A.D.* Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 1996, p. 128.

²⁶ Na verdade, a expedição romana contra os persas, iniciada ainda em 242, mostrou-se em um primeiro momento favorável aos romanos. A guerra em si terminou sem que houvesse

um claro vencedor no campo de batalha; inclusive, mantiveram-se as fronteiras estabelecidas antes de 238 mesmo após o evento em Misiche. Em termos práticos, porém, entendo que o acordo de paz selado por Filipe, somado ao fato de que um imperador romano faleceu durante a campanha (embora as circunstâncias relativas à morte de Gordiano III sejam para lá de incertas), permite sinalizar que os persas foram os vencedores. Para o contexto envolvendo romanos e persas em 244, ver, entre outros, CARRIÉ, Jean-Michel. La “crise” du III^e siècle. In: CARRIÉ, Jean-Michel; ROUSSELLE, Aline. *L'Empire romain en mutation des Sévères à Constantin, 192-337*. Paris: Éditions du Seuil, 1999a, p. 99.

²⁷ Correspondente a uma vasta área no que modernamente chamamos de Chifre da África.

²⁸ CARRIÉ, 1999a, p. 128-129.

²⁹ A partir de 22 de abril de 247, abria-se a contagem de tempo referente ao milésimo aniversário da cidade, que viria a ser encerrado, pois, em 21 de abril de 248. Como esclareci no Capítulo 1, o 800^o e 900^o aniversários de Roma foram celebrados nos anos de 47 e 147, respectivamente. Ao que parece, a intenção de Filipe era a de seguir a prática que se observava ao tempo de Cláudio e Antonino Pio. Porém, a impossibilidade de se fazer presente em Roma durante a maior parte do ano de 247, em razão das campanhas militares contra os godos no Baixo Danúbio, levou-o a postergar as comemorações para 248.

³⁰ GONZÁLEZ FERNANDEZ, Rafael; SANCHO GÓMEZ, Miguel P. Pautas para el estudio de la relación emperadores - Senado (197-251). *Antigüedad y cristianismo*, Murcia, n. 23, p. 73-74, 2006. Por sua vez, Lukas de Blois sustenta que foi no ano de 248 que Filipe determinou a interrupção do pagamento de tributos para quaisquer um dos povos externos que fossem (godos e persas). Isso fez com que os godos, aliando-se aos carpos, recobrassem a carga e investissem contra as fronteiras imperiais com maior ímpeto. O “problema gótico”, somado à incapacidade (ou impossibilidade) de Filipe e dos governantes de província em solucioná-lo, culminaram na aclamação de Pacaciano por parte das tropas estacionadas no Baixo Danúbio (evento para o qual voltarei no Capítulo 3, seção 3.1.). Para tanto, consultar DE BLOIS, 1978-1979, p. 19.

³¹ Charles Prickartz diz que Filipe se norteou pelo “ideal monárquico tradicional”, pautado na *ciuilitas*, como base das ações de seu governo, o que implicava a deferência ao Senado, aos *mores maiorum* e a manutenção das prerrogativas políticas e sociais dos senadores. Acerca disso, ver PRICKARTZ, Charles. Philippe l'Arabe (244-249), *civilis princeps*. *L'Antiquité Classique*, Bruxelles, v. 64, p. 129-153, 1995.

³² DAVENPORT, Caillan. Rome and the rhythms of imperial life from the Antonines to Constantine. *Antiquité Tardive*, Turnhout, n. 25, p. 28, 2017. Estudiosos como de Blois, Casey e Körner sublinham que Filipe fomentou uma política que atendesse aos interesses dos senadores, de forma a não os ignorar enquanto base de apoio de seu governo, distanciando-se da conduta adotada por outros imperadores advindos da ordem equestre, como Macrino e Maximino, os quais haviam negligenciado ou mesmo mantido uma relação de hostilidade perante o Senado. Consultar, para tanto, DE BLOIS, 1978-1979, p. 15-16; CASEY, op. cit., p. 33; KÖRNER, 2002, p. 94. Igualmente, ver a nota anterior.

³³ Uso a expressão “*policy of Romanitas*” que Robert Chenault tecu acerca do governo de Maxêncio (306-312). Para tanto, ver CHENAULT, Robert R. *Rome without emperors: the revival of a senatorial city in the fourth century CE*. 298 f. Dissertation (PhD in Greek and Roman History) – The University of Michigan, Ann Arbor, 2008, p. 14.

³⁴ AURÉLIO VÍTOR, *Histórias abreviadas*, 28.2.

³⁵ AURÉLIO VÍTOR, *Histórias abreviadas*, 28.6.

³⁶ *EPITOME DE CAESARIBVS*, 28.3.

³⁷ Na realidade, Filipe II se chamava Marco Júlio Severo Filipe. “Filipe II” é a alcunha usual para diferenciá-lo de seu pai, Filipe. O prenome “Caio” e o cognome “Saturnino” não são atestados em qualquer outro documento que seja.

³⁸ DAVENPORT, op. cit., p. 28-29. Norberto Guarinello destaca como os anfiteatros podem ser entendidos como “uma espécie de microcosmo da sociedade romana”. Espaço ao mesmo tempo sagrado e profano, cujos assentos eram distribuídos de acordo com o pertencimento a classes sociais distintas, mas que acalentava um nível de interação entre governantes e governados sem igual: se, por um lado, o imperador na cidade de Roma era o responsável por oferecer os *muner*, o que fortalecia os vínculos com o público, por outro a concentração e o anonimato das massas naquele ambiente conferiam peso às eventuais reivindicações que a plebe poderia fazer. Ver GUARINELLO, Norberto. A violência como espetáculo: o pão, o sangue e o circo. *História (São Paulo)*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 128, 2007.

³⁹ PALME, Bernhard. Die Reform der ägyptischen Lokalverwaltung unter Phillipus Arabs. In: BABUSIAUX, Ulrike; KOLB, Anne (Hrgs.). *Das Recht der ‘Soldatenkaiser’*. Rechtliche Stabilität in Zeiten politischen Umbruchs? Berlin; München; Boston: Walter de Gruyter, 2015, p. 196.

⁴⁰ SCHEIDEL, Walter. Coin quality, coin quantity, and coin value in Early China and the Roman World. *American Journal of Numismatics*², New York, v. 22, p. 106; 108, 2010.

⁴¹ No caso, nos deparamos com transformações de longa duração, cuja conclusão deu-se somente na década de 300. Foi quando, por exemplo, os oficiais administrativos a cargo das três grandes regiões egípcias (o Delta, o Médio Egito/Faium e a Tebaida), conhecidos por *strategoí*, cederam lugar aos *curatores ciuitatis* e aos *exactores ciuitatis*, responsáveis por assuntos ligados à manutenção das cidades e à arrecadação fiscal, respectivamente, e que respondiam diretamente às cortes imperiais. A “burocracia local” se encontrava, a partir de então, completamente subordinada a outros níveis hierárquicos da administração provincial e imperial. Ver PALME, op. cit., p. 205.

⁴² BROWN, Peter L. R. *Power and persuasion in Late Antiquity*. Towards a Christian Empire. Madison: University of Wisconsin, 1992, p. 25.

⁴³ O *officium* (ou *collegium*) *rationalium* equivalia ao aparato financeiro central, que assumiu contornos mais precisos durante a época de Septímio Severo. Se tratava do colegiado a cargo da administração do *fiscus*, ou seja, do tesouro ligado aos imperadores. Hierarquicamente, era formado por dois oficiais seniores de nível equestre, os *procuratores a rationibus* e outros dois a eles subordinados, os *procuratores summarum rationum*. Esses oficiais eram auxiliados por libertos e escravos que integravam a casa imperial, os quais ostentavam o título de *rationalium*. Sobre isso, consultar KŁODZIŃSKI, Karol. The *collegium* (or *officium*) *rationalium*. The controversy over the reform of the central financial administration in the 2nd half of the 2nd c. A.D. *Pallas. Revue d’Études Antiques*, n. 107, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pallas/9359>. Acesso em: 07 set. 2022.

⁴⁴ PALME, op. cit., p. 197.

⁴⁵ Parece simples concluir que essa crise decorreu de problemas enfrentados pelo regime

de cheias do Nilo, que teriam sido insuficientes ou abaixo da média naquele período. Kyle Harper assevera que as águas do rio não subiram o suficiente em 244, 245 e 246, em simultâneo a um conjunto de secas observadas ao sul da orla mediterrânica – algo que, pois, se encaixa feito uma luva à perspectiva de que houve uma crise de produção agrícola no Egito. Ver HARPER, Kyle. *The fate of Rome. Climate, disease, and the end of an empire*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2017, p. 134. Entretanto, os dados listados por Harper são frontalmente questionados em estudo encabeçado por John Haldon, no qual se aponta que, no intervalo compreendido entre 239 e 250, houve seis anos, indefinidos, em que as cheias foram normais ou mesmo acima da média. As evidências parecem apontar que, de modo mais concreto, somente em 242 o rio não alcançou os níveis adequados. Quanto aos anos 244-246, as cheias do Nilo teriam ocorrido sem maiores sobressaltos. Para tanto, ver HALDON, John et al. *Plagues, climate change, and the end of an empire: a response to Kyle Harper's The fate of Rome (2): plagues and crisis of empire*. *History Compass*, London, v. 16, n. 12, e12506, 2018. Se, de fato, o cultivo de cereais no Egito sofreu uma queda nos dois primeiros anos do governo de Filipe, as causas para tanto não teriam relação direta com o fluxo das águas do Nilo. É uma questão que permanece em aberto por ora.

⁴⁶ BIANCHI, Angelo. Aspetti della politica economico-fiscale di Filippo l'Arabo. *Aegyptus*, Milano, v. 63, p. 188-189, 1983. Friederike Herklotz também afirma que essas medidas fiscais tinham por meta aumentar a arrecadação anônaria tendo em vista as celebrações referentes ao milésimo aniversário de Roma. Para tanto, ver HERKLOTZ, Friederike. Ägypten. In: JOHNE, Klaus-Peter; HARTMANN, Udo; GERHARDT, Thomas (Hrsg.). *Die Zeit der Soldatenkaiser. Krise und Transformation des Römischen Reiches im 3. Jahrhundert n. Chr. (235-284)*. Berlin: Akademie Verlag, Band II, p. 804. Consultar também PALME, op. cit., p. 197-198.

⁴⁷ SYVÄNNE, op. cit., [E-Book].

⁴⁸ PALME, op. cit., p. 205. O que não exclui, penso, o componente milenarista como possível fator a incitar os tumultos entre os alexandrinos no ano de 248.

⁴⁹ Criado por volta de 215, sob Caracala, no contexto de um grande aumento dos soldos militares e dos preparativos para uma campanha bélica a ser lançada contra os partos. O antoniniano pode ser facilmente identificado na medida em que os seus aversos representavam a efígie dos imperadores ornamentada com uma coroa radiada. Nominalmente, o antoniniano circulava como equivalente ao dobro do denário, ainda que possuísse somente uma vez e meia o peso da tradicional moeda de prata. Tamanha depreciação se tornou ainda mais aguda nas décadas seguintes. Quer dizer, tendo em vista que se tratava de uma denominação depreciada desde a sua introdução, contendo apenas entre 75 e 80% da prata referente a dois denários, a circulação dos antoninianos estimulou um entesouramento de denários por parte da população imperial, o que comprometia os preços e alterava os padrões de equivalência entre as moedas de diferentes metais (ouro, prata, bronze e fracionadas). Ao tempo de Gordiano III, o antoniniano tomou o lugar do denário, que deixou de ser emitido por volta de 250 e desapareceu paulatinamente do meio circulante entre essa data e a reforma monetária de Aureliano em 274. Consultar, entre outros, HARL, op. cit., p. 128-129 e CARRIÉ, 1999a, p. 127.

⁵⁰ Ver SYVÄNNE, op. cit., [E-book] e POTTER, David S. *The Roman Empire at bay AD 180-395*. London; New York: Routledge, 2004, p. 238.

⁵¹ A partir do começo do século III o pagamento em ouro (*salarium in auro*) passou a ser

visto cada vez mais como um privilégio. Significa dizer que, à medida que a moeda de prata era depreciada, o valor real da moeda de ouro, na comparação com seus congêneres de prata, conhecia um aumento inversamente proporcional. Ademais, ainda que não se saiba em qual escala isso se deu, pagamentos em espécie destinados aos soldados findavam por suprir a perda de valor representada pelo recebimento de antoninianos de prata depreciados. Acerca disso, ver SCHEIDEL, op. cit., p. 104.

⁵² SCHEIDEL, op. cit., p. 129; p. 131. Em uma análise geral sobre o período entre 235 e 284, Norma Mendes afirma que os tumultos causados pelas guerras civis e pelos ataques dos povos setentrionais “representaram maiores despesas para o tesouro imperial, sem aumentos de receita ou benefícios apreciáveis para a sociedade. Não houve conquista territorial, não houve acumulação de riqueza pela pilhagem nem se registraram aumentos nos rendimentos agrícolas”. Ver MENDES, Norma M. *Sistema político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002, p. 133. Não perco de vista, porém, o fato de os estudos de caso regionais nos auxiliarem a matizar esse quadro. Em províncias como a África Proconsular e a Numídia, a fabricação de artefatos de cerâmica e a produção de azeite de oliva atingiram, nas décadas finais do século III, níveis superiores àqueles observados no começo do mesmo século. E, embora as turbulências político-militares entre os anos 250-280 possam ter dificultado a aplicação de capitais em investimentos mais arriscados (como o transporte marítimo, por exemplo), as províncias localizadas no Norte da África desfrutaram de condições econômicas favoráveis no decorrer dos séculos III e IV. Sobre isso, consultar WITSCHERL, Christian. Re-evaluating the Roman West in the 3rd. c. A.D. *Journal of Roman Archaeology*, Ann Arbor, 2004, v. 17, p. 267-268. Mas, por outro lado, é lícito questionar em que medida a vida econômica na África Proconsular e na Numídia não foi impulsionada justamente pela necessidade de suprir as demandas e carestias ocasionadas pelos desarranjos produtivos sofridos por outras regiões imperiais, diretamente atingidas pelos problemas de ordem militar, política e mesmo sanitária. Tal ressalva é feita por CHRISTOL, Michel. La storia dell'impero romano nel III secolo: il noto e l'ignoto. *Studi Storici*, Roma, v. 48, n. 4, p. 925, 2007. Em síntese, entendo que o quadro global permanece válido, qual seja, houve um aumento dos custos em decorrência da maior complexidade do aparelho estatal, algo que se fez acompanhar, pois, por um retorno inversamente proporcional das fontes de financiamento do erário.

⁵³ Embora se trate de um problema, a meu ver, sem solução mais clara. À guisa de ilustração, ver CARRIÉ, Jean-Michel. Prefácio. Século III, algumas reflexões para sair da “crise”. In: SILVA, Semíramis C.; ANTIQUEIRA, Moisés (orgs.). *O Império romano no século III: crises, transformações e mutações*. São João de Meriti: Desalinho, 2021, p. 17.

⁵⁴ SCHEIDEL, op. cit., p. 101.

⁵⁵ É tentador extrapolar o peso dessa “crise monetária” para outros setores, como se houvesse uma necessária interdependência entre diversas esferas da vida em sociedade quando, por vezes, há apenas simultaneidade (eu mesmo já caí nessa armadilha ao afirmar equivocadamente que, no ano de 270, Aureliano havia ascendido ao trono imperial e se deparado com uma situação “falimentar”, quando busquei explicar o contexto significativo em que se deram as reformas monetárias ocorridas sob o governo dele. Ver ANTIQUEIRA, Moisés. A revolta dos moedeiros e a Muralha Aureliana: a cidade de Roma sob o reinado de Aureliano (270-275 d.C.). *Vozes, Pretérito & Devir*, Teresina, v. 1, n. 1, p. 205, 2013). Carrié aponta que o desequilíbrio inflacionário provocado pela chamada “crise monetária” nos meados do sé-

culo III não afetou a vida econômica de forma decisiva. Ademais, tratava-se de um processo cuja causa residia “[n]o esgotamento das minas de prata europeias sobre-exploradas durante quatro séculos”, independente de fatores de outra natureza (políticos, militares, sociais etc.). A solução adotada à época, qual seja, a depreciação das moedas, não passava de um paliativo que não surtia maior efeito, no entender de Carrié. Para tanto, ver CARRIÉ, 2021, p. 17. Apesar disso, não me parece prudente minimizar os potenciais efeitos do processo de depreciação monetária, uma vez que resultavam em moedas cujo valor real era diminuído. Nesse caso, me alinho a Scheidel, como citado na nota seguinte.

⁵⁶ SCHEIDEL, op. cit., p. 104-105.

⁵⁷ No entender de Clifford Ando, o fato de Filipe ter promovido uma festividade tão extravagante e cara para que os mil anos de Roma fossem celebrados dava mostras de que a corte imperial havia contornado os problemas de ordem fiscal, evidenciando uma “renovada confiança financeira na administração central”. Ver ANDO, Clifford. *Imperial Rome AD 193 to 284. The critical century*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2012, p. 119, tradução minha.

⁵⁸ ANTIQUEIRA, Moisés. Mecanismos dinásticos e a *aeternitas* de Roma nas amodações de Filipe, o Árabe. In: SILVA, Semíramis C.; ANTIQUEIRA, Moisés (orgs.). *O Império romano no século III: crises, transformações e mutações*. São João de Meriti: Desalinho, 2021, p. 126.

⁵⁹ POLVERINI, Leandro. La crisi della repubblica e la crisi del principato. Saggio comparativo. In: FRANCHET D'ESPÈREY, Sylvie et al (eds.). *Fondements et crises du pouvoir*. Bordeaux: Ausonius Publications, 2003, p. 445.

⁶⁰ De acordo com Zecchini, em que pese o caráter fragmentário, a *História dos mil anos* sinalizava, mesmo que indiretamente, o impacto daquele acontecimento junto aos coetâneos. Embora os poucos fragmentos aparentem que a trama narrativa foi finalizada com o governo de Severo Alexandre, o intento de Asínio Quadrado era o de alcançar o ano de 248, como expressado pelo próprio título do texto (a possível morte do autor teria impedido que tal se concretizasse). Para tanto, ver ZECCHINI, Giuseppe. *Storia della storiografia romana*. Roma; Bari: Laterza, 2016 [E-book]. Ideia similar é defendida por KÖRNER, 2002, p. 259. Ademais, Pasqua de Cicco se debruça sobre as passagens supérstes das narrativas históricas redigidas (em grego) por Asínio Quadrado, a saber, a *História dos mil anos*, a *Pártica* e a *Germânica*, bem como estabelece um balanço historiográfico sobre a questão. Talvez houvesse uma relação de proximidade entre Filipe e a família dos *Asinii*. Seja como for, Asínio Quadrado respondeu ao forte estímulo que as comemorações dos mil anos ensejaram no que tangia à escrita da história. Para tanto, ver DE CICCICO, Pasqua. *Les historiens grecs d'époque impériale et tardive à l'état fragmentaire*. Étude d'ensemble, recueil des fragments, traduction et commentaire. 401 f. Thèse (Doctorat en Langues et littératures anciennes) – UFR Lettres et Langages, Université de Nantes, Nantes, 2017, p. 101; 103.

⁶¹ POLVERINI, op. cit., p. 445.

⁶² *Ibid.*, p. 445.

⁶³ *Ibid.*, p. 445, tradução minha.

⁶⁴ Aliás, o próprio Polverini adota certa cautela ao referir-se à ideia de “consciência” ou “percepção da crise” por parte daqueles que viveram no século III. O autor explica que é

possível falarmos em algo do gênero somente no que respeita a situações históricas bastante concretas ou processos sociais, geográficos e ideológicos bem delimitados. Para ele, contudo, o milésimo aniversário de Roma configurava um exemplo inequívoco quanto a tais processos. Ver POLVERINI, op. cit., p. 445.

⁶⁵ DE BLOIS, 1978-1979, p. 19. Ver também NONY, Daniel. La “*nobilitas*” de Philippe l’Arabe. *Revue Numismatique*⁶, Paris, v. 152, p. 47, 1997.

⁶⁶ Ver, entre outros, CHARBONNEAUX, Jean. Aion et Philippe l’Arabe. *Mélanges de l’École Française de Rome*, Rome, v. 72, p. 264, 1960.

⁶⁷ NONY, op. cit., p. 49-50.

⁶⁸ Ainda que incomum, a divinização de um indivíduo como Júlio Marino não consistiu em algo inédito. Trajano havia procedido de modo semelhante em relação a seu pai biológico (Marco Úlpio Trajano), deificado no ano de 113. A edificação do panteão familiar em Filípolis também conotava os esforços da corte imperial no sentido de filiar-se aos ditames da tradição: o monumento “(...) se organizava como um culto heroico de fundador no coração de uma nova cidade; ele se inscrevia em uma tradição tanto romana quanto grega”, ainda que o alcance dessa medida fosse modesto, uma vez que se aplicava a um lugar bem distante de Roma. Ver NONY, op. cit., p. 50, tradução minha.

⁶⁹ SEGAL, Arthur. *From function to monument*. Urban landscapes of Roman Palestine, Syria and Provincia Arabia. Oxford: Oxbow Books, 1997, p. 98.

⁷⁰ Ver RIC 4.3 (Philip I) no. 256 (dupôndio de bronze batido em Roma).

⁷¹ ANTIQUEIRA, 2021, p. 127.

⁷² GROZDANOVA, Lily. *The Roman emperors against the Goths of Cniva*: political mythology, historical documents, and retrievable reality. Sofia: ProVias, 2019, p. 167; 169.

⁷³ Para tanto, ver Capítulo 3, seção 3.1.

⁷⁴ As análises de Flaig se referem aos dois primeiros séculos da história imperial. As transformações estruturais pelas quais o Império Romano passou no decorrer do século III deram origem a outras concepções sobre o exercício do poder ou redundaram em novos significados para algumas práticas vistas como usuais. A partir das décadas de 240 e de 250 e, sobretudo, da instauração do regime tetrárquico ao final do século III, a colegialidade e a hierarquização entre os imperadores fizeram com que o reconhecimento de um novo governante por parte de seus pares configurasse um fator de “legitimação” aceito de maneira corrente. Quanto a isso, ver SZIDAT, Joachim. *Usurpator tanti nominis*. Kaiser und Usurpator in der Spätantike (337-476 n. Chr.). Stuttgart: Franz Steiner, 2010, p. 19. No período para o qual me volto (244-253), o consentimento do Senado ainda figurava como elemento relevante; não por acaso, embora aclamados pelo exército em áreas provinciais, Filipe, Décio e Treboniano Galo dirigiram-se à Roma para obter a chancela por parte dos senadores. Por sua vez, o exercício colegiado do poder também configurava uma marca das efêmeras dinastias que os três *principes* ora mencionados procuraram consolidar, em especial no que tangia aos governos de Décio e seu filho mais velho, Herênio Etrusco, e de Treboniano Galo e seu filho Volusiano, sinalizando aquilo que, como expõe Joachim Szidat, viria a se enraizar a partir de fins do século III.

⁷⁵ FLAIG, Egon. Défier l’empereur. L’usurpation comme changement violent et légitime:

l'exemple de Galba. In: QUEYREL-BOTTINEAU, Anne; COUVENHES, Jean-Christophe; VIGOURT, Annie (eds.). *Trabison et traîtres dans l'Antiquité*. Paris: De Boccard, 2012, p. 380-381. Ainda que a proposta de Flaig me agrade, a inexistência de uma instituição ou de respaldo jurídico a conferir legitimidade *de iure* não implicava que não houvesse princípios operantes em meio ao sistema político imperial que servissem, na prática, para legitimar *de facto* o poder exercido por um *princeps*. As conexões dinásticas consistiam em um desses fundamentos para a legitimação de um imperador. Para tanto, ver HEKSTER, Olivier. All in the family: the appointment of emperors designate in the second century A.D. In: DE BLOIS, Lukas (ed.). *Administration, prosopography and appointment policies in the Roman Empire*. Amsterdam: J. C. Gieben, 2001, p. 36-37.

⁷⁶ FLAIG, op. cit., p. 381.

⁷⁷ Ibid., p. 381-382.

⁷⁸ Muito embora a rápida sucessão entre imperadores e a aclamação de tantos outros soberanos fugazes em várias partes do Império Romano, nas quase duas décadas que se seguiram ao final do período severiano, demonstrasse o quão frágil o princípio dinástico era no sentido de fornecer uma base estável para o exercício do poder imperial. Sobre isso, ver ANTIQUEIRA, Moisés; SILVA, Gilvan V. An unpromising dynastic succession in the third century: Hostilian and Volusian as *PRINCIPIIS IVVENTVTIS* on Roman imperial coinage (AD 251). *Classica et Christiana, Iasi, v. 17, n. 1, p. 17, 2022*.

⁷⁹ DE BLOIS, Lukas. *Image and reality of Roman imperial power in the third century AD*. The impact of war. London; New York: Routledge, 2019, p. 239.

⁸⁰ Embora Nerva tenha adotado Trajano (ou tenha sido forçado a fazê-lo) no verão de 97. Por vezes se enfatiza demais o adocionismo como marca política da época antonina; todavia, havia laços familiares que uniam os sucessivos imperadores daquela dinastia. Para um balanço sobre o tema, ver SHILLAM, Matthew W. *Abortive dynasties: dynastic politics A.D. 235-285*. 124 f. Thesis (Master of Arts) – Classics Program, Australian National University, Canberra, 2006, p. 13. Oportuna também é a conclusão de Deivid Gaia: “(...) o sistema imperial sob os antoninos continuou muito parecido com o de Augusto dentro da *Domus Augusta*, e o dos flavianos, pois de Trajano a Cômodo os escolhidos pertenciam à *Domus Imperial* centrada em um *princeps* que também era *dominus*. A dinastia Antonina seguiu, portanto, as regras da transmissão do poder de todas as monarquias: a hereditária”. Ver GAIA, op. cit.

⁸¹ WINTERLING, Aloys. Loucura imperial na Roma antiga. *História (São Paulo)*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 10-11, 2012.

⁸² Além disso, e em especial nos casos relativos a Herênio Etrusco e Volusiano, o fato de assumirem responsabilidades de natureza política e militar fazia com que as projeções para o futuro se materializassem, de certo modo, no próprio presente em que viviam, reforçando a posição da dinastia a qual pertenciam. Acerca disso, ver SHILLAM, op. cit., p. 15; 22.

⁸³ Outra inovação envolvia os tipos monetários SAECVLARES AVGG. Pela primeira vez, as moedas imperiais passaram a contar com um signo a denotar a *officina* – isto é, a unidade de cunhagem – que havia batido a moeda no interior da casa da moeda de Roma. As *officinae* eram identificadas mediante numerais romanos e, em menor grau, por letras do alfabeto grego. Tal novidade talvez seja resultado de mudanças mais profundas promovidas por Filipe. A nova divisão estabelecida para a casa da moeda romana (que passou a ser formada por seis *officinae* ou invés das três que existiam até 247) teria sido uma forma de colocar a



atividade dos artesãos (*monetales*) sob maior controle e escrutínio. Seja como for, a presença das marcas a designar as *officinae* de Roma desapareceu após a última série lançada em nome de Filipe em 248, para ser retomada na década seguinte nas moedas emitidas para Galieno e assim manter-se até a dissolução das estruturas imperiais no Ocidente no século V. Para tanto, consultar CASEY, op. cit., p. 34.

⁸⁴ As amostras de ouro cunhadas para Filipe e sua família, encontradas em toda a sorte de lugar, são baixas, correspondendo a somente 9,7% do total de moedas conhecidas em relação ao governo dele. À guisa de ilustração, no que tange a imperadores como Caráusio (286-293) e Alecto (293-296), que mantiveram apenas a Bretanha e o norte das Gálias sob sua autoridade, essa cifra sobe para 49% do montante de peças já identificadas. A emissão de áureos ao tempo de Filipe concentrou-se durante a primeira metade de seu governo. O intervalo compreendido entre os primeiros meses de 244 e os meados de 247 abarca 87% do total de moedas de ouro batidas para o imperador, sua esposa e seu filho. Ver BLAND, op. cit., p. 94; 103; 106. Significa dizer que as peças diretamente relacionadas ao milenário de Roma se enquadram em um período no qual as emissões em ouro se tornaram ainda mais escassas.

⁸⁵ Cf. RIC 4.3 (Philip I) no. 157 (em nome de Filipe); RIC 4.3 (Philip I) no. 199 (batido para Otacília Severa); e RIC 4.3 (Philip I) no. 271 (para Filipe II).

⁸⁶ Utilizo-me da ideia de “monumentos em miniatura” conforme operacionalizada por HEDLUND, Ragnar. “... *achieved nothing worthy of memory*”. Coinage and authority in the Roman empire c. AD 260-295. Uppsala: Uppsala Universitet, 2008, p. 31; 51. Algo semelhante se encontra em CARMINATI, Luis H. *As moedas da década de 80 a.C. na República romana: monumentalização, memória, comunicação e poder*. 307 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021, p. 68-69, que adota a perspectiva de que as moedas romanas configuravam “pequenos monumentos” ou “espaços portáteis” mediante os quais os agentes do poder produziam determinada memória acerca de si mesmos ou de elementos relativos ao presente em que viviam.

⁸⁷ HEDLUND, op. cit., p. 39, tradução minha e grifos do autor.

⁸⁸ Parto da bem conhecida definição que Jacques Le Goff oferece a respeito da noção de monumento. Ver LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 536; 544.

⁸⁹ DE BLOIS, 2019, p. 226, tradução minha.

⁹⁰ Rompendo com as formas de representação comuns à época tardo-republicana e dos Júlio-Claúdios, Adriano foi o primeiro governante cujas efigies ostentavam uma barba nos anversos das moedas, a fim de retratá-lo aos moldes de um filósofo. Tal prática, que foi assumindo outros significados, foi mantida por todos os sucessores dele (com exceção de Helio-gábalos) até que, no ano de 311, Constantino retomou os padrões do início do Principado e fez-se representar nas moedas com um busto imberbe. Para tanto, ver STEVENSON, Seth W.; SMITH, Charles R.; MADDEN, Frederic W. *A dictionary of Roman coins*. Republican and Imperial. London: George Bell and Sons, 1889, p. 124.

⁹¹ Devido a questões legais, infelizmente não foi possível reproduzir imagem relativa aos tipos monetários SAECLVLM NOVVM cunhados em nome de Otacília Severa. Para tanto, o leitor pode consultá-la por meio do link <https://www.britishmuseum.org/collection/image/659155001>, que o direciona à coleção numismática do Museu Britânico na qual

se encontra um áureo (ver RIC 4.3. (Philip I) no. 118) contendo a legenda SAECVLVM NOVVM em seu reverso. Apesar disso, o anverso que se observa na Figura 04 dispõe dos mesmos elementos inseridos no citado áureo, ainda que se trate de tipo monetário diferente. Ademais, o reverso do áureo ao qual me refiro por ora também ostenta o mesmo discurso iconográfico que se vê no reverso a integrar a Figura 03.

⁹² Ver BALBUZA, Katarzyna. *Virtutes and abstract ideas propagated by Marcia Otacilia Severa*. Numismatic evidence. In: TWARDOWSKA, Kamilla et al (eds.). *Within the circle of ancient ideas and virtues*. Studies in honour of Professor Maria Dzielska. Krakow: Historia Jagellonica, 2014, p. 186.

⁹³ BALBUZA, Katarzyna. The role of imperial women in the monetary distributions (*liberalitas*) in Rome in the light of numismatic sources. *Studia Historiae Oeconomicae*, Poznań, v. 37, p. 20, 2019.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 18. Ao analisar a produção numismática efetuada em nome de Otacília Severa e Herênia Etruscila, Jean-Pierre Martin sublinha que havia uma grande continuidade com relação aos preceitos correntes sob os Antoninos e os Severos, de modo que o discurso iconográfico presente nas moedas batidas para as citadas imperatrizes assentava-se sobre a ideia de que as mulheres reforçavam a posição do imperador sob os mais diversos aspectos, pois podiam cumprir com ações que completavam àquelas de seus esposos. Para tanto, ver MARTIN, Jean-Pierre. *Les AVGVSTAE du III^e siècle (238-275)*. Leur rôle d'après leur monnayage. In: CHAMPEAUX, Jacqueline; CHASSIGNET, Martine (dir.). *AERE PERENNIS*. Hommage à Hubert Zehnacker. Paris: PUPS, 2006, p. 270.

⁹⁵ Ver Capítulo 1, nota 54.

⁹⁶ Os Jogos Seculares “exaltavam a ligação entre os dois *Augustos* (Filipe e Filipe II, pai e filho) e a *Augusta* (Otacília Severa, esposa e mãe de imperadores) com a tradição romana e, em particular, com um tipo de celebração que, durante a era imperial, coube somente a cinco dos antecessores de Filipe organizar”. Para tanto, ver ANTIQUEIRA, 2021, p. 132-133.

⁹⁷ KÖRNER, 2002, p. 35.

⁹⁸ Como apontado na nota 91 acima, o áureo batido para Otacília Severa contemplava os mesmos ícones e símbolos que analiso por conta da Figura 03. Há, porém, uma pequena diferença na maneira como o frontão (a estrutura triangular colocada no topo, encimando a colonada) foi representado se comparado com o reverso da Figura 03. Isso resultava, entre outros, da perícia de cada um dos artesãos que elaboravam os cunhos.

⁹⁹ GAGÉ 1936 apud MARLOWE, Elizabeth. *Liberator urbis suae*. Constantine and the ghost of Maxentius. In: EWALD, Björn C.; NOREÑA, Carlos F. *The emperor and Rome*. Space, representation, and ritual. Cambridge: University Press, 2010, p. 201.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 201.

¹⁰¹ TURCAN, op. cit., p. 161.

¹⁰² GÉROUDET, Noëlle. *Rome en son temple: une figure identitaire?* Disponível em: https://www.academia.edu/1775105/_Roma_en_son_temple_une_figure_identitaire_. Acesso em: 09 jan. 2022, p. 5.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 5.

¹⁰⁴ Sobre isso, ver KISSEL, Theodor. MILIARIUM SAECULUM. Zur Jahrtausendfeier



Roms. *Antike Welt*, Darmstadt, v. 31, n. 2, p. 193, 2000.

¹⁰⁵ GÉROUDET, op. cit., p. 8. Sem contar que o caráter mais abstrato e impreciso das moedas imperiais era inerente à sua condição de *monumentos em miniatura*, como assinalo no início da seção 2.3.

¹⁰⁶ STEVENSON; SMITH; MADDEN, op. cit., p. 595.

¹⁰⁷ Além disso, a emissão desses tipos SAEVLVM NOVVM tanto para Filipe quanto para Otacília Severa veiculava, por um lado, a perspectiva de que o casal imperial se orientava a partir da *concordia*. A união entre ambos consistia em fator a garantir que, no devir, Roma permaneceria eterna. Por outro lado, é significativo que se disseminasse a ótica de que a eternidade de Roma haveria de ser assegurada não somente pelo imperador, mas também por Otacília Severa, sinal do peso adquirido pelas imperatrizes em meio à política imperial entre as décadas de 240 e 270. Para tanto, ver MARTIN, op. cit., p. 274.

¹⁰⁸ Como lembra Carrié, nas regiões orientais do Império se desenvolveu uma curiosidade intelectual acerca do cristianismo que, em linhas gerais, ainda não se fazia notar com a mesma intensidade na parte ocidental durante o século III. Donde coexistissem, nas províncias orientais, tanto um fascínio quanto uma ferrenha oposição à religião cristã. Não surpreende que Filipe, nascido no Oriente do Império, tivesse demonstrado algum interesse pelo cristianismo – o que não fazia dele, contudo, um governante cristão. Para tanto, ver CARRIÉ, 1999a, p. 121.

¹⁰⁹ KÖRNER, 2002, p. 259.

¹¹⁰ Diferentes imperadores do século III exploravam a imagem de *dea Roma* a fim de afirmar a sua própria romanidade. Quanto a isso, ver GÉROUDET, op. cit., p. 8.

¹¹¹ KÖRNER, 2002, p. 259. Consultar também KISSEL, op. cit., p. 193 e DE BLOIS, 2019, p. 241.

¹¹² DE BLOIS, 1978-1979, p. 23; 30.

¹¹³ HARL, op. cit., p. 144. Ver também KATSARI, Constantina. *The monetary economy of the Eastern Mediterranean, from Trajan to Gallienus*. 281 f. Thesis (PhD in Philosophy) – Department of History, University College London, London, vol. 1, 2001, p. 52-53. Retorno a esse tema no Capítulo 3, seção 3.2. Vale citar também que, nos meados do século III, havia pelo menos três legiões estacionadas na Síria romana, que contava com duas fortalezas situadas na margem esquerda do rio Eufrates, a saber, em Zeugma e Samósata.

¹¹⁴ BALBUZA, 2014, p. 188.

¹¹⁵ SALES, Gladys M. S. *Estruturas de poder – patronato, honra e prestígio nas representações discursivas das moedas de Aelia Capitolina e Cesareia no século III EC*. 235 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 180. O estudo de Sales se volta para “moedas provinciais” batidas em duas localidades da Síria Palestina no período que vai do governo de Caracala ao de Décio e seus filhos (grosso modo, a primeira metade do século III). Embora eu aborde no presente livro moedas ditas “imperiais” (isto é, aquelas submetidas ao controle da autoridade central, fosse o próprio imperador ou um governador de província), entendo que a observação feita por Sales igualmente se aplica para os tipos monetários SAEVLVM NOVVM cunhados em Antioquia.

¹¹⁶ Entre 248 e 249, antoninianos portando a legenda SAECVLVM NOVVM em seus reversos também foram lançados em Antioquia em nome de Filipe. Para tanto, ver RIC 4.3 (Philip I) no. 86. Infelizmente, não consegui identificar se esse tipo monetário foi batido para Filipe II em Roma (embora não pareça ter sido o caso, a julgar pelas evidências disponíveis).

¹¹⁷ KATSARI, op. cit., p. 97-98.

¹¹⁸ Ibid., p. 88-89; 112-113. A cunhagem antioquena de moedas em nome de Septímio Severo foi mantida até o ano de 202, aproximadamente. Quanto a isso, consultar VAN HEESCH, Johan. Mints and the Roman army from Augustus to Diocletian. In: FREEMAN, Philip et al (eds.). *Limes XVIII*. Proceedings of the XVIIIth International Congress of Roman Frontier Studies held in Amman, Jordan (September 2000). Oxford: BAR International Series, vol. 1, 2002, p. 36.

¹¹⁹ BUTCHER, Kevin E. T. *Coinage in Roman Syria: 64 BC - AD 253*. 608 f. Thesis (Ph.D in Archaeology) – Institute of Archaeology, University College London, London, 1991, vol. 1, p. 327.

¹²⁰ Ver Capítulo 3, seção 3.2.

¹²¹ VON REDEN, Sitta. *Money in Classical Antiquity*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2010, p. 91.

¹²² BUTCHER, 1991, p. 200.

¹²³ BALBUZA, 2014, p. 188-189.

¹²⁴ De forma incipiente, apresentei tal argumento em ANTIQUEIRA, 2021, p. 133.

¹²⁵ Entre outros, ver CARRIÉ, 1999a, p. 105.

¹²⁶ Algo que, por sua vez, ajuda a explicar o processo que levou à própria divinização da cidade (*dea Roma*), na medida em que o espaço sagrado representado por Roma compartilharia de um atributo comum aos deuses, a saber, a eternidade.

¹²⁷ Cf. RIC 4.3 (Philip I) no. 58. Se trata de antoniniano batido em Roma entre os anos de 247-248 – ou seja, no contexto imediato do milênario da cidade. O reverso, ostentando a legenda AETERNITAS AVGG, tem o campo numismático dominado por um elefante guiado por uma figura humana. Esse animal foi retratado com frequência em moedas romanas. Dada a longevidade dos elefantes (acreditava-se que vivessem duzentos anos ou mais), representações acerca desses animais remetiam à ideia de eternidade. Consultar STEVENSON; SMITH; MADDEN, op. cit., p. 357-358. Logo, a imagem do *elephantus* reforçava a noção de “eternidade dos *Augustos*”.

¹²⁸ CARRIÉ, 1999a, p. 106-107. Como assevera Robert Etienne, no âmbito da “propaganda milenarista”, as moedas que anunciavam a “eternidade dos *Augustos*” implicavam que a dinastia vivente era portadora dessa qualidade sobre-humana, e pela mediação dela é que o Império como um todo seria agraciado com a renovação de um tempo eterno. Ver ETIENNE, Robert. *AETERNITAS AVGVSTI-AETERNITAS IMPERII*. Quelques aperçus. In: COLLOQUE INTERNATIONAL, 1984, Besançon. *Actes* [...] Besançon: Université de Franche-Comté, 1986, p. 449. Argumento similar já se via também em CHARLESWORTH, Martin P. *Providentia and aeternitas*. *The Harvard Theological Review*, Cambridge, MA, v. 29, n. 2, p. 124-125, 1936.

¹²⁹ Me pauto aqui em NONY, op. cit., p. 50-51. Ver também CASEY, op. cit., p. 33. Adicione-se a isso o fato de as emissões em nome da família de Filipe, em sentido inverso, explorarem menos os elementos relativos à categoria representacional militar, em comparação com o sucessor dele (Décio). Por exemplo, somente 2.3% dos tipos monetários batidos para Filipe II conectavam-se com o universo militar. Ver MANDERS, Erika. *Coining images of power*. Patterns in the representation of Roman emperors on imperial coinage, A.D. 193-284. Leiden; Boston: Brill, 2012, p. 66-65. Quiçá a pouca idade de Filipe II seja um fator a ser levado em consideração nesse caso. Mas, qualquer que seja o motivo, se trata de algo que encaixa em um quadro maior. À guisa de ilustração, a vitória militar diante dos carpos em 247, razão pela qual Filipe celebrou um triunfo naquele mesmo ano em Roma, foi um evento pouquíssimo explorado no numário. A legenda VICTORIA CARPICA circulou somente em reversos de moedas de baixo valor intrínseco (nem mesmo eram de bronze) e em quantia reduzida, eclipsadas pela emissão maciça de peças relacionadas com o milenário e os Jogos Seculares naquele período. Quanto a isso, ver CASEY, op. cit., p. 33.

¹³⁰ NONY, op. cit., p. 51.

¹³¹ CARRIÉ, 1999a, p. 106; ver também TURCAN, op. cit., p. 163.

¹³² MACMULLEN, Ramsey. *Enemies of the Roman order*. Treason, unrest and alienation in the Empire. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1966, p. 157.

CAPÍTULO III

NOVO IMPERADOR, NOVA ERA?

CRISE POLÍTICA E CUNHAGEM IMPERIAL, 249-253

Como era de se esperar, nos dias de hoje as visões catastrofistas relacionadas ao “Bug do Milênio”, tão salientes em 1999, ficaram para trás. No ano de 2022, entretanto, escrevo essas linhas sob o impacto da morte de milhões de pessoas em todo o planeta Terra em função da pandemia do coronavírus¹. Em um mundo no qual a construção social da realidade passa, cada vez mais, pelas mídias sociais, *memes* e outras linguagens comuns ao universo digital conferem algum alívio cômico para que possamos encarar o momento crítico em que vivemos e, quem sabe, manter a saúde mental em ordem. Quer dizer, o humor é “um processo de resolução de conflitos”². No caso envolvendo o “Bug do Milênio”, os temores que davam o tom nos meses finais do ano de 1999 cederam espaço ao humor como forma de se rememorar todo aquele processo. É o que se nota, por exemplo, em uma tirinha publicada no blog *nadaver.com*, datada de 30 de dezembro de 2009:





Figura 07. © Alexandre Affonso. Disponível em: <https://www.nadaver.com/bug-do-milenio/>. Acesso em: 21 fev. 2022.

O fio que entrelaça nossa trama, como bem sabemos, atende pelo nome de *saeculum nouum*. Ao contrário do que se observou no mundo contemporâneo no período que se seguiu ao ano 2000, quando o “Bug do Milênio”, se lembrado, o era de modo jocoso, as expectativas geradas pelos mil anos da cidade de Roma consistiram em um evento significativo por causa das possibilidades que se abriam para o futuro³. A hipótese que fundamenta o presente capítulo é a de que, em que pese o breve intervalo de tempo (248-253), os vários imperadores e pretendentes ao poder que emergiram naquele contexto tiveram de lidar com os anseios por uma “nova era” associada ao milenário de Roma. Por causa disso, tiveram de projetar imagens sobre si mesmos como aqueles que efetivamente assegurariam os benefícios que a inauguração de uma “nova era” haveria de proporcionar à sociedade imperial.

DEPOIS DO MILÊNIO:

O PODER IMPERIAL AO FINAL DA DÉCADA DE 240

Como indiquei no Capítulo 2, o milenário de Roma serviu de ocasião para que Filipe e sua corte transmitissem, por meio de moedas, a ideia de um vínculo íntimo entre a família reinante e a perpetuação da *res publica*. A “nova era” seria garantida por Filipe, que não negligenciava os imperativos da tradição romana: daí que os mil anos da cidade, em linha com o que Cláudio havia instituído no ano de 47, fossem celebrados de acordo com os festivais cívico-religiosos apropriados para tanto (os Jogos Seculares). Da mesma maneira, as benesses que se queriam emanadas pelo imperador aos seus concidadãos, anunciadas a partir do discurso numismático, haveriam de ser asseguradas pela família de Filipe também no futuro: Filipe II, *Augusto* desde o ano de 247, situava-se como o potencial sucessor de seu pai, o que bastaria, em tese, para que o processo sucessório ocorresse sem maiores sobressaltos. Ou seja, a estabilidade prometida em razão do *saeculum nouum* seria mantida pelo filho de Filipe no porvir.

Não obstante, o contexto político que se seguiu aos mil anos de Roma foi marcado pelo enfraquecimento da *auctoritas* de Filipe. Tibério Cláudio Marino Pacaciano, aparentemente um oficial do exército imperial, foi proclamado imperador pelos soldados que serviam na Mésia Superior (e, quem sabe, por aqueles das Panônias também). É possível que isso tenha ocorrido ainda na primavera do ano de 248, pouco depois das (ou em simultâneo às) celebrações dos Jogos Seculares em Roma. As incursões dos godos e dos carpos na região do Baixo Danúbio geravam inquietude entre a população provincial e as tropas imperiais, que então decidiram pela aclamação de um de seus líderes, ninguém menos que Pacaciano⁴. Além disso, talvez no último ano do governo de Filipe, um membro da aristocracia local na Síria, chamado Jotapiano, também se insurgiu. Provavelmente, isso se deveu à política fiscal levada a cabo na região



por parte do irmão de Filipe, o *rector Orientis* Júlio Prisco. Mas, ao contrário de Pacaciano, Jotapiano não era um comandante militar⁵.

Por fim, há de se mencionar também Marco Silbanaco, da qual coisa alguma se sabe de mais concreto (nem mesmo uma possível datação para a suposta aclamação imperial dele). Talvez Silbanaco tenha liderado uma revolta militar na fronteira do Reno, congregando as tropas auxiliares formadas por germânicos que serviam às legiões romanas naquela área. Seja como for, mesmo que deixemos de lado a desconhecida aventura de Silbanaco⁶, a emergência de Pacaciano e Jotapiano em importantes províncias, localizadas em regiões fronteiriças, ilustrava os problemas políticos com os quais a corte imperial de Filipe teve de enfrentar.

Para fins de análise, destaco o movimento encabeçado por Pacaciano. Durante o período em que ele deteve o *imperium* em áreas danubianas (os soldados que o haviam proclamado acabaram por assassiná-lo, ao que parece, nos primeiros meses de 249), a casa da moeda de Viminácio, na Mésia Superior⁷, cunhou antoninianos de prata como o que se reproduz na imagem abaixo:



Figura 08. Antoniniano, Viminácio © Classical Numismatic Group, LLC, with permission of www.cngcoins.com. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Antoninianus-Pacatianus-1001-RIC_0006cf.jpg. Referência: RIC 4.3. (Pacatianus) no. 6.

No anverso, temos uma efígie de Pacaciano e titulatura completa (IMP[ERATOR] TI[BERIVS] CL[AVDIVS] MAR[INVS] PACATIANVS P[IVS] F[ELIX] IN[VICTVS]) (“*Imperator* Tiberío Cláudio Marino Pacaciano Pio Félix Invicto”), de acordo com as convenções vistas na numismática imperial (muito embora não se registre o *nomen Augustus* na inscrição). Ressalte-se a jovialidade do busto retratado em alguns discos metálicos, como se vê na Figura 08. Embora, vale destacar, não saibamos qual seria a idade dele quando da aclamação, é improvável que soldados experientes, estacionados no Baixo Danúbio, elevassem à púrpura um jovem oficial. Ian Sellars sugere que Pacaciano teria pertencido à ordem senatorial, o que faria com que ele exercesse um posto mais elevado no interior da estrutura do exército imperial⁸ (como era o caso do tribunado laticlávio, por exemplo, para o qual eram escolhidos membros do Senado que não contavam com idade muito avançada).

O reverso apresenta dois elementos principais. O primeiro deles diz respeito à figura que ocupa quase todo o campo monetário. Tratava-se da deusa Roma, sentada sobre um escudo e voltada à esquerda, carregando a divindade Vitória na mão esquerda e portando uma lança na mão direita. São os mesmíssimos objetos que integram os reversos dos tipos monetários ROMAE AETERNAE cunhados em Antioquia e Roma em nome de Filipe, Otacília Severa e Filipe II, ilustrados anteriormente por intermédio da Figura 02 (que se encontra no Capítulo 1)⁹. Ou seja, um conjunto iconográfico tradicional no que se refere às formas de representação acerca da divindade que personificava a cidade e a *res publica*¹⁰.

Porém, ao contrário disso, a legenda é absolutamente singular. Nela, lê-se ROMAE AETER[NAE] AN[NO] MILL[ESIMO] ET PRIMO (“à Roma eterna, no milésimo primeiro ano” ou “no milésimo primeiro ano da Roma eterna”)¹¹. A menção ao “milésimo pri-

meiro ano” indica que a moeda foi batida depois de abril de 248, isto é, quando o ano 1001 desde a fundação da cidade de Roma estava em curso. Igualmente, mais uma vez revelava-se o alcance geográfico da mensagem sobre a “nova era”, que não se limitava ao centro do Império e à casa da moeda que lhe era correspondente¹². Mais importante ainda, esse tipo monetário demonstrava que o milenário de Roma configurava um campo em disputa¹³. Adversário de Filipe, Pacaciano visava estabelecer uma relação com a cidade de Roma, mecanismo político relevante a fim de legitimar a sua posição.

Estudiosos como Michael Grant apontam que as comemorações de aniversários “natalícios” persistiam por um ano ou mais depois de consumado o acontecimento. De acordo com ele, o tipo monetário ROMAE AETER AN MILL ET PRIMO batido para Pacaciano exemplificava tamanha prática. O ano imediatamente posterior à ocorrência de um evento de maior grandeza seria encarado como um período propício para que as celebrações continuassem, algo que desembocava na reemissão de cunhagens que guardassem relação com tal evento¹⁴.

Já Allen Brent argumenta que datar o reinado de Pacaciano como o equivalente ao “ano mil e um” promovia a ideia de que o governante, à maneira de um *restitutor*, complementava a “nova era” que havia sido inaugurada por Filipe¹⁵. Entretanto, penso que a moeda em questão exprimia a ótica de que as expectativas geradas pelo *saeculum novum* eram reclamadas pela figura de Pacaciano, representado como o *princeps* que efetivamente asseguraria a perenidade do Império, ao invés de Filipe e de sua família.

Nesse caso, se o *millesimus annus* havia sido comemorado sob Filipe, o futuro de Roma vincular-se-ia a outro imperador (ou seja, Pacaciano) – o que indica, pois, como esse discurso de secularidade poderia ser adotado por diferentes atores políticos. Transmitia-se a

mensagem de que Filipe havia sido superado, e não complementado, por Pacaciano. Isso evidencia de que modo os mil anos da cidade abriram possibilidades para que diferentes postulantes ao poder imperial explorassem a relação dialética entre passado, presente e futuro, entre continuidade e inovação, a fim de assegurar a aceitação de sua posição perante os principais grupos de poder (exército e Senado) no interior da sociedade romana.

Desse modo, a moeda exposta na Figura 08 desvela de que forma as bases sobre as quais Filipe buscou legitimar seu poder, caso da conexão entre a dinastia que ele almejava consolidar e a inauguração de uma “nova era”, poderiam ser ressignificadas por outros sujeitos.

Contudo, sem querer minimizar a relevância de ações como a de Pacaciano, há outro fator mais saliente, a meu ver, a atestar a fragilização da autoridade de Filipe em meio ao cenário político imperial após as celebrações dos Jogos Seculares. Refiro-me ao fato de que não houve emissão de moedas em Roma, de qualquer denominação que fosse, em nome de Filipe e de seus familiares depois de 248 (ou seja, uma vez passadas as comemorações do milênio). No ano seguinte, nota-se a produção de moedas somente em Alexandria e, em especial, Antioquia – aliás, os últimos áureos batidos para Filipe eram procedentes da Síria, bem como uma grande série de antoninianos lançada para ele e seu filho¹⁶.

No entender de Bland, isso implicava que Filipe havia perdido o controle sobre a cidade de Roma em fins de 248, mantendo sob a sua potestade as regiões orientais do Império até setembro de 249, de modo que centros provinciais como Alexandria e Antioquia tornaram-se os principais lugares a fabricar moeda para o imperador e sua família¹⁷.

O ponto levantado por Bland é importantíssimo, pois reconfigura as relações de poder travadas ao final do governo de Filipe.

A tradição historiográfica tardo-antiga, seja latina (como vista em Aurélio Vítor) ou grega (sobretudo Zósimo), ressalta que Filipe permaneceu em Roma durante o ano de 249. Depois da aclamação de Décio pelas tropas no Danúbio e sua posterior marcha rumo à Península Itálica, Filipe se viu obrigado a deixar a cidade e seguir com seus soldados em direção ao norte. Nos arredores de Verona, ao que parece em setembro de 249, ocorreu mais um dentre os vários conflitos civis que deram a tônica da história política e militar imperial no século III: derrotado em batalha, Filipe perdeu também a vida. O Império Romano passava a ter um novo governante, alçado ao poder por meio das armas.

Diante disso, é difícil conciliar a informação de que houve uma batalha em solo itálico, na qual morreu Filipe, com a possibilidade de a autoridade dele ter deixado de ser reconhecida na cidade de Roma ainda ao final de 248 ou no início do ano seguinte (quer dizer, vários meses antes do confronto em Verona). Era demasiado incomum, para não dizer inédito, que se parasse de bater moeda para um soberano vivente por meses a fio, ainda mais se ele estivesse presente em Roma. Em minha opinião, a explicação acerca de todo esse cenário envolve a figura de Décio. Ou, melhor dizendo, se trata de um processo relativo à indicação de Décio para exercer um comando extraordinário nas Mésias e nas Panônias, a fim de lidar com a revolta de Pacaciano e, igualmente, fazer frente aos ataques perpetrados pelos godos naquelas áreas.

O estabelecimento de comandos militares supraprovinciais foi uma das marcas do governo de Filipe, como resposta à multiplicidade e simultaneidade dos confrontos armados contra povos externos. Ainda em 244, o irmão de Filipe, Júlio Prisco, foi alçado à condição de *rector Orientis*, como indicado no Capítulo 2. Tratava-se de um cargo administrativo jamais criado até então. Prisco exercia tanto o

governo de uma província (no caso, a Celessíria, o que abrangia responsabilidades judiciais a serem cumpridas a partir de Antioquia, metrópole provincial), mas também se situava como a principal autoridade em matéria civil e militar sobre o conjunto das províncias do Oriente, desde o Mar Egeu. Assim, como *rector Orientis*, Prisco foi encarregado da tarefa de supervisionar e salvaguardar as províncias orientais em nome de seu irmão¹⁸.

Isso permitiu que Filipe centrasse suas atenções nas províncias ocidentais, em particular as do Danúbio e, claro, na cidade de Roma. Em 245, o avanço dos carpos em direção à Mésia levou o imperador a nomear seu cunhado, de nome Severiano, como comandante das forças romanas agrupadas na região¹⁹. Mas a existência em si desses comandos supraprovinciais não correspondia a algo inaudito. Sendo assim, quando Décio assumiu a função de legado propretor *utriusque prouvinciae Moesiae et Pannoniae* em algum momento entre o segundo semestre de 248 e o começo do ano seguinte, se notava a continuidade de uma política que caracterizava o governo de Filipe desde o seu início, bem como o aprofundamento de uma prática que já se fazia sentir em períodos anteriores.

Não obstante, havia uma diferença considerável entre os casos envolvendo Prisco, Severiano e Décio. Em relação aos dois primeiros, temos a promoção de indivíduos com quem Filipe mantinha laços familiares. Isso, contudo, não se aplicava a Décio. De acordo com Giovanni Brizzi, a designação de Décio para, usando as palavras de Zósimo, “assumir o comando das legiões na Mésia e na Panônia”, assinalava a criação efetiva desse comando extraordinário nas áreas danubianas em específico, tendo a cidade de Sírmio como base²⁰.

Além disso, há outro elemento no relato de Zósimo que vale a pena sublinhar. Ele assegura que Décio recusou a indicação feita por Filipe para o comando supraprovincial, pois não se tratava de algo

conveniente para ambos²¹. Aspectos retóricos à parte – Zósimo fez de Décio um personagem moldado à maneira dos “bons imperadores”, do que a *recusatio*²² era traço peculiar –, a alegação é certa, ao menos no que respeitava a Filipe (embora não tenha sido essa a intenção de Zósimo). Levando-se em conta os desígnios dinásticos já estabelecidos por Filipe, não parece conveniente, do ponto de vista político, atribuir a um senador como Décio um poder tão considerável, que incidia sobre uma região crucial para a manutenção da ordem imperial. Assim sendo, cabe questionar os motivos pelos quais Filipe rompeu com uma prática comumente vista durante o seu governo e, ao invés de nomear familiares, acabou por entregar ao então *praefectus urbi Romae* esse comando extraordinário no Baixo Danúbio.

Aliás, abro aqui um parêntesis. Filipe era um governante experiente, no que concernia aos assuntos militares. Basta lembrar que ele próprio, em pessoa, havia liderado as forças imperiais em confrontos contra os godos e os carpos entre os anos de 245 e 247. Era, inclusive, reflexo de uma transformação mais lenta e gradual que se processava com relação ao poder imperial, que fazia com que as grandes campanhas militares demandassem a presença do(s) imperador(es) *in loco*²³. Isso já se notava ao tempo de Marco Aurélio (161-180) e Lúcio Vero (161-169). Septímio Severo encabeçou uma expedição na Bretanha entre 208-211, na qual também estiveram presentes seus dois filhos, e “sucessores designados”, Caracala e Geta. Severo Alexandre, assassinado em Mogúncia em 235 por seus próprios soldados, havia se dirigido à região renana no ano anterior a fim de liderar o combate contra os germanos. Por fim, não posso deixar de listar o episódio que assinalou a ascensão do próprio Filipe ao poder, quando da morte de seu antecessor, Gordiano III, durante a guerra contra os persas no começo de 244.

Um claro efeito disso foi a multiplicação de figuras de poder²⁴. Ao associarem seus respectivos filhos ao *imperium*, concedendo-lhes

os títulos de *César* e/ou de *Augusto*, Filipe, Décio e Treboniano Galo não somente visavam construir os alicerces de uma dinastia a perpetuar-se no poder, mas também assegurar, se necessário, que um dos imperadores pudesse estar fisicamente presente no local em que se desenrolavam as operações militares²⁵.

Isso me leva à pergunta que formulei anteriormente. Por que Décio? A resposta mais simples seria a de que Filipe II ainda era muito novo e completamente inexperiente para assumir tamanha responsabilidade²⁶. Ainda que detivesse o título de *Augusto*, uma postura política mais ativa por parte de Filipe II era esperada somente no futuro. Por outro lado, Geoffrey Nathan e Robin McMahon defendem que a escolha de Filipe recaiu sobre Décio por conveniência política: ao mesmo tempo em que Décio dispunha de prestígio junto aos demais senadores, por conta de suas conexões gentílicas, ele estava familiarizado com as minúcias e dinâmicas próprias das relações de poder locais (pois havia nascido próximo à Sírmio), assim como mantinha relações com os funcionários civis e militares que atuavam em toda aquela área²⁷.

Penso, no entanto, que em última instância a questão que efetivamente permanece sem solução diz respeito ao fato de Filipe não ter deixado a cidade de Roma e assumido, por conta própria, o comando das tropas destinadas a lutar contra os invasores externos, bem como enfrentar os revoltosos que davam suporte à aclamação de Pacaciano. Por exemplo, embora contasse com apenas 10 anos, Filipe II haveria de representar o poder exercido pela família de Filipe em Roma, no caso de eventual ausência do imperador sênior para cumprir com uma das tarefas que mais pesavam sobre o governante romano naquele período, qual seja, liderar pessoalmente uma campanha militar.

Tendo isso em mente, proponho que a escolha de Décio para o comando supraprovincial no Baixo Danúbio resultou do esgarça-



mento das tensões entre Filipe e o Senado, o qual teria veladamente se insurgido contra o imperador e imposto um limite ao poder exercido por ele. Desse modo, Filipe viu-se obrigado a compartilhar, de certo modo, o *imperium* com alguém (Décio) que não pertencia à *domus Augusta*. Nesse caso, os senadores teriam protagonizado outro episódio de sublevação, à maneira do que ocorreu em 238, diante de mais um imperador reinante que não pertencia à ordem senatorial.

Com isso, quero dizer que a ascensão de indivíduos de nível equestre ao poder imperial (casos de Macrino, Maximino e, pois, Filipe) constituía um fator contra o qual o Senado ainda reunia condições objetivas para se insurgir na primeira metade do século III. Nesse caso, o Senado teria retomado uma linha de ação experienciada em 238, com destaque para a emergência de senadores de origem itálico-“etrusca”, tal qual o efêmero Clódio Pupieno (238) uma década antes²⁸.

Outro indício relevante concerne ao fato de que o próprio Décio, aclamado pela soldadesca em maio de 249, não emitiu moeda alguma enquanto Filipe permaneceu vivo, embora dispusesse de estrutura em Viminácio para fazê-lo (a mesma a partir da qual foram lançadas moedas para Pacaciano). Casey enxerga na inexistência de moedas batidas para Décio entre a aclamação dele e a morte de Filipe o vestígio de um golpe planejado com antecedência por parte de “elementos tradicionalistas”, ativos tanto em Roma quanto nos acampamentos militares²⁹. Em que pese a minha discordância quanto à ênfase sobre o tradicionalismo de Décio e de seus apoiadores, o argumento de Casey dialoga com a proposta que ora defendo. Ao optar por não bater moeda em Viminácio a partir de maio de 249, Décio se posicionava como representante das aspirações do Senado e não publicizava o *imperium* conferido a ele pelos soldados enquanto não houvesse condições objetivas para que os senadores o reconhe-

cessessem como imperador. Para que tal ocorresse, contudo, era preciso que Filipe viesse a falecer³⁰.

Nesse ensejo, não causa surpresa que se enviasse ao Baixo Danúbio um representante do poder imperial dotado de amplas prerrogativas, mas sim o fato de Décio ter sido a pessoa selecionada para tanto. A ligação pregressa de Décio com as Mésias e com os soldados que lá se encontravam tornava altamente provável que ele viesse a ser proclamado pelas legiões, algo que tanto ele quanto Filipe poderiam presumir que viesse a ocorrer³¹. Diante dessas circunstâncias, penso que a escolha de Décio reforça ainda mais a hipótese de que Filipe teve a sua *auctoritas* posta em xeque pelo Senado entre fins de 248 e o início de 249, do que a indicação de Décio para uma função tão importante consistia na consequência mais visível e que, no curto prazo, resultaria no fim do governo de Filipe.

Todavia, não concordo com a dualidade que se costuma postular entre Filipe, visto como um *outsider* e cristão, e Décio, retratado como um *tradicionalista* por excelência. A ideia de uma estrita dicotomia entre ambos, que se verifica em fontes tardo-antigas, fossem de orientação pagã (Zósimo) ou cristã (Eusébio de Cesareia), carece ser deixada de lado³². Mesmo estudiosos que duvidam da noção de um filocristianismo por parte de Filipe, como Rafael González Fernández e Miguel Sancho Gómez, sustentam que a política religiosa dele “não se destacou precisamente por uma piedade desmesurada em relação à religião tradicional romana”³³. Afirmações como essa ignoram que o peso dado às celebrações do milenário de Roma configurava uma enorme demonstração de *pietas*, por parte de Filipe, em face dos deuses ancestrais e das práticas tidas por tradicionais, o que manifestava a intenção do imperador de mostrar-se como um defensor dos *mores maiorum*.

Dito de outra maneira, ainda que porventura não lançasse um olhar de suspeição diante dos cristãos³⁴, Filipe seguiu de perto os

preceitos ilustrados por um antecessor como Trajano e não fez do cristianismo um problema para a ordem imperial³⁵. Não deixa de ser irônico que a moderna crítica historiográfica saliente tanto o “tradicionalismo” ou “conservadorismo” do sucessor imediato de Filipe, qual seja, Décio, que depois da eliminação de Filipe em setembro de 249 viria a se revelar, pelo contrário, como um *inovador* que promoveu uma perseguição aos cristãos em larga escala. Ao fazê-lo, Décio rompia com os ditames que norteavam a relação entre o poder imperial e a religião cristã até então, pautados na ausência de buscas sistemáticas por identificar os seguidores de Cristo. A isso dedicarei a seção a seguir.

DÉCIO RERVM NOVATOR:

A INOVAÇÃO COMO ALICERCE DE UMA “NOVA ERA”

A ascensão de Décio se deu em meio a um contexto que se tornaria cada vez mais comum no decorrer da segunda metade do século III. O comando das legiões que serviam no Ilírico permitia a Décio manter contato diário com os principais oficiais militares, indivíduos que haviam nascido na região e cuja ascensão social se deu, na maioria dos casos, no âmbito do próprio exército imperial. À frente de tropas numerosas, comandantes poderiam ser alçados ao trono imperial por decisão coletiva desse alto oficialato reunido em um mesmo local (Sírmio), que contava com a obediência e a lealdade dos soldados com quem mantinham relação próxima havia muitos anos³⁶. Essa rede de solidariedade costurada entre os soldados e os oficiais romano-ilíricos passaria a dar o tom da política imperial por todo o restante do século III. Em maio de 249, não foi diferente: como vimos, Décio foi proclamado imperador justamente pelas legiões estacionadas nas províncias danubianas.

Não obstante, interessa-me avaliar em que medida o discurso de secularidade se fez presente nas moedas cunhadas para Décio e sua família. Daí que me depare com uma ausência: não há tipos monetários batidos em nome do próprio Décio que contenham a legenda SAECVLVM NOVVM nos reversos. Isso vale também para Herênio Etrusco, seu filho mais velho, que se tornou *Augusto* um pouco antes da Batalha de Abrito no começo de junho de 251, quando ele e seu pai foram mortos pelos godos. A casa da moeda de Antioquia elaborou antoninianos contendo tal inscrição somente para a esposa dele, Herênia Etruscila, e para Hostiliano, o filho mais novo do casal. Essas moedas datam provavelmente do ano de 251³⁷. A emissão dessas peças na Síria, mas não em Roma, atesta como as mensagens advindas do centro decisório do poder imperial também eram promovidas e/ou rearticuladas entre os habitantes das áreas provinciais, como se nota também no caso que dizia respeito a Pacaciano, já apontado anteriormente.

Cabe registrar, igualmente, que a produção dessas moedas “imperiais” em área provincial representou uma nova etapa na história econômica do mundo romano. Entre 64, ano em que Nero (54-68) estabeleceu uma reforma monetária de razoável alcance, e a ascensão de Gordiano III em 238, a emissão de moedas sob a autoridade do imperador ou de agentes diretamente ligados a ele havia se concentrado na cidade de Roma³⁸, salvo exceções circunstanciais³⁹.

Apesar disso, transformações efetivas tiveram lugar somente nos meados do século III. Diante da pressão militar externa que incidia sobre as fronteiras danubianas e orientais, em 251 Treboniano Galo ampliou o número de oficinas em operação nas casas da moeda situadas em Viminácio e Antioquia, as quais já batiam moeda para Filipe, Décio e seus respectivos familiares. Em relação a Antioquia, a fabricação dos tetradracmas provinciais cedeu largo espaço aos antoninianos de prata imperiais⁴⁰, de tal maneira que os primeiros

virtualmente desapareceram já no começo dos governos de Valeriano (253-260) e Galieno. Antioquia passou a bater regularmente as mesmas denominações produzidas em Roma (áureos, antoninianos e, em escala reduzida, asses), suprindo a demanda de todo o norte da Síria, o que fez com que a cunhagem dos tetradracmas locais deixasse de ser necessária. Assim sendo, as autoridades imperiais optaram por tornar o antoniniano a denominação comum a ser empregada nas trocas comerciais cotidianas, de menor valor, por todo o território do Império (com exceção do Egito)⁴¹.

Portanto, no ano de 251 havia ao menos três casas da moeda imperiais em plena atividade, situadas nas cidades de Roma, Viminácio e Antioquia. Isso desvelava a importância que centros urbanos provinciais como Antioquia adquiriram em matéria militar. Tratava-se da cidade que, mais e mais, passou a acolher com frequência as cortes e os exércitos imperiais, que ali se preparavam para campanhas bélicas contra os persas. A manutenção desse aparato administrativo e, sobretudo, militar resultava em gastos crescentes; em simultâneo, a multiplicação dos locais de cunhagem imperial, como vimos no capítulo anterior, facilitava o pagamento aos soldados.

Entretanto, esse motivo de ordem, digamos, prática era suplantado por uma questão comum às práticas monetárias observadas entre as décadas de 240 e 270. No Capítulo 2, assinalo que o denário de prata havia sido quase que integralmente substituído pelo antoniniano a partir do governo de Gordiano III. Porém, a moeda surgida ao tempo de Caracala era submetida a um processo cada vez maior de depreciação. Já ao tempo de Décio e de Treboniano Galo, observava-se o seguinte cenário: por um lado, a questão militar demandava aumento de gastos (na forma de remuneração auferida pelos exércitos, cujo efetivo se tornava cada vez maior, ou por conta de subsídios destinados aos inimigos externos). Por outro, a deterioração progressiva do antoniniano estimulava o entesouramento

das moedas cunhadas em períodos anteriores. Consequentemente, peças dotadas de maior valor intrínseco circulavam cada vez menos, promovendo uma curva inflacionária crescente (seja qual tenha sido o impacto disso, tanto a nível provincial quanto global).

Assim, a instalação definitiva de uma casa da moeda imperial em Antioquia se deu com vistas à retirada de circulação de moedas antigas, que começaram a serem reemitidas com um percentual de prata cada vez menor a fim de custear gastos militares em escala ascendente⁴². Concentrar, na cidade de Roma, a recolha de uma parcela do meio circulante tornaria o processo menos dinâmico e mais oneroso para as autoridades imperiais.

Todavia, a questão principal da qual me ocupo permanece em aberto. Poderíamos pensar que a ausência desses tipos monetários com a inscrição SAECVLVM NOVVM, no caso envolvendo Décio, resultasse de um programa mais amplo, em meio ao qual o discurso numismático vinculado ao sucessor de Filipe findava por privilegiar outros elementos. Tal seria o caso, por exemplo, da série de moedas de tipo *consecratio* que visavam transmitir a ideia de um imperador profundamente conectado com as tradições romanas, na qual figuravam onze predecessores divinizados, de Augusto até Severo Alexandre⁴³. Mais relevante ainda, Décio conferiu grande destaque às mensagens de teor militar em suas cunhagens, presentes em quase 40% do total de tipos monetários batidos para ele⁴⁴. É bem verdade que a instabilidade causada pelas incursões dos godos no Baixo Danúbio exigiu que o imperador centrasse suas atenções nas atividades bélicas. No entanto, Filipe também lidou com a “questão gótica” durante boa parte de seu governo (sem contar as revoltas internas entre 248-249), mas nem por isso o numário produzido para ele ressaltava aspectos militares de forma intensa, menos ainda na mesma proporção que se verifica no caso de Décio.

Logo, as formas de propaganda comuns ao governo de Décio enfatizavam uma retórica militar. A incorporação do nome de *Traiano* à sua titulação atesta esse ponto: ao associar-se ao vitorioso imperador do passado, visto como exemplar, Décio almejava reiterar a sua própria *uirtus*. Não se tratava de as moedas, pura e simplesmente, refletirem a realidade marcada pelos confrontos armados nas áreas danubianas. Presente na cunhagem de Décio desde o começo do ano de 250, a adição do *nomen Traianus* fazia parte de um programa mediante o qual Décio buscou legitimar o seu poder, escorando-se sobre uma retórica de natureza militar, conforme se nota nas moedas emitidas para ele⁴⁵.

Por seu turno, a perspectiva da “nova era” poderia ter sido empregada de maneira exclusiva para os demais membros da família imperial (esposa e filhos), a fim de representá-los como aqueles que assegurariam a prosperidade do Império no presente e no futuro, em especial no caso de Herênio Etrusco e Hostiliano, os quais eram apresentados publicamente como potenciais sucessores de Décio a partir de títulos e honrarias a eles concedidas.

Contudo, o fato de Herênio Etrusco não ter figurado nos aversos das peças que ostentavam a legenda SAECLVVM NOVVM restringe a validade dessa hipótese. Além disso, denários foram batidos para Décio em Antioquia, em data incerta, cujos reversos apresentavam os mesmos símbolos e ícones verificados nos tipos com a legenda SAECLVARES AVGG lançados para Filipe pouco tempo antes⁴⁶. Ou seja, houve alguma associação da figura de Décio com os Jogos Seculares comemorados em 248. Assim sendo, as imagens relativas ao milenário de Roma também se fizeram sentir na cunhagem emitida em nome de Décio, ainda que de forma menos saliente.

A despeito disso, creio que seja possível formular outra explicação. Diego Alvarez esclarece que, em um primeiro momento (no ano de 250, possivelmente), as oficinas 6 e 7 da casa da moeda de

Antioquia cunhavam apenas tetradracmas – ou seja, moedas “provinciais”. Depois da morte de Décio e de Herênio Etrusco em junho de 251, passaram também a emitir antoninianos. Sabe-se disso porque tais discos continham, nos reversos, as marcas das oficinas 6 e 7 em numerais romanos invertidos (IV e IIV). No entanto, as moedas imperiais foram batidas somente para Herênia Etruscila e Hostiliano (ver, respectivamente, as Figuras 09 e 10 abaixo)⁴⁷. Embora não se possa afirmar com todas as letras que os antoninianos do tipo SAECVLVM NOVVM lançados para a esposa e o filho mais novo de Décio datem apenas de momento posterior ao mês de junho de 251, os exemplares supérstites parecem apontar nessa direção⁴⁸.

Se tal for o caso, esses tipos monetários em específico foram emitidos quando Treboniano Galo havia ascendido ao poder imperial. À primeira vista não é algo que surpreenda, considerando que, por exemplo, moedas póstumias em nome de Décio e de Herênio Etrusco foram cunhadas em Antioquia durante o governo de Treboniano Galo até o final do ano de 251, aproximadamente⁴⁹.



Figura 09. Antoniniano, Antioquia de Orontes © American Numismatic Society, Mantis Database. Disponível em: <http://numismatics.org/collection/1988.161.1>. Referência: RIC 4.3. (Trajan Decius) no. 67.



Figura 10. Antoniniano, Antioquia de Orontes – With permission of wildwinds.com (CNG coins). Disponível em: https://www.wildwinds.com/coins/ric/hostilian/RIC_0199b.jpg. Referência: RIC 4.3. (Trajan Decius) no. 199b⁵⁰.

Entretanto, se as moedas de tipo SAEVLVM NOVVM foram batidas para Herênia Etruscila e Hostiliano ao tempo de Treboniano Galo apenas, significa dizer que durante o governo de Dêcio não houve cunhagem desse tipo monetário em específico. Na Figura 09, nota-se que Herênia Etruscila é apresentada como *Augusta*, título que havia sido concedido a ela ainda no outono do ano de 249. A produção de moedas para Herênia Etruscila caminha de mãos dadas com outro aspecto: não houve emissão monetária em nome de Afínia Gemina Bebiana, esposa de Treboniano Galo. Ou seja, é muito provável que Bebiana já estivesse morta em 251 (donde o silêncio a respeito dela em meio à documentação numismática e epigráfica coetânea à época).

Por sua vez, todo o conjunto de honras mantidas e/ou concedidas à Herênia Etruscila após o falecimento de Dêcio se esclarece por uma razão simples: ela era a mãe de um imperador (Hostiliano). No século III, era prática comum que a mãe de um *Augusto* fosse objeto das mais variadas distinções. Por isso, discordo de Ul-

rich Huttner, que sugere que Bebiana não recebeu o título de *Augusta* porque Treboniano Galo, a fim de evitar uma disputa com os apoiadores de Décio, manteve Etruscila como *Augusta*, respeitando o estado de coisas anterior à sua própria aclamação em junho de 251⁵¹. Manter Etruscila como *Augusta* não impediria que, caso estivesse viva, Bebiana também recebesse o mesmo título – afinal, tratar-se-ia da esposa de um dos *Augustos*. A eventual coexistência entre as duas *Augustae* não pode ser vista como algo extraordinário, mas antes consequência de um arranjo político que culminou, nos meados do mês de junho de 251, em uma “triarquia” formada pelo *Augusto* Treboniano Galo, por Hostiliano (então elevado à condição de *Augusto*) e pelo *César* Volusiano.

Diante disso, vale sublinhar que uma das bases que conferiam legitimidade ao *imperium* exercido por Treboniano Galo residia justamente nessa fusão que se operou entre a família do novo *princeps* e a de Décio, materializada a partir da adoção de Hostiliano por parte de Treboniano Galo e da formação do colegiado imperial mencionado no parágrafo anterior⁵². Nesses termos, os tipos monetários SAECVLVM NOVVM batidos para Herênia Etruscila, contendo o mesmo templo hexastilo dedicado à deusa Roma nos reversos, atendiam a preceitos dinásticos na mesma linha do que se notava em relação às peças emitidas em nome de Otacília Severa, conforme assinalado no Capítulo 2. Autores como Martin creem que essas moedas cumpriam com os intentos dinásticos por parte de Décio⁵³. Ao contrário disso, defendo que se tratava de algo que envolvia o acordo entre as famílias de Décio e de Treboniano Galo, como ressaltado por ora.

Já a Figura 10 nos impõe um problema ainda maior do que aquele relativo à Herênia Etruscila. Os antoninianos batidos para Hostiliano apresentam em seus aversos o título de *César*, o que faria com que a data de emissão remetesse ao governo de Décio, e não ao

de Treboniano Galo. Com ligeiras variações, esses anversos trazem a seguinte inscrição: “C OVAL OSTIL MES COVINTVS CAESAR”, quando o correto deveria ser “C[AIVS] VAL[ERIVS] HOSTIL[IANVS] MES[SSIVS] QVINTVS CAESAR” (“Caio Valério Hostiliano Méssio Quinto César”). Os erros grosseiros de latim eram fruto da imperícia dos moedeiros que elaboraram os cunhos dos antoninianos. Habitados que estavam com as legendas em língua grega que reproduziam nos tetradracmas fabricados em Antioquia por séculos, acabaram por se confundir ao terem de forjar uma titulação em latim para as moedas imperiais. Se tratava, pois, de um equívoco no processo de transliteração por parte dos moedeiros⁵⁴.

Como vimos, Hostiliano foi elevado à condição de *Augusto* somente após o falecimento de Décio, compartilhando o *imperium* com Treboniano Galo e Volusiano durante um curtíssimo intervalo de tempo (entre junho e julho de 251 ou, no mais tardar, agosto daquele ano). Talvez os moedeiros em Antioquia tenham apenas seguido aquilo que o novo imperador sênior (Treboniano Galo) havia determinado e, assim, emitiram tipos SAECLVLM NOVVM para os membros sobreviventes da família de Décio. Nesse caso, os antoninianos teriam sido confeccionados a partir de cunhos mais antigos, de modo que os anversos ainda ostentavam o título de *César* em relação a Hostiliano, e não o de *Augusto*⁵⁵, como seria o correto.

Seja como for, os reversos que se veem nas Figuras 09 e 10 contêm os mesmos elementos iconográficos presentes nos reversos das Figuras 03 e 05 reproduzidas no Capítulo 2. Mas tamanha repetição nos alerta justamente para a relevância que a temática da “nova era” havia adquirido em termos *conjunturais*. Inspirado na proposta de Fernand Braudel quanto ao “recitativo da conjuntura”, Michel Christol defende que os estudos sobre a história imperial romana, sobretudo em relação ao século III, devem libertar-se das amarras

cronológicas estabelecidas pela duração dos governos e pela sucessão dos *principes*, uma vez que, por mais que isso importasse aos coetâneos, nos impede de reconhecer “(...) os movimentos mais profundos, que davam cor e sabor aos reinados dos imperadores”⁵⁶. Traçar quadros diacrônicos mais amplos (de dez, vinte ou mesmo cinquenta anos) permitem, continua Christol, que coloquemos em evidência as ressonâncias, as relações que emergem “em um segundo tempo” e que desnudam significados mais precisos quanto ao exercício e à organização do poder, para além da duração mais fugaz comuns aos acontecimentos⁵⁷.

Portanto, mesmo depois de concluído o milenário de Roma, a manutenção dos tipos monetários SAECVLVM NOVVM em Antioquia evidencia que os sentidos atribuídos aos mil anos configuravam uma experiência compartilhada não apenas entre os habitantes que viviam na própria cidade de Roma e na Península Itálica, mas também por aqueles que se situavam em outras partes do território imperial. Igualmente, e não é demais repetir, se tratava de um discurso numismático em disputa naquela conjuntura: quase dois anos depois da morte de Filipe, o *saeculum nouum* passava a ser reclamado por uma nova dinastia, que havia sido constituída por meio da fusão entre as famílias de Décio e de Treboniano Galo⁵⁸.

Do que se conclui que durante o governo de Décio os tipos monetários SAECVLVM NOVVM provavelmente não foram produzidos (ou, se o foram, isso se deu de maneira restrita, vinculados às figuras de Herênia Etruscila e Hostiliano). Isso se relaciona, a meu ver, com as práticas políticas adotadas por Décio desde o início de seu governo, que visavam distingui-lo de seu antecessor imediato (o qual, vale lembrar, havia perdido a vida em batalha contra as forças militares comandadas pelo próprio Décio)⁵⁹. É preciso levar em conta que, sob Filipe, a perspectiva da “nova era” havia sido bastante

ênfatuada nas moedas imperiais. Nesse sentido, entendo que a corte de Décio havia privilegiado outros temas em meio às formas de propaganda por ela utilizadas a fim de comunicar-se com diferentes grupos no interior da sociedade imperial romana.

Contudo, isso não significa dizer que as expectativas relativas ao milenário da cidade de Roma tivessem perdido relevância. Como já apontado no que se referia a Pacaciano, também pesava sobre Décio a necessidade de mostrar-se e afirmar-se publicamente como o líder mais preparado para conduzir o Império Romano nesse novo *saeculum* que havia sido inaugurado tão logo Roma havia completado os seus mil anos desde a sua fundação⁶⁰. Isto é, embora o discurso de secularidade ocupasse um lugar marginal dentre as emissões monetárias em nome de Décio e de sua família, a percepção de “nova era” norteava as ações do imperador desde a eliminação de Filipe. Com isso, sustento que os mil anos de Roma se mantiveram como evento significativo mesmo depois de os Jogos Seculares terem sido realizados em 248⁶¹.

Para tanto, me apoio sobre a hipótese formulada por Allen Brent. Cabe sublinhar novamente que a expressão latina *saeculum nouum* não conhecia precedentes. A “retórica imperial do tempo” assumia forma, desde o principado de Augusto, a partir de termos que traduziam expectativas a respeito do porvir – como se nota em inscrições numismáticas como *felicitas temporum* (“a felicidade dos tempos”). A expressão *saeculum nouum* dispunha de acepção similar. No entanto, também desvelava um quadro escatológico distinto, em que as promessas por uma “era de ouro” haveriam de realizar-se imediatamente⁶², levando-se em conta o fato de que um milênio tinha sido encerrado e outro mal havia se iniciado. *Saeculum nouum*, nesse caso, caracterizava a passagem do tempo, de modo que a expectativa por dias melhores teria de se revelar concreta durante o próprio processo de transição entre uma “antiga” e uma “nova” era.

No caso específico de Décio, as práticas que anunciavam o (re)estabelecimento de um período afortunado não se restringiam a ações que envolvessem apenas um único governante e sua família (como eram os casos de Filipe, ao inaugurar o segundo milênio de Roma por intermédio dos Jogos Seculares, ou mesmo de Pacaciano, que alegava superar o governante contra quem ele havia se insurgido, ressaltando a ideia de um novo começo a partir do milésimo primeiro ano desde a fundação da *Vrbs*). Décio concebia a si mesmo como um efetivo sucessor dos imperadores divinizados do passado (os *diui*), que outrora haviam preservado a *pax deorum*, a harmonia entre os seres humanos e as divindades. Assim sendo, ao filiar-se aos seus divinos antecessores e, por conseguinte, aos deuses tutelares da *res publica* como um todo, Décio compreendia que os ritos religiosos teriam de ser performados da maneira mais coletiva possível⁶³. Daí que a execução de atos expiatórios, a assinalar o início de uma “nova era”, viesse a ultrapassar os limites da corte imperial⁶⁴.

Em resumo, uma “nova era” demandava novas práticas⁶⁵. E foi exatamente nesse contexto que, sob Décio, as relações entre o imperador e os romanos que professavam o(s) cristianismo(s) passaram por uma alteração profunda. No começo do ano de 250 foi lançada uma perseguição contra os *Christiani*, “os seguidores de Cristo”, que assumiu um caráter global⁶⁶, deixando de consistir em uma experiência que eclodia localmente, em pontos isolados do território romano⁶⁷.

Quando da ascensão de Décio ao poder, os episódios concretos de violência que incidiram sobre as comunidades cristãs dispunham de uma faceta local, motivadas por disputas e tensões entre grupos sociais que, geralmente, restringiam-se aos limites de uma cidade. Nesses casos, competia apenas à autoridade local (como o governador de província) lidar com um eventual problema que envolvesse os cristãos; as cortes imperiais se mantinham alheias a isso.

Portanto, até o governo de Décio não havia disposições legais que se referissem aos cristãos (ou que repercutissem diretamente sobre as comunidades cristãs).

Entretanto, ao que parece ainda em fins de 249, Décio promulgou um edito (ou decreto) que veio a desembocar na perseguição aos cristãos. Raúl González Salinero aponta que se determinava que “todos os habitantes do Império (salvo os judeus por conta de antigos privilégios) estavam obrigados a oferecer sacrifícios e a render culto aos deuses”⁶⁸. Isto deveria ocorrer em uma data específica, com penalidades previstas em caso de desobediência. Surpreende o fato de se tratar de um ato espontâneo por parte do imperador, e não de uma resposta às requisições que os súditos ou *ciuitates* enviavam à corte, tal como era praxe. O ato jurídico promulgado por Décio era, portanto, algo jamais visto até então⁶⁹.

Além disso, somos obrigados a contornar o silêncio ao lidarmos com a questão, pois o edito em si não sobreviveu até nós. O acesso se dá por via indireta, graças à descoberta de mais ou menos 50 *libelli* provenientes do Egito, datados entre 12 de junho e 14 de julho de 250⁷⁰. Esses *libelli* consistiam em uma espécie de “certificado” ou “declaração” oficial, mediante os quais os magistrados citadinos atestavam que uma pessoa havia oferecido um sacrifício em honra às divindades. Aparentemente, a ação englobava a libação e o consumo da carne do animal imolado por parte do sacrificante. Todavia, as exceções a isso parecem ter sido extensas. Resumindo, o *libellus* servia como um documento a comprovar que homens e mulheres livres tinham cumprido com aquilo que Décio havia ordenado⁷¹.

Exemplo de um desses certificados, redigido em grego, pode ser visto em papiro que integra a chamada “Coleção de Michigan”, cujo conteúdo reproduzo a seguir:

(Primeira Mão) Àqueles encarregados dos sacrifícios na cidade de Teadélfia, da parte de Aurélia Bélias, filha de Peteres, e sua filha, Kapinis. Sempre estivemos constantes em sacrificar aos deuses e agora também, em vossa presença, em conformidade com os regulamentos, derramei libações e sacrifiquei e provei das oferendas, e solicito a vós que o certifique para nós abaixo. Que possais continuar a prosperar.

(Segunda Mão) Nós, Aurélio Sereno e Aurélio Hermas, vimos [Aurélia Bélias] sacrificar.

(Terceira Mão) Eu, Hermas, certifico.

(Primeira Mão) O primeiro ano do imperador César Caio Méssio Quinto Trajano Décio Pio Félix *Augusto*, 27 Pauni [21 de junho de 250]⁷².

Textos de *libelli* como esse reforçam uma tendência historiográfica predominante no que respeita à perseguição aos cristãos em 250. A referência a pagãos entre os sacrificantes implicaria que a medida não tinha por objetivo promover uma ação sistemática contra os *Christiani*. A perseguição em escala imperial foi antes uma consequência do que a razão de ser desse edito⁷³. Em outras palavras, não se trataria de uma “lei persecutória”. Com exceção dos judeus, qualquer um que não observasse os ditames do edito seria passível de punição. Ou seja, a perseguição era o resultado da (tentativa de) aplicação do edito; este, porém, não era direcionado contra os cristãos⁷⁴.

Seguindo essa mesma trilha, Polymnia Athanassiadi argumenta que o edito exprimia um intento centralizador, ao buscar impor uma ortopraxia a ser seguida por quase todos aqueles que residissem no território imperial. De acordo com ela, isso atingiu colateralmente todos os que se opusessem à consecução de sacrifícios de sangue, como era o caso dos cristãos, mas também daqueles que se filiavam a correntes político-filosóficas como o pitagorismo ou o platonismo⁷⁵.

Em que pese isso, não é possível crer que todos os pitagóricos,

por exemplo, tivessem renunciado ao consumo de carne e se eximido de participar de atos sacrificiais. A coexistência de diferentes práticas, à primeira vista discrepantes entre si, deve ser entendida como parte da vida coletiva. No que tangia aos pitagóricos, havia níveis distintos de identificação envolvendo cada um dos adeptos da doutrina filosófica na relação com o grupo como um todo e com os hábitos usualmente conclamados pelo grupo para si. Desse modo, alguns pitagóricos abstiveram-se de todo contato com carne animal e com sacrifícios de sangue, ao passo que outros fizeram, em maior ou menor medida, concessões aos rituais religiosos tradicionais⁷⁶.

Ademais, se a doutrina pitagórica se relacionava, de alguma maneira, com a rejeição aos sacrifícios de animais, os pitagóricos não rechaçavam o ato sacrificial em si – ou seja, não recusavam a ótica de que a reciprocidade entre deuses e seres humanos se alicerça em tal prática⁷⁷. Os sacrifícios constituíam um dos fundamentos mais importantes da religião cívica romana, compreendida aqui como um sentimento arraigado acerca da imanência do divino e das consequentes obrigações que homens e mulheres haveriam de observar no trato com suas divindades⁷⁸.

Ora, o mesmo raciocínio é válido acerca dos romanos *Christiani*: o fato de professarem a crença na divindade do homem crucificado na Jerusalém do ano 30 não implicava que abjurassem a existência de outros deuses, aos quais oferendas poderiam ser destinadas. É preciso ter em mente que lidamos com *cristianismos*, ainda que nos meados do século III mais de duzentos anos já tivessem transcorrido desde a eclosão do movimento social liderado por Jesus na Galileia e na Judeia. Se, do ponto de vista teológico, o monoteísmo e a rejeição à idolatria configuravam traços de unidade e interação entre diferentes cristãos, isso não impedia que tais características pudessem ser mitigadas por diferentes sujeitos e grupos, a ponto de integrarem-se comodamente às práticas e rituais comuns à *religio* romana, o que

poderia resultar antes em um henoteísmo que, assim, afastava-se do exclusivismo monoteísta⁷⁹.

Por isso, diante de tal cenário Ittai Gradel alega que a administração central, nos meados do século III, não estaria de modo algum tão desinformada a ponto de não ter ciência de que os cristãos, ou ao menos alguns deles, corresponderiam ao único grupo social substancial que se oporia àquilo que o edito ordenava. Do que decorre que o estudioso “tome por óbvio” que o edito, de fato, era dirigido contra os cristãos, mesmo que os seguidores de Cristo não tivessem sido explicitamente citados na letra da lei⁸⁰. Me inclino fortemente a concordar com Gradel. Não obstante, penso que é necessário nuançar um pouco tal postura. Como sustenta Marie-Françoise Baslez, os cristãos não eram o foco direto, explícito, do edito⁸¹: afinal de contas, pretendia-se que a quase totalidade dos habitantes do Império executasse um mesmo ato ritual, fossem cristãos ou não. Mas, ao mesmo tempo, me pergunto se é prudente compreender a norma somente a partir daquilo que se encontra na letra da lei – que, aliás, nos escapa por completo, uma vez que o texto do edito nos é desconhecido. Com isso, quero explorar a possibilidade de que a intenção do legislador (Décio) não se restringisse àquilo que explicitamente teria constado na lei. O estabelecimento da *ortopraxia* em matéria religiosa se deparava, de antemão, com a potencial recusa por parte de uma parcela da população cristã, para quem a realização de cultos em honra a um único Deus situava-se como marcador identitário crucial⁸².

Autores como Simon Corcoran argumentam que a corte imperial talvez tivesse acalentado o objetivo de levar os cristãos à apostasia; mas o que realmente estava em jogo, diz ele, era induzir que todos os viviam no mundo romano sacrificassem aos deuses⁸³. Ora, a possibilidade de que todos – salvo os judeus – performassem um sacrifício envolvia dois aspectos básicos. Por um lado, os pagãos executariam algo que lhes era (a princípio) habitual, a fim de obedecer

à determinação do imperador. Por outro, cumprir com aquilo que Décio havia estabelecido faria com que os cristãos tivessem de promover algum tipo de acomodação em suas práticas e crenças (em particular, no caso daqueles que não concebiam senão a existência de um único Deus, sem margem para qualquer forma de sincretismo ou henoteísmo). Ou seja, a universalidade que se pretendia alcançar por meio do edito constituía um ataque, mesmo que velado, dirigido à religião cristã, pois o legislador estava ciente quanto aos potenciais obstáculos que a medida acarretaria para uma parcela específica da população imperial⁸⁴.

Portanto, a meu ver é válido afirmar que o edito de Décio mirava as comunidades cristãs, a despeito de desconhecermos o seu conteúdo. O fato de a medida promulgada pelo imperador (aparentemente) não incluir quaisquer referências explícitas ao cristianismo não invalida tal posição⁸⁵. Disso resultou que, ao se ordenar a participação em atos sacrificiais nos quais animais eram imolados em honra aos deuses, os habitantes do Império que professavam o(s) cristianismo(s) tiveram de, em muitos casos, declarar ou negar publicamente sua fé⁸⁶: isto é, revelar-se enquanto cristãos aos olhos de todos ou contradizer-se perante os demais membros das comunidades que partilhavam do credo cristão.

No entanto, cabe perguntar em que medida a *inovação* promovida por Décio – a perseguição aos cristãos como ação encampada pela corte imperial – correspondia a uma *resposta* diante das expectativas criadas em torno dos mil anos de Roma e da construção de uma “nova era”, as quais, entre 249 e 250, encontravam cada vez menos lastro na experiência concreta, em especial nas esferas política e militar.

Logo, é preciso que nos interroguemos sobre os fatores subjacentes aquele momento para iluminarmos os motivos que levaram Décio a investir contra os cristãos⁸⁷. O edito de Décio resultava da consolidação de um processo mediante o qual a “religião romana”

passou a ser compreendida como uma “religião de Estado”, isto é, como o elemento basilar a dar sustentação à ordem imperial e, ao mesmo tempo, como o principal atributo a ser defendido pelo *princeps*. Quanto a isso, a conclusão de Baslez merece ser ressaltada:

Pelas escolhas que fez em matéria de política religiosa e dinástica, se pode, sem dúvida, considerar Décio como um *tradicionalista inovador*, tão paradoxal quanto isso possa parecer. Tal como todos os imperadores promovidos por meio de um golpe de Estado, o objetivo dele é o de restaurar o poder de Roma e de inscrever a história dele na continuidade, porém ele procura fornecer fórmulas e práticas novas ao consenso necessário entre o imperador e seus súditos. No caso dele, essa *tendência era também reforçada pelo milenário de Roma* que se tinha acabado de celebrar: era preciso buscar no passado soluções aos problemas do tempo presente⁸⁸.

Em consonância com o que vimos anteriormente, Potter afirma que o edito visava estabelecer uma consistência ao se praticaram os cultos. Não se tratava de impor um sacrifício específico a alguma divindade em particular, menos ainda para alguma que integrasse o panteão romano. Exigia-se, pelo contrário, que todo indivíduo cumprisse com a mesma ação, independente do deus para o qual se dirigissem os sacrifícios. Ou seja, uma ortopraxia, conforme já apontado. Nesse caso, importava que todos os indivíduos externassem sua afinidade perante os seus deuses ancestrais, os quais haveriam de garantir a manutenção do Império. Daí que Décio provavelmente almejasse “(...) legitimar sua posição mediante um ato de devoção o mais público possível e, muito possivelmente, responder à inquietação corrente” provocada pelo milenário de fundação de Roma em 248⁸⁹.

Os anseios de Décio a fim de legitimar o seu poder traduziam-se na necessidade de diferenciar-se de seu antecessor⁹⁰. Isso envolvia

os significados socialmente atribuídos ao milésimo aniversário de Roma. Por isso, proponho que Décio seja pensado nos termos de um *rerum nouator*, um “inovador das coisas”⁹¹. Isto é, por mais que aceitemos a ótica de que se tratava de um imperador “tradicionalista”⁹², a imposição de uma obrigação ritual para todos os habitantes do Império estabelecia uma efetiva inovação, distinta das ações que caracterizavam as relações entre o governante imperial e toda a multiplicidade de rituais e cultos religiosos.

O que não significa dizer, porém, que antes de Décio o paganismo romano possa ser definido como tolerante, pura e simplesmente. A construção da hegemonia romana ao longo do Mediterrâneo envolveu o estímulo a alguns formas e práticas religiosas e, em igual medida, o desencorajamento a outras nos mais diferentes territórios que integravam a unidade política e territorial a qual damos o nome de “Império Romano”. Sacrifícios humanos foram, no geral, banidos, assim como desprezava-se a mutilação corporal, que também findou por ser proibida. Desconfiava-se de modelos de sacerdócio que escapassem em demasia das funções comuns às *ciuitates/poleis*, como se verifica na tentativa de se coibir o druidismo ao tempo de Cláudio, por exemplo⁹³.

Todavia, nunca houve algo semelhante a uma listagem oficial que determinasse quais seriam os cultos lícitos e ilícitos, tampouco uma supervisão centralizada dos atos rituais. O edito de Décio, logo, preconizava uma ação homogênea onde até então imperava a heterogeneidade e a fragmentação. Em teoria, a uniformidade resultante poderia reforçar as bases do poder exercido pelo imperador⁹⁴. Para tanto, Décio almejava obrigar todos os cidadãos romanos⁹⁵ a assumirem um papel ativo na execução dos *sacra publica* – dos cultos públicos da cidade de Roma – cuja responsabilidade recaía, antes do mais, sobre o próprio imperador, pontífice máximo que era. Portanto, a *Vrbs* se situava como o elemento central em meio a esse processo. Dessa maneira, penso que uma medida *excepcional*, como

o foram o edito e a perseguição aos cristãos em escala global, deve ser entendida como uma reação diante de um contexto igualmente *exceptional*, marcado pelas expectativas e inquietudes ainda associadas aos mil anos de Roma. Por isso, Décio ordenou uma demonstração universal de *consensus*: quase todos deveriam sacrificar aos deuses ancestrais pela segurança do Império, o que, por tabela, exprimiria a piedade unânime do imperador e de seus súditos perante as deidades⁹⁶, tendo em conta as incertezas ligadas a um novo *saeculum* que havia acabado de começar.

Em suma, dada a interconexão entre política e religião no mundo antigo, o edito de Décio ilustrava o rompimento com a “fórmula administrativa” que se via, por exemplo, na troca de missivas entre Plínio, o Jovem, e Trajano: se não havia rebeliões ou outras formas de convulsão social, não haveria razão para perseguições⁹⁷. Trocando em miúdos, naquele cenário os cristãos foram vistos como um obstáculo para a consecução de uma “nova era” a ser inaugurada coletivamente por Décio e todos os seus concidadãos mediante a prática ritual.

TREBONIANO GALO E VOLUSIANO: NOVA ERA... E NOVA PESTE

Com a morte de Décio no começo de junho de 251, a construção de uma “nova era” tornou-se algo com o qual o sucessor dele, Treboniano Galo, teve de se deparar. De imediato, ressalto que a casa da moeda de Roma não produziu os tipos monetários SAECVLVM NOVVM para Treboniano Galo e seu filho, Volusiano. Sendo assim, tal como no caso relativo a Herênia Etruscila e Hostiliano, foi somente em Antioquia que esses tipos foram emitidos para ambos, a partir de duas séries monetárias.

Considerando-se que esses tipos identificam Volusiano como *Augusto*, podemos concluir que datam, no mínimo, de momento

posterior ao mês de agosto de 251, quando o filho de Treboniano Galo foi agraciado com aquele título (e Hostiliano já havia provavelmente falecido)⁹⁸. Mais importante ainda, os *Augustos* Treboniano Galo e Volusiano foram diretamente associados ao discurso da “nova era” por meio do numário, algo que não ocorreu com Décio e Herênio Etrusco, por exemplo:



Figura 11. Antoniniano, Antioquia de Orontes © American Numismatic Society, Mantis Database. Disponível em: <http://numismatics.org/collection/1944.100.27068>. Referência: RIC 4.3. (Trebonianus Gallus) no. 90.



Figura 12. Antoniniano, Antioquia de Orontes – With permission of wildwinds.com (Hauck and Aufhäuser auction 19, Lot 355, March 2006). Disponível em: https://www.wildwinds.com/coins/ric/volusian/RIC_0235_1dot.jpg. Referência: RIC 4.3. (Volusian) no. 235.

Na Figura 11, vemos no anverso o busto de Treboniano Galo voltado à direita, drapeado e couraçado. A coroa radiada típica dos antoninianos também pode ser encontrada. A legenda, bastante abreviada, traz a titulatura completa do imperador: IMP[ERATOR] C[AESAR] C[AIVS] VIB[IVS] TREB[ONIANVS] GALLVS P[IVS] F[ELIX] AVG[VSTVS] (“*Imperator César Caio Víbio Treboniano Galo Pio Afortunado Augusto*”). Já no caso de Volusiano, praticamente os mesmos elementos podem ser observados no anverso da Figura 12. Na inscrição a acompanhar a efigie dele, também se encontra uma titulatura muito abreviada, na qual se lê IMP[ERATOR] C[AESAR] V[IBIVS] AF[INIVS] GAL[LVS] VEND[VMNIANVS] VOLVSIANO AVG[VSTVS] (“*Imperator César Víbio Afínio Galo Vendumniano Volusiano Augusto*”), com o cognome dele estranhamente grafado no caso gramatical dativo (*Volusiano*) e não no nominativo (*Volusianus*), como era mais do que praxe nos anversos. Não foram incluídos, porém, os epítetos *Pius* e *Felix*⁹⁹.

Por seu turno, os reversos que se veem em ambas as Figuras exprimem o tom monocórdico presente na iconografia dos tipos monetários lançados em nome de Filipe, Otacília Severa, Filipe II, Herênia Etruscila e Hostiliano. Quer dizer, os reversos são dominados pela representação do Templo de Vênus e Roma, em formato hexastilo, com a provável imagem de *dea Roma* introduzida entre as colunas. Portanto, de Filipe a Treboniano Galo, as moedas do tipo SAECVLVM NOVVM não apresentaram variação quanto às imagens estampadas em seus reversos. Notam-se alterações meramente secundárias. Nos exemplos trazidos por meio das Figuras 11 e 12, a marca de controle da oficina que bateu os discos metálicos para Treboniano Galo e Volusiano é a mesma, identificada por um ponto (·). Significa dizer que a oficina 1 da casa da moeda de Antioquia foi a responsável por confeccionar ambas as moedas. A única diferença

reside na inserção do ponto no campo monetário: no caso da Figura 11, a marca de controle localiza-se no exergo do reverso, ao passo que na Figura 12 podemos observá-la no exergo do averso¹⁰⁰.

O foco de minha análise, contudo, se volta para o fato de se ter mantido a produção desses tipos monetários em Antioquia. De acordo com Michel Christol, as “especulações seculares”, refletidas mediante a expressão *saeculum nouum*, encontraram terreno mais fértil no Oriente do Império Romano do que nas províncias ocidentais¹⁰¹. Entretanto, não se deve exagerar as eventuais diferenças entre as partes “ocidental” e “oriental” nesse caso. Como é sabido, a casa da moeda de Roma deixou de bater os tipos SAEVLVM NOVVM, ao passo que o mesmo não ocorreu em Antioquia. Todavia, isso não basta para atestar que as especulações milenaristas perderam espaço em Roma e nas regiões ocidentais a partir da morte de Filipe, como se consistisse em algo mais especificamente “oriental” (ou, quiçá, “síriaco”) do que “romano”.

Vale registrar que Antioquia era um dos centros urbanos fundados no começo da época helenística, com vistas a assegurar a presença “grega” em pontos focais do norte síriaco, que consistia na área que mais despertava a atenção dos selêucidas. Porém, se assemelhava mais a um núcleo mercantil, a concentrar a produção das regiões circunvizinhas, no qual a população de origem macedônica se agrupava. Foi somente a partir da dominação romana, na passagem da República para o Principado, que Antioquia passou a adquirir efetivamente feições monumentais, em meio a um processo em que os governantes romanos estimularam a sedentarização sistemática de locais previamente urbanizados e situados em pontos estratégicos no interior de várias províncias¹⁰², bem como a fundação de novas cidades¹⁰³.

Entretanto, ainda que não haja vestígios arqueológicos que atestem cabalmente a presença humana em Antioquia no momento ante-

rior à sua fundação, não é prudente considerá-la como distintamente “macedônica” ou “romana”, como se estivesse apartada do espaço geográfico e social dentro do qual desenvolveu-se. A cidade integrava-se ao *continuum* cultural comum à planície da qual fazia parte, guardando relação com a tradição urbana do Oriente Próximo que remontava há milênios¹⁰⁴. Nesse caso, me parece infrutífero tentar determinar um elemento propriamente “oriental” (ou, pelo contrário, “romano”) no que se referia à Antioquia e ao discurso de secularidade.

Seja como for, na seção anterior desse capítulo argumentei que o abandono da legenda SAECVLVM NOVVM nas moedas cunhadas em Roma era fruto de um programa político-cultural mediante o qual Décio procurava diferenciar-se de seu antecessor, Filipe. Mas a casa da moeda de Roma não voltou a bater os tipos SAECVLVM NOVVM, nem mesmo depois da morte de Décio. A meu ver, no que se refere especificamente ao caso de Roma, Treboniano Galo manteve o curso definido ao tempo de Décio. Afinal de contas, a legitimidade do efêmero colegiado imperial formado por Treboniano Galo, Hostiliano e Volusiano no verão de 251 se assentava sobre a fusão entre as famílias de Treboniano Galo e de Décio. Tendo em mente que o governo de Décio contava com o apoio do Senado romano, soa compreensível que, em um primeiro momento, Treboniano Galo não tivesse se afastado das ações adotadas por seu antecessor imediato¹⁰⁵.

Todavia, apesar das ressalvas, retomo novamente o diálogo com Christol. O autor aventava a hipótese de que, embora o tema do *saeculum nouum* não tivesse sido mais diretamente explorado nas moedas confeccionadas em Roma, as referências à eternidade do Império (ou seja, a essa dimensão incomensurável do tempo) configuravam um dos principais elementos vinculados à noção de “nova era”. Cabe lembrar que o milésimo aniversário da cidade expressava a perenidade de Roma e, por tabela, de seu império. Nesses termos, durante o

governo de Treboniano Galo e Volusiano, a casa da moeda de Roma remeteu-se à temática da “nova era” de forma indireta, por intermédio da menção à “eternidade dos imperadores”¹⁰⁶. Daí que tenhamos moedas de diferentes denominações batidas entre os anos de 251 e 253, em especial para Treboniano Galo, cujos reversos enalteciam a AETERNITAS AVGG (isto é, “a eternidade dos Augustos”), como se vê no exemplo a seguir:



Figura 13. Antoniniano, Roma © American Numismatic Society, Mantis Database. Disponível em: <http://numismatics.org/collection/1944.100.27012>. Referência: RIC 4.3. (Trebonianus Gallus) no. 30¹⁰⁷.

Portanto, a perspectiva de uma “nova era” manteve-se obliquamente presente no numário produzido em Roma para Treboniano Galo. O anverso que se vê na Figura 13 não difere daquilo que se encontra na Figura 11 (embora haja diferenças do ponto de vista estilístico, pois que o molde empregado para a moeda reproduzida na Figura 13 expressa com maior nitidez o busto de Treboniano Galo, portando barba inclusive). O reverso observado na Figura 13 ostenta uma imagem da deusa *Aeternitas* – ou seja, uma personificação da “eternidade” –, que se posiciona em pé e voltada à esquerda, segurando com a mão direita uma fênix sobre um globo. Françoise

Lecocq se interroga quanto à utilização da ave mitológica, símbolo da eternidade do poder, por parte de imperadores como Treboniano Galo, cujo governo teve curta duração e se viu às voltas com guerras civis. A autora levanta a possibilidade de que esse tipo monetário explorava ou ilustrava a crença corrente sobre o retorno da própria fênix, como acalentada por certos grupos sociais, populares ou mesmo intelectualizados¹⁰⁸.

A despeito disso, concebo a questão em termos dinásticos, nos moldes dos usos do discurso de secularidade já enfatizados quando do governo de Filipe. Ainda que a moeda tivesse sido emitida para Treboniano Galo, a inscrição no reverso dizia respeito à eternidade de Roma a ser assegurada pelos *Augustos*, como se ambos os imperadores (pai e filho) canalizassem as benesses que a deidade (a *Aeternitas*) haveria de conceder a todos os cidadãos romanos. Nesse sentido, a presença da fênix aludia à ideia de que o exercício do *imperium* por um jovem como Volusiano consistia na maneira mais adequada de se assegurar não meramente a transmissão do poder, mas inclusive a sua regeneração¹⁰⁹. Em síntese, os aspectos dinásticos se sobressaem¹¹⁰.

No entanto, as realidades da vida cotidiana em uma cidade como Roma se mostrariam mais amargas e confrontavam-se com as expectativas de *renovatio* veiculadas a partir do discurso numismático. O período em que Treboniano Galo governou o Império foi em grande medida caracterizado por uma pandemia que atingiu diferentes regiões, comumente designada como “praga (ou peste) de Cipriano”. Aliás, o cenário pandêmico provocado pela Covid-19 e que não deixamos totalmente de vivenciar ainda nesse segundo semestre de 2022, momento em que finalizo a redação desse livro, ajuda a lançar alguma luz sobre o passado: seja qual for o nível de mortandade decorrente do agente patológico que causou a pandemia nos territórios imperiais quando da época de Treboniano Galo¹¹¹, é de se pressupor que os *principes* tenham canalizado os seus esforços para,

ao menos, mitigar o problema, como Aurélio Vítor destacaria mais de um século depois¹¹².

Quer dizer, a “praga de Cipriano”, na medida em que era compreendida pelos pagãos como manifestação de um desarranjo na relação entre a esfera divina e a humana, faria da restauração da *pax deorum* uma demanda incontornável. É possível que Treboniano Galo e seu filho tenham partilhado da perspectiva universalizante que fundamentou o edito promulgado por Décio. Ou seja, os ritos religiosos tradicionais haveriam de ser performados por todo o corpo cívico. Uma dificuldade que se coloca para o estudioso moderno reside no fato de as poucas evidências literárias acerca dos anos 251-253 se voltarem basicamente para a pandemia, o que limita – e condiciona – a problematização que podemos estabelecer¹¹³.

Ao que parece, em fins do ano de 250 o edito de Décio já havia se tornado letra morta. Todavia, não desapareceu do horizonte a possibilidade de os cidadãos romanos se verem às voltas com algo similar. Baslez afirma que, no contexto da “praga de Cipriano” em 252, uma consulta ao Oráculo de Apolo fez com que Treboniano Galo reiterasse a obrigação de que todos os cidadãos teriam de sacrificar aos deuses, o que, por tabela, produziu um novo período de perseguição às comunidades cristãs. Nesse ensejo, o bispo de Roma, Cornélio, foi preso junto com outros clérigos, ação possivelmente estimulada pela existência de uma “facção anticristã” no interior da cidade. Mas, no fim das contas, Cornélio foi apenas forçado a abandonar Roma, refugiando-se em Civitavecchia (*Centumcellae*), localidade a poucos quilômetros de distância¹¹⁴.

Diante disso, no contexto mais específico da cidade de Roma, a mensagem da “nova era” não encontrava eco em meio a um ambiente marcado pela crise sanitária. Logo, moedas do tipo SAEVLVM NOVVM não poderiam ser emitidas na *Vrbs*. A corte imperial tinha

de estimular a divulgação de outras ideias, uma vez que uma “nova era” não poderia estar conectada à mortandade que se abatia sobre a população local. Daí a ênfase na associação entre os imperadores e o deus *Apolo Salutaris* (o “Apolo que cura”) em moedas batidas em todo o tipo de metal disponível por parte da casa da moeda da cidade. Impossível não supor que a presença da imagem dessa divindade, retomada também em cunhagens feitas em nome de Emiliano (253) e Valeriano, guardasse relação direta com os ciclos pandêmicos que atingiram diversas partes do Império Romano na década de 250¹¹⁵.

Por conseguinte, a permanência da inscrição SAECVLVM NOVVM em moedas batidas em Antioquia revela-se importante para os meus propósitos¹¹⁶. Independente do componente “oriental” que Christol acredita identificar, é preciso atentar para elementos contingentes à Síria romana no período. Claro está, não é possível asseverar em que medida a área teria sido mais ou menos afetada pela “praga de Cipriano”. Mas dados arqueológicos parecem apontar para um quadro de razoável prosperidade econômica, em particular no norte da Síria, incluindo o maciço calcário para além das montanhas a leste de Antioquia e que constituía parte do território (*hinterland*) antioqueno – em que pesasse a destruição ali provocada pelas incursões militares lideradas por Sapor I no decorrer dos anos 250-260, o que afetou várias cidades (caso da própria Antioquia em 253¹¹⁷). Richard Duncan-Jones compilou indicadores a respeito da ocupação do solo rural e da respectiva quantia de unidades domésticas, sobretudo de localidades no norte siríaco, que permitem verificar um aumento gradual do número de sítios ocupados ao longo do período imperial tardio (isto é, do século III ao VI), ainda que não seja possível estabelecer um recorte mais preciso quanto aos meados do século III em si¹¹⁸.

Nesse cenário, talvez regiões como a Síria e, em particular, Antioquia, tenham sido menos atingidas pela pandemia, ao menos durante a primeira metade do governo de Treboniano Galo (ao contrário de Roma, onde o quadro já se mostrava crítico desde o segundo semestre de 251, como ilustrado pela morte de Hostiliano, provavelmente vitimado pela doença em julho/agosto daquele ano). Não haveria, se tal for o caso, uma crise sanitária a tornar inócua a promessa por uma “nova era”, o que ajuda a esclarecer por que os tipos monetários SAEVLVM NOVVM continuaram a ser produzidos em Antioquia e a circular regionalmente¹¹⁹.

No entanto, o *Décimo Terceiro Oráculo Sibilino*, em grande parte compilado por volta do ano de 253, veiculava uma apreciação negativa acerca de Treboniano Galo e Volusiano. Ao que parece, o responsável pelo texto vivia justamente na Síria, embora existam algumas passagens que sugerem uma autoria não-síriaca – sem contar a inserção de 19 versos (dentre os 173 que o compõem) que remetem a Odenato de Palmira, o que faz com que a parcela final do *Décimo Terceiro Oráculo Sibilino* tenha sido concluída no decorrer da década de 260¹²⁰. Se tratava, pois, de obra voltada para questões relacionadas às áreas orientais do Império Romano, em particular a Síria, refletindo assim a maneira como certos grupos sociais siríaco-romanos, dotados de bom nível de letramento, enxergavam os imperadores dos anos 240 e 250¹²¹.

Exemplo de literatura oracular, redigida em versos gregos hexâmetros, os *Oráculos Sibilinos* flertavam com o gênero apocalíptico, muito embora não pertencessem a ele. A despeito desse traço mais formal, o aspecto mais relevante diz respeito ao fato de conterem profecias *ex euentu*: isto é, textos como o *Décimo Terceiro Oráculo Sibilino* continham alusões veladas ou traziam metáforas acerca de eventos e personalidades como se os oráculos fossem mais ou menos

coetâneos ou antecessores aos acontecimentos, quando, na verdade, lhes eram posteriores¹²². É o que se vê no trecho a seguir:

Mas quando outro rei governa Roma
então também as nações em agitação virão contra os
romanos;
um Ares destrutivo, com um filho bastardo, contra as
muralhas de Roma.
Então de fato haverá fome, pestilência e raios ferozes,
e guerras terríveis e revoltas de cidades,
repentinamente. Os sírios perecerão assustadoramente.
Pois a grande ira do Altíssimo cairá sobre eles.
Imediatamente haverá uma insurreição dos engenhosos
persas
Os sírios, misturados aos persas, arrasarão os romanos
mas por um plano divinamente decretado não [os]
conquistarão, todavia¹²³.

O “outro rei” a governar Roma referia-se ao sucessor de Décio, ou seja, Treboniano Galo, na sequência rotulado como um “Ares destrutivo”, a levar os romanos à ruína. Volusiano foi erroneamente descrito como um “filho bastardo”, o que ilustra a maneira como a boataria poderia fornecer informações e alimentar as impressões que os cidadãos espalhados pelo Império Romano nutriam sobre os seus governantes¹²⁴. Essa valoração depreciativa se explica pelo fato de o poder central romano não ter conseguido repelir os ataques persas na Síria durante os últimos meses do governo de Treboniano Galo: donde o “vaticínio” de que a cólera divina se abateria sobre os sírios, na forma de uma nova investida por parte dos persas¹²⁵.

Logo, o *Décimo Terceiro Oráculo Sibilino* evidencia como a experiência mais especificamente “local” de uma região como a Síria poderia acalantar a produção de sentidos que se chocavam com as expectativas positivas que as moedas imperiais promoviam por meio

da noção de uma “nova era” que se inauguraria a partir dos mil anos de Roma em 248¹²⁶. Principal centro urbano das áreas mais orientais e terceira maior cidade do Império, Antioquia foi capturada pelos sassânidas em 253, em meio a um processo em que Mariades, membro do conselho (*boulé*) da cidade, proclamou-se imperador e tempos depois teria desertado e passado para o lado persa, contribuindo para a posterior tomada da localidade por parte de Sapor I¹²⁷. É por isso que o foco da narrativa oracular recaía sobre o problema militar representado pelos persas; ao contrário do que defende Harper, as referências à “fome e pestilência” não podem ser lidas como expressão concreta de que a “praga de Cipriano” havia eclodido entre os habitantes da Síria romana, mas antes integravam os modos de discurso comuns a textos como o *Décimo Terceiro Oráculo Sibilino*¹²⁸, que carregavam nas tintas no que concernia a um governante como Treboniano Galo.

Mas, se a hostilidade que o autor (ou autores) do *Décimo Terceiro Oráculo Sibilino* destinava a Treboniano Galo pode ser lida como fruto das adversidades enfrentadas pela população nas províncias síriacas, as ações militares empreendidas pelo imperador devem ser compreendidas levando-se em conta um quadro mais amplo. O acordo com o rei dos godos, Cniva, em meio ao contexto que marcou a aclamação de Treboniano Galo como sucessor de Décio, haveria de garantir um estado de “relativa tranquilidade” com relação ao Baixo Danúbio, permitindo a Treboniano Galo concentrar-se nos preparativos para uma campanha militar de fôlego contra os persas¹²⁹. No entanto, Cniva não respondia por todas as tribos góticas. Em 253, grupos de guerreiros vindos da borda meridional do Mar Negro promoveram incursões nas Mélias, demonstrando que o *foedus* estabelecido com Cniva em junho de 251 disponha de um alcance limitado.

Dessa forma, a vitória dos persas sobre os romanos em 252/253 em batalha ocorrida nos arredores de Barbalisso (lugar próximo ao rio Eufrates, no norte da Síria) não pode ser atribuída a uma falta de preparo por parte das autoridades imperiais romanas. Por exemplo, a inscrição na *Ka'ba-ye Zardošt* (ŠKZ) que enaltecia as ações de Sapor I, sobretudo no campo militar, salientava que as baixas do lado romano teriam alcançado a cifra de 60 mil homens¹³⁰. Exageros à parte, a informação permite concluir que havia uma presença maciça de forças militares romanas na região do Médio Eufrates, de modo que o agrupamento desse contingente se dava em razão da ameaça persa. Grozdanova propõe que os tipos monetários com a legenda ADVENTVS em seus reversos, batidos em nome de Volusiano em Antioquia, podem ser interpretados como vestígios da presença do filho de Treboniano Galo na Síria, a fim de, justamente, tomar parte na organização da defesa das fronteiras orientais¹³¹.

Por seu turno, a permanência de Treboniano Galo em Roma durante praticamente todo o período em que governou deve ser entendida à luz da pandemia que atingiu a cidade: era mais do que necessário que uma figura imperial se mantivesse ali, pois que Roma, *sacra Vrbs*, ainda era encarada como parte essencial para a preservação dos ritmos da vida cotidiana no interior do Império¹³². Quanto às fronteiras danubianas, para além do tratado estabelecido com Cniva, Emílio Emiliano foi enviado para aquela área a fim de representar o poder central¹³³. Nesse sentido, a despeito das dificuldades que o estado atual da documentação nos impõe, o governo de Treboniano Galo pode ser pensado como paradigmático no que concerne à crise que o modelo imperial romano, como forjado ao tempo do principado de Augusto, enfrentou durante os meados do século III. Como destaca Carrié,

Enquanto as crises sociais na maioria das vezes têm uma origem econômica, podemos nos perguntar se o que estava em jogo no século III não era, antes de mais nada, uma crise política e institucional, haja vista que ainda existia o problema da legitimação do poder. Na medida em que o modo de designação do imperador não era definido por nenhuma regra de tipo constitucional, a legitimidade do poder era uma noção inevitavelmente frágil¹³⁴.

Em meio a essa “crise política e institucional”, imperadores como Treboniano Galo se viam diante da delicada tarefa de solucionar problemas de natureza distinta (quais sejam, os cuidados com o centro do mundo romano, diretamente afetado pela “praga de Cipriano”, somados aos avanços dos persas e dos godos nas fronteiras orientais e danubianas do território imperial). Diante de um tal cenário, a permanência do discurso de secularidade nas moedas cunhadas em Antioquia compunha um quadro em que Treboniano Galo e Volusiano ansiavam por transmitir uma imagem de uma “transição sólida” de poder e de um “governo estável”, tanto a Oriente quanto a Ocidente do Império¹³⁵.

Todavia, atingir tamanho equilíbrio era desafio para lá de espinhoso. A permanência de Treboniano Galo em Roma, a (suposta) ida de Volusiano à Síria e o envio de Emílio Emiliano para as Mésias com poderes extraordinários assinalavam como a proximidade com o detentor do poder imperial se tornou uma necessidade premente aos olhos dos habitantes do Império, quer residissem eles nas províncias ou na *Vrbs*. Davenport avalia que os problemas políticos se tornaram “endêmicos” no decorrer do século III, na medida em que os exércitos provinciais passaram, com frequência cada vez maior, a proclamar como imperadores os governadores de província ou os legados que comandavam as legiões, pautados na perspectiva de que

tais personagens seriam capazes de fornecer a liderança desejada, ao contrário de imperadores que se encontravam em Roma, a milhares de quilômetros de distância¹³⁶.

Não obstante, agravava-se assim a crise institucional. A proclamação de Emílio Emiliano como imperador em junho de 253 assinalava uma situação que viria a ser tornar recorrente nas décadas posteriores¹³⁷. Quer dizer, os exércitos e as populações provinciais, em especial nas fronteiras do Danúbio, aclamavam por conta própria determinadas lideranças político-militares com quem mantinham contato direto, na esperança de que suas demandas mais imediatas (como a proteção diante das incursões de povos externos) pudessem ser contempladas¹³⁸. Sendo assim, tanto a ascensão ao poder quanto a eliminação de Treboniano Galo foram frutos desse mesmo processo. E sem ele e seu filho, as promessas por uma “nova era” desapareceram das moedas imperiais romanas.

À GUIA DE CONCLUSÃO: UM FEIXE DE SIGNIFICADOS

Os tipos monetários SAECVLVM NOVVM devem, por fim, ser pensados tendo em mente um contexto numismático mais amplo. Por exemplo, 27% e 30% do total de moedas cunhadas para Filipe e Filipe II, respectivamente, eram do tipo AEQVITAS, sendo que, para os imperadores que governaram entre Severo Alexandre e Caro (282-283) (incluindo os “imperadores gálicos” Póstumo (260-269) e Leliano (269)), tal percentual não chegava a 20%, no melhor dos casos. Hekster e Manders interpretam esses percentuais mais elevados, no que tangia a Filipe e seu filho, como reflexo das celebrações do milésimo aniversário de Roma. A *aequitas*, embora possa ser entendida nos termos de “equidade” ou “justiça”, expressava mais ade-

quadramente a noção de “justa medida” ou “equilíbrio” entre os romanos. A eclosão de inúmeros conflitos militares, externos e internos, no decorrer do século III ajuda a esclarecer os motivos pelos quais a *aequitas* foi perdendo espaço como *slogan* a ser enfatizado nesses mecanismos de comunicação política entre as cortes imperiais e os diversos grupos sociais no interior do Império Romano¹³⁹.

Em outras palavras, a “nova era” veiculada por meio de moedas batidas durante o final do governo de Filipe se inscrevia, ao mesmo tempo, sob o discurso da harmonia, da estabilidade de um Império fundado no passado e a perdurar no futuro graças aos governantes do presente, tal como indiquei no Capítulo 2. Por outro lado, o fato de a legenda SAEVLVM NOVVM não ter sido empregada em nome de Décio pode ser explicada na medida em que os “temas ‘religiosos’” (*‘religiöse’ Motive*) ocuparam espaço menor dentre os elementos explorados nas moedas imperiais emitidas para ele¹⁴⁰.

No entanto, houve a retomada dos tipos SAEVLVM NOVVM ao tempo de Treboniano Galo e de Volusiano. A *pietas* figurava em mais de 30% dos reversos lançados para ambos. Se trata de uma cifra superior na ordem de, no mínimo, três vezes se comparada com todos os soberanos que governaram entre 235 e 284 (salvo Gordiano I, cujo governo limitou-se a míseras três semanas entre março e abril de 238). Para Hekster e Manders, o peso concedido à *pietas* nas cunhagens produzidas para Treboniano Galo e Volusiano deve ser visto como uma reação ao edito de Décio. Algo semelhante pode ser dito no que tangia aos tipos monetários SAEVLVM NOVVM batidos para os sucessores imediatos de Décio¹⁴¹. Nesse caso, pode-se aventar a possibilidade de que Treboniano Galo compreendia a medida jurídica de Décio como uma inovação que se chocava com os *mores*. Seria ele, e não Décio, o imperador que dava sinais de uma efetiva devoção, *pietas*, perante os deuses e as tradições *milenaes* da cidade.

Mas hoje, quase 1800 anos depois, a “nova era” associada a Treboniano Galo e Volusiano nas moedas cunhadas em Antioquia soa como uma predição. Mas não no sentido que as cortes imperiais ansiavam por disseminar. A morte de ambos no ano de 253 preconizava que um novo processo estava em curso, pelo qual o modelo de *princeps* estabelecido sob Otávio/Augusto se deparava com os seus limites. A multiplicidade e simultaneidade dos conflitos militares nos meados do século III tornavam inviável que o imperador governasse a partir da cidade de Roma, cuja *eternidade*, porém, haveriam de garantir e proclamar. No século seguinte, a “nova Roma” fundada por Constantino sobre o solo de Bizâncio exprimia a consolidação do processo de enfraquecimento político da cidade de Roma, o qual guardava íntima relação com a crise do sistema do Principado e com as mudanças decorrentes no “modelo imperial romano” em relação as quais o período entre 249 e 253 pode ser tomado como um marco inicial.

NOTAS DO CAPÍTULO

- ¹ No exato momento em que escrevi essas linhas, os dados estatísticos apresentados no *site* Worldometer apresentavam a assombrosa cifra de quase 6 milhões de óbitos decorrentes da Covid-19 por todo o planeta (5.908.832 mortes, para ser preciso). Para tanto, ver WORLDOMETER. Disponível em: <https://www.worldometers.info/coronavirus/>. Acesso em: 21 fev. 2022.
- ² “Para o historiador”, afirma Elias Saliba, “o humor não é definido só em termos de piadas, mas, sim, como um mecanismo de enfrentamento psicológico. O humor, ainda que assuma muitas formas diferentes, não pode ser reduzido a uma única regra ou fórmula. (...) Neste sentido, o humor é um processo, não uma visão ou um comportamento”. Ver SALIBA, Elias T. História cultural do humor: balanço provisório e perspectivas de pesquisas. *Revista de História (São Paulo)*, São Paulo, n. 176, a01017, p. 9, 2017.
- ³ Ver Capítulo 1, seção 1.3.
- ⁴ KÖRNER, Christian. Rebellions during the reign of Philip the Arab (244-249 A.D.): Iotapianus, Pacatianus, Silbannacus, and Sponsianus. In: *De imperatoribus romanis*. An online encyclopedia of Roman emperors. 1999. Disponível em: <http://www.roman-emperors.org/philrab.htm#N_45_>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- ⁵ *Ibid.*
- ⁶ *Ibid.* Syvånne aventava a hipótese de que Silbanaco e Esponsiano tomaram o poder simultaneamente nos princípios de 244, mais ou menos de forma concomitante com a aclamação de Filipe na Mesopotâmia (ver também a Introdução, notas 26 e 27). Silbanaco teria sido aclamado por tropas romanas lideradas por ele e que venceram os alamanos no Reno, o que teria, inclusive, feito com que o Senado o reconhecesse como imperador. Algo similar teria ocorrido com Esponsiano na fronteira danubiana, proclamado imperador pelos militares lá estacionados. A emergência desses concorrentes ao *imperium* seria a razão que motivou Filipe a estabelecer um acordo pouco vantajoso com os persas depois da Batalha de Misiche, a fim de que ele pudesse partir o quanto antes rumo às províncias ocidentais para eliminar os seus adversários e consolidar a sua posição. Ainda que eu entenda que a proposta de Syvånne tem de ser levada em conta, ela depende de uma grande dose de imaginação criativa a fim de ligar todas as pontas soltas decorrentes da fragilidade das evidências disponíveis. Ver SYVÄNNE, Ilkka. *Gordian III and Philip the Arab*. The Roman Empire at a crossroads. Barnsley; Philadelphia: Pen & Sword Military, 2021 [E-book].
- ⁷ Ainda que a casa da moeda de Viminácio tivesse produzido apenas asses de bronze provinciais até o momento da ascensão de Pacaciano, o estilo dos antoninianos batidos para ele denota que os moedeiros locais dispunham de boas habilidades. Todavia, a cunhagem de Pacaciano consistiu, em grande medida, de antoninianos lançados para imperadores anteriores, os quais foram retirados de circulação e reemitidos em nome do oficial proclamado pelas legiões no Danúbio. Para tanto, ver SELLARS, Ian. *The monetary system of the Romans*. A description of the Roman coinage from early times to the reform of Anastasius. [S.l.]: [s.n.], 2013 [E-book], p. 277.
- ⁸ *Ibid.* Porém, não excluiu a possibilidade de que os moedeiros em Viminácio não estivessem muito familiarizados com o imperador recém-proclamado, representando a efigie dele, em alguns casos, com ares mais joviais.
- ⁹ Há alterações pontuais, como o cetro no lugar da lança e a presença ocasional de um altar

à esquerda da divindade. Para tanto, ver os antoninianos catalogados em RIC 4.3 (Philip I) nos. 44, 45, 65, 85 e 106 (batidos em nome de Filipe); RIC 4.3 (Philip I) no. 140 (para Otacília Severa); e, finalmente, RIC 4.3 (Philip I) nos. 243 e 251 (emitidos para Filipe II).

¹⁰ De fato, esse conjunto iconográfico remontava ao tempo de Adriano, tendo sido explorado em moedas cunhadas por quase todos os governantes que lhe sucederam, até a época de Constante (340-350).

¹¹ RIC 4.3 (Pacatianus) no. 6.

¹² Me inspiro aqui na análise que Olivier Hekster efetua a respeito do governo de Helio-gábal e da forma como algumas cidades localizadas nas províncias orientais do Império bateram moedas locais contendo a imagem da pedra negra cônica, símbolo do deus Elagabal, mais ou menos em simultâneo às cunhagens imperiais produzidas na cidade de Roma que também traziam a pedra negra em seus reversos. Ver HEKSTER, Olivier. Religion and tradition in the Roman Empire: faces of power and anchoring change. *Journal of Ancient Civilizations*, Changchun, v. 32, n. 1, p. 22, 2017. Como avalia Potter, Filipe soube habilmente transformar as comemorações dos mil anos da cidade de Roma em acontecimento que ressoou nos quatro cantos do território imperial. Ver POTTER, David. *Disruption*. Why things change. Oxford: OUP, 2021, p. 25. Adversários de Filipe, Pacaciano e Décio não poderiam ignorar tal fato.

¹³ O que reforça também a perspectiva de que as moedas configuravam “monumentos em miniatura”, como destacado no capítulo anterior (ver seção 2.3.). Era materialmente impossível que um governante como Pacaciano, cuja autoridade restringia-se a uma fração do território imperial, conseguisse celebrar a “nova era” por intermédio da construção de um edifício amplo ou mesmo da organização de jogos, que servissem para exaltá-lo e rememorar-lo como o efetivo fundador do *saeculum nouum*. A rapidez e a facilidade de se cunhar moedas, pelo contrário, permitiam que Pacaciano disseminasse tal mensagem acerca de si mesmo. Não por acaso, mesmo imperadores que governaram por curtos intervalos de tempo emitiram moeda, a despeito de quaisquer considerações de natureza puramente fiscal. Me baseio aqui em CHEUNG, Ada. The political significance of Roman Imperial coin types. *Schweizer Münzblätter*, Zurich, v. 48-49, n. 191, p. 57, 1998-1999.

¹⁴ GRANT, Michael. *Roman anniversary issues*. An exploratory study of the numismatic and medallion commemoration of anniversary years 49 B.C. – A.D. 375. Cambridge: Cambridge University Press, 1950, p. 11.

¹⁵ BRENT, Allen. *Cyprian and Roman Carthage*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 160.

¹⁶ BLAND, Roger. The gold coinage of Philip I and family. *Revue Numismatique*⁶, Paris, v. 171, p. 102; 111, 2014.

¹⁷ *Ibid.*, p. 102. De acordo com Christol, o aumento quantitativo das moedas batidas em Antioquia a partir do governo de Filipe também era reflexo da atenção cada vez maior que regiões como a Armênia, a Mesopotâmia e o norte de Síria demandavam por parte do imperador em função da ameaça persa (algo que o acordo de paz firmado pelo próprio Filipe quando de sua ascensão ao poder não pôde servir para mitigar). Para tanto, ver CHRISTOL, Michel. A propos de la politique extérieure de Trébonien Galle. *Revue Numismatique*⁶, Paris, v. 22, p. 67, 1980.



¹⁸ VERVAET, Frederik J. The reappearance of the supra-provincial commands in the late second and early third centuries C.E.: constitutional and historical considerations. In: HEKSTER, Olivier; DE KLEIJN, Gerda; SLOOTJES, Daniëlle (eds.). *Crises and the Roman empire*. Proceedings of the Seventh Workshop of the International Network Impact of Empire (Nijmegen, June 20-24, 2006). Leiden; Boston: Brill, 2007, p. 136.

¹⁹ Márcio Otacílio Severiano. Provavelmente a família de Otacília Severa, de origem romano-arábica, havia prestado serviços à dinastia dos Severos, donde a obtenção do cognome *Seuerus*. As circunstâncias para tanto são, contudo, desconhecidas. Sobre Severiano, consultar KÖRNER, Christian. *Philippus Arabs*. Ein Soldatenkaiser in der Tradition des antoninisch-severischen Prinzipats. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 2002, p. 63.

²⁰ BRIZZUOLI, Giovanni. Ancora sul Illyricani e ‘Soldatenkaiser’. *Qualche ulteriore proposta per una messa a fuoco del problema*. In: URSO, Gianpaolo (a cura di). *Dall’Adriatico al Danubio*. L’Illirico nell’età greca e romana. Pisa: Edizioni ETS, 2004, p. 325; 327. A frase de Zósimo se encontra na *História nova*, 1.21.2.

²¹ ZÓSIMO, *História nova*, 1.21.2.

²² Refiro-me ao ritual comum à cultura política romana pelo qual determinadas lideranças recusavam poderes e honrarias político-religiosas como forma de construírem, na esfera pública, uma ideia de moderação, de autocontrole e, logo, de que não se deixavam seduzir pelo poder. A *recusatio* envolvia gestos e práticas que conotariam o apego de um indivíduo aos *mores maiorum*, em conformidade com o modelo de governante ideal apreçoado pela camada senatorial. Ver, dentre os estudos mais recentes, FREUDENBURG, Kirk. *Recusatio as political theater: Horace’s letter to Augustus*. *The Journal of Roman Studies*, London, v. 104, p. 111-112, 2014.

²³ MILLAR, Fergus. Emperors, frontiers, and foreign relations, 31 B.C. to A.D. 378. In: MILLAR, Fergus. *Rome, the Greek world, and the East*. Chapel Hill; London: The University of North Carolina Press, vol. 2, 2004 [1982], p. 178.

²⁴ *Ibid.*, p. 179.

²⁵ Expediente do qual o próprio Filipe possivelmente já havia lançado mão, conforme a hipótese formulada por Grozdanova (ver Capítulo 2, seção 2.2.).

²⁶ Para tanto, consultar BUTCHER, Kevin E. T. Imagined emperors: personalities and failure in the third century. *Journal of Roman Archaeology*, Ann Arbor, v. 9, p. 517, 1996.

²⁷ NATHAN, Geoffrey; McMAHON, Robin. Trajan Decius (249–251 A.D.) and usurpers during his reign. In: *De imperatoribus romanis*. An online encyclopedia of Roman emperors. 2002. Disponível em: <<http://www.roman-emperors.org/decius.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

²⁸ Essa conexão “etrusca” que se nota entre imperadores sucessivos durante o período de crise política no século III – Pupieno e, sobretudo, Décio, Treboniano Galo, Valeriano e Galieno – revela, a meu ver, que existia ainda um grupo de senadores em condições de interferir decisivamente nos rumos do poder imperial. Somente a partir do final da década de 260, com Cláudio II (268-270), Aureliano e Probo (276-282) é que o acesso ao *imperium* passou a concentrar-se nas mãos de lideranças cuja ascensão social se devia quase que exclusivamente ao serviço no exército imperial. Para tanto, ver ANTIQUEIRA, Moisés; SILVA, Gilvan V. An unpromising dynastic succession in the third century: Hostilian and Volusian as *PRIN-*

CIPIS IVVENTVTIS on Roman imperial coinage (AD 251). *Classica et Christiana, Iași, v. 17, n. 1, p. 21-22, 2022.*

²⁹ Isso também se verificaria no modo como Décio, a partir de setembro de 249, rapidamente implementou novas medidas políticas e jurídicas. Ou seja, se tratava de um golpe contra Filipe cuja articulação se deu de forma gradativa. Ver CASEY, James D. Ill gotten gains: the mysterious rise and fall of Philip the Arab. *The Celator*, Lancaster, PA, v. 9, n. 2, p. 36, 1995.

³⁰ Algumas cidades na Cilícia, por exemplo, haviam reconhecido Décio como imperador antes mesmo do falecimento de Filipe em setembro de 249, como aponta BRENT, 2010, p. 177. Porém, não se tratava de algo incomum, em particular em contextos de guerra civil.

³¹ GROZDANOVA, Lily. *The Roman emperors against the Goths of Cniva: political mythology, historical documents, and retrievable reality*. Sofia: ProVias, 2019, p. 172-173.

³² Na *História nova* de Zósimo, Filipe é retratado como um homem vil e traiçoeiro, que encabeçou um complô a fim eliminar Gordiano III em Misiche e sucedê-lo como imperador. Ver ZÓSIMO, *História nova*, 1.19.1. Incapaz de governar o Império e lidar com as aclamações de Marino (Pacaciano) e de Jotapiano (que Zósimo denomina “Papiano”), Filipe teria até mesmo proposto ao Senado que lhe retirassem do poder (ZÓSIMO, *História nova*, 1.21.1). A tibieza de caráter de Filipe contrasta com as virtudes de Décio, “homem de nascimento e posição ilustres”, a quem coube punir Pacaciano e que viria a ser proclamado imperador pelos soldados na Panônia, pelo bem do Império (ZÓSIMO, *História nova*, 1.21.2-3). Já na *História eclesiástica* de Eusebio de Cesareia, nos deparamos com o oposto. Afirmando que havia uma tradição que fazia de Filipe um cristão, penitente inclusive (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História eclesiástica*, 6.34), o bispo cesarense sustenta que, “por ódio a Filipe, [Décio] suscitou uma perseguição contra as igrejas” (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História eclesiástica*, 6.39.1). Nesses termos, de Décio não restava senão a perversidade (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História eclesiástica*, 7.21.12).

³³ GONZÁLEZ FERNANDEZ, Rafael; SANCHO GÓMEZ, Miguel P. Pautas para el estudio de la relación emperadores - Senado (197-251). *Antigüedad y cristianismo*, Murcia, n. 23, p. 74, 2006. Paul Petit também reitera essa ótica que fazia de Filipe e Décio governantes antagônicos, sobremaneira em matéria de religião. Ver PETIT, Paul. *Histoire générale de l'Empire romain*. Paris: Éditions du Seuil, vol. 2 (La crise de l'Empire (des derniers Antonins à Diocletien)), 1974, p. 172; 243.

³⁴ Tal como conclui Körner, não há testemunho algum, contemporâneo ao governo de Filipe, que comprove uma eventual filiação dele ao cristianismo. Pelo contrário, as evidências numismáticas e epigráficas reiteram a busca dele por se conectar com as tradições do paganismo romano: recordemos, por exemplo, que as festividades do milenário de Roma foram acompanhadas por rituais religiosos ou que o pai dele havia sido deificado. Em resumo, a ideia de que Filipe era um cristão não passa de uma “lenda” (*Legende*). Ver KÖRNER, 2002, p. 273.

³⁵ Vale destacar que, quer Filipe tolerasse ou não a religião cristã, a cidade de Alexandria foi palco de violentos ataques contra os cristãos nos últimos meses do governo dele. Ainda que se possa considerar que esse episódio não guardava relação alguma com eventuais políticas favorecidas por Filipe, resta o fato de que a corte imperial não interveio de modo algum na questão. Além disso, o martírio de Babilas, bispo de Antioquia, que Eusébio de Cesareia reportou como se resultasse da perseguição ao tempo de Décio (ver EUSÉBIO DE CESAREIA, *História eclesiástica*, 6.39.4), ocorreu na realidade ainda durante o governo de Filipe.



Sobre isso, ver BASLEZ, Marie-Françoise. *Les persécutions dans l'Antiquité*. Victimes, héros, martyrs. Paris: Fayard, 2007, p. 319.

³⁶ Para não mencionar o fato de que o Ilírico já consistia havia décadas na principal região a fornecer novos soldados ao exército imperial. Para esse processo em que as forças militares no Danúbio se transformaram em instrumento indispensável para o exercício do poder imperial, ver BRIZZI, 2004, p. 326.

³⁷ Cf. RIC 4.3 (Trajan Decius) nos. 67, 199 e 205.

³⁸ Havia uma grande variedade de moedas locais, “cívicas”, cunhadas sobretudo nas *poleis* espalhadas pelas províncias orientais do Império. No caso, refiro-me especificamente às peças batidas sob a autoridade direta do imperador (muito embora, é preciso reconhecer, nem sempre seja simples estabelecer a distinção entre “moeda imperial” e “moeda provincial ou local”).

³⁹ Ver Capítulo 2, seção 2.3., sobre a cunhagem de moedas imperiais em Antioquia no período anterior ao governo de Gordiano III.

⁴⁰ VAN HEESCH, Johan. Mints and the Roman army from Augustus to Diocletian. In: FREEMAN, Philip et al (eds.). *Limes XVIII*. Proceedings of the XVIIIth International Congress of Roman Frontier Studies held in Amman, Jordan (September 2000). Oxford: BAR International Series, vol. 1, 2002, p. 37. Ver também CHRISTOL, 1980, p. 70. Apesar disso, tetradracmas ainda eram cunhados para Décio, Treboniano Galo e seus respectivos familiares em Antioquia. Tanto os antoninianos quanto os tetradracmas eram batidos pelas mesmas oficinas, em um total de sete, que integravam a casa da moeda localizada na cidade. Ver METCALF, William E. The Antiochene hoard of antoniniani and the eastern coinage of Trebonianus Gallus and Volusian. *Museum Notes (American Numismatic Society)*, New York, v. 22, p. 79, 1977. Jane Sancinoto estima que os soldados estacionados na Síria, ao tempo de Décio, continuaram a ser remunerados com os tetradracmas emitidos em Antioquia. Ao contrário de outras províncias que já haviam descontinuado a cunhagem de peças locais, o tetradracma se manteve enraizado como unidade de prata corrente na Síria. Era, assim, mais conveniente pagar as tropas com a moeda mais utilizada na região – para não mencionar o fato de que o antoniniano valia somente metade de um tetradracma, de modo que tinha de ser produzido em uma escala duas vezes maior. Para tanto, ver SANCINOTO, Jane. The Antiochene coinage of Trajan Decius (249–251 CE). *American Journal of Numismatics*², New York, v. 29, p. 135-136, 2017.

⁴¹ BUTCHER, Kevin E. T. *Coinage in Roman Syria: 64 BC - AD 253*. 608 f. Thesis (Ph.D in Archaeology) – Institute of Archaeology, University College London, London, 1991, vol. 1, p. 328-329.

⁴² VAN HEESCH, op. cit., p. 37.

⁴³ Essa série referente a soberanos tidos por exemplares nos permite perceber como “listas canônicas” de bons imperadores romanos, tão comum e mesmo naturalizada nos dias de hoje, já era fruto de elaboração e ressignificação no decorrer da Antiguidade romana. No caso de Décio, embora ele tenha adotado o nome de “Trajano” em sua nomenclatura, não houve uma tentativa de vincular a família dele com qualquer dinastia precedente. É bem verdade que o *nomen Traianus* fornecia a Décio uma conexão com um passado tido por glorioso, o que contribuía para legitimar a posição dele. Não obstante, as moedas cunhadas para esse grupo de “bons imperadores” do passado faziam com que a busca por legitimação, por parte de Décio, não se restringisse a um antecessor em particular (como era o caso de

Trajano), mas antes abrangesse a veneração a esses governantes divinizados em um sentido coletivo. Para tanto, ver DMITRIEV, Sviatoslav. “Good emperors” and emperors of the third century. *Hermes*, Stuttgart, v. 132, n. 2, p. 220-221, 2004.

⁴⁴ MANDERS, Erika. *Coining images of power*. Patterns in the representation of Roman emperors on imperial coinage, A.D. 193-284. Leiden; Boston: Brill, 2012, p. 65.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 68.

⁴⁶ RIC 4.3 (Trajan Decius) no. 50. Ver também RIC 4.3 (Trajan Decius) no. 115 (denominação não identificada, mas batida em Roma entre 249-251, com a inscrição FELICITAS SAECVLI S C no reverso).

⁴⁷ ALVAREZ, Diego A. Las acuñaciones de la ceca de Antioquia bajo los reinados de Decio Trajano y su familia y de Treboniano Galo y Volusiano (249-253 d.C.). *OMNI. Revista Numismática*, n. 8, p. 204, 2014.

⁴⁸ No caso de Herênia Etruscila, ver RIC 4.3 (Trajan Decius) no. 67B (marca de controle “..” no exergo do anverso, remetendo à oficina 2) e RIC 4.3 (Trajan Decius) no. 67C (marca de controle “IIV” no exergo do anverso, em referência à oficina 7). Quanto às moedas de Hostiliano, ver RIC 4.3 (Trajan Decius) no. 199A (marca de controle “.”, oficina 1); RIC 4.3 (Trajan Decius) nos. 199B e 199D (marca de controle “...”, oficina 4); RIC 4.3 (Trajan Decius) no. 199C (marca de controle “IV” (numeral invertido), oficina 6). Por fim, ainda a respeito de Hostiliano, ver RIC 4.3 (Trajan Decius) no. 205B (marca de controle “...”, oficina 3).

⁴⁹ ALVAREZ, op. cit., p. 208.

⁵⁰ Cf. RIC 4.3. (Trajan Decius) no. 205.

⁵¹ HUTTNER, Ulrich. Von Maximinus Thrax bis Aemilianus. In: JOHNE, Klaus-Peter (Hrsg.). *Die Zeit der Soldatenkaiser*. Krise und Transformation des römischen Reiches im 3. Jahrhundert n. Chr. (235-284). Berlin: Walter de Gruyter, 2008, p. 212.

⁵² Em estudo recém-publicado, Gilvan Ventura da Silva e eu ressaltamos que, em junho de 251, estabeleceu-se uma solução de compromisso na qual as famílias de Treboniano Galo e de Décio fundiram-se em uma única dinastia, mediante a manutenção do *César* Hostiliano como imperador, a quem foi concedido o título de *Augusto*, colocando-o (em teoria, ao menos) em pé de igualdade com Treboniano Galo. Quer dizer, “Compartilhar o poder com Hostiliano significava que [Treboniano] Galo e Volusiano vinculavam-se aos Décios, de modo que a família de Décio se manteve no poder ainda que os soldados no Danúbio tivessem escolhido alguém de fora da família dele a fim de sucedê-lo”. Para tanto, ver ANTIQUEIRA; SILVA, op. cit., p. 18, *tradução minha*.

⁵³ MARTIN, Jean-Pierre. Les *AVGVSTAE* du III^e siècle (238-275). Leur rôle d’après leur monnayage. In: CHAMPEAUX, Jacqueline; CHASSIGNET, Martine (dir.). *AÈRE PERENNIVS*. Hommage à Hubert Zehnacker. Paris: PUPS, 2006, p. 274.

⁵⁴ SELLARS, op. cit., p. 287.

⁵⁵ As moedas lançadas no começo do governo de Treboniano Galo apresentam algumas dificuldades. À guisa de ilustração, há sestércios (RIC 4.3 (Trebonianus Gallus) no. 118) e asses (RIC 4.3 (Trebonianus Gallus) no. 119) em nome de Treboniano Galo nos quais se lê a legenda PRINCIPI IVVENTVTIS (“ao príncipe da juventude”) nos reversos. No entanto, tratava-se de um erro cometido pelos moedeiros em Roma, que inadvertidamente

empregaram cunhos dos reversos utilizados para o então *César* Hostiliano (ou seja, do período anterior à ascensão de Treboniano Galo ao poder imperial) a fim de bater moeda para o próprio Treboniano Galo. Quanto a isso, ver HORSTER, Marietta. The emperor's family on coins (third century): ideology of stability in times of unrest. In: HEKSTER, Olivier; DE KLEIJN, Gerda; SLOOTJES, Danielle. *Crises and the Roman empire*. Proceedings of the Seventh Workshop of the International Network Impact of Empire (Nijmegen, June 20-24, 2006). Leiden; Boston: Brill, 2007, p. 304.

⁵⁶ CHRISTOL, Michel. La storia dell'impero romano nel III secolo: il noto e l'ignoto. *Studi Storici*, Roma, v. 48, n. 4, p. 909, 2007, tradução minha.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 908-909.

⁵⁸ Como escreve Brent, "(...) a legitimação política para cada líder de uma facção em conflito com outra repousava sobre um argumento que se apropriava dessa narrativa escatológica [ie., acerca da realização de uma "nova era"]: cada rival a clamar por ela justificava sua própria posição dentro de tal quadro de referência." Ver BRENT, 2010, p. 158, tradução minha.

⁵⁹ O que não quer dizer que eu endosse a tradicional perspectiva que situa Filipe e Décio como figura antitéticas, como argumentei no Capítulo 3, seção 3.1.

⁶⁰ A inauguração de um novo *saeculum* foi disputada por aqueles que se insurgiram contra Filipe, o que incluía, pois, Décio. Ver ANDO, Clifford. *Imperial ideology and provincial loyalty in the Roman Empire*. Berkeley; Los Angeles, London: University of California Press, 2000, p. 206.

⁶¹ Edward Watts assevera que a "retórica do declínio", que teria perdido força na vida política romana durante a era dos Antoninos e dos Severos, voltou a ser invocada com intensidade nos meados do século III. A rápida sucessão entre vários imperadores após o ano de 235 fazia com que um novo soberano descreditasse o seu antecessor; para tanto, os governos dos predecessores imediatos eram tidos como expressão de declínio, ao que se seguiria uma era de renovada prosperidade sob a autoridade do novo imperador. Para Watts, Décio levou tal perspectiva até as últimas consequências: diante de conjuntura política marcada por tentativas malsucedidas de construção de dinastias longevas depois da morte de Severo Alexandre, Décio teria se posicionado como o "restaurador das tradicionais virtudes romanas", capaz de superar a situação declinante que vigoraria desde o final da dinastia severiana. Ver WATTS, Edward J. *The eternal decline and fall of Rome*. The history of a dangerous idea. Oxford: OUP, 2021, p. 53-54. Embora eu esteja de acordo com Watts, a análise dele ignora o elemento crucial em meio àquele contexto, qual seja, o milenário da cidade de Roma. Décio tinha de responder às mesmas expectativas escatológicas com as quais Filipe teve de lidar.

⁶² BRENT, 2010, p. 157-158.

⁶³ Ver também acima, nota 43.

⁶⁴ BRENT, 2010, p. 172. Semelhante argumento se lê em ANDO, Clifford. *Imperial Rome AD 193 to 284*. The critical century. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2012, p. 134.

⁶⁵ Carlos Crespo Pérez efetua uma análise de conjunto a respeito do governo de Décio, na qual ele afirma que foi realizada uma série de "reformas" que teve por mote "aspectos de renovação que Décio considerou necessário exaltar para lograr um *saeculum novum*". Embora o autor exagere no que se refere ao caráter "reformista" de algumas medidas que se observam no numário batido sob Décio (a cunhagem de peças dinásticas e a atenção dada à família imperial, que ele mesmo reconhece como "elusivas", coisa alguma tinham de inovadoras), a

leitura de que as ações encabeçadas por Décio estavam orientadas pela intenção de se estabelecer uma “nova era” demandam atenção. Para tanto, consultar CRESPO PÉREZ, Carlos. La propaganda imperial en la numismática del emperador Decio. In: BRAVO, Gonzalo; GONZÁLEZ SALINERO, Raul (eds.). *Propaganda y persuasión en el mundo romano*. Madrid; Salamanca: Signifier Libros, 2011, p. 497; 500; 513. Além disso, em estudo anterior desenvolvi de forma tímida essa argumentação, reconhecendo à época que faltava maior aprofundamento a fim de sustentá-la. No presente livro, penso que a abordagem conjuntural fornece a ferramenta heurística que havia escapado de meu olhar anos atrás. Para o trabalho de minha autoria ora assinalado, consultar ANTIQUEIRA, Moisés. Do milenário da fundação de Roma à perseguição de Décio contra os cristãos: a “crise” como chave de leitura. In: SILVA, Semíramis C.; CAMPOS, Carlos E. da C. (orgs.). *Corrupção, crimes e crises na Antiguidade*. São João de Meriti: Desalinho, 2018, p. 217-231.

⁶⁶ No entanto, James Rives defende que não há a menor evidência de que o interesse pelo milenário de Roma ainda reverberasse durante o governo de Décio. Inclusive, a ausência do tema *saeculum nouum* na cunhagem de Décio seria indício desse desinteresse. E, continua ele, mesmo que Décio tivesse considerado que o início de uma “nova era” demandasse algo maior do que os Jogos Seculares celebrados por seu antecessor (tal como envolver todos os habitantes do Império em um ritual religioso determinado), os mil anos de Roma teriam servido somente como um impulso primário, que teria se esvaecido e perdido toda a importância no decorrer do processo de implantação das medidas decretadas por Décio. Para tanto, ver RIVES, James B. The decree of Decius and the religion of Empire. *Journal of Roman Studies*, v. 89, p. 148, 1999.

⁶⁷ A bibliografia sobre isso é para lá de extensa. À guisa de síntese, consultar COOPER, Kate. Christianity, private power, and the law from Decius to Constantine: the minimalist view. *Journal of Early Christian Studies*, Baltimore, v. 19, n. 3, p. 338, 2011. Se tratava de uma ação que redundava na transferência das prerrogativas da cidade (*poleis, ciuitates*) para a administração imperial – o que fazia de Décio um precursor de Constantino. Ver ATHANASSIADI, Polymnia. *Vers la pensée unique*. La montée de l’intolérance dans l’Antiquité tardive. Paris: Les Belles Lettres, 2010, p. 56.

⁶⁸ GONZÁLEZ SALINERO, Raul. *Le persecuzione contro i cristiani nell’Impero romano*. [S.l.]: Graphe.it, 2009 (Kindle edition), tradução minha.

⁶⁹ Como diz Brent, não havia legislação “anticristã” progressiva para que pudéssemos discernir os fundamentos que moveram a ação de Décio. Ver BRENT, 2010, p. 188. Raciocínio similar se encontra em Robin Lane Fox, que postula que não havia um precedente para um edito universal a determinar que todos os indivíduos seguissem uma mesma linha de ação. No geral, os decretos imperiais apenas regulamentavam os direitos deste ou daquele grupo. Consultar LANE FOX, Robin. *Pagans and Christians*. New York: Alfred A. Knopf, 1989, p. 450-451. Apesar disso, a aplicação de uma medida em escala imperial pode ser pensada à luz das mudanças políticas que ocorreram no próprio século III. No entender de Potter, Décio promoveu um gesto religioso de grande amplitude inspirado, talvez, na *constitutio Antoniniana* (a saber, na concessão dos direitos de cidadania romana a quase todos os habitantes livres do Império, promulgada por Caracala em 212), medida jurídica que carregava elementos religiosos. Mas Potter comete um desliz, penso, ao classificar o ato de Caracala como “narcisístico”, interpretando-o como uma forma de mobilizar o mundo romano como um todo em um ato de “ação de graças” pelo bem-estar do imperador depois da eliminação

de Geta em dezembro de 211. Para tanto, consultar POTTER, 2021, p. 25.

⁷⁰ BRENT, Allen. *A political history of early Christianity*. London; New York: T&T Clark International, 2009, p. 259.

⁷¹ Para a hipótese de que os *libelli* haviam sido instituídos em momento posterior à promulgação do edito, visando especificamente os cristãos, ver LANE FOX, op. cit., p. 455-456. Cabe ressaltar também que a obrigação de se registrar por escrito e atestar a realização do ato sacrificial contribuía para alimentar a percepção de que a “conformidade” em termos religiosos deixava de ser um assunto local para transformar-se em um imperativo global (isto é, imperial). Sobre isso, ver COOPER, op. cit., p. 340.

⁷² P. Mich. III 158, como reproduzido na versão em língua inglesa por CORCORAN, Simon. From unholy madness to right-mindedness: or how to legislate for religious conformity from Decius to Justinian. In: PAPACONSTANTINOU, Arietta; MCLYNN, Neil; SCHWARTZ, Daniel J. (eds.). *Conversion in Late Antiquity: Christianity, Islam, and beyond*. Oxford: Routledge, 2015, p. 70, tradução minha.

⁷³ RIVES, 1999, p. 141-142; 151. Do mesmo modo, ver também RIVES, James B. The persecution of Christians and ideas of community in the Roman Empire. In: CECCONI, Giovanni A.; GABRIELLI, Chantal (eds.). *Politiche religiose nel mondo antico e tardoantico*. Bari: Edipuglia, 2011, p. 211.

⁷⁴ Para além dos estudos de autoria de Rives mencionados na nota anterior, ver também COOPER, op. cit., p. 340; LEVIEELS, Xavier. *Contra Christianos*. La critique sociale et religieuse du christianisme des origenes au concile de Nicée (45-325). Berlin; New York: Walter de Gruyter, 2007, p. 235; BARZANÒ, Alberto. *Il cristianesimo nell'Impero romano da Tiberio a Costantino*. Torino: Lindau, 2013 (Kindle Edition); FRIEND, William H. C. Persecutions: genesis and legacy. In: MITCHELL, Margaret M.; YOUNG, Francis M. (eds.) *The Cambridge history of Christianity*. Cambridge: University Press, vol. 1, 2006, p. 513.

⁷⁵ ATHANASSIADI, op. cit., p. 48-49. O argumento também foi formulado por RIVES, 1999, p. 153. Como aclara Rüpke, os deuses escapavam a qualquer tipo de controle ou sanção. Dito de outra forma, era impossível eliminar uma divindade por meio de uma ação qualquer, fosse política ou militar. Igualmente, não se podia extinguir o sentimento de que os deuses integravam a vida em sociedade. Logo, restava somente a possibilidade de se proibir ou tolerar práticas, objetos e atividades culturais. Quanto a isso, consultar RÜPKE, Jörg. *From Jupiter to Christ*. On the history of religion in the Roman imperial period. Oxford: OUP, 2014, p. 196.

⁷⁶ ULLUCCI, Daniel C. *The Christian rejection of animal sacrifice*. Oxford: OUP, 2012, p. 59-60.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 60.

⁷⁸ Dito de outro modo, a *religio* romana estava assentada sobre a ótica de que os deuses faziam parte da ordem social, o que se materializava por meio da execução dos rituais preconizados como adequados para tanto. Por isso, expressava uma realidade social de extrema relevância para a estabilidade da comunidade. Tal definição pode ser vista em RÜPKE, op. cit., p. 188.

⁷⁹ Me pauto aqui em PHILLIPS, Gervase. Deviance, persecution and the Roman creation of Christianity. *Journal of Historical Sociology*, Alberta, v. 29, n. 2, p. 257-258, 2016.

⁸⁰ GRADEL, Ittai. *Emperor worship and Roman religion*. Oxford: Clarendon Press, 2002, p. 368. Ideia semelhante se vê também em CORCORAN, op. cit., p. 71.

⁸¹ BASLEZ, op. cit., p. 297.

⁸² Os romanos *Christiani* que se viram em dificuldades de obedecer às ordens do imperador reagiram por meio do apego à diferença que cultivavam, exacerbando as características e comportamentos que os distinguiam em relação aos outros habitantes do Império e, portanto, reafirmando uma identidade em oposição aos demais. Nesse caso, o edito de Décio contribuiu para criar “o cristão” enquanto “categoria desviante”. Para tanto, ver PHILLIPS, op. cit., p. 264-265.

⁸³ CORCORAN, op. cit., p. 71.

⁸⁴ Questões do presente me inspiram a problematizar processos relativos ao passado. No caso, me atento à República francesa no século XXI. O “universalismo republicano” adotado na França teria por finalidade assegurar e preservar a neutralidade religiosa nos espaços públicos, expressão do princípio jurídico da “laicidade” (*Laïcité*) entre os franceses. Uma das leis nesse sentido passou a vigorar a partir de 15 de março de 2004, estabelecendo a proibição do uso de símbolos religiosos ostensivos ou demasiado visíveis nas escolas públicas. Por trás dessa aparente profissão de neutralidade confessional por parte do Estado, o que temos é uma medida que incidia diretamente sobre as comunidades muçulmanas francesas (em grande parte compostas, não custa lembrar, por imigrantes ou por filhos e netos de imigrantes), pois que, a fim de cumprir com a lei, meninas e mulheres muçulmanas que usassem o *hijab* ou a *burca* teriam de deixar de fazê-lo no interior do ambiente escolar. Alunos e professores cristãos que portassem uma correntinha com uma cruz não seriam, pelo contrário, impedidos de usá-las. As intenções subjacentes à lei de 2004 foram escancaradas em 2011: em 11 de outubro desse ano, mais uma lei foi promulgada, a proibir “o uso de roupas que escondiam o rosto em público”. Para tanto, consultar BERTOUT, Emmanuelle. Liberdade religiosa sob ataque na França. In: *Café História*. Tradução de Bruno L. P. de Carvalho. Original em: *The Loop*. Publicado em 14 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/liberdade-religiosa-sob-ataque-na-franca/>>. Acesso em: 08 mai. 2022. Interpreto as intenções subjacentes ao edito de Décio nos mesmos moldes do que se observa em relação a essa lei francesa de março de 2004: ou seja, há um grupo social e/ou religioso que se visava em particular, mesmo que o conteúdo da medida não o explicitasse.

⁸⁵ Todavia, não posso deixar de registrar o alerta feito por Hartmut Leppin, ao afirmar que, “mesmo que a perseguição dos cristãos que resultou do edito de Décio tenha sido intencional, uma coisa é clara: Décio não adotou medidas para eliminar o cristianismo. Ele apenas desejava que os cristãos oferecessem sacrifícios. Ele não destruiu edifícios cristãos, não aprisionou clérigos sistematicamente, e não queimou as escrituras deles – ordenamentos que foram tomados posteriormente por outros governantes”. Ver LEPPIN, Hartmut. *Christianity and the discovery of religious freedom. Rechtsgeschichte/Legal History*, Hamburg, v. 22, p. 66-67, 2014, tradução minha.

⁸⁶ BASLEZ, op. cit., p. 297.

⁸⁷ Kyle Harper aventa a hipótese de que a chamada “praga de Cipriano” (ver a seção 3.3 na sequência do capítulo) pode ser tomada como “um ímpeto ao menos parcial” para a imposição de sacrifícios a serem levados a cabo por quase todos os que vissem no Império Romano. Sustenta ele que a taxa de letalidade resultante do surto pandêmico, mesmo que

não tenha servido como o estopim para a decisão adotada por Décio, teve um peso no sentido de acalantar um clima geral de alarmismo que fomentou novas ordens para a realização de sacrifícios. Ver HARPER, Kyle. Another eyewitness to the plague described by Cyprian, with notes on the “Persecution of Decius”. *Journal of Roman Archaeology*, Ann Arbor, v. 29, p. 475, 2016. Penso que a pandemia, cujos efeitos são descritos por Cipriano de Cartago em alguns de seus escritos com nítido viés apocalíptico (como o *Sobre a mortalidade* e *A Demetriano*), conferia imediatéz, ou aguçava um senso de urgência, no que concernia às expectativas escatológicas atribuídas ao milenário de Roma. Mas não se trata de algo que motivou a promulgação do edito por parte de Décio, mesmo porque não há indício algum entre as fontes antigas de que a pestilência tenha afetado o Império Romano antes do segundo semestre do ano de 251, como demonstra HUEBNER, Sabine R. The “Plague of Cyprian”: a revised view of the origin and spread of a 3rd-c. CE pandemic. *Journal of Roman Archaeology*, Ann Arbor, v. 34, n. 1, p. 1-24, 2021.

⁸⁸ BASLEZ, op. cit., p. 306, tradução e grifos meus.

⁸⁹ POTTER, David S. *The Roman Empire at bay AD 180-395*. London; New York: Routledge, 2004, p. 243, tradução minha.

⁹⁰ A imagem de um “Filipe cristão” não passa de uma construção literária divulgada por Eusébio de Cesareia em sua *História Eclesiástica*, que provavelmente dava vazão a uma tradição oral – melhor seria dizer, quem sabe, uma “boataria”. A autoridade do bispo cesarense enquanto referência acerca da história da Igreja se imporia sobre autores cristãos posteriores, caso de Orósio, por exemplo, que fez do imperador um adepto do cristianismo, sem ressalvas (ver ORÓSIO, *Histórias contra os pagãos*, 7.20.1-3). Rotular Filipe como o “primeiro imperador cristão” engrandecia a história da religião que se tornaria oficial no interior do Império Romano a partir de fins do século seguinte. Além disso, as ações políticas capitaneadas por Filipe não possuíam coisa alguma de “cristãs”, conforme já demonstrado (ver também a nota 35 acima). A tolerância exibida diante do cristianismo não fazia dele, nem de longe, um *Christianus*. Um bom panorama sobre o tema se encontra em ARGÜELLES SANTOVEÑA, Álvaro. *Filipo el Árabe y el cristianismo*. 75 f. Dissertação (Máster del Mediterráneo al Atlántico) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Cantabria, Santander, 2013, p. 64-65.

⁹¹ Me inspiro aqui na expressão *nouator turbatorque rerum* (“inovador e perturbador das coisas”), derivada de Amiano Marcelino e utilizada por Maria Luiza Corassin ao descrever Constantino. Ver CORASSIN, Maria L. Constantino e o Império Cristão. *Revista de História (USP)*, São Paulo, v. 52, n. 104, 1975, p. 742.

⁹² Hans Pohlsander fala sobre a existência de um “conservadorismo religioso”, por meio do qual imperadores do século III como Décio conferiam um peso renovado aos deuses e instituições tradicionais em lugar de formular soluções “radicalmente novas” aos problemas com os quais se defrontavam. Ver POHLSANDER, Hans A. The religious policy of Decius. In: TEMPORINI, Hildegard (ed.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Berlin; New York: Walter de Gruyter, Band II.16.3, 1986, p. 1827. Compreendo tal processo de maneira diferente. O “tradicionalismo” de Décio envolveu uma boa dose de radicalização e de inovação que não se encaixava comodamente às práticas e modos de representação comuns ao modelo imperial romano que se constituiu a partir de Augusto. Para tanto, ver ANTIQUEIRA; SILVA, op. cit., p. 24.

⁹³ WOOLF, Greg. Divinity and power in ancient Rome. In: BRISCH, Nicole (ed.). *Reli-*

gion and power. Divine kingship in the ancient world and beyond. Chicago: University of Chicago Press, 2008, p. 248.

⁹⁴ O que não significa dizer que houvesse uma “política religiosa” planejada e amplamente articulada com vistas à legitimação de Décio e de seu governo. Para tanto, ver MANDERS, Erika. Communicating messages through coins: a new approach to the emperor Decius. *Jaarboek voor Munt- en Penningkunde*, Amsterdam, n. 98, p. 22, 2011.

⁹⁵ POTTER, 2004, p. 243. Consultar também BASLEZ, op. cit., p. 299-301, que afirma que a *constitutio Antoniniana* promoveu uma “deslocalização” dos cultos cívicos romanos, uma vez que era absolutamente impraticável a participação de todos os “cidadãos de Roma”, que passaram então a equivaler a praticamente todos os homens livres que habitavam o Império, nos espaços de culto existentes no interior da própria *Vrbs*. Por fim, ver RÜPKE, op. cit., p. 203 (tradução minha), que destaca que “os cultos locais e a autoridade central foram integrados em um enquadramento central” somente a partir do decreto de Décio, o que fez com que veneração às divindades locais se tornasse alvo de regulação por parte da corte imperial.

⁹⁶ ANDO, op. cit., p. 206-207.

⁹⁷ Meu caro Plínio”, escreveu Trajano, “você agiu como deveria tê-lo feito, examinando as causas daqueles que lhe foram delatados como cristãos. *Não se pode ter uma regra geral e fixa a este respeito*. Não devem ser perseguidos, mas se forem denunciados e perseverarem, devem ser punidos”. Utilizo a tradução feita por Pedro Paulo Funari quanto à passagem das *Epístolas* plinianas (10.97) e que se encontra em VENTURINI, Renata L. B.; FRANÇA, Tiago. Testemunhos e documentos. In: VENTURINI, Renata L. B. (org.). *Antiguidade oriental e clássica: economia, sociedade e cultura*. Maringá: EdUEM, 2010, p. 130, grifos meus.

⁹⁸ Sobre isso, ver ANTIQUEIRA; SILVA, op. cit., p. 23.

⁹⁹ Em moedas batidas para Cômodo (180-192) no ano de 186, os adjetivos PIVS e FELIX foram alocados logo antes do título de AVGVSTVS nas legendas dos aversos, tornando-se, a partir de então, igualmente títulos ou, ao menos, uma espécie de qualificativo de *Augusto*. Nesse contexto, duas possibilidades se colocavam: talvez se tratasse apenas do uso de epítetos a fim de nomear o imperador ou então se buscava, de fato, adjetivar o título de *Augusto*, que à época já havia se transformado em um substantivo que designava o detentor do poder imperial. Sobre isso, ver HAMMOND, Mason. Imperial elements in the formula of the Roman emperors during the first two and a half centuries of the Empire. *Memoirs of the American Academy in Rome*, Ann Arbor, v. 25, p. 33; 48-49, 1957.

¹⁰⁰ Alguns tipos monetários SAECVLVM NOVVM cunhados para Volusiano apresentam outras variações. À guisa de ilustração, ver RIC 4.3. (Volusian) no. 222 (antoniniano), cujo reverso permite atestar que se tratava de peças produzidas pela oficina 4, como assinalado por quatro pontos (...) inseridos nos reversos. Além disso, tais antoninianos continham um erro de grafia, a saber, SAECVLLVM, grafado com um duplo “L”. Provavelmente a pouca familiaridade com o latim levava os moedeiros que atuavam em Antioquia a cometer erros dessa natureza, como apontei na seção anterior desse capítulo no que tangia aos tipos lançados em nome de Hostiliano.

¹⁰¹ As ideias seculares, diz Christol, se enraizaram “(...) principalmente no Oriente, em um contexto psicológico influenciado por especulações escatológicas”. Para tanto, ver CHRISTOL, Michel. L’image du phénix sur les revers monétaires au milieu du III^e siècle: une référence à la crise de l’Empire? *Revue Numismatique*⁶, Paris, v. 18, p. 86, 1976, tradução minha.

¹⁰² A cidade mantinha sob seu controle a planície do rio Orontes, os vilarejos montanhosos a leste, bem como dispunha de acesso ao mar a partir do porto de Selúcia Piéria.

¹⁰³ BOWERSOCK, Glen. Social and economic history of Syria under the Roman Empire. In: DENTZER, Jean-Marie; ORTHMANN, Winfried (éds.). *Archeologie et histoire de la Syrie II. La Syrie de l'époque achéménide à l'avènement de l'Islam*. Saarbrücken: Saarbrücker Druckerei und Verlag, 1989, p. 65.

¹⁰⁴ Para tanto, ver BALL, Warwick. *Rome in the east. The transformation of an empire*. London; New York: Routledge, 2002 [2000], p. 157.

¹⁰⁵ O que não exclui a possibilidade de os próprios moedeiros que atuavam na casa da moeda de Roma terem deixado de bater esses tipos monetários mais ou menos voluntariamente, dando sequência àquilo que já se observava quando do governo de Décio.

¹⁰⁶ CHRISTOL, 1976, p. 87.

¹⁰⁷ Cf. também RIC 4.3 (Trebonianus Gallus) nos. 17 (áureo) e 102 (sestércio). No caso de Volusiano, há áureos batidos em Roma cujos reversos contêm os mesmos elementos iconográficos (ver RIC 4.3 (Volusian) no. 154).

¹⁰⁸ LECOCQ, Françoise. L'empereur romain et le phénix. In: FABRIZIO-COSTA, Silvia (éd.). *Phénix: mythe(s) et signe(s)*. Berne: Peter Lang, 2002, p. 48.

¹⁰⁹ CHRISTOL, 1976, p. 87. Lembremos também que os relatos mitológicos a respeito da fênix apregoavam que a ave vivia, por coincidência, durante mil anos, para então renascer a partir de suas próprias cinzas. Sobre isso, consultar TURCAN, Robert. Le millénaire de Rome au Grand Cirque: un cas de condensé symbolique. *Journal des Savants*, Paris, n. 2, 2014, p. 157-158.

¹¹⁰ Ver Capítulo 2, nota 127, a respeito dos antoninianos batidos para Filipe que continham a legenda AETERNITAS AVGG em seus reversos.

¹¹¹ Sobre a “praga de Cipriano”, um recente estudo de síntese pode ser encontrado em HUEBNER, op. cit. A doença teria alcançado o território imperial romano por meio das incursões promovidas por povos advindos das estepas euroasiáticas em direção às províncias danubianas. As legiões romanas mobilizadas para repelir os invasores nos meados de 251 acabaram por espalhar o vírus causador do patógeno Império adentro, a partir de cidades portuárias como Roma/Óstia, Cartago, Atenas e Alexandria. Embora não seja possível determinar o nível de mortalidade provocado pelas recorrentes ondas da doença entre as décadas de 250 e 260, o fato de ter se espreado por toda a orla mediterrânica permite classificá-la como uma “pandemia”. Para tanto, ver HUEBNER, op. cit., p. 19-20.

¹¹² Diz Aurélio Vítor que Treboniano Galo e Volusiano permaneceram em Roma, pois que “(...) surgiu uma epidemia de peste; enquanto esta recrudescia de modo mais severo, morreu Hostiliano, ao passo que [Treboniano] Galo e Volusiano foram objeto de simpatia, visto que se ocupassem, com cuidado e atenção, das exéquias de cada um dos mais pobres” (AURÉLIO VÍTOR, *Histórias abreviadas*, 30.2-31.1). Quer dizer, é razoável supor que os governantes demonstrem minimamente empatia por conta do sofrimento experienciado pelos governados e adotem medidas que possam resolver ou aliviar os efeitos de uma crise pandêmica. Porém, a gestão da pandemia de Covid-19 por parte do governo federal no Brasil alerta para o fato de que nem sempre tal suposição pode ser tomada como válida. Promover a fome e a morte também pode consistir em um projeto político.

¹¹³ À guisa de ilustração, as cunhagens de moedas para Volusiano no Oriente superam, em quantidade e qualidade, as peças batidas em nome de Treboniano Galo em Roma. É de se pressupor que a pandemia que incidiu duramente sobre a cidade de Roma naquele contexto se fizesse sentir no tocante à fabricação de moedas. Porém, nos escapa por completo a possibilidade de identificar qual o peso mais efetivo dessa crise sanitária sobre o funcionamento da casa da moeda de Roma.

¹¹⁴ BASLEZ, op. cit., p. 319-320. Quer dizer, a doença que se abatia sobre Roma ajuda a esclarecer o retorno de Treboniano Galo às práticas religiosas de Décio. De fato, há indícios de uma retomada da perseguição aos cristãos sob Treboniano Galo em algumas cartas de Cipriano de Cartago redigidas em 252: à guisa de ilustração, na *Epístola* 57.1 (tradução Donna), dirigida a Cornélio, bispo de Roma durante boa parte do governo de Treboniano Galo, fala-se que “o dia de outra perseguição começou”. Já na *Epístola* 59.6, tendo o mesmo Cornélio por destinatário, alude-se a Treboniano Galo como “adversário de Cristo e o inimigo pessoal da Igreja Dele”, que ao perseguir Cornélio agia de maneira ainda mais atroz do que havia feito Décio. Mas, ao que parece, não se tratava de um processo dotado do mesmo nível de organização e tampouco do alcance vistos sob Décio pouco tempo antes. Para tanto, ver GROZDANOVA, Lily. Trebonianus Gallus and Volusianus (AD 251–253). Ruling the empire in between the west and the east. *Ancient West & East*, Leuven, v. 13, p. 121, 2014.

¹¹⁵ MANDERS, 2012, p. 132. Consultar também HEURGON, Jacques. Traditions etrusco-italiques dans le monnayage de Trébonien Galle. *Studi Etruschi*, Firenze, v. 24, p. 99, 1955-1956. É preciso destacar que as moedas com a legenda APOLL SALVTARI foram batidas apenas em Roma, em nome de Treboniano Galo (RIC 4.3 (Trebonianus Gallus) nos. 5, 19, 32, 103 e 104) e de Volusiano (RIC 4.3 (Volusian) nos. 188 e 247). Posteriormente, foi cunhado um tipo monetário contendo a efigie de Valeriano no anverso (RIC 5.1 (Valerian I) no. 76). Quanto a Emiliano (RIC 4.3 (Aemilian) no. 27), não é possível determinar em que local a peça foi cunhada.

¹¹⁶ Igualmente, não podemos nos esquecer das alterações operadas no âmbito da própria casa da moeda de Antioquia, a qual, a partir do governo de Treboniano Galo, passou a focar-se na produção de moedas imperiais. Até aquele momento, dispunha apenas de um papel secundário, de modo que, entre Gordiano III e Treboniano Galo, a região da Síria era em larga medida abastecida por Roma (no que dizia respeito às moedas imperiais, fique bem entendido). Conforme já indicado, a partir da ascensão de Valeriano e Galieno em setembro/outubro de 253, a emissão de tetradracmas locais foi praticamente encerrada, cedendo passo aos antoninianos que, batidos em grande escala, abundavam em meio às moedas de prata que circulavam por toda a Síria. Sobre isso, ver BUTCHER, 1991, p. 145.

¹¹⁷ Me fio aqui em Timothy Barnes, que aponta que Antioquia foi tomada pelos persas somente em 253. A hipótese de que isso teria ocorrido também no ano de 260 carece de fundamento. Para tanto, ver BARNES, Timothy D. The Persian sack of Antioch in 253. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, Bonn, v. 169, p. 295-296, 2009.

¹¹⁸ DUNCAN-JONES, Richard P. Economic change and the transition to Late Antiquity. In: SWAIN, Simon; EDWARDS, Mark (eds.). *Approaching Late Antiquity*. The transformation from Early to Late Empire. Oxford: OUP, 2004, p. 39; 51. Embora o Império Romano fosse caracterizado pela existência de centenas de cidades e por significativa atividade urbana, a economia romana manteve-se majoritariamente agrária. Sendo assim, os níveis de ocupação do solo rural consistem em relevante índice acerca da prosperidade ou declínio da

atividade econômica. Para tanto, *Ibid.*, p. 23.

¹¹⁹ Parece que a cunhagem em nome de Treboniano Galo levada a cabo em Antioquia circulou basicamente no próprio espaço antioqueno, ao contrário do que se verifica com as moedas batidas para Filipe, por exemplo, cujos exemplares foram encontrados ao longo de todo o território síriaco. Ver BUTCHER, 1991, p. 164.

¹²⁰ Exponho aqui as considerações feitas por Butcher em extensa resenha acerca do estudo publicado por Potter em 1990, chamado *Prophecy and history in the crisis of the Roman Empire*. A historical commentary on the *Thirteenth Sibylline Oracle* (ao qual infelizmente tive acesso somente depois de finalizado o livro, sem que houvesse possibilidade de incorporá-lo em minhas discussões). Quanto a isso, ver BUTCHER, 1996, p. 515.

¹²¹ O *Décimo Terceiro Oráculo Sibilino* se escorava sobre um panorama histórico que abrangia os governos de Gordiano III, Filipe, Décio, Treboniano Galo e Emiliano, além de figuras que foram aclamadas na Síria como Mariades e Urânio Antonino – as quais se adiciona, como vimos, Odenato de Palmira (mas coisa alguma se diz sobre Valeriano e Galieno, que sucederam Emiliano no outono de 253). Apesar da ênfase nas questões síriacas, John Collins crê que o texto foi redigido em Alexandria no Egito, pois continha uma referência elogiosa à cidade fundada por Alexandre (versos 43-49), assim como dava continuidade à narrativa do *Décimo Segundo Oráculo Sibilino*, o qual provavelmente também tinha origem alexandrina. Sobre isso, ver COLLINS, John J. SYBILLINE ORACLES (second century B.C.–seventh century A.D.). A new translation and introduction by J. J. Collins. In: CHARLESWORTH, James H. (ed.). *The Old Testament pseudepigraphy*. Apocalyptic literature & testaments. Garden City, NY: Doubleday & Company, vol. 1, 1983, p. 453. Mas, diante do peso concedido aos acontecimentos relativos à Síria (casos das invasões persas, das ações de Mariades, do papel de “protetores” da região como Urânio Antonino e Odenato de Palmira etc.), fica difícil concordar com a posição de Collins. Sobre a autoria “síriaca”, ver BUTCHER, 1996, p. 524.

¹²² COLLINS, op. cit., p. 319.

¹²³ *Décimo Terceiro Oráculo Sibilino*, vv. 103-112.

¹²⁴ BUTCHER, 1996, p. 525.

¹²⁵ Para um sumário sobre a questão, ver GROZDANOVA, 2019, p. 175; ver também POTTER, 2004, p. 251-252.

¹²⁶ Para tanto, ver EDWELL, Peter M. The sources for Rome’s wars with Shapur I: Eurocentric and Eastern perspectives. *Ancient West & East*, Leuven, v. 9, p. 164, 2010.

¹²⁷ Sobre Mariades e a tomada da cidade naquele contexto, *Ibid.*, p. 161-163.

¹²⁸ Ver HARPER, Kyle. Pandemics and passages to late antiquity: rethinking the plague of c. 249-270 described by Cyprian. *Journal of Roman Archaeology*, Ann Arbor, v. 28, p. 231, 2015. Como sublinha Collins, “O traço mais característico dos oráculos sibilinos é a predição de desgraças e desastres a se abaterem sobre a humanidade. (...) Além disso, tal como os profetas, suas palavras de destruição são frequentemente dirigidas contra cidades e povos específicos (...)”. Ver COLLINS, op. cit., p. 318, tradução minha.

¹²⁹ CHRISTOL, 1980, p. 74.

¹³⁰ “E César novamente mentiu, causando danos à Armênia, e nós avançamos contra as

terras dos romanos e o exército romano de 60 mil foi morto em Barbalisso” (ŠKZ §9). Nos parágrafos seguintes (ŠKZ §10-17), a inscrição lista 37 cidades romanas, incluindo Antioquia, que foram tomadas e saqueadas pelos persas. Utilizo o texto em português, redigido a partir da versão parta da ŠKZ, que se encontra em PINTO, Otávio L. V. Roma e Pérsia no século III: uma tradução da *Res Gestae Divi Saporis*. In: SILVA, Semíramis C., ANTIQUEIRA, Moisés (orgs.). *O Império Romano no século III: crises, transformações e mutações*. São João de Meriti: Desalinho, 2021, p. 148-150.

¹³¹ GROZDANOVA, 2014, p. 123-124; 128. Em outro trabalho, a autora propõe que Volusiano assumiu papel ativo na Trácia no ano de 252, como testemunhado por algumas moedas locais batidas em nome do jovem imperador. A presença de Volusiano naquela província se explica em função dos preparativos para uma campanha contra os persas no Oriente, visto que a Trácia consistia em um ponto de passagem entre as áreas ocidentais e orientais do Império. Para tanto, ver GROZDANOVA, 2019, p. 176.

¹³² DAVENPORT, Caillan. Rome and the rhythms of imperial life from the Antonines to Constantine. *Antiquité Tardive*, Turnhout, n. 25, p. 29, 2017. Ver também GROZDANOVA, 2014, p. 124.

¹³³ As informações sobre Emiliano são demasiado escassas. Ao que parece, ele nasceu em alguma província romana no norte da África (como também parece ser o caso da esposa dele, Gaia Cornélia Supera). Não se sabe se ele advinha de uma família pertencente à aristocracia regional romano-africana ou mesmo quais teriam sido as funções públicas que exerceu até o momento em que Treboniano Galo optou por conferir a ele o governo da Mésia Inferior. Uma tentativa de balanço sobre a figura de Emiliano pode ser lida em RAMBACH, Hadrien. Notes on the gold coinage of Aemilian. *Bulletin du Cercle d'Études Numismatiques*, Bruxelles, v. 54, n. 3, p. 3, 2017. Ver também abaixo, nota 137.

¹³⁴ CARRIÉ, Jean-Michel. Prefácio. Século III, algumas reflexões para sair da “crise”. In: SILVA, Semíramis C.; ANTIQUEIRA, Moisés. *O Império Romano no século III: crises, transformações e mutações*. São João de Meriti: Desalinho, 2021, p. 19.

¹³⁵ GROZDANOVA, 2014, p. 135.

¹³⁶ DAVENPORT, op. cit., p. 29. Igualmente, se trata de um reflexo daquilo que Pierre-Louis Malosse define por “suporte psicológico” da sociedade tardo-antiga. A presença física do imperador em dado lugar permitia o estabelecimento de um contato direto entre os súditos/concidadãos e o seu governante, concebido como aquele que poderia revitalizar a população dos locais visitados. Desta forma, partia-se da suposição de que o detentor da púrpura dispunha de uma “virtude sobrenatural” conferida a ele quando de sua entronização. Assim, a proximidade com a *persona* do imperador propiciaria aos habitantes das províncias a chance de serem agraciados com um conjunto de benesses de natureza divina. Nesse caso, a vitória contra os inimigos externos manifestava as qualidades do soberano. Ao mesmo tempo, reforçava-se um processo que remontava ao início da história imperial, isto é, a identificação do imperador com a preservação da *res publica*. Faz-se preciso, entretanto, ressaltar que a análise de Malosse se refere à década de 340; apesar disso, entendo que o processo descrito por ele já se fazia sentir nos meados do século III. Para tanto, ver MALOSSE, Pierre-Louis. *Qu'est donc allé faire Constant 1^{er} en Bretagne pendant l'hiver 343? Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Stuttgart, v. 48, n. 4, p. 472, 1999.

¹³⁷ Ao que parece, Treboniano Galo conferiu a Emiliano um comando supraprovincial que

abarcava as Mésias e as Panônias. Grozdanova sugere que o foco da ação de Emiliano recaía sobre as áreas centrais da Mésia Inferior, onde se concentravam as incursões das tribos transdanubianas que invadiam os *limites* do Império desde a época de Filipe. As vitórias militares obtidas pelas forças romanas sob a liderança dele fizeram com que as legiões no Baixo Danúbio o proclamassem imperador, ao que se seguiu o assassinato de Treboniano Galo e Volusiano por parte de seus próprios comandados depois da Batalha de Interamna em agosto de 253 e o reconhecimento do *imperium* de Emiliano pelos senadores (entre fins de julho e o início de agosto de 253). Em meados de setembro, o destino de Emiliano seria selado nos mesmos moldes de seus antecessores: suas tropas lhe tiraram a vida nos arredores da cidade de Espoleto. Consultar GROZDANOVA, 2019, p. 175.

¹³⁸ Isso fez com que o *limes* do Baixo Danúbio se tornasse o lugar por excelência para a emergência de postulantes ao *imperium* entre os anos de 248-253.

¹³⁹ HEKSTER, Olivier; MANDERS, Erika. Kaiser gegen Kaiser: Bilder der Macht im 3. Jahrhundert. In: JOHNE, Klaus-Peter; GERHARDT, Thomas; HARTMANN, Udo (Hrsgg.). *Deleto paene imperio Romano*. Transformationsprozesse des Römischen Reiches im 3. Jahrhundert und ihre Rezeption in der Neuzeit. Stuttgart: Franz Steiner, 2006, p. 138.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 140.

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 139-140. Vale registrar que Décio foi deificado pelo Senado durante o governo de Treboniano Galo, assim como a série monetária dos *diui*, iniciada por Décio, não foi interrompida entre 251 e 253. Não obstante todos esses fatores que conectavam as famílias de Décio e de Treboniano Galo entre si, ainda durante o brevíssimo período em que Treboniano Galo, Hostiliano e Volusiano compartilharam o poder no verão de 251, os tipos monetários com a legenda PRINCIP I VVENTVTIS batidos em Roma conotavam certo enaltecimento de Volusiano – ou seja, do filho consanguíneo de Treboniano Galo – em detrimento de Hostiliano. Para tanto, ver ANTIQUEIRA; SILVA, op. cit, p. 34-38.

EPÍLOGO

A “NOVA ERA” NÃO PASSOU DE UMA MENSAGEM EM UMA MOEDA?

Uma das principais lições que aprendi ao trabalhar com fontes numismáticas para o estudo da história política e social romana diz respeito ao fato de que o discurso iconográfico veiculado pelas moedas imperiais, embora muito variado, apresentava uma forte tendência à padronização. Não se trata, é preciso convir, de algo surpreendente: afinal, em um suporte material tão diminuto quanto uma moeda, a eficácia das mensagens a serem transmitidas envolvia uma boa dose de concisão e, pois, de abstração. Inscrições e símbolos batidos nos anversos e nos reversos tinham de parecer familiares, reconhecíveis, àqueles que manuseassem uma moeda, mas, ao mesmo tempo, deveriam permitir que os receptores das mensagens “ligassem os pontos” a partir dos referenciais que lhes fossem comuns.

No entanto, a manutenção de padrões para diferentes imperadores e entre os mais distintos períodos nos três primeiros séculos da era cristã não resultava em homogeneidade. Ou seja, o discurso

iconográfico que circulava por meio das moedas era objeto de ressignificações, por parte de diversos grupos sociais, em Roma e nas províncias. Todavia, os tipos monetários analisados nesse livro correspondem a um ponto fora da curva, pelo menos no que concernia às inscrições inseridas nos reversos. Como vimos, peças cunhadas contendo a legenda SAEVLVM NOVVM foram produzidas apenas entre os anos de 247 e 253. Ainda que a “retórica imperial do tempo” possa ser identificada desde os tempos de Augusto (que havia explorado a noção de “era de ouro” – *saeculum aureum* – em articulação, justamente, com Jogos Seculares realizados em 17 AEC), a emissão de moedas do tipo SAEVLVM NOVVM limitou-se à conjuntura dos mil anos da cidade de Roma. Isso se devia, pois, à excepcionalidade desse acontecimento dotado de ares (re)fundantes.

Logo, as expectativas escatológicas associadas aos mil anos da cidade de Roma não passaram a existir por causa dos elementos imagéticos presentes nos anversos e reversos de determinadas moedas. Antes, tratava-se de fenômenos que caracterizavam a realidade que os mais variados grupos sociais no interior do Império Romano tomavam como concreta. Não é demais ressaltar que a *realidade* diz respeito a uma qualidade dos fenômenos que têm lugar no mundo, independentemente da vontade dos indivíduos que nele se inserem. Entretanto, concebemos a realidade somente na medida em que atribuímos significados a ela – algo que, portanto, assume uma dimensão intersubjetiva. Nesse sentido, as diferentes maneiras pelas quais os processos da vida cotidiana podem ser representados implicam a construção do real. Do que resulta que os tipos monetários SAEVLVM NOVVM não disseminassem mensagens etéreas, mas antes portassem aspectos daquilo que era compreendido como a realidade inerente ao contexto do milenário de Roma.

Além disso, as imagens transmitidas a partir das moedas dependiam de um fator elementar: fazia-se necessário que o público

depositasse sua confiança nos discos metálicos que circulavam. Caso contrário, muito da capacidade representacional das moedas perdia sua força. Ao mesmo tempo, a veiculação, por meio da cunhagem, da ideia de que conclusão dos mil anos de Roma inauguravam uma “nova era” consistia em uma resposta, por parte das cortes imperiais, às expectativas sociais geradas e/ou associadas a um evento tão singular. Temos, assim, uma relação dialógica: a mensagem de “nova era” proclamada por intermédio das moedas poderia igualmente estimular essas percepções acerca do “novo milênio” que se iniciava, de modo que se reforçassem mutuamente. Mas, para além disso, o fato mais surpreendente no interior desse processo reside na ressignificação que se operava no tocante aos lugares-comuns a respeito da temporalidade: nas moedas, o milésimo aniversário assinalava antes um *início* do que um *fim*.

Por conta disso, entendo que os anos 244-253 possam ser tomados enquanto um intervalo de tempo cuja dinâmica político-institucional se desenrolou (em maior ou menor medida) em torno de expectativas projetadas e retrojetadas sobre o acontecimento que teve lugar em 248. Nesse ensejo, à dimensão cíclica a ser atribuída ao evento adicionam-se outros fatores. Não se tratava de tomá-lo exatamente como um *recomeço* ou menos ainda como um *retorno a um ponto de partida* – definição mais do que usual a respeito da temporalidade cíclica, como consagrada por tantos estudiosos contemporâneos –, mas sim de um momento que se iniciava e que, portanto, era divulgado como “novo”. Ou seja, uma combinação entre rupturas e continuidades que singularizavam os discursos de secularidade que se observavam naquele período.

Havia, além disso, uma questão implícita à “nova era” divulgada mediante os tipos SAECVLVM NOVVM. Se moedas emitidas em nome de figuras de poder como Filipe, Filipe II, Hostiliano, Trebo-

niano Galo e Volusiano proclamavam o início de uma “nova era” para a história romana, conseqüentemente se estabelecia um contraste com o passado (ou com uma parcela desse passado) que antecedia a ascensão de cada um desses *principes*. Dado que o esquema de sucessão de *saecula* se fundamentava sobre um ponto de vista biologizante, a ênfase na mensagem da construção de uma “nova era” redundava na ótica de que a “era anterior” – quer correspondesse à história romana em sua totalidade, ou a um fragmento dela, em particular o período imediatamente anterior (o passado mais recente) – contemplava a decadência, em relação a qual o *saeculum nouum* contrastaria.

Nesse sentido, ao declínio se seguiria uma “nova era”. E, embora não haja registros de tipos monetários SAEVLVM NOVVM em nome de Décio, ações empreendidas durante o governo dele permitem apontar que tal imperador respondeu aos elementos contingentes à conjuntura em que se inseria. O “novo começo” por ele anunciado assumiu outras formas em meio à iconografia numismática. Mas, em que pese isso, cada uma das sucessivas dinastias precocemente abortadas que emergiram entre os anos de 244 e 253 acabaram por, implicitamente, conferir à dinastia que fora suplantada a condição de último estágio do declínio que a nova família reinante haveria de interromper e, pois, superar. A meu ver, isso era válido mesmo para o caso envolvendo Treboniano Galo. Ainda que a legitimação do poder exercido por ele se assentasse, em um primeiro momento, sobre os vínculos construídos com a família de Décio (por meio do estabelecimento de um “colegiado imperial” composto por ele, pelo filho biológico dele (Volusiano) e por Hostiliano, filho consanguíneo de Décio), as moedas cunhadas para ele apontavam para a retomada dos tipos monetários diretamente relacionados com o milenário de Roma e que, pois, haviam sido deixadas de lado por Décio.

Portanto, o discurso de secularidade apresentava, como era de se esperar, fortes conotações políticas. E, por conta disso, entendo

que as moedas portando a inscrição SAECVLVM NOVVM não poderiam senão dispor de um caráter conjuntural. Dado que a maneira como os romanos concebiam o “futuro” remetia basicamente ao porvir mais imediato, a experiência política vivenciada entre o final do governo de Filipe até a morte de Treboniano Galo e Volusiano ia de encontro com as promessas de uma era benfazeja. Assim, à medida que o tempo passava, o milenário de Roma deixava a ordem do dia, de modo que a carga de excepcionalidade associada ao evento se tornava cada vez mais opaca.

Igualmente, não havia coisa alguma em um horizonte mais próximo que permitisse sustentar expectativas tão elevadas. Reiterar a construção de um *saeculum nouum* era uma aposta alta demais para os sucessores de Filipe, Décio e Treboniano Galo, dada a imediatividade inerente à noção de “nova era”. Isso esclarece por que essa legenda desapareceu tão rapidamente da cunhagem imperial, limitando-se, portanto, ao período abordado nesse livro. No fim das contas, o discurso de secularidade, como evidenciado pela inscrição SAECVLVM NOVVM, refletia a dinâmica entre inovação e continuidade que caracterizava uma época tão instigante da história imperial romana como era o caso do século III.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTAIS (NUMISMÁTICAS E TEXTUAIS)

AMERICAN NUMISMATICAL SOCIETY. *Online coins of the Roman Empire*. Disponível em: <http://numismatics.org/ocre/>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BURGESS, Richard W. Appendix 3. Critical edition and translation of the *Breviarium Vindobonense*. In: BURGESS, Richard W. *Roman imperial chronology and early-fourth-century historiography*. The regnal durations of the so-called *Chronica urbis Romae* of the *Chronography of 354*. Stuttgart: Franz Steiner, 2014, p. 142-157.

EUSÉBIO DE CESAREIA. *História eclesiástica*. Tradução de Wolfgang Fischer. São Paulo: Fonte Editorial, 2002.

EUTROPIO; AURÉLIO VÍCTOR. *Breviario; Libro de los Césares*. Introducciones, traducción y notas de Emma Falque. Madrid: Editorial Gredos, 1999. (Biblioteca Clásica Gredos).

HIÉROCLES; FILÁGRIO. *Philogelos (O gracejador)*. Tradução do grego, introdução e notas de Reina Marisol Troca Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

MATTINGLY, Harold; SYDENHAM, Edward A. *The Roman imperial coinage*. London: Spink and Son, vol. 2, 1926 (Vespasian to Hadrian).

MATTINGLY, Harold; SYDENHAM, Edward A.; SUTHERLAND, Charles H. V. *The Roman imperial coinage*. London: Spink and Son, vol. 4.3, 1949 (Gordian III to Uranius Antoninus).

PINTO, Otávio L. V. Roma e Pérsia no século III: uma tradução da *Res Gestae Divi Saporis*. In: SILVA, Semíramis C., ANTIQUEIRA, Moisés (orgs.). *O Império Romano no século III: crises, transformações e mutações*. São João de Meriti: Desalinho, 2021, p. 139-165.

PSEUDO-AURELIUS VICTOR. *Epitome de Caesaribus; Epitomă despre împărați*. Traducere și considerații lingvistice de Mihaela Paraschiv. Ediție îngrijită, abrevieri, studiu introductiv, note și comentarii, indice de Nelu Zugravu. Iași: Editura Universității “Al. I. Cuza”, 2012.

SAINT CYPRIAN. *Letters (1-81)*. Translated by Sister Rose B. Donna. Washington, DC: The Catholic University of America Press, 1981 [1964]. (The Fathers of the Church. A new translation).

SCRIPTORES HISTORIAE AUGUSTAE. With an English translation by David Magie. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: William Heinemann, vol. 2, 1982 [1924]. (Loeb Classical Library).

SELLARS, Ian. *The monetary system of the Romans*. A description of the Roman coinage from early times to the reform of Anastasius. [S.l]: [s.n.], 2013 [E-book].

SEXTO AURÉLIO VÍTOR. *Histórias abreviadas (“Sobre os Césares”)*. Tradução de Moisés Antikeira. 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/29742323/Aur%C3%A9lio_V%C3%ADtor_Hist%C3%B3rias_abreviadas_Sobre_os_C%C3%A9sares_Tradu%C3%A7%C3%A3o_para_o_portugu%C3%AAs>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SYBILLINE ORACLES (second century B.C.–seventh century A.D.). A new translation and introduction by J.J. Collins. In: CHARLESWORTH, James H. (ed.). *The Old Testament pseudepigraphia*. Apocalyptic literature & testaments. Garden City, NY: Doubleday & Company, vol. 1, 1983, p. 317-472.

VENTURINI, Renata L. B.; FRANÇA, Tiago. Testemunhos e documentos. In: VENTURINI, Renata L. B. (org.). *Antiguidade oriental e clássica: economia, sociedade e cultura*. Maringá: EdUEM, 2010, p. 117-135.

WEBB, Percy H.; MATTINGLY, Harold; SYDENHAM, Edward. *The Roman imperial coinage*. London: Spink and Son, vol. 5.1, 1972 [1927] (Valerian to Florian).

ZOSIMUS. *New history*. A translation with commentary by Ronald T. Ridley. Canberra: University of Sydney, 1982. (Byzantina Australiensia).

OBRAS DE APOIO

ALVAREZ, Diego A. Las acuñaciones de la ceca de Antioquía bajo los reinados de Decio Trajano y su familia y de Treboniano Galo y Volusiano (249-253 d.C.). *OMNI. Revista Numismática*, n. 8, p. 203-214, 2014.

ANDO, Clifford. *Imperial ideology and provincial loyalty in the Roman Empire*. Berkeley; Los Angeles, London: University of California Press, 2000.

ANDO, Clifford. *Imperial Rome AD 193 to 284. The critical century*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2012.

ANTIQUEIRA, Moisés. A revolta dos moedeiros e a Muralla Aureliana: a cidade de Roma sob o reinado de Aureliano (270-275 d.C.). *Vozes, Pretérito & Devir*, Teresina, v. 1, n. 1, p. 202-217, 2013.

ANTIQUEIRA, Moisés. Era uma vez a crise do Império romano no século III: percursos de um recente itinerário historiográfico. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, Curitiba, n. 9, p. 152-168, 2015.

ANTIQUEIRA, Moisés. Do milenário da fundação de Roma à perseguição de Décio contra os cristãos: a “crise” como chave de leitura. In: SILVA, Semíramis C.; CAMPOS, Carlos E. da C. (orgs.). *Corrupção, crimes e crises na Antiguidade*. São João de Meriti: Desalinho, 2018, p. 217-231.

ANTIQUEIRA, Moisés. Mecanismos dinásticos e a *aeternitas* de Roma nas amoedações de Filipe, o Árabe. In: SILVA, Semíramis C.; ANTIQUEIRA, Moisés (orgs.). *O Império romano no século III: crises, transformações e mutações*. São João de Meriti: Desalinho, 2021, p. 119-137.

ANTIQUEIRA, Moisés; SILVA, Gilvan V. An unpromising dynastic succession in the third century: Hostilian and Volusian as *PRINCIPIIS IVVENTVTIS* on Roman imperial coinage (AD 251). *Classica et Christiana, Iasi*, v. 17, n. 1, p. 11-38, 2022.

ARCHAMBAULT, Paul. The ages of man and the ages of the world. A study of two traditions. *Revue d'Études Augustiniennes et Patristiques*, Paris, v. 12, n. 3-4, p. 193-228, 1966.

ARGÜELLES SANTOVEÑA, Álvaro. *Filipo el Árabe y el cristianismo*. 75 f. Dissertação (Máster del Mediterráneo al Atlántico) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Cantabria, Santander, 2013.

ATHANASSIADI, Polymnia. *Vers la pensée unique*. La montée de l'intolérance dans l'Antiquité tardive. Paris: Les Belles Lettres, 2010.

BALBUZA, Katarzyna. *Virtutes* and abstract ideas propagated by Marcia Otacilia Severa. Numismatic evidence. In: TWARDOWSKA, Kamilla et al (eds.). *Within the circle of ancient ideas and virtues*. Studies in honour of Professor Maria Dzielska. Krakow: Historia Iagellonica, 2014, p. 185-196.

BALBUZA, Katarzyna. The role of imperial women in the monetary distributions (*liberalitas*) in Rome in the light of numismatic sources. *Studia Historiae Oeconomicae*, Poznań, v. 37, p. 5-24, 2019.

BALL, Warwick. *Rome in the east*. The transformation of an empire. London; New York: Routledge, 2002 [2000].

BARNES, Timothy D. The Persian sack of Antioch in 253. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, Bonn, v. 169, p. 294-296, 2009.

BARZANÒ, Alberto. *Il cristianesimo nell'Impero romano da Tiberio a Costantino*. Torino: Lindau, 2013 (Kindle Edition).

BASLEZ, Marie-Françoise. *Les persécutions dans l'Antiquité*. Victimes, héros, martyrs. Paris: Fayard, 2007.

BEARD, Mary; NORTH, John; PRICE, Simon. *Religions of Rome*. A history. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BIANCHI, Angelo. Aspetti della politica economico-fiscale di Filippo l'Arabo. *Aegyptus*, Milano, v. 63, p. 185-198, 1983.

BLAND, Roger. The gold coinage of Philip I and family. *Revue Numismatique*⁶, Paris, v. 171, p. 93-149, 2014.

BOWERSOCK, Glen. Social and economic history of Syria under the Roman Empire. In: DENTZER, Jean-Marie; ORTHMANN, Winfried (éds.). *Archeologie et histoire de la Syrie II*. La Syrie de l'époque achéménide à l'avènement de l'Islam. Saarbrücken: Saarbrücker Druckerei und Verlag, 1989, p. 63-80.

BRANDT, Johann R.; IDDENG, Jon W. Introduction. Some concepts of ancient festivals. In: BRANDT, Johann R.; IDDENG, Jon W. *Greek & Roman festivals*. Content, meaning, and practice. Oxford: OUP, 2012, p. 1-10.

BRENT, Allen. *A political history of early Christianity*. London; New York: T&T Clark International, 2009.

BRENT, Allen. *Cyprian and Roman Carthage*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BRIND'AMOUR, Pierre. L'origine des Jeux Séculaires. In: HAASE, Wolfgang (Hrg.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Berlin; Boston: Walter de Gruyter, Band II.16.2, 2016 [1978], p. 1334-1417.

BRIZZI, Giovanni. Ancora sul Illyriciani e 'Soldatenkaiser'. Qualche ulteriore proposta per una messa a fuoco del problema. n: URSO, Gianpaolo (a cura di). *Dall'Adriatico al Danubio*. L'Ilirico nell'età greca e romana. Pisa: Edizioni ETS, 2004, p. 319-342.

BROWN, Peter L. R. *Power and persuasion in Late Antiquity*. Towards a Christian Empire. Madison: University of Wisconsin, 1992.

BUTCHER, Kevin E. T. *Coinage in Roman Syria: 64 BC - AD 253*. 608 f. Thesis (Ph.D in Archaeology) – Institute of Archaeology, University College London, London, 1991, vol. 1.

BUTCHER, Kevin E. T. Imagined emperors: personalities and failure in the third century. *Journal of Roman Archaeology*, Ann Arbor, v. 9, p. 515-527, 1996.

CALHOUN, Craig. Time, world, and secularism. In: GORSKI, Philip S. et al (eds.). *The post-secular in question*. Religion in contemporary society. New York: New York University Press, 2021, p. 335-364.

CARMINATI, Luis H. *As moedas da década de 80 a.C. na República romana: monumentalização, memória, comunicação e poder*. 307 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.

CARRIÉ, Jean-Michel. La "crise" du III^e siècle. In: CARRIÉ, Jean-Michel; ROUSSELLE, Aline. *L'Empire romain en mutation des Sévères à Constantin*, 192-337. Paris: Éditions du Seuil, 1999a, p. 89-144.

CARRIÉ, Jean-Michel. Évolutions sociologiques et emprise du pouvoir. In: CARRIÉ, Jean-Michel; ROUSSELLE, Aline. *L'Empire romain en mutation des Sévères à Constantin*, 192-337. Paris: Éditions du Seuil, 1999b, p. 653-718.

CARRIÉ, Jean-Michel. Prefácio. Século III, algumas reflexões para sair da "crise". In: SILVA, Semíramis C.; ANTIQUEIRA, Moisés. *O Império Ro-*

mano no século III: crises, transformações e mutações. São João de Meriti: Desalinho, 2021, p. 15-27.

CASEY, James D. Ill gotten gains: the mysterious rise and fall of Philip the Arab. *The Celator*, Lancaster, PA, v. 9, n. 2, p. 32-37, 1995.

CHARBONNEAUX, Jean. Aiôn et Philippe l'Arabe. *Mélanges de l'École Française de Rome*, Rome, v. 72, p. 253-272, 1960.

CHARLESWORTH, Martin P. *Providentia and aeternitas. The Harvard Theological Review*, Cambridge, MA, v. 29, n. 2, p. 107-132, 1936.

CHENAULT, Robert R. *Rome without emperors: the revival of a senatorial city in the fourth century CE*. 298 f. Dissertation (PhD in Greek and Roman History) – The University of Michigan, Ann Arbor, 2008.

CHEUNG, Ada. The political significance of Roman Imperial coin types. *Schweizer Münzblätter*, Zurich, v. 48-49, n. 191, p. 53-61, 1998-1999.

CHRISTOL, Michel. L'image du phénix sur les revers monétaires au milieu du III^e siècle: une référence à la crise de l'Empire? *Revue Numismatique*⁶, Paris, v. 18, p. 82-96, 1976.

CHRISTOL, Michel. A propos de la politique extérieure de Trébonien Galle. *Revue Numismatique*⁶, Paris, v. 22, p. 63-74, 1980.

CHRISTOL, Michel. La storia dell'impero romano nel III secolo: il noto e l'ignoto. *Studi Storici*, Roma, v. 48, n. 4, p. 901-926, 2007.

CLAES, Liesbeth. Exit Gordianus, but how? Shapur's trilingual inscription revisited. *Syria. Archéologie, art et histoire*, Beyrouth, v. 95, p. 357-371, 2018.

COARELLI, Filippo. Note sui *ludi Saeculares*. In: ÉCOLE FRANÇAISE DE ROME. *Spectacles sportifs et scéniques dans le monde étrusco-italique*. Actes de la Table Ronde de Rome (3-4 mai 1991). Rome: École Française de Rome, 1993, p. 211-245.

COLLINS, John J. SYBILLINE ORACLES (second century B.C.–seventh century A.D.). A new translation and introduction by J. J. Collins. In: CHARLESWORTH, James H. (ed.). *The Old Testament pseudepigraphia*. Apocalyptic literature & testaments. Garden City, NY: Doubleday & Company, vol. 1, 1983, p. 317-326.

COOPER, Kate. Christianity, private power, and the law from Decius to

Constantine: the minimalist view. *Journal of Early Christian Studies*, Baltimore, v. 19, n. 3, p. 327-343, 2011.

CORASSIN, Maria L. Constantino e o Império Cristão. *Revista de História (USP)*, São Paulo, v. 52, n. 104, 1975, p. 741-766.

CORCORAN, Simon. From unholy madness to right-mindedness: or how to legislate for religious conformity from Decius to Justinian. In: PAPA-CONSTANTINO, Arietta; MCLYNN, Neil; SCHWARTZ, Daniel J. (eds.). *Conversion in Late Antiquity: Christianity, Islam, and beyond*. Oxford: Routledge, 2015, p. 67-94.

CRESPO PÉREZ, Carlos. La propaganda imperial en la numismática del emperador Decio. In: BRAVO, Gonzalo; GONZÁLEZ SALINERO, Raul (eds.). *Propaganda y persuasión en el mundo romano*. Madrid; Salamanca: Signifier Libros, 2011, p. 497-514.

DAVENPORT, Caillan. Rome and the rhythms of imperial life from the Antonines to Constantine. *Antiquité Tardive*, Turnhout, n. 25, p. 23-39, 2017.

DE BLOIS, Lukas. The reign of the emperor Philip the Arab. *Talanta*, Amsterdam, v. 10-11, p. 11-43, 1978-1979.

DE BLOIS, Lukas. *Image and reality of Roman imperial power in the third century AD*. The impact of war. London; New York: Routledge, 2019.

DE CICCIO, Pasqua. *Les historiens grecs d'époque impériale et tardive à l'état fragmentaire*. Étude d'ensemble, recueil des fragments, traduction et commentaire. 401 f. Thèse (Doctorat en Langues et littératures anciennes) – UFR Lettres et Langues, Université de Nantes, Nantes, 2017.

DEZOTTI, Maria C. C. O mimo grego: uma apresentação. *Revista Itinerários*, Araraquara, n. 6, p. 37-46, 1993.

DMITRIEV, Sviatoslav. “Good emperors” and emperors of the third century. *Hermes*, Stuttgart, v. 132, n. 2, p. 211-224, 2004.

DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama*. Reflexões sobre o Tempo e a História. São Paulo: Iluminuras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

DOPICO CAÍNZOS, Maria D. ¿“Aeternitas” o desaparición de Roma? Dos visiones de la sociedad romana. *Quaderni Urbinati di Cultura Classica*, Pisa, v. 63, n. 3, p. 139-161, 1999.

DUNCAN-JONES, Richard P. Economic change and the transition to Late Antiquity. In: SWAIN, Simon; EDWARDS, Mark (eds.). *Approaching Late Antiquity*. The transformation from Early to Late Empire. Oxford: OUP, 2004, p. 20-52.

DUNNING, Susan C. B. *Roman Ludi Saeculares from the Republic to Empire*. 201 f. Thesis (Doctor of Philosophy) – Department of Classics, University of Toronto, Toronto, 2016.

EDWARDS, Catherine; WOOLF, Greg. Cosmopolis: Rome as world city. In: EDWARDS, Catherine; WOOLF, Greg (eds.). *Rome the cosmopolis*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-20.

EDWELL, Peter M. The sources for Rome's wars with Shapur I: Eurocentric and Eastern perspectives. *Ancient West & East*, Leuven, v. 9, p. 155-179, 2010.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

EPPLETT, Chris. Roman beast hunts. In: CHRISTESEN, Paul; KYLE, Donald G. (eds.) *A companion to sport and spectacle in Greek and Roman antiquity*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2014, p. 505-519.

ESTIENNE, Sylvie. De la création des *Ludi Apollinares* à la célébration sévérienne des *Ludi saeculares*: aspects religieux et politiques de la célébration des jeux à Rome. *Pallas. Revue d'Études Antiques*, v. 111, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pallas/18481>. Acesso em: 11 set. 2022.

ESTIOT, Sylviane. L'empereur Silbannacus: un second antoninien. *Revue Numismatique*⁶, Paris, v. 151, p. 105-117, 1996.

ETIENNE, Robert. *AETERNITAS AVGVSTI-AETERNITAS IMPERII*. Quelques aperçus. In: COLLOQUE INTERNATIONAL, 1984, Besançon. *Actes [...]* Besançon: Université de Franche-Comté, 1986, p. 445-454.

FEENEY, Denis. Time. In: FELDHERR, Andrew (ed.). *The Cambridge companion to the Roman historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 139-151.

FLAIG, Egon. Défier l'empereur. L'usurpation comme changement violent et légitime: l'exemple de Galba. In: QUEYREL-BOTTINEAU, Anne; COUVENHES, Jean-Christophe; VIGOURT, Annie (eds.). *Traïhison et traïtres dans l'Antiquité*. Paris: De Boccard, 2012, p. 379-393.

FLORENZANO, Maria B. B. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANTIGA, 1., 1984, João Pessoa. *Anais* [...] João Pessoa: Forense Universitário, p. 48-59.

FORSYTHE, Gary. *Time in Roman religion*. One thousand years of religious history. New York; London: Routledge, 2012.

FRANCO JUNIOR, Hilário. *O ano 1000*. Tempo de medo ou de esperança? São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

FREND, William H. C. Persecutions: genesis and legacy. In: MITCHELL, Margaret M.; YOUNG, Francis M. (eds.) *The Cambridge history of Christianity*. Cambridge: University Press, vol. 1, 2006, p. 503-523.

FREUDENBURG, Kirk. *Recusatio* as political theater: Horace's letter to Augustus. *The Journal of Roman Studies*, London, v. 104, p. 105-132, 2014.

GAGÉ, Jean. Apollon impérial, garant des "Fata Romana". In: HAASE, Wolfgang (Hrg.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Berlin: Walter de Gruyter, Band II.17.2, 2014 [1981], p. 561-630.

GAIA, Deivid V. O século de Ouro e a "adoção do melhor": considerações sobre a sucessão imperial durante o século II d.C. *História (São Paulo)*, São Paulo, v. 39, e2020043, 2020.

GAUBE, Heinz. *Ladja*. In: BOSWORTH, Clifford E. et al (eds.). *The encyclopaedia of Islam*. New edition. Leiden: Brill, vol. V, 1982, p. 593.

GÉROUDET, Noëlle. *Rome en son temple: une figure identitaire?* Disponível em: https://www.academia.edu/1775105/_Roma_en_son_temple_une_figure_identitaire_. Acesso em: 09 jan. 2022.

GONÇALVES, Ana T. M. Poder e propaganda no período severiano: a construção da imagem imperial. *Phoënix*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 60-76, 2001.

GONÇALVES, Ana T. M. As festas imperiais na Roma Antiga: os *decennialia* e os Jogos Seculares de Septímio Severo. *Mneme. Revista de Humanidades*, Caicó, v. 3, n. 6, p. 16-34, 2002.

GONÇALVES, Ana T. M. As festas romanas. *Revista de Estudos do Norte Goiano*, Uruaçu, v. 1, n. 1, p. 26-68, 2008.

GONZÁLEZ FERNANDEZ, Rafael; SANCHO GÓMEZ, Miguel P.

Pautas para el estudio de la relación emperadores - Senado (197-251). *Antigüedad y cristianismo*, Murcia, n. 23, p. 57-77, 2006.

GONZÁLEZ SALINERO, Raul. *Le persecuzione contro i cristiani nell'Impero romano*. [S.l.]: Graphe.it, 2009 (Kindle edition).

GRADEL, Ittai. *Emperor worship and Roman religion*. Oxford: Clarendon Press, 2002.

GRAF, Fritz. Festivals in ancient Greece and Rome. In: *Oxford research encyclopedias*. Publicado online em 09 mai. 2016. Disponível em: <https://oxfordre.com/religion/view/10.1093/acrefore/9780199340378.001.0001/acrefore-9780199340378-e-58>. Acesso em: 02 fev. 2022.

GRAINGER, John D. *Syrian influences in the Roman Empire to AD 300*. London; New York: Routledge, 2018.

GRANT, Michael. *Roman anniversary issues*. An exploratory study of the numismatic and medallic commemoration of anniversary years 49 B.C. – A.D. 375. Cambridge: Cambridge University Press, 1950.

GRIMAL, Pierre. *As cidades romanas*. Lisboa: Edições 70, 2003.

GROZDANOVA, Lily. Trebonianus Gallus and Volusianus (AD 251–253). Ruling the empire in between the west and the east. *Ancient West & East*, Leuven, v. 13, p. 117-137, 2014.

GROZDANOVA, Lily. *The Roman emperors against the Goths of Cniva: political mythology, historical documents, and retrievable reality*. Sofia: ProVias, 2019, p. 163-180.

GUARINELLO, Norberto. A violência como espetáculo: o pão, o sangue e o circo. *História (São Paulo)*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 125-132, 2007.

GUITTARD, Charles. Le temps dans l'Antiquité: le millénarisme étrusque. In: DAVID, Sylvie; GENY, Évelyne (éds.). *Troïka*. Parcours antiques. Mélanges offerts à Michel Woronoff. Bésançon: Institut des Sciences et Techniques de l'Antiquité, vol. 1, 2007, p. 19-26.

HALDON, John et al. Plagues, climate change, and the end of an empire: a response to Kyle Harper's *The fate of Rome* (2): plagues and crisis of empire. *History Compass*, London, v. 16, n. 12, e12506, 2018.

HAMMOND, Mason. Imperial elements in the formula of the Roman

emperors during the first two and a half centuries of the Empire. *Memoirs of the American Academy in Rome*, Ann Arbor, v. 25, p. 17-64, 1957.

HARL, Kenneth W. *Coinage in the Roman economy, 300 B.C. to 700 A.D.* Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 1996.

HARPER, Kyle. Pandemics and passages to late antiquity: rethinking the plague of c. 249-270 described by Cyprian. *Journal of Roman Archaeology*, Ann Arbor, v. 28, p. 223-260, 2015.

HARPER, Kyle. Another eyewitness to the plague described by Cyprian, with notes on the “Persecution of Decius”. *Journal of Roman Archaeology*, Ann Arbor, v. 29, p. 473-476, 2016.

HARPER, Kyle. *The fate of Rome*. Climate, disease, and the end of an empire. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2017.

HAY, Paul J. Time, saecularity, and the first century BCE Roman world. 246 f. Thesis (PhD in Philosophy) – Graduate School, University of Texas at Austin, Austin, 2017.

HEDLUND, Ragnar. “... *achieved nothing worthy of memory*”. Coinage and authority in the Roman empire c. AD 260-295. Uppsala: Uppsala Universitet, 2008.

HEKSTER, Olivier. All in the family: the appointment of emperors designate in the second century A.D. In: DE BLOIS, Lukas (ed.). *Administration, prosopography and appointment policies in the Roman Empire*. Amsterdam: J. C. Gieben, 2001, p. 35-49.

HEKSTER, Olivier. Religion and tradition in the Roman Empire: faces of power and anchoring change. *Journal of Ancient Civilizations*, Changchun, v. 32, n. 1, p. 13-34, 2017.

HEKSTER, Olivier; MANDERS, Erika. Kaiser gegen Kaiser: Bilder der Macht im 3. Jahrhundert. In: JOHNE, Klaus-Peter; GERHARDT, Thomas; HARTMANN, Udo (Hrsgg.). *Deleto paene imperio Romano*. Transformationsprozesse des Römischen Reiches im 3. Jahrhundert und ihre Rezeption in der Neuzeit. Stuttgart: Franz Steiner, 2006, p. 135-144.

HERKLOTZ, Friederike. Ägypten. In: JOHNE, Klaus-Peter; HARTMANN, Udo; GERHARDT, Thomas (Hrsg.). *Die Zeit der Soldatenkai-*

ser. Krise und Transformation des Römischen Reiches im 3. Jahrhundert n. Chr. (235-284). Berlin: Akademie Verlag, Band II, p. 801-813.

HEURGON, Jacques. Traditions etrusco-italiques dans le monnayage de Trébonien Galle. *Studi Etruschi*, Firenze, v. 24, p. 91-105, 99, 1955-1956.

HOLT, Frank L. The Roman millennium. *Aramco World*, Houston, v. 51, n. 1, p. 26-29, 2000.

HORSTER, Marietta. The emperor's family on coins (third century): ideology of stability in times of unrest. In: HEKSTER, Olivier; DE KLEIJN, Gerda; SLOOTJES, Danielle. *Crises and the Roman empire*. Proceedings of the Seventh Workshop of the International Network Impact of Empire (Nijmegen, June 20-24, 2006). Leiden; Boston: Brill, 2007, p. 291-309.

HOWGEGO, Christopher. Coinage and identity in the Roman provinces. In: HOWGEGO, Christopher; HEUCHERT, Volker; BURNETT, Andrew (eds.). *Coinage and identity in the Roman provinces*. Oxford; New York: OUP, 2005, p. 1-17.

HUEBNER, Sabine R. The "Plague of Cyprian": a revised view of the origin and spread of a 3rd-c. CE pandemic. *Journal of Roman Archaeology*, Ann Arbor, v. 34, n. 1, p. 1-24, 2021.

HUSKINSON, Janet. Looking for culture, identity and power. In: HUSKINSON, Janet (ed.). *Experiencing Rome: culture, identity and power in the Roman Empire*. New York: Routledge, 2000, p. 3-27.

HUTTNER, Ulrich. Von Maximinus Thrax bis Aemilianus. In: JOHNE, Klaus-Peter (Hrsg.). *Die Zeit der Soldatenkaiser*. Krise und Transformation des römischen Reiches im 3. Jahrhundert n. Chr. (235-284). Berlin: Walter de Gruyter, 2008, p. 161-221.

IDDENG, Jon W. What is a Graeco-Roman festival? A polythetic approach. In: BRANDT, Johann R.; IDDENG, Jon W. *Greek & Roman festivals*. Content, meaning, and practice. Oxford: OUP, 2012, p. 11-37.

JAY, Martin. Historical explanation and the event: reflections on the limits of contextualization. *New Literary History*, Baltimore, v. 42, n. 4, p. 557-571, 2011.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Lisboa: Edições 70, 2007.

KATSARI, Constantina. *The monetary economy of the Eastern Mediterranean, from Trajan to Gallienus*. 281 f. Thesis (PhD in Philosophy) – Department of History, University College London, London, vol. 1, 2001.

KELLY, Gavin. Pliny and Symmachus. *Arethusa*, Baltimore, v. 46, n. 2, p. 261-287, 2013.

KISSEL, Theodor. MILIARIUM SAECULUM. Zur Jahrtausendfeier Roms. *Antike Welt*, Darmstadt, v. 31, n. 2, p. 192-194, 2000.

KŁODZIŃSKI, Karol. The *collegium* (or *officium*) *rationalium*. The controversy over the reform of the central financial administration in the 2nd half of the 2nd c. A.D. *Pallas. Revue d'Études Antiques*, n. 107, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pallas/9359>. Acesso em: 07 set. 2022.

KÖRNER, Christian. Rebellions during the reign of Philip the Arab (244-249 A.D.): Iotapianus, Pacatianus, Silbannacus, and Sponsianus. In: *De imperatoribus romanis*. An online encyclopedia of Roman emperors. 1999. Disponível em: <http://www.roman-emperors.org/philarab.htm#N_45_>. Acesso em: 12 abr. 2022.

KÖRNER, Christian. *Philippus Arabs*. Ein Soldatenkaiser in der Tradition des antoninisch-severischen Prinzipats. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 2002.

KÖRNER, Christian. Philippus Arabs – ein Araber auf dem römischen Kaiserthron? *Antike Welt*, Darmstadt, v. 40, n. 3, p. 73-78, 2009.

KUBIACZYK, Monika A. The idea of the golden age and *Ludi Saeculares* in ancient Rome. *Studia Europaea Gnesnensia*, Gniezno, n. 13, p. 393-401, 2016.

LANE FOX, Robin. *Pagans and Christians*. New York: Alfred A. Knopf, 1989.

LECOCQ, Françoise. L'empereur romain et le phénix. In: FABRIZIO-COSTA, Silvia (éd.). *Phénix: mythe(s) et signe(s)*. Berne: Peter Lang, 2002, p. 27-56.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 535-549.

LEPPIN, Hartmut. Christianity and the discovery of religious freedom. *Rechtsgeschichte/Legal History*, Hamburg, v. 22, p. 62-78, 2014.

LEVIEILS, Xavier. *Contra Christianos*. La critique sociale et religieuse

du christianisme des origenes au concile de Nicée (45-325). Berlin; New York: Walter de Gruyter, 2007.

LORIOT, Xavier; CORDIER, Pierre. Un passage du Talmud de Babylo-
ne évoquant le Millénaire de Rome. *Bulletin de la Société Nationale des
Antiquaires de France*, Paris, s.v., p. 149-150, 2006 [2001].

MACMULLEN, Ramsey. *Enemies of the Roman order*. Treason, unrest and
alienation in the Empire. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1966.

MALERBA, Jurandir. Pensar o acontecimento. *História Revista*, Goiânia,
v. 7, n. 1-2, p. 117-149, 2002.

MALOSSE, Pierre-Louis. Qu'est donc allé faire Constant 1^{er} en Bretagne
pendant l'hiver 343? *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Stuttgart, v.
48, n. 4, p. 465-476, 1999.

MANDERS, Erika. Communicating messages through coins: a new ap-
proach to the emperor Decius. *Jaarboek voor Munt- en Penningkunde*, Am-
sterdam, n. 98, p. 1-22, 2011.

MANDERS, Erika. *Coining images of power*. Patterns in the representa-
tion of Roman emperors on imperial coinage, A.D. 193-284. Leiden; Bos-
ton: Brill, 2012.

MARLOWE, Elizabeth. *Liberator urbis suae*. Constantine and the ghost
of Maxentius. In: EWALD, Björn C.; NOREÑA, Carlos F. *The emperor
and Rome*. Space, representation, and ritual. Cambridge: University Press,
2010, p. 199-219.

MARQUES, Juliana B. O conceito de temporalidade e sua aplicação na
historiografia antiga. *Revista de História (USP)*, São Paulo, n. 158, p. 43-
65, 2008.

MARTIN, Jean-Pierre. Les *AVGVSTAE* du III^e siècle (238-275). Leur
rôle d'après leur monnayage. In: CHAMPEAUX, Jacqueline; CHASSIG-
NET, Martine (dir.). *AERE PERENNIVS*. Hommage à Hubert Zehnack-
er. Paris: PUPS, 2006, p. 267-279.

MATTHEWS, John (ed.). *Empire of the Romans*. From Julius Caesar to
Justinian: six hundred years of peace and war. Hoboken: Wiley-Blackwell,
vol. II (Selected anthology), 2021. (E-book).

MAZZARINO, Santo. *The end of the ancient world*. New York: Alfred A. Knopf, 1966.

MCTAGGART, John E. A relação do tempo e da eternidade. *Problemata – Revista Internacional de Filosofia*, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 317-335, 2020.

MENDES, Norma M. *Sistema político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

MENEZES, Kalliany M. “*Até mil e tantos, a dois mil não chegarás!*”: o ano 2000 no imaginário escatológico católico em Fortaleza (1998-2012). 250 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História e Culturas, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

METCALF, William E. The Antiochene hoard of antoniniani and the eastern coinage of Trebonianus Gallus and Volusian. *Museum Notes (American Numismatic Society)*, New York, v. 22, p. 71-94, 1977.

MILLAR, Fergus. Emperors, frontiers, and foreign relations, 31 B.C. to A.D. 378. In: MILLAR, Fergus. *Rome, the Greek world, and the East*. Chapel Hill; London: The University of North Carolina Press, vol. 2, 2004 [1982], p. 160-194.

MOMIGLIANO, Arnaldo. El tiempo em la historiografía antigua. In: MOMIGLIANO, Arnaldo. *Ensayos de historiografía antigua y moderna*. México/DF: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 155-175.

MORENO FERRERO, Isabel. El tiempo como categoría histórica: la periodización y las edades de Roma. *Minerva*, Valladolid, v. 15, p. 175-188, 2001.

NATHAN, Geoffrey; McMAHON, Robin. Trajan Decius (249–251 A.D.) and usurpers during his reign. In: *De imperatoribus romanis*. An online encyclopedia of Roman emperors. 2002. Disponível em: <<http://www.roman-emperors.org/decius.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

NONY, Daniel. La “*nobilitas*” de Philippe l’Arabe. *Revue Numismatique*⁶, Paris, v. 152, p. 47-51, 1997.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques (orgs.). *História: novos problemas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 179-193.

PALME, Bernhard. Die Reform der ägyptischen Lokalverwaltung unter

Phillipus Arabs. In: BABUSIAUX, Ulrike; KOLB, Anne (Hrgs.). *Das Recht der 'Soldatenkaiser'*. Rechtliche Stabilität in Zeiten politischen Umbruchs? Berlin; München; Boston: Walter de Gruyter, 2015, p. 192-208.

PAVIS D'ESCURAC, Henriette. Siècle et Jeux séculaires. *Ktéma*, Strasbourg, n. 18, p. 79-89, 1993.

PEREIRA, Matheus H. F. A história entre os inimigos do evento e os advogados da estrutura. *Ler História*, Lisboa, n. 57, p. 59-71, 2009.

PEREIRA, Reina M. T. Introdução. In: HIÉROCLES; FILÁGRIO. *Philogelos (O gracejador)*. Tradução do grego, introdução e notas de Reina Marisol Troca Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 9-19.

PETIT, Paul. *Histoire générale de l'Empire romain*. Paris: Éditions du Seuil, vol. 2 (La crise de l'Empire (des derniers Antonins à Diocletien)), 1974.

PHILLIPS, Gervase. Deviance, persecution and the Roman creation of Christianity. *Journal of Historical Sociology*, Alberta, v. 29, n. 2, p. 250-270, 2016.

POHLSANDER, Hans A. The religious policy of Decius. In: TEMPORINI, Hildegard (ed.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Berlin; New York: Walter de Gruyter, Band II.16.3, 1986, p. 1826-1842.

POLVERINI, Leandro. La crisi della repubblica e la crisi del principato. Saggio comparativo. In: FRANCHET D'ESPÈREY, Sylvie et al (eds.). *Fondements et crises du pouvoir*. Bordeaux: Ausonius Publications, 2003, p. 441-449.

PORTO, Vagner C. *Imagens monetárias na Judéia/Palestina sob dominação romana*. Tomo I: A moeda na Judéia/Palestina entre os séculos II a.C. e II d.C. 261 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

POTTER, David S. *Prophets and emperors*. Human and divine authority from Augustus to Theodosius. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 1994.

POTTER, David S. *The Roman Empire at bay AD 180–395*. London; New York: Routledge, 2004.

POTTER, David S. *Disruption*. Why things change. Oxford: OUP, 2021.

PRICKARTZ, Charles. Philippe l'Arabe (244-249), *civilis princeps*. *L'Antiquité Classique*, Bruxelles, v. 64, p. 129-153, 1995.

PRICE, Jonathan J.; BERTHELOT, Katell. Introduction. In: PRICE, Jonathan J.; BERTHELOT, Katell. *The future of Rome*. Roman, Greek, Jewish and Christian visions. Cambridge: Cambridge University Press, 2020, p. 1-16.

RABUSKE, Edvino A. O tempo e a eternidade. *Veritas*, Porto Alegre, v. 41, n. 161, p. 5-26, 1996.

RAMALHO, Walderez. Reinterpreting the “times of crisis” based on the asymmetry between *chronos* and *kairos*. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 14, n. 35, p. 115-144, 2021.

RAMBACH, Hadrien. Notes on the gold coinage of Aemilian. *Bulletin du Cercle d'Études Numismatiques*, Bruxelles, v. 54, n. 3, p. 2-32, 2017.

RANTALA, Jussi. *Maintaining loyalty, declaring continuity, legitimizing power*. *Ludi Saeculares* of Septimius Severus as a manifestation of the Golden Age. Tampere: Tampere University Press, 2013.

RÉMONDON, Roger. *La crise de l'Empire romain*. De Marc-Aurèle à Anastase. Paris: PUF, 1964.

RIVES, James B. The decree of Decius and the religion of Empire. *Journal of Roman Studies*, v. 89, p. 135-154, 1999.

RIVES, James B. The persecution of Christians and ideas of community in the Roman Empire. In: CECCONI, Giovanni A.; GABRIELLI, Chantal (eds.). *Politiche religiose nel mondo antico e tardoantico*. Bari: Edipuglia, 2011, p. 199-217.

RODA, Sergio. Augusto e Costantino o dell'uso politico degli anniversari. In: CONVEGNO DI STUDIO COLLOQUIUM AUGUSTEUM, 1., 2014, Torino. *Atti [...]*. Disponível em: https://www.academia.edu/27622355/Augusto_e_Costantino_o_dell_uso_politico_degli_anniversari_in_Atti_del_Convegno_di_Studio_Colloquium_Augusteum_Il_perfeito_inganno_Augusto_e_la_sua_politica_nel_bimillenario_della_morte_Torino_27_febbraio_2014_Torinoi_Loescher_2014_pp_39_67. Acesso em: 24 jun. 2022.

ROPOLYI, László. Social and ethical aspects of the Y2K problem. *The ETHICOMPE-Journal*, v. 1, p. 1-9, 2001.

RÜPKE, Jörg. Rationalité grecque et société romaine: contextes politiques et intellectuels de la religion de la République tardive. In: PRESCENDI, Francesca; VOLOKHINE, Youri (eds.). *Dans le laboratoire de l'historien des religions*. Mélanges offerts à Philippe Borgeaud. Genève: Labor et Fides, 2011, p. 385-405.

RÜPKE, Jörg. *From Jupiter to Christ*. On the history of religion in the Roman imperial period. Oxford: OUP, 2014.

RÜPKE, Jörg. *Pantheon*. A new history of Roman religion. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2018.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

SALES, Gladys M. S. *Estruturas de poder – patronato, honra e prestígio nas representações discursivas das moedas de Aelia Capitolina e Cesareia no século III EC*. 235 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SALIBA, Elias T. História cultural do humor: balanço provisório e perspectivas de pesquisas. *Revista de História (São Paulo)*, São Paulo, n. 176, a01017, p. 01-39, 2017.

SANCHO GÓMEZ, Miguel P. El prefecto del pretorio: una figura dominante de la política romana en el siglo III (192-284). *POTESTAS*, Valencia, n. 4, p. 69-86, 2011.

SANCINITO, Jane. The Antiochene coinage of Trajan Decius (249–251 CE). *American Journal of Numismatics*², New York, v. 29, p. 125-148, 2017.

SANTI, Claudia. *Fata ac remedia Romana*. I *libri Sibyllini* nella tarda Antichità. *Chaos e Kosmos*, Roma, v. 14, p. 1-24, 2013.

SCHEIDEL, Walter. Coin quality, coin quantity, and coin value in Early China and the Roman World. *American Journal of Numismatics*², New York, v. 22, p. 93-118, 2010.

SCHNEIDER, Cláides R. “Do cru ao assado”: a Festa do Boi no Roleta de Marechal Cândido Rondon. 132 f. Dissertação (Mestrado em História

ria), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

SEGAL, Arthur. *From function to monument*. Urban landscapes of Roman Palestine, Syria and Provincia Arabia. Oxford: Oxbow Books, 1997.

SHAHÎD, Irfan. *Rome and the Arabs*. Washington, DC: Dumbarton Oaks Collection, 1984.

SHAW, Brent D. Did the Romans have a future? *The Journal of Roman Studies*, London, v. 109, p. 1-26, 2019.

SHILLAM, Matthew W. *Abortive dynasties: dynastic politics A.D. 235-285*. 124 f. Thesis (Master of Arts) – Classics Program, Australian National University, Canberra, 2006.

SILVA, Gilvan V. Espaço, memória e festa no Império Romano: o festival das Calendas de Janeiro em Antioquia (séc. IV). In: SILVA, Gilvan V.; SILVA, Érica C. M.; LIMA NETO, Belchior M. (orgs.). *Usos do espaço no mundo antigo*. Vitória, ES: GM Editora, 2018, p. 266-285.

SILVA, Glaydson J.; FUNARI, Pedro P.; GARRAFFONI, Renata S. Recepções da Antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 40, n. 84, p. 43-66, 2020.

SORDI, Marta. L'idea di crisi e di rinnovamento nella concezione romano-etrusca della storia. In: TEMPORINI, Hildegard (Hrg.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Berlin; New York: Walter de Gruyter, Band I.2., 1972, p. 781-793.

SOUTHERN, Pat. *The Roman Empire from Severus to Constantine*. London; New York: Routledge, 2004 [2001].

STEVENSON, Seth W.; SMITH, Charles R.; MADDEN, Frederic W. *A dictionary of Roman coins*. Republican and Imperial. London: George Bell and Sons, 1889.

SYVÄNNE, Ilkka. *Gordian III and Philip the Arab*. The Roman Empire at a crossroads. Barnsley; Philadelphia: Pen & Sword Military, 2021 [E-book].

SZIDAT, Joachim. *Usurpator tanti nominis*. Kaiser und Usurpator in der Spätantike (337-476 n. Chr.). Stuttgart: Franz Steiner, 2010.

TEIXEIRA, Cláudia. A anarquia do século III. In: BRANDÃO, José L.; OLIVEIRA, Francisco de (coords.). *História de Roma antiga*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, vol. 2, 2020.

TURCAN, Robert. Le millénaire de Rome au Grand Cirque: un cas de condensé symbolique. *Journal des Savants*, Paris, n. 2, 2014, p. 151-163.

ULLUCCI, Daniel C. *The Christian rejection of animal sacrifice*. Oxford: OUP, 2012.

VAN HEESCH, Johan. Mints and the Roman army from Augustus to Diocletian. In: FREEMAN, Philip et al (eds.). *Limes XVIII*. Proceedings of the XVIIIth International Congress of Roman Frontier Studies held in Amman, Jordan (September 2000). Oxford: BAR International Series, vol. 1, 2002, p. 35-42.

VERVAET, Frederik J. The reappearance of the supra-provincial commands in the late second and early third centuries C.E.: constitutional and historical considerations. In: HEKSTER, Olivier; DE KLEIJN, Gerda; SLOOTJES, Daniëlle (Eds.). *Crises and the Roman empire*. Proceedings of the Seventh Workshop of the International Network Impact of Empire (Nijmegen, June 20-24, 2006). Leiden; Boston: Brill, 2007, p. 125-139.

VEYNE, Paul. *Acreditavam os gregos em seus mitos?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

VON REDEN, Sitta. *Money in Classical Antiquity*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2010.

WATTS, Edward J. *The eternal decline and fall of Rome*. The history of a dangerous idea. Oxford: OUP, 2021.

WEBER, Eugen. Apocalypses and millenarianisms. In: WEBER, Eugen. *Apocalypses*. Prophecies, cults and millennial beliefs through the ages. Toronto: Vintage Canada, 1999 [E-book].

WINTERLING, Aloys. Loucura imperial na Roma antiga. *História (São Paulo)*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 4-26, p. 10-11, 2012.

WITSCHHEL, Christian. Re-evaluating the Roman West in the 3rd. c. A.D. *Journal of Roman Archaeology*, Ann Arbor, 2004, v. 17, p. 251-281.

WOOLF, Greg. Divinity and power in ancient Rome. In: BRISCH, Nicole (ed.). *Religion and power*. Divine kingship in the ancient world and beyond. Chicago: University of Chicago Press, 2008, p. 243-259.

ZECCHINI, Giuseppe. Feste e identità: dai ludi saeculares ai natali di Roma. In: BARZANÒ, Alberto et alli (a cura di). *Identità e valori: fattori di aggregazione e fattori di crisi nell'esperienza politica antica*. Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 2001, p. 195-208.

ZECCHINI, Giuseppe. Fine dell'impero romano ed escatologia. *Erga-Logoi*, Milano, v. 2, n. 1, p. 7-19, 2014.

ZECCHINI, Giuseppe. *Storia della storiografia romana*. Roma; Bari: Laterza, 2016 [E-book].

ZERUBAVEL, Eviatar. *Time maps*. Collective memory and the social shape of the past. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2003.

ELETRÔNICAS

48 BOIS serão servidos na Festa Nacional do Boi no Rolete. *O Presente*, Datado de 24/07/2022. Disponível em: <https://www.opresente.com.br/marechal-candido-rondon/48-bois-serao-servidos-na-festa-nacional-do-boi-no-rolete/>. Acesso em: 02 set. 2022.

AFFONSO, Alexandre. *Blog Nadaver*. Disponível em: <https://www.nadaver.com/bug-do-milenio/>. Acesso em 21 fev. 2022.

ARAMCO WORLD, Houston, vol. 51, n. 1, n.p, jan./fev. 2000.

AramcoWorld.com. Disponível em <https://www.aramcoworld.com/About/History>. Acesso em: 06 fev. 2022.

BERTOOUT, Emmanuelle. Liberdade religiosa sob ataque na França. In: *Café História*. Tradução de Bruno L. P. de Carvalho. Original em: *The Loop*. Publicado em 14 jun. 2021. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/liberdade-religiosa-sob-ataque-na-franca/>. Acesso em: 08 mai. 2022.

COMISSÃO cívica debate retomada de feriado em aniversário de Piracicaba. *G1 Piracicaba*, Datado de 01/08/2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2013/08/comissao-civica-debate-retomada-de-feriado-em-aniversario-de-piracicaba.html>. Acesso em: 20 fev. 2022.

CompaniesMarketCap.com. Disponível em <https://companiesmarketcap.com/saudi-aramco/marketcap/>. Acesso em: 06 fev. 2022.

PROPATO, Valéria. O fim do mundo. *Istoé*, São Paulo, edição 1557, 04 agosto 1999. Disponível em: https://istoe.com.br/32891_O+FIM+DO+MUNDO/. Acesso em: 29 jan. 2022.

SAFI, Michael. How real is Saudi Arabia's interest in renewable energy? *The Guardian*, 12 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2019/oct/12/how-real-saudi-arabia-interest-renewable-energy>. Acesso em: 06 fev. 2022.

UENUMA, Francine. 20 years later, the Y2K Bug seems like a joke – because those behind the scenes took it seriously. *Time*, New York, 30 dezembro 2019. Disponível em: <https://time.com/5752129/y2k-bug-history/>. Acesso em: 06 fev. 2022.

WORLDOMETER. Disponível em: <https://www.worldometers.info/coronavirus/>. Acesso em: 21 fev. 2022.

SOBRE O AUTOR

Moisés Antikeira é Professor Associado A dos Colegiados de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon. Autor de diversos estudos dedicados à Antiguidade Romana desde o Mestrado (2008) e o Doutorado (2012) em História Social (Universidade de São Paulo - USP), há quase dez anos o autor tem problematizado aspectos políticos, culturais e sociais referentes ao Império Romano do século III, privilegiando, para tanto, o trabalho com fontes historiográficas e numismáticas. O presente livro contempla essa trajetória de pesquisa e resulta diretamente do estágio pós-doutoral realizado junto ao PPGHis da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) no ano de 2022.



Em 21 de abril de 248, a cidade de Roma celebrou mil anos de existência. Neste cenário, Roma situava-se como o centro de uma dinâmica temporal envolvendo passado, presente e futuro. O evento foi marcado por suntuosas festividades organizadas pela corte de Filipe, o Árabe, a fim de enaltecer a eternidade de Roma e assinalar o início de uma “nova era” (*saeculum nouum*) a ser encabeçada pelo imperador e sua família. Mas as expectativas em torno da inauguração de uma nova era se notavam também em práticas e discursos referentes a governantes como Décio e Treboniano Galo, articulando-se com as tentativas de legitimação do poder exercido pelos imperadores daquela época.

